



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo

**ESPAÇO GEOGRÁFICO E TERRITÓRIOS DE CONFLITOS:
DEMARCAÇÃO E POSSE DA ZONA DE EXPANSÃO URBANA DE
ARACAJU/SE**

Juliana Souto Santos

São Cristóvão/SE

Setembro de 2015



JULIANA SOUTO SANTOS

**ESPAÇO GEOGRÁFICO E TERRITÓRIOS DE CONFLITOS:
DEMARCAÇÃO E POSSE DA ZONA DE EXPANSÃO URBANA DE
ARACAJU/SE**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Pesquisa em Geografia (NPGeo) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora. Área de Concentração: Geografia Regional.

Orientadora: Prof^ª. Dra. VERA
LÚCIA ALVES FRANÇA

São Cristóvão/SE

Setembro de 2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, Juliana Souto

S23 Espaço geográfico e territórios de conflitos: demarcação e posse da
7e Zona de Expansão Urbana de Aracaju/SE / Juliana Souto Santos;
orientadora Vera Lúcia Alves França. – São Cristóvão, 2015.

297f.: il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe,
2015.

1. Território. 2. Territorialidades. 3. Espaço geográfico –
Aracaju, SE. 4. Multiterritorialidades. 5. Geopolítica. 6. Conflitos
espaciais. I. França, Vera Lúcia Alves, orient. II. Título.

CDU: 911.375(813.7)

JULIANA SOUTO SANTOS

**ESPAÇO GEOGRÁFICO E TERRITÓRIOS DE CONFLITOS:
DEMARCAÇÃO E POSSE DA ZONA DE EXPANSÃO URBANA DE
ARACAJU/SE**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Pesquisa em Geografia (NPGeo) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora. Área de Concentração: Geografia Regional.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Vera Lúcia Alves França (UFS) - Orientadora

Prof^a. Dra. Vânia Fonseca (UNIT) - Membro Externo

Prof^a. Dra. Adriana Dantas Nogueira (UFS) - Membro externo

Prof^a. Dra. Lílian de Lins Wanderley (UFS /NPGeo) - Membro Interno

Prof^o. Dr^o. José Eloízio da Costa (UFS/NPGeo) - Membro Interno

São Cristóvão/SE

2015

À memória de minha mãe, Ildete Souto Santos, exemplo eterno de mulher dedicada às tarefas do fazer cotidiano do lar e do amor irrestrito aos filhos. Aos nossos incontáveis momentos de felicidade e risos intensos.

AGRADECIMENTOS

A efetivação desse Curso de Doutorado não seria possível sem o aporte de várias pessoas relevantes e respeitáveis para mim. Por isso, conclamo meus agradecimentos a todos que cooperaram para a sua materialização.

Contudo, inicialmente agradeço a Deus, tal qual diariamente em minhas orações pedindo força para prosseguir nessa jornada tão difícil, pedindo por meio do Salmo 91, porque “tu és o meu (nosso) Deus, o meu (nosso) refúgio, minha (nossa) fortaleza e meu (nosso) baluarte”.

À minha orientadora a prof^a. Dra. Vera Lúcia Alves França, pela participação incondicional. Em todas as tarefas do ciclo da pesquisa ela se fez presente, como um arauto incansável das questões científicas. Sempre profissional e amiga, nunca se olvidou a fazer as diversas correções necessárias.

Aos professores do Doutorado em Geografia, em especial à prof^a. Dra. Josefa Lisboa, que vivenciou a minha estada no curso e me ajudou a superar dificuldades do sistema, sobretudo quanto a sua dedicação ao NPGEO e cuidado com os desdobramentos da vida acadêmica do discente durante o curso. Aos meus colegas do doutorado, pelas trocas de informações e conhecimento, e aos funcionários da secretaria do Programa, pela atenção constante.

Aos meus pais (*in memorian*) que me criaram, com essa ideia de um dia ser uma Doutora. Sempre preservada dos afazeres e incentivada para a função intelectual. Às minhas irmãs (os), Ildemar Souto Soares, Gilsa Maria Souto Mulhert, Robson Souto, Roberto Souto e Denise Souto Santos (*in memorian*).

Em especial a minha irmã Ana Júlia Souto Santos, que compôs comigo essa Tese de Doutorado, em diversos momentos, sua dedicação foi intensa – participando, sobretudo, do levantamento de dados, incansavelmente. Também agradeço, a todos os meus sobrinhos (as) e seus companheiros (as) que me ajudam, principalmente, com meus filhos.

Aos meus filhos Lázaro e Lucas Souto Santana, pelas madrugadas que me retiraram da mesa da sala em lágrimas, pedindo para eu ir dormir com eles. O sono dos anjos, prejudicado. A Alberto Santana pai dos meus filhos, comparsa nessa jornada

árdua de ser mãe e doutoranda. A amiga Silvinha Albuquerque, exemplo de fé e perseverança.

Ao diretor do Arquivo Inativo da SEMED / PMA, Ewerton Dias e a minha colega de trabalho Rivany Nascimento, que foi presente nas discussões temáticas e organização do trabalho. As minhas colegas da Secretaria de Estado da Educação que ativaram essa proposta.

Aos integrantes do NPGEU/UFS que propiciaram um acolhimento demonstrado ao longo das atividades. Aos colegas e profissionais Alan Juliano e Sarah Lúcia França, que me auxiliaram na composição dos mapas.

À José Carlos Machado, vice-prefeito de Aracaju e sua equipe de trabalho, Aprígio, Izabela e Marcelo, que nunca colocaram obstáculos para atender as minhas solicitações. Abriam outras portas através dos seus contatos. Agradeço mesmo.

Aos funcionários das Secretarias Municipais, em especial da Procuradoria do Município de Aracaju, especialmente aos promotores públicos Carlos Pina e Itamir Leite Oliveira, que disponibilizaram muitas informações jurídicas.

A presidente da EMURB, Maria Socorro Cacho e a urbanista e profª Ana Nery, por disponibilizarem dados importantes e consultas a diversos documentos. As correções metodológicas e ortográficas da profª. Áurea Aragão da UFS, que muito me ajudaram nos momentos finais.

Às Associações de Moradores da Zona de Expansão, sobretudo a Karina Mulhert Drumond e outros representantes FAZE, COMBAZE, ADCAR e ao representante da Associação do Mosqueiro, pelas informações e entrevistas concedidas.

Enfim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram, para a conclusão dessa etapa importante da minha vida. Depois de tudo realizado me certifico que Deus me abençoou ainda mais com essa incumbência. Que Deus sempre nos abençoe cada vez mais. Beijo no coração de todos.

Obrigada!

O saber geográfico era um meio para se atingir os fins. Assim, a Geografia por muito tempo constituiu-se como sendo apenas um instrumento para a história e para o governo, na medida em que tinha de produzir conhecimentos e informações sobre as áreas ou unidades políticas. A ação política pressupunha amplo conhecimento do terreno. Assim, os primeiros passos da Geografia se dirigiram para sua afirmação como instrumento para a ação política. A gênese da Geografia é Política. Não é sem razão que Yves Lacoste (1998) afirmara no título do seu manifesto que a Geografia “Serve, em Primeiro Lugar para Fazer a Guerra”. A Geopolítica, dessa forma, não é uma caricatura e nem uma pseudogeografia. A Geopolítica é na realidade o âmago da Geografia, a sua verdade mais profunda e recôndita.

(Elisa Pinheiro de Freitas, 2013, p. 02).

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	
LISTA DE QUADROS	
LISTA DE TABELAS	
RESUMO	
ABSTRACT	
RESUMEM	
INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 1 – ESPAÇO GEOGRÁFICO, TERRITÓRIOS DE CONFLITOS, GEOPOLÍTICA, FRONTEIRAS E LIMITES: BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....	26
1.1. Espaço Geográfico, Ponto de Conflitos	27
1.2. Território: uma diversidade de concepções.....	38
1.2.1 Dimensões para o Entendimento do Território e das Territorialidades	46
1.3. Geopolítica: uma visão geográfica	52
1.3.1. Retrospectiva da Geopolítica Brasileira.....	62
1.3.2. Geógrafos que contribuíram para a Geopolítica do Brasil.....	65
1.4. Breves Abordagens sobre Fronteiras e Limites Territoriais no Brasil.....	71
CAPÍTULO 2 – SÃO CRISTÓVÃO E ARACAJU: MUNICÍPIOS LITIGANTES	80
2.1. Aracaju e São Cristóvão: Indicadores Socioeconômicos.....	86
2.1.1. Dinâmica populacional	86
2.1.2. Desenvolvimento Humano.....	90
2.1.3. Desenvolvimento Econômico.....	93
2.2. Bairro Santa Maria - representações políticas e contradições socioeconômicas..	95
2.3. Atividades Tradicionais: Agricultores e Pescadores	110

2.3.1. Agricultura na Zona de Expansão	110
2.3.2. Localidades de Remanescentes Pescadores	117
CAPÍTULO 3 – QUESTÕES AMBIENTAIS E DE INFRAESTRUTURA NA ZONA DE EXPANSÃO URBANA DE ARACAJU	121
3.1. Questões Ambientais na Zona de Expansão	121
3.2. Ocupação e Questões de Infraestrutura na Zona de Expansão.....	141
CAPITULO 4 – TERRITÓRIOS E ESPAÇOS DE CONFLITOS: INCERTEZAS JURÍDICAS.....	154
4.1. Disputas territoriais entre Aracaju e São Cristóvão: aspectos jurídico-político das localidades da Zona de Expansão	154
4.2. A Constituição Sergipana de 1989, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e a Emenda Constitucional 16/1999.....	164
CAPITULO 5 – QUESTÕES ECONÔMICAS E CONTENDAS CULTURAIS NA ZONA DE EXPANSÃO DE ARACAJU	189
5.1. Especulação e Mercado Imobiliário	189
5.1.1. Recolhimento de Tributos na Zona de Expansão	200
5.1.2. Petrobrás e Zona de Expansão em Aracaju/Se	206
5.2. Pertença e Territorialidade dos Habitantes das Localidades Tradicionais da Zona de Expansão	215
5.3. Multiterritorialidades na Zona de Expansão de Aracaju.....	234
CONSIDERAÇÕES FINAIS	237
REFERÊNCIAS	244
APÊNDICES	270

LISTA DE ABREVIATURAS

AC	Apelação Cível
ADCAR	Associação Desportiva, Cultural e Ambiental do Robalo
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADEMA	Administração Estadual do Meio Ambiente
ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AGTR	Agravo de Instrumento
AIU	Área de Interesse Urbanístico
AL	Assembleia Legislativa de Sergipe
ALESE	Agência de Notícias da Assembleia Legislativa
APA	Área de Preservação Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
ATDC	Ato das Disposições Transitórias
ATENCO	Atalaia Engenharia e Comércio Ltda em Aracaju
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional da Habitação
CARE	Cooperativa dos Agentes de Reciclagem de Aracaju
CEF	Caixa Econômica Federal
CEHOP	Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CMA	Câmara Municipal de Aracaju
COHAB	Companhia Nacional de Habitação Popular
COMBAZE	Conselho das Associações Moradores dos Bairros Aeroporto e Zona de Expansão

Aracaju

CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
COSIL	Construções e Incorporações LTDA
CPC	Código de Processo Civil
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DEM	Democratas
DESO	Companhia de Saneamento de Sergipe
DIA	Distrito Industrial de Aracaju
EIA/RIMA	Estudo e Relatório de Impacto Ambiental
EMSETUR	Empresa Sergipana de Turismo
EMSURB	Empresa Municipal de Serviços Urbanos
EMURB	Empresa Municipal de Obras e Urbanização
ENERGISA	Empresa de Geração e Construção de Usinas Hidrelétricas
ENGEB	Engenharia Botelho LTDA
ENGETIS	Empresa Sergipana de Tecnologia da Informática
ERQ	Estação de Recuperação de Qualidade
ESG	Escola Superior de Guerra
FAZE	Frente Ampla em Defesa da Zona de Expansão de Aracaju
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDAT	Fundação Municipal de Formação para o Trabalho
FUNDESE	Fundação de Desenvolvimento Comunitário de Sergipe
IAA	Instituto dos Auditores Internos do Brasil
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INOCOOP	Instituto Nacional de Cooperativas Habitacionais
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MP	Ministério Público
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
NITROFERTIL	Nitrogenados do Nordeste
NORCON	Sociedade Nordestina de Construções S/A
NUCAT	Laboratório de Caracterização do Núcleo de Catálise
OAB/SE	Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Sergipe
Oi	Banda Larga <i>Oi</i> Velox
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Plano de Ações Articuladas
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju
PETROMISA	Petrobrás Mineradora

PGE	Procuradoria Geral de Justiça
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Prefeitura Municipal de Aracaju
PNGC	Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNH	Plano Nacional de Habitação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RMH	Região Metropolitana de Aracaju
RPNE	Região de Produção do Nordeste
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SEEL	Secretaria de Esporte e Lazer
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente de Aracaju
SEMARH	Secretaria do Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SEMASC	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão
SEPLOG	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento
SEPLAN 2004	Secretaria de Estado do Planejamento
SEPLANTEC	Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe
SETRAPIS	Secretaria do Estado do Trabalho, da Juventude e da Promoção da Igualdade Social
SINDUSCON	Sindicato das Indústrias de Construção Civil

SMTT	Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito de Aracaju
STF	Supremo Tribunal Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUCAM	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União
TJE	Tribunal de Justiça do Estado
TJSE	Tribunal de Justiça de Sergipe
TMIB	Terminal Marítimo Inácio Barbosa
TER	Tribunal Regional Eleitoral
TRF-5	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação
ZAR	Zona de Adensamento Restrito
ZEA	Zona de Expansão de Aracaju
ZEP	Zona de Processamento de Exportação
ZEU	Zona de Expansão Urbana

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Sistematização do Conceito de Território	49
Figura 2 Sergipe Localização de Aracaju e São Cristóvão-2015	80
Figura 3 e 4 Praça São Francisco São Cristóvão/SE 2013.....	81
Figura 5 Povoação de São Cristóvão – Capitania de Sergipe, 1631	81
Figura 6 São Cristóvão Limites Municipais 2011	82
Figura 7 Aracaju Vista Aérea, com Destaque para a Praça Fausto Cardoso 2014.....	83
Figura 8 Resolução Nº 413 de 17 de março de 1855	84
Figura 9 Aracaju Limites Municipais 2011.....	85
Figura 10 Av. Alessandro Alcino Acesso ao Bairro Santa Maria 2014	96
Figura 11 Av. A Acesso ao Bairro Santa Maria pelo Bairro São Conrado 2011	96
Figura 12 Canal Santa Maria 2010	98
Figura 13 Lixeira da Terra Dura 2014	99
Figura 14 e 15 Morro da Piçarreira que Passou por Desmonte desde os Anos 1980. 2014.....	101
Figura 16 Vista Aérea do Bairro Santa Maria 2014	102
Figuras 17, 18, 19 e 20 Bairro Santa Maria Assentamentos Precários 2014	104
Figura 21 Bairro Santa Maria Serviço de Saneamento Básico insatisfatório 2014.....	105
Figura 22 Serviços Públicos Instalados no Santa Maria 2014	106
Figura 23 Serviços Públicos Instalados no Santa Maria 2014	107
Figura 24 Povoado São José Vida Rural Manifesta em Perímetro Urbano 2014.....	113
Figura 25 Povoado Mosqueiro Vida Rural Manifesta em Perímetro Urbano 2014	114
Figura 26 e 27 Povoado São José Vida Rural Manifesta em Perímetro Urbano. 2014.....	115
Figura 28 Zona de Expansão Produção de Plantas Ornamentais, 2015	116
Figura 29 Zona de Expansão Evidências da Pesca Artesanal 2015.....	118
Figura 30 Imagens aérea da Zona de Expansão 2014.....	121
Figura 31 Zona de Expansão Cordão de dunas às margens da Rodovia José Sarney 2011	122
Figura 32 Zona de Expansão Lagoas sendo Aterradas 2013.....	129
Figura 33 Zona de Expansão Vista aérea 2013	130

Figura 34 e 35 Zona de Expansão Alagamentos Constantes em Períodos Chuvosos 2014	132
Figura 36 Zona de Expansão Rota de Fuga 2014	136
Figura 37 Zona de Expansão Urbana Construções nas proximidades de Lagoas 2014	140
Figura 38 Zona de Expansão de Aracaju Rede Viária 2014	141
Figura 39 e 40 Zona de Expansão Ruas sem pavimentação 2014	142
Figura 41 Zona de Expansão PMA Disponibiliza Coleta de Resíduos Sólidos no Povoado Areia Branca 2014	143
Figura 42 Zona de Expansão Implantação da Rede de Esgotamento 2014	146
Figura 43 Zona de Expansão Deso e Seinfra Garantem Continuidade das Obras 2014	147
Figura 44 Bairro Santa Maria Área de Dragagem do Canal Santa Maria 2015	149
Figura 45 Zona de Expansão Escola Municipal José Carlos Teixeira 2014	151
Figura 46 Sergipe Freguesias da Província de Sergipe Del Rei 1845	155
Figura 47 Aracaju Planta do Sítio do Aracaju em 1855	156
Figura 48 Aracaju Lei Nº 554/1954 Divisão Administrativa e Judiciária do Estado ...	158
Figura 49 Aracaju Lei Nº 873/1982 de Delimitação de Bairros 1982	161
Figura 50 Aracaju Delimitação de Bairros 2013	163
Figura 51 Zona de Expansão Limite Municipal entre Aracaju e São Cristóvão 2013 .	169
Figura 52 Debate na Assembleia Legislativa de Sergipe 2013	181
Figura 53 Debate na Assembleia Legislativa de Sergipe 2013	183
Figura 54 Zona de Expansão O Governo Abre os Melhores Caminhos para Sergipe 1980	191
Figura 55 e 56 Zona de Expansão Mansões Limitam Acesso aos Rios 2014	224
Figura 57 Zona de Expansão Restaurante Texano em Areia Branca 2014	225
Figura 58 Zona de Expansão Mansões Limitam Acesso aos Rios 2014	226
Figura 59 Zona de Expansão Orla Pôr do Sol 2014	229
Figura 60 Zona de Expansão Ponte Joel Silveira 2014	228

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Espaço Geográfico - Uma Tentativa de Síntese.....	35
Quadro 2 Território - Uma Tentativa de Síntese	44
Quadro 3 Geopolítica – Uma Tentativa de Síntese.....	60
Quadro 4 Geopolítica Brasileira – Uma Tentativa de Síntese.....	64
Quadro 5 Geopolítica Brasileira à Luz da Geografia.....	69
Quadro 6 Bairro Santa Maria Unidades de Ensino da Rede Pública2014	109
Quadro 7 Zona de Expansão - Controle de Notificações e Autuações 2014	134
Quadro 8 Zona de Expansão - Escolas Públicas 2015	152
Quadro 9 Zona de Expansão - Postos de Saúde 2015.....	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Aracaju e São CristóvãoPopulação e Área 2014.....	86
Tabela 2 Aracaju e São CristóvãoEvolução da População 1980-2014.....	87
Tabela 3 Aracaju e São CristóvãoDistribuição da População 2010	88
Tabela 4 Aracaju e São CristóvãoComposição da População por Sexo 2010	89
Tabela 5 Aracaju e São CristóvãoComposição da População por Idade 2010	90
Tabela 6 Aracaju e São CristóvãoÍndice de Desenvolvimento Humano 1991-2010	91
Tabela 7 Aracaju e São CristóvãoEscolaridade da População de 10 Anos e mais 2010	91
Tabela 8 São Cristóvão e AracajuRendimentos da População de 10 Anos e mais 2010	92
Tabela 9 Aracaju e São CristóvãoProduto Interno Bruto 2012.....	94
Tabela 10 Aracaju e São CristóvãoEmpresas e pessoal Ocupado 2012	94
Tabela 11 Zona de Expansão - Dificuldades da População 2014.....	144
Tabela 12 Zona de Expansão - Políticas Públicas Desenvolvidas na Zona de Expansão 2014.....	145
Tabela 13 Zona de Expansão - Ações da Prefeitura de Aracaju 2014.....	146
Tabela 14 Zona de Expansão - Conflitos pela Demarcação Territorial Afetando Moradores 2014.....	148
Tabela 15 Zona de Expansão - Serviços Realizados pela PMA 2014	150
Tabela 16 Zona de Expansão - Natureza de Conflitos em Função das Disputas Territoriais 2014	173
Tabela 17 Zona de Expansão - Tributos Arrecadados 2015	205
Tabela 18 Zona de Expansão - Recolhimento do ISS pela SEMFAZ/PMA 2014	205
Tabela 19 Zona de Expansão - Envolvimento com o Litígio Aracaju e São Cristóvão 2014.....	219

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar os conflitos espaciais característicos da demarcação e posse territoriais na Zona de Expansão Urbana de Aracaju, considerando as relações de poder e de territorialidade que suscitam processos jurídicos entre São Cristóvão e Aracaju. Nessa perspectiva, foram utilizadas as categorias geopolíticas, espaço, território, multiterritorialidade e conflitos espaciais que embasam esta tese de doutoramento. Os métodos histórico e analítico foram aplicados para a consecução do objeto de estudo proposto. Os principais instrumentos de coleta de dados primários foram questionários aplicados com a população das localidades envolvidas, como também entrevistas com gestores, políticos, historiadores tanto de Aracaju quanto de São Cristóvão. Além disso, foram consultados documentos históricos nos Arquivos municipais e estaduais. Dados secundários também foram levantados sobre os dois municípios, assim como intensa revisão bibliográfica sobre as categorias que dão suporte ao estudo. Estudar os conflitos espaciais e a gestão dos territórios na Zona de Expansão de Aracaju evidencia a trama de relações com raízes históricas e econômicas, configurações políticas e identidades simbólicas que constituem um mosaico espacial, construído socialmente. Na atualidade, o território disputado por São Cristóvão e Aracaju/SE, ainda se encontra ‘sub judice’ e representa uma das áreas cujos interesses remetem tanto à esfera pública quanto à privada. O setor público municipal aracajuano tem uma das possibilidades de alargamento do seu território (base física) com a inserção de parte da Zona de Expansão Urbana (criada por Lei 873/82), assim como a arrecadação de impostos, além do recebimento de *royalties*, ficando responsável pela oferta de serviços e da dotação de infraestrutura, o que tem feito, embora de forma insuficiente. O poder municipal sancristovense, que permitiu a apropriação da área pela atual capital sergipana, vem recorrendo na Justiça a retomada e posse do território para, assim, poder usufruir novamente das vantagens de cobrar impostos e receber *royalties*, uma nova possibilidade de renda para o município, porém deverá assumir a administração da área, o que, certamente, se constituirá numa dificuldade, em função da distância da sede. O setor privado também se beneficia através dos proprietários fundiários e do mercado imobiliário com o parcelamento da terra em loteamentos e edificação de condomínios residenciais, além da instalação de empreendimentos comerciais e de serviços. A população residente tem reclamado diante das dificuldades enfrentadas, entretanto, é favorável à manutenção do território com o município de Aracaju, considerando as possibilidades de melhoria das condições de infraestrutura da área, além das questões de pertencimento, isto é, territorialidades.

Palavras-Chaves: Geopolítica, Conflitos Espaciais, Espaço geográfico, Território, Territorialidades e Multiterritorialidades.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the characteristic spatial conflicts of territorial demarcation and ownership in Urban Expansion Area of Aracaju, considering the power relations and territoriality giving rise to legal proceedings between São Cristóvão and Aracaju. From this perspective, geopolitical categories were used, space, territory, multiterritoriality and spatial conflicts that underlie this doctoral thesis. The historical and analytical methods were applied to achieve the proposed subject matter. The main instruments of primary data collection were questionnaires with the population of the localities involved, as well as interviews with managers, politicians, historians both Aracaju as of São Cristóvão. In addition, historical documents in municipal and state archives were consulted. Secondary data were also raised about the two municipalities, as well as intense bibliographic review of the categories that support the study. Studying the spatial conflicts and the management of territories in Aracaju Expansion Zone shows the network of relations with historical and economic roots, political settings and symbolic identities that constitute a spatial mosaic, socially constructed. At present, the territory disputed by São Cristóvão and Aracaju / SE, is still 'sub judice' and is one of the areas whose interests refer to both the public sphere and the private. The Aracaju municipal public sector has one of the options for widening its territory (physical basis) with the insertion of the Urban Expansion Area (created by Law 873/82), as well as tax revenue, in addition to receiving royalties, being responsible for the provision of services and infrastructure endowment, which has made, albeit insufficient. The São Cristóvão municipal power, which allowed the appropriation of the area by the current capital of Sergipe, is using the courts to resume possession of the territory and to thus be able to enjoy again the benefits of taxation and receive royalties, a new possibility of income for the city But should take over the administration of the area, which certainly will constitute a difficulty, depending on the distance from headquarters. The private sector also benefits through the landowners and real estate market with the fragmentation of land subdivisions and construction of residential condominiums, plus the installation of commercial enterprises and services. The resident population has complained before of the difficulties, however, it is in favor of maintaining the territory with the municipality of Aracaju, considering the possibilities for improvement of infrastructure conditions of the area, in addition to membership issues, territoriality.

Keywords: Geopolitical, spatial Conflict, Territory, Territoriality and Multiterritorialidades.

RESUMEM

Este estudio tuvo como objetivo analizar los conflictos espaciales característicos de la demarcación y la propiedad territorial en la zona de expansión urbana de Aracaju, teniendo en cuenta las relaciones de poder y la territorialidad dar lugar a procedimientos legales entre São Cristóvão y Aracaju. Desde esta perspectiva, se utilizaron categorías geopolíticas, espacio, territorio, multiterritorialidade y conflictos espaciales que subyacen en esta tesis doctoral. Los métodos históricos y analíticos se aplican para lograr el tema propuesto. Los principales instrumentos de recolección de datos primarios fueron cuestionarios con la población de las localidades involucradas, así como entrevistas con los gerentes, políticos, historiadores ambos Aracaju como de San Cristóbal. Además, se consultaron documentos históricos en los archivos municipales y estatales. Los datos secundarios también se plantearon acerca de los dos municipios, así como una intensa revisión bibliográfica de las categorías que apoyan el estudio. El estudio de los conflictos espaciales y la gestión de los territorios en Aracaju Zona de Expansión muestra la red de relaciones con raíces históricas y económicas, escenarios políticos e identidades simbólicas que constituyen un mosaico espacial, construida socialmente. En la actualidad, el territorio disputado por São Cristóvão y Aracaju / SE, sigue siendo "sub judice" y es una de las zonas cuyos intereses se refieren tanto a la esfera pública y la privada. El sector público municipal aracajuano tiene una de las opciones para la ampliación de su territorio (base física) con la inserción de la Zona de Expansión Urbana (creado por la Ley 873/82), así como los ingresos fiscales, además de recibir royalties, siendo responsable de la prestación de servicios y la dotación de infraestructura, lo que ha hecho, aunque insuficiente. El poder municipal sãocristovense, lo que permitió la apropiación de la zona por la actual capital de Sergipe, está utilizando los tribunales para retomar posesión del territorio y así poder volver a disfrutar de los beneficios de los impuestos y recibir royalties, una nueva posibilidad de ingresos para la ciudad. Pero debe hacerse cargo de la administración de la zona, lo que sin duda constituirá una dificultad, dependiendo de la distancia de la sede. El sector privado también se beneficia a través de los terratenientes y de mercado de bienes raíces con la fragmentación de las subdivisiones de tierras y la construcción de condominios residenciales, además de la instalación de las empresas comerciales y de servicios. La población residente se ha quejado antes de las dificultades, sin embargo, es a favor de mantener el territorio con el municipio de Aracaju, teniendo en cuenta las posibilidades de mejora de las condiciones de infraestructura de la zona, además de las cuestiones de miembros, es decir, la territorialidad.

Palabras clave: Geopolítica, Territorio, Conflicto espacial, la territorialidad y Multiterritorialidades.

INTRODUÇÃO

A edificação do espaço geográfico, bem como, do território institucional simbólico e econômico são aspectos fundamentais para as finalidades de orientação e atuação geopolítica dos governantes na Zona de Expansão Urbana de Aracaju. Isto porque o espaço é constituído socialmente por uma diversidade de territórios que configuram territorialidades jurídico-política, culturais e econômicas. Esses territórios se desdobram e se integram formando multiterritorialidades desenvolvidas por esses atores inseridos na sociedade atual.

Em Sergipe, a disputa pela fronteira e o litígio por uma demarcação favorável sobre os limites territoriais vigentes entre São Cristóvão e Aracaju remetem a primeira metade do século XX, quando a Lei Nº 635 de 1913 que trata, Da Nova Organização dos Municípios do Estado, destacou no Art. 6 que a criação de novos municípios, a alteração do nome ou da circunscrição dos já existentes e a anexação de territórios dos municípios entre si é da competência da legislatura estadual. Entretanto, foi na década de 50, quando a Lei 554/1954 fixou a Divisa Administrativa e Judiciária do Estado, que as margens territoriais de São Cristóvão foram demarcadas expressando novas condições políticas, socioeconômicas, jurídicas e culturais para a questão.

Ao longo da segunda metade do século XX, essa mudança beneficiou Aracaju, em função das dificuldades socioeconômicas de São Cristóvão no gerenciamento e desenvolvimento da localidade disputada, levando-o a uma articulação legalmente pontuada pela legislação local, como a já citada acima, mas também pela própria Constituição do Estado de Sergipe (2008), no Art. 11, que apregoa a possibilidade do Estado instituir regiões, microrregiões e aglomerações entre municípios limítrofes, com vistas à organização, planejamento e execuções de obras públicas. Indica ainda no Capítulo II, Art. 7, sobre a importância da execução de serviços básicos para promoção do bem-estar social.

Por conta dessas possibilidades jurídicas e dos pactos realizados no cotidiano do território pleiteado, é que na atualidade a Prefeitura de Aracaju (2009) vem recorrendo de uma série de processos impetrados junto ao Tribunal de Justiça do Estado (TJE) contra a demarcação e os limites territoriais entre este município e São Cristóvão. O

TJE deliberou, em primeira instância, pela permanência do território disputado para Aracaju, em função da vigência da Lei Nº 554/1954 ser validada até 1958, sendo acatado o que a Procuradoria Geral do Município de Aracaju argumentou, ou seja, que a posse do território disputado pertence à Aracaju desde a década de 50. Este órgão se fundamentou ainda no Termo de Ajustamento de Conduta 004/1999 impetrados na Procuradoria Geral de Justiça (PGE) e no Ministério Público Estadual (MPE) pela Prefeitura de São Cristóvão, comprometendo-se a não promover Alvarás de construções no solo disputado. De modo que esta é uma decisão que se encontra sub judice, ou seja, não se tem um parecer final sobre o caso.

Conforme Becker e Egler (2006, p. 126), enquanto regulador e organizador do território, o Estado modificou as condições históricas estabelecidas previamente, impondo uma ordem espacial acopladas a concepção de espaço racional, global e de interesse genérico, por meio do controle dos fluxos e fixos econômicos.

Dessa maneira, o que ocorreu na região da Grande Aracaju, ao longo dos anos, entre Aracaju e São Cristóvão foi, “uma representação construída pela tecnoestrutura estatal, contraditória com as práticas e concepções do espaço local - fragmentado; global porque tecnicamente homogeneizado - facilitando a interação de espaços e momentos - porém fragmentado porque apropriado em parcelas, como fora desenvolvido teoricamente por Henri Lefebvre (1978). (Idem: 2006, p. 126). Nesse sentido, o uso da geopolítica para análise do fenômeno estudado se justifica, enquanto instrumento da estratégia e da prática do Estado, em concordância com os objetivos regionais e locais voltados para integração do território.

Assim, o objetivo principal desta pesquisa é analisar os conflitos espaciais característicos da demarcação, dos limites e posse territoriais na Região da Grande Aracaju, considerando às relações de poder e de territorialidade que suscitam processos jurídicos entre São Cristóvão e Aracaju. Estudar a gestão dos territórios na Região da Grande Aracaju, sobre o ponto de vista geopolítico, representa considerar a trama de relações com raízes históricas e econômicas, configurações políticas, identidades culturais, entre outras, no sentido da compreensão desta categoria enquanto possibilidade de constituição de um mosaico espacial construído socialmente.

Na atualidade, o território disputado por São Cristóvão e Aracaju/SE representa uma das áreas cujo interesse do mercado imobiliário é grande, aliado à construção civil

em função do interesse em edificar condomínios, casas, chácaras e outros. Entretanto, esta área ainda não apresenta infraestrutura urbana apropriada que permita grande adensamento residencial. Entretanto, mesmo sem a existência de serviços básicos eficientes, as pessoas compram, ocupam e constroem; as empreiteiras loteiam e vendem; e o governo desapropria e implementa obras sociais. Contudo, a partir da necessidade de superação dos conflitos espaciais presentes e das relações sociais vigentes nesses territórios foram levantadas as seguintes questões:

Como explicar o contexto mundial e seus reflexos no cenário nacional, regional e local, haja vista que o território é formado por diferentes enraizamentos espaciais que aponta novas conformações e territorialidades?

O atual limite territorial disputado por São Cristóvão e Aracaju reporta-se à questão geopolítica, no que diz respeito à soberania estatal/municipal e a relação de poder?

Qual a importância da legislação vigente sobre os processos de parcelamento do município de São Cristóvão em relação aos conflitos sociais das áreas disputadas?

Como o Plano Diretor pode projetar a dinâmica regional/local da Grande Aracaju, com vistas à promoção de uma integração que se multiplique nos avanços municipais e melhorias das condições de vida da população da área?

Esta pesquisa se propõe a discutir a demarcação territorial envolvendo a diversidade e a totalidade de fatores relevantes para a definição dos limites estabelecidos entre os municípios de São Cristóvão e Aracaju/SE. Assim, o método histórico e analítico será utilizado para avaliação do objeto de estudo proposto, haja vista a contribuição deste método e suas técnicas na reconstituição dos diversos aspectos geográficos, socioeconômicos, geopolíticos e culturais que o compõem.

Para auxiliar na análise das questões suscitadas foram aplicados 90 questionários nas comunidades da Zona de Expansão Urbana de Aracaju, com moradores que vivenciam o conflito entre Aracaju e São Cristóvão pela demarcação e posse do território, estando o roteiro dos questionários disposto no Apêndice 1. O trabalho de campo foi realizado entre o período de julho a dezembro de 2014, nas comunidades Robalo, São José, Gameleira, Matapuã, Areia Branca e Mosqueiro e nos Núcleos habitacionais dos Conjuntos Maria do Carmo Alves e Antônio Carlos

Valadares, no bairro Santa Maria, que também integram o conflito. Em cada uma delas foram aplicados 15 (quinze) questionários, contendo questões voltadas para problemas jurídico-político, econômico e cultural e seus desdobramentos, como demarcação territorial, infraestrutura, serviços realizados, políticas públicas, identidade, meio ambiente, entre outros pontos. Além disso, foram realizadas 38 entrevistas com gestores, técnicos de diversas instituições como SEPLOG, SEPLAG, EMURB, Procuradoria das Prefeituras de Aracaju e de São Cristóvão, IBGE, FÓRUM DE São Cristóvão e lideranças políticas e representantes de associações de ambos os municípios, cujos roteiros estão acostados no Apêndice 1.

Ainda foi utilizada a técnica de história oral, através de relatos e parte de conversas formais e informais realizadas com integrantes das localidades, assim como, fragmentos de diálogos com a população em seus momentos cotidianos na Zona de Expansão Urbana de Aracaju. Dentro dessa técnica, foram ouvidas oito pessoas de mais de 70 anos, residentes em São Cristóvão.

A tese está organizada em cinco capítulos. O primeiro apresenta uma caracterização conceitual sobre as principais categorias de análises estudadas, cujo título é, “Espaço Geográfico, Territórios De Conflitos, Geopolítica, Fronteiras E Limites: Breves Considerações Teóricas”. O segundo capítulo enfoca aspectos diversos que caracterizam os municípios envolvidos no litígio pela posse e demarcação do território da Zona de Expansão e se intitula “Aracaju X São Cristóvão: Municípios Litigantes”. O terceiro capítulo denominado “Questões Ambientais e de Infraestrutura na Zona de Expansão Urbana de Aracaju” trata dos problemas ambientais da área assim como da carência de infraestrutura. O quarto capítulo denominado, “Território e Espaços de Conflitos: incertezas Jurídicas” enfatizam os aspectos do litígio e seus desdobramentos jurídico-políticos, mostrando os diversos posicionamentos sobre a questão assim como a visão dos moradores. Questões Econômicas e Contendas Culturais na Zona de Expansão Urbana é o último capítulo e destacam aspectos econômicos presentes na área, assim como características da cultura, com destaque para a pertença e a territorialidade, trazendo uma análise das possibilidades multiterritoriais na Zona de Expansão. Por fim, nas Considerações Finais estão apontadas algumas reflexões teóricas estabelecendo um entrelaçamento entre a realidade em apreço, discutindo os rebatimentos dessa questão para a população, especialmente para as comunidades tradicionais.

CAPÍTULO 1 – ESPAÇO GEOGRÁFICO, TERRITÓRIOS DE CONFLITOS, GEOPOLÍTICA, FRONTEIRAS E LIMITES: BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Este capítulo pretende apresentar uma breve discussão acerca das categorias de análise, espaço geográfico, territórios de conflitos e geopolítica, que embasarão a realização de tese de doutoramento sobre o conflito espacial que envolve a demarcação dos limites territoriais entre os municípios de São Cristóvão e Aracaju/SE. A necessidade de análise sobre os conflitos espaciais característicos dos limites territoriais na região da Grande Aracaju se justifica em função dessa área ser historicamente pleiteada no que tange a demarcação da fronteira, ocupação, exploração de recursos, cobrança tributária, organização e execução de serviços de infraestrutura. Nessa perspectiva, o escopo desse texto é apresentar uma breve discussão sobre as categorias, geopolítica, território e conflitos espaciais, expondo as tendências geográficas que as constituem, com vistas a construir um arcabouço teórico-metodológico que permita uma elucidação do fenômeno avaliado.

Ao analisar a geopolítica, verificamos as correlações entre a geopolítica mundial e a do Brasil, bem como, a contribuição de alguns geógrafos brasileiros que colaboraram para sua construção no País. Nessa perspectiva, o objetivo desse capítulo é apresentar uma breve discussão sobre as categorias espaço geográfica, território de conflito e geopolítica, com vistas a constituir uma elucidação do fenômeno avaliado.

O conceito de território foi enfocado em relação as suas dimensões política, cultural e econômica, assim como, seus desdobramentos, na atualidade, em contextos diversos de territorialidades e multiterritorialidades. No que tange ao espaço geográfico também foi avaliado a partir de concepções distintas, desde a tradicional, passando pela cultural e pôr fim a análise da Geografia crítica. Ao analisar a Geopolítica, verificam-se as correlações da Geopolítica mundial com a do Brasil, além da forma como colaboraram para sua construção no país. No que tange ao espaço geográfico, o conceito foi avaliado a partir de concepções distintas, desde a tradicional, passando pela cultural e, pôr fim, a análise da Geografia crítica. Como categorias auxiliares na explicação proposta, foram utilizados os conceitos de fronteiras e de limites.

1.1. Espaço Geográfico, Ponto de Conflitos.

O conceito de espaço geográfico tem sido discutido através do pensamento de representantes dos mais distintos enfoques teóricos da Geografia. A concepção tradicional iniciou sua formatação no século XIX, em meados de 1870, estabelecendo-se até meados dos anos 1950. Para a Geografia Tradicional, a discussão sobre seu objeto de estudo privilegiou os conceitos de paisagem (diferenciação de áreas, gênero de vida, e outros) e região (natural) estabelecendo em torno deles sua identidade na esfera das outras ciências. Essa abordagem envolvia geógrafos vinculados ao Positivismo e ao Historicismo, com enfoques deterministas, possibilistas e regionais. O espaço ainda não se constituía um conceito central. Mesmo assim, a discussão surgiu nas obras de Ratzel, Vidal de La Blache e Hartshorne, isto porque, privilegiou os conceitos de paisagens e região, sendo em torno deles que se estabeleceu a discussão sobre o objeto de estudo da Geografia.

Nessa perspectiva, a Filosofia e a Física são pontos de partida para os autores que contribuíram para a afirmação dessa categoria. Para Ratzel(1888),o espaço é influenciado pela política. Sua definição de ‘espaço vital’, como base indispensável para a organização do homem, até hoje é referência para diversas ciências. O espaço, para Hartshorne (1978), aparece como um receptáculo que contém coisas. O autor aponta três definições para o objeto da Geografia em relação ao espaço geográfico. A primeira afirma que está ciência tem por objetivo proporcionar a descrição e a interpretação, de maneira ordenada e racional, do caráter variável da superfície da Terra. A segunda indica a Geografia como disciplina que descreve e interpreta o modo variável da Terra, de lugar a lugar, como o mundo do homem. A terceira enfoca a Geografia como o estudo que proporciona uma descrição científica da Terra enquanto mundo do homem.

La Blache (1982) introduziu o debate sobre o espaço geográfico no mundo ocidental; para ele o espaço era idealizado como meio e local, no qual aconteceria uma coabitação do homem com a natureza, para melhor adaptá-lo. Para o autor (1982), existe um embate entre o homem e a natureza que possuiria uma dinâmica capaz de influenciá-lo. Contudo, os aspectos físicos e humanos não devem ser observados em configuração

separada. O homem dominaria a natureza, mas, simultaneamente, é dominado por ela. O homem escolheria onde, quando e como operar na natureza com possibilidades diversas.

No século XVIII Immanuel Kant (1958) deu importância às formas de sentido como instrumento de percepção. Segundo o autor, todas as coisas dotadas de dimensões podem ser percebidas como realidades espaciais. Nesta visão percebe-se que Kant separa o espaço e os demais elementos. O primeiro é um pano de fundo para se fixar os corpos. As considerações apresentadas por Kant foram importantes no avanço dos estudos regionais, contudo, limitadas no espaço, pois não o concebe como algo constituído de significado ou estrutura própria.

A revolução teórico-quantitativa das décadas de 1950 e 1960 modificou a Geografia criando uma visão da unidade epistemológica da ciência. O raciocínio hipotético-dedutivo foi consagrado como pertinente, do ponto de vista teórico e intelectual. Através dos pesquisadores Schaefer, Bunge, Ullman e Watson, o espaço apareceu pela primeira vez na história do Pensamento Geográfico, enquanto conceito-chave.

Para David Harvey (2005) o espaço é entendido como relativo e se constitui a partir das relações entre os objetos que envolvem dinheiro, tempo e energia - para vencer o atrito imposto pela distância. Isto porque, para o autor, é nesse espaço que os homens adquirem rendimentos diferenciais (de localização) e que desempenham papel essencial na decisão do uso da Terra.

O enfoque culturalista da Geografia que analisa o espaço apresenta um argumento humanista e marca-se pela perspectiva da subjetividade, intuição, experiência, simbolismo e sentimentos que privilegiam o singular, tendo na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real. Assim, esse enfoque está calcado na filosofia da fenomenologia e do existencialismo e faz uma crítica à Geografia lógico-positivista. Com essa abordagem retoma-se também a matriz historicista que caracterizava as correntes possibilista e cultural da Geografia tradicional.

A escola geográfica humanística e cultural começou a se consolidar no final dos anos 1960 e baseia-se nos significados espaciais. Neste paradigma, a categoria mais utilizada é lugar que passa a ser o conceito mais importante. O espaço é considerado como espaço vivido e percebido. No âmbito cultural encontram-se diversas

representações e vivências do espaço, com suas ideologias. O espaço geográfico é reflexo e condição para as relações sociais. Simultaneamente, a ação humana manifesta-se, material e/ou simbolicamente, com implicações que variam no tempo. A paisagem torna-se um conceito revalorizado, assim como, a região, o conceito de território tem na Geografia humanista uma das suas matrizes mais relevantes.

Para Pierre George (1968) a Geografia estuda a dinâmica do espaço humanizado por meio da intencionalidade, ou seja, das opções dos homens e das relações entre as forças naturais e históricas. Seu estudo aborda as relações entre grupos humanos e a análise da diferença dos lugares. Max Sorre (1967) apreende a Geografia Humana como uma descrição das paisagens humanas e sua distribuição pelo planeta. Para ele, o espaço é visto como localização e extensão. O autor assinala que a Geografia estuda os espaços terrestres, ou seja, organização e técnicas dos grupos humanos, assim como a relação do homem com o meio (1967). Em suas pesquisas, desenvolveu uma ecologia do homem com enfoque na formação dos gêneros de vida e na questão espacial. Seu método descrevia a paisagem a partir da imaginação, mas há necessidade de recorrer às outras ciências e de seus instrumentos na análise dos fenômenos.

A ideia do objeto da Geografia ser a ‘superfície da Terra’ é recursiva na bibliografia da área, manifestando-se enquanto aspecto físico, população, divisão política, clima, produtividade e outros elementos, conforme Gordon East Wooldridge (1967, p. 13). Essa definição reporta-se para a diversidade de noções da Geografia que se constitui de pedras, plantas, animais e do homem em si. Esses objetos da ciência instituem-se como objeto da Geografia, pois tem importância para a superfície da Terra. Paul Claval (1978) também contribuiu com a abordagem sobre o espaço geográfico. Para o autor, a cultura é uma herança da comunicação que transforma o espaço cultural em espaço simbólico. A cultura é a ordem do simbólico e o espaço é onde ocorrem suas manifestações, sendo a mediação entre a sociedade e a natureza realizada através de suas técnicas que devem sempre ser adotadas como uma construção.

O geógrafo Y-Fu Tuan (1980) adota uma abordagem voltada para o comportamento e para a percepção que se relaciona à visão de mundo, que representa a nossa cultura e aos nossos sentidos humanos. Compreendida dessa maneira, a percepção em si é geográfica, pois permite a espacialização do mundo e a classificação dos fenômenos - concebendo o espaço como a priori. Para o autor, o espaço é onde ocorrem

as manifestações da sociedade. Assim, o espaço é uma harmonia entre o eu e o mundo, entre esses dois pares. No século XVI, o relacionamento do homem com o mundo era voltado para o cosmos e baseado nos mitos. Com o avanço da ciência, a relação mundo passa a ser predominantemente voltada para a paisagem.

Os primeiros estudos sobre a concepção crítica de espaço tiveram início nos anos 1970, sendo trabalhada pelos geógrafos que seguiram o materialismo histórico e dialético como paradigma. A partir das obras de Karl Marx se discutiu qual a natureza e o significado do espaço como conceito fundamental da Geografia. Dollfus (1972, p.8) afirma que o espaço geográfico se impetra e evolui como conjunto de relações estabelecidas a partir de representações concretas da superfície terrestre. Tanto os elementos físicos quanto as relações sociais são importantes nessa análise do espaço. Assim, esses elementos

Surgem com o esteio de um sistema de relações, algumas determinadas a partir do meio físico e outras provenientes das sociedades humanas, responsáveis pela organização do espaço em função da densidade demográfica, da organização social e econômica, do nível das técnicas; numa palavra: de toda essa tessitura pejada de densidade histórica a que demos o nome de civilização (DOLLFUS, 1972, p.8).

Para Henri Lefebvre (1974), é essencial a compreensão do conceito de espaço geográfico, haja vista que o autor parte das proposições do espaço social, como produto das relações de produção e reprodução estabelecidas. Para o autor, o espaço social é um produto, pois compreende suas relações, como o espaço da vida social, ultrapassando o aspecto físico, cuja base é a natureza que o homem transforma com seu trabalho. Lefebvre afirma que a natureza cria espaço, mas só o homem o produz, através do trabalho ao fornecer os recursos para o desenvolvimento das atividades produtivas. O autor (Idem, 1974) propõe que a produção do espaço ocorre a partir de noções de: prática social (espaço percebido pelos indivíduos); representações do espaço (concebido por cientistas, engenheiros e outros) e espaço representacional (espaço vivido pelos indivíduos). O espaço social contém relações a partir das quais o homem modifica a natureza. Essas relações sociais são de produção e são estabelecidas a partir da organização e divisão do trabalho.

O espaço social envolve suas inter-relações ao agrupar a produção e o consumo, incluindo os objetos naturais e sociais que possuem formas. Contudo, Lefebvre (1974,

p.76) lembra que “o trabalho social os transforma, reorganizando suas posições dentro das configurações espaço-temporais sem afetar suas materialidades, seus estados naturais”. Ainda sobre a análise do espaço social, o autor (Idem, 1974, p.147) afirma que metodológica e teoricamente relaciona-se aos conceitos: forma, função e estrutura. As duas primeiras não consideram a escala, dimensão e nível, que essa tarefa cabe à análise estrutural, a qual se relaciona com o todo/macro e as partes/micro.

De acordo com Ruy Moreira (1982), a Geografia deve estudar o espaço geográfico analisando a relação dos grupos humanos com o meio, através dos modos de vida, sua evolução, sua distribuição e as instituições humanas. O autor apresenta seu entendimento sobre a estrutura das relações sociais, vista como expressão material, através da socialização da natureza pelo trabalho e pela totalidade estruturada das formas espaciais.

Outra abordagem importante sobre o espaço geográfico, no Brasil, foi sugerida por Roberto Lobato Corrêa (1982). Segundo o autor, o espaço envolve a superfície terrestre, mas ele é socialmente construído por proprietários dos meios de produção, ou seja, o espaço é inseparável do tempo e da reprodução da força de trabalho. Para Corrêa (1982), o espaço caracteriza-se como, absoluto, relativo e relacional. Na primeira opção, ele é o espaço em si. Na segunda abordagem, ele é o espaço relativo que ocorre à distância. Enquanto na terceira abordagem, ele representa o espaço relacional, na qual seu objeto de estudo existe em contato com outros. Para Corrêa (1982), Lefebvre teve um papel importante no enfoque de espaço geográfico concebido a partir da ação do homem modificando a natureza. O espaço é entendido como espaço social e vivido em correlação com a prática social. Assim, ele não deve ser visto como espaço absoluto e puro, pois o espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade e de um sistema.

Assim, a disposição do espaço abrange a representação das localizações, relações e interações processadas de forma dinâmica no contíguo de uma unidade espacial, entre os elementos que a instituem. Conforme Corrêa (1982) a organização espacial possui vários sinônimos - arranjo espacial, espaço social, estrutura territorial, configuração espacial, espaço socialmente produzido, ou simplesmente espaço. Isto porque, para ele, o objeto de estudo da Geografia é a sociedade viabilizada por meio da organização espacial.

Outra contribuição para o estudo do espaço é a do geógrafo Roger Brunet (1990). Sua concepção de espaço geográfico assemelha-se à apresentada por Santos (1996), quando aponta que o homem produz o espaço ao alterar a natureza com o trabalho. O autor (1990, p.18) define o espaço como “produto que se torna condição de existência de seu próprio produtor”, formado pelo conjunto de relações localizadas nas obras das populações com seus meios de vida. Brunet (1990) aponta que a proposta de um espaço geográfico traz como originalidade a “realidade dos lugares diferenciados, tomados no conjunto de suas relações e de suas interações, e o funcionamento de leis próprias à extensão, ao espaçamento, à distância e à gravitação” (Idem, 1990, p.16). A diferenciação espacial é fundamental, pois cada lugar apresenta sua peculiar diferença criadora, haja vista que ele nasce da sua caracterização, físico-natural, homogêneo, contínuo e abstrato como produto açambarcado por campos de forças.

Para Brunet (1990, p.20), da mesma forma que a humanidade produz bens, mercadorias, pensamento, obras e eventos, também produz o espaço. O espaço é produzido por um conjunto de atores com interesses convergentes/cooperativos ou divergentes/concorrentes. Cada ator social contém sua estratégia, interesse e representação para sua produção, mas seus objetivos são fontes de conflitos, em função da desigualdade de poder.

Outra referência importante para a categoria espaço é a do geógrafo Edward Soja(1993). Para explicá-lo o autor parte da dialética sócio-espacial de base gramsciana e a da noção de espacialidade, entendida como espaço socialmente produzido. Sua compreensão de espaço geográfico que considera ao mesmo tempo o aspecto físico e social, o aproxima do pensamento de Lefébvre. Para Soja, o ser humano é espacial, sendo distância e relação os pares dialéticos da pessoa.

Correia (1994) concebe o espaço geográfico como produto dos procedimentos de trabalho da sociedade. Sua análise volta-se para as práticas espaciais de todas as conjunturas históricas e para o desenvolvimento desigual e combinado da acumulação técnica humana. Assim, Correia (1994) sugere que os processos de produção/reprodução do espaço geográfico estão relacionados à importância de movimento e à noção de tempo. Para ele, cabe à Geografia explicar e servir ao monitoramento do espaço geográfico, enquanto ciência dinâmica e integrada às demais áreas do conhecimento como: História, Economia, Sociologia, Antropologia, entre

outras. Para o autor, ao longo da sistematização da Geografia, sob a distinta relação sociedade e natureza elaboraram-se paradigmas, como determinismo geográfico, possibilismo, método regional e geografia crítica (CORREIA, 1994).

Outro geógrafo importante na conceitualização de espaço nessa escola foi Milton Santos (1996). Ele estabeleceu o conceito de formação sócio-espacial, afirmando não ser possível conceber uma determinada formação socioeconômica sem recorrer ao espaço. Santos (1996, p. 63) aponta que o espaço geográfico é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Segundo o autor, a natureza provê as passagens que são transformadas em objetos pela ação do homem com ajuda da técnica.

Conforme Santos (2002, p.29), a técnica é uma das mais importantes formas de relação entre o homem e o meio/natureza que atuam como um conjunto de instrumentais sociais, com os quais o homem realiza-se - produz e simultaneamente institui o espaço. Santos (2002, p.37) destacam a contradição do processo de produção do espaço, haja vista que as técnicas são distribuídas de forma desigual e seletiva no espaço resultando em subsistemas de períodos diferentes que se combinam e geram vidas nos territórios. Assim, a técnica para Santos (2002, p.75), é um conjunto de instrumentos que a sociedade utiliza para alterar a natureza, criando o espaço geográfico.

A partir da década de 1980, a ciência passou a investigar novos contextos históricos para definição do espaço geográfico (BERTA BECKER, 2004). Nesse sentido, a integração global da economia é o fato crucial do novo contexto, em que o colapso do *fordismo* e a nova tática da grande empresa em rede agem como fatores principais, na qual se fortalece o poder privado tanto na economia como na política. Nesse bojo, ocorreu contundente reestruturação econômica, política e geográfica do planeta, reconstituindo-se os conceitos do espaço passando a concebê-lo em múltiplas dimensões.

O espaço, conforme Becker (2004) é construído socialmente como conjunto de circuitos, conexões, comunicações e redes com propriedades dinâmicas próprias, políticas e com metas específicas. Assim, institui-se um espaço global e fragmentado. O primeiro caracteriza-se como homogeneizado com a integração dos lugares, enquanto o

segundo é apropriado em partes pelo Estado que redefine os fluxos e as conexões, gerando uma malha de controle técnico e político.

Assim, o espaço é controlado por uma estratégia técnico-política, envolvendo diferentes elementos que configuram paisagem. Becker (2004) pontua que reconhecendo a retomada da potencialidade social e política do espaço, no último quartel do século XX, conceitua-se escala como uma arena política, definida por níveis significativos de territorialidade, expressão de uma prática espacial coletiva fundamentada na convergência de interesses, ainda que conflitiva e momentânea. Nesse contexto, surge uma competição que se encaminha para o espaço vivido contra o espaço concebido e funcional (BECKER, 2004). A análise das relações multifacetadas do espaço se impõe para superar o determinismo da concepção unidimensional e a dicotomia entre o concebido e o vivido. Conforme a autora, o espaço se constitui em um local de reprodução social, fragmentado e globalizado, articulado por fluxos e redes. No espaço, há múltiplos sujeitos sociais que agem transformando-o continuamente, em virtude de fatores internos e externos. O espaço é o local de reprodução social, política e econômica que assume distintos significados ao longo do tempo, de acordo com as transformações da sociedade. As relações sociais ocorrem por meio das redes de circulação e dos fluxos de comunicação conectados aos interesses do Estado e das grandes empresas. Logo, o espaço é entendido como reflexo das relações sociais de produção, isto é, como elemento que se encontra sob o controle do Estado.

David Harvey (2005) também mostrou que o espaço é tido como construção do homem e não como dado, haja vista que ele é o seu próprio cotidiano. Nesta abordagem a representação do espaço é fundamental. Harvey (2005) aponta que a análise do mundo revela um mosaico geográfico que demonstra as múltiplas atividades humanas. Assim, as práticas espaciais são constituídas por diversas influências, tais como: o acesso e a distância de um ponto ao outro; a forma como o espaço é apropriado considerando a maneira como é dominado pelos diferentes atores sociais; e a produção do espaço. As análises dessas práticas são eficazes por meio do estudo da estrutura das relações sociais das quais elas fazem parte. Sintetizando a discussão sobre o espaço geográfico, segue quadro explicativo com a relação dos principais autores utilizados e de suas concepções teóricas e vinculação ao ramo da Geografia (Quadro 1).

Quadro 1
Espaço Geográfico - Uma Tentativa de Síntese
2015

Autor e Publicação	Concepção e vinculação	Pensamento
Friedrich Ratzel. Antropogeografia: Fundamentos da Aplicação da Geografia à História (1892). Imagens Urbanas e Culturais da América do Norte (1874).	Naturalista - Geografia Física.	O espaço é influenciado pela política. Sua definição de 'espaço vital', como base indispensável para a organização do homem, até hoje é referência para diversas ciências.
Hartshorne. The Nature of Geography (1939). Perspective on the Nature of Geography (1959).	Naturalista - Geografia Física	O espaço para Hartshorne aparece como um receptáculo que contém coisas. Aponta três definições para o objeto da geografia em relação ao espaço. A primeira recomenda que a geografia proporcione a descrição de maneira racional, da superfície da terra. A segunda indica a geografia como disciplina que interpreta o modo variável da terra, de lugar a lugar. A terceira enfoca a geografia como o estudo que busca proporcionar uma descrição científica da terra enquanto mundo do homem.
Vidal de La Blache. As Características Próprias da Geografia. (1982).	Naturalista - Geografia Física.	Para La Blache existe um embate entre o homem e a natureza que possuiria uma dinâmica capaz de influenciá-lo. Contudo, os aspectos físicos e humanos não devem ser observados em configuração separada. O homem dominaria a natureza, mas, simultaneamente é dominado por ela.
Immanuel Kant. A Paz Perpétua (1795). Doutrina do Direito (1796); A Metafísica da Moral (1797). Antropologia do Ponto de Vista Pragmático (1798).	Naturalista - Geografia Física	Todas as coisas dotadas de dimensões podem ser percebidas como realidades espaciais. Nesta visão percebe-se que Kant separa o espaço e os demais elementos. As considerações apresentadas por Kant foram importantes no avanço dos estudos regionais, contudo limitadas quanto a não ver o espaço como algo constituído de significado ou estrutura própria.
Schaefer, Bunge, Ullman e Watson. Representantes da Revolução Teórica – Quantitativa (1950).	Naturalista - Geografia Física	O espaço apareceu pela na história do pensamento geográfico, enquanto conceito com a revolução teórico-quantitativa da década de 1950. Essa visão da unidade epistemológica da ciência, calcada nas áreas da natureza, sobretudo na física modificou a geografia.
David Harvey. A Produção Capitalista do Espaço (2005). Condição Pós-	Humanista - Geografia Crítica.	O espaço é entendido como relativo que se constitui a partir das relações entre os objetos que envolvem dinheiro, tempo e energia - para vencer o atrito imposto pela distância. Isto porque, para o autor é nesse espaço que os

Moderna (2006). Los Limites del Capitalismo y la Teoria Marxista (1990).		homens adquirem rendimentos diferenciais (de localização) e que desempenham papeis essenciais na decisão do uso da terra.
Pierre George. A Ação do Homem. (1968).	Humanista - Geografia Crítica.	A geografia estuda a dinâmica do espaço humanizado por meio da intencionalidade, ou seja, das relações entre as forças naturais e históricas. Seu estudo aborda as relações entre grupos humanos e a análise da diferença dos lugares.
Max Sorre. El Hombre em laTierra. (1967).	Humanista - Geografia Crítica.	Apreende a geografia humana como uma descrição das paisagens humanas e sua distribuição pelo planeta. O espaço é visto como localização e extensão. A geografia estuda os espaços terrestres, ou seja, organização e técnicas dos grupos humanos e a relação do homem com o meio. Em suas pesquisas desenvolveu uma ecologia do homem com enfoque na formação dos gêneros de vida e na questão espacial. Seu método descrevia a paisagem a partir da imaginação, mas há necessidade de recorrer às outras ciências e de seus instrumentos na análise dos fenômenos.
Gordon EasteWooldridge. Espírito e Propósito da Geografia (1967).	Humanista - Geografia Crítica	A ideia do objeto da geografia ser a 'superfície da Terra' é recursiva na bibliografia da área, manifestando-se enquanto aspecto físico, população, divisão política, clima, produtividade e outros elementos.
Paul Claval. Epistemologia da Geografia (1978) EnnobliretEmbellir de l'architecture à Peubanisme (1981).	Humanista - Geografia Crítica	A cultura é uma herança da comunicação que transforma o espaço cultural em espaço simbólico. A cultura é a ordem do simbólico e o espaço é onde ocorrem suas manifestações.
Y-Fu Tuan. Topofilia (1980).	Humanista - Geografia Crítica.	O espaço é uma harmonia entre o eu e o mundo, entre esses dois pares. No século XVI, o relacionamento do homem com o mundo, era voltado para o cosmos e baseado nos mitos. Com o avanço da ciência, a relação mundo passa a ser predominantemente voltada para a paisagem.
Olivier Dollfus. O Espaço Geográfico. (1972).	Humanista - Geografia Crítica.	O espaço geográfico se impetra e evolui como conjunto de relações estabelecidas a partir de representações concretas da superfície terrestre. Tanto os elementos físicos quanto as relações sociais são importantes nessa análise do espaço.
Henri Lefebvre. La Production de l' Espace (1974). De lo Rural a lo Urbano (1970).	Humanista - Geografia Crítica.	O espaço social é um produto, pois compreende suas relações, como o espaço da vida social, ultrapassando o aspecto físico, cuja base é a natureza que o homem transforma com seu trabalho. A natureza oferece os recursos para o desenvolvimento das atividades produtivas desempenhada pelo homem.

Ruy Moreira (1982). Repensando a Geografia. (1982).	Humanista - Geografia Crítica.	A geografia deve estudar o espaço geográfico analisando a relação dos grupos humanos com o meio geográfico, através dos modos de vida, sua evolução, sua distribuição e as instituições humanas. O autor apresenta seu entendimento sobre a estrutura das relações sociais, vista como expressão material, através da socialização da natureza pelo trabalho e pela totalidade estruturada das formas espaciais.
Roberto Lobato Corrêa O Espaço Geográfico: Algumas Considerações (1982). Territorialidade e Corporação: um Exemplo (1997).	Humanista - Geografia Crítica.	O espaço envolve a superfície terrestre, mas ele é socialmente construído por proprietários dos meios de produção, ou seja, o espaço é inseparável do tempo e da reprodução da força de trabalho. Para Corrêa (1982) o espaço caracteriza-se como, absoluto, relativo e relacional.
Milton Santos. Pensando o Espaço do Homem (1997). Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional (1998).	Humanista - Geografia Crítica.	Sua concepção de espaço geográfico assemelha-se à apresentada por Santos quando aponta que o homem produz o espaço ao alterar a natureza com o trabalho. O autor (1990, p.18) define o espaço como “produto que se torna condição de existência de seu próprio produtor”, formado pelo conjunto de relações localizadas nas obras das populações com seus meios de vida.
Brunet. Le Déchiffrement du Monde (1990)	Humanista - Geografia Crítica.	A proposta de um espaço geográfico traz como originalidade a “realidade dos lugares diferenciados, tomados no conjunto de suas relações e de suas interações, e o funcionamento de leis próprias à extensão, ao espaçamento, à distância e à gravitação”. O espaço é produzido por um conjunto de atores com interesses convergentes / cooperativos ou divergentes / concorrentes. Cada ator social contém sua estratégia, interesse e representação para sua produção, mas seus objetivos são fontes de conflitos, em função da desigualdade de poder.
Edward W. Soja. Geografia Pós-Modernas: a Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica. (1993).	Humanista - Geografia Crítica.	Para explicá-lo ele parte da dialética sócio-espacial de base gramsciana e a da noção de espacialidade, entendida como espaço socialmente produzido. Sua compreensão de espaço geográfico que considera ao mesmo tempo o aspecto físico e social.
Berta K. Becker (2004). Brasil: uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo (2006).	Humanista - Geografia Crítica.	O espaço é construído socialmente como conjunto de circuitos, conexões, comunicações e redes com propriedades dinâmicas próprias, políticas e com metas específicas. Assim, institui-se um espaço global e fragmentado. O primeiro caracteriza-se como homogeneizado com a integração dos lugares; e o segundo porque é apropriado em partes pelo Estado que redefiniu os fluxos e as conexões, gerando uma malha de controle técnico e político.

Organizadora: SANTOS, Juliana Souto, 2015.

1.2. Território: uma diversidade de concepções

Historicamente, o território é concebido como espaço delimitado na natureza por um indivíduo e/ou grupo social com o qual se identificam e produzem os meios materiais à sua existência. Todas as ciências que se utilizam desse termo compartilham da ideia de apropriação de uma parcela geográfica por uma pessoa ou pela coletividade. Estudiosos contemporâneos indicam que o termo território surgiu da junção entre a dimensão material e a simbólica, haja vista que, etimologicamente, surgiu próximo da expressão *Terra-territorium*, assim como de *terreo-territium* (aterrorizar). Tradicionalmente, o território representa uma porção do espaço que uma sociedade reivindica como o lugar em que os grupos encontram condições e meios concretos para suas experiências.

Ratzel (1988) considera o território como espaço concreto apropriado por um grupo social ou por um Estado-Nação que o rege por meio de leis e onde todos serão unidos por laços comuns, tais como a linguagem, os hábitos culturais, a sua formação social. A categoria território atrelou-se durante décadas à imagem de natureza e/ou ao território nacional, sendo elemento fundamental para o entendimento do conceito de ‘espaço vital’ estudado por Ratzel (1988). Para ele, povo civilizado é aquele que se utiliza dos meios físicos com técnicas de produção sofisticadas, assim como organiza um Estado-Nação como expressão do grau máximo de coesão social e de acúmulo de patrimônio cultural. Conforme Ratzel (1988), ao Estado incumbia-se a tarefa de defender o território e lutar por mais espaço (vital).

Os ideais de Ratzel enxergavam no Estado uma emanção natural da sociedade destinada à defesa e expansão do território. Assim, para Ramos (2009, et al), as leis de expansão espacial dos Estados que concebem o processo civilizatório, em termos de crescimento territorial, funcionaram como justificativa teórica para o movimento de unificação alemã empreendido através de guerras sucessivas. Ratzel (1988) destacou que o homem precisaria utilizar os recursos da natureza para conquistar sua liberdade. O desenvolvimento significa o maior uso dos recursos do meio, logo, uma relação íntima com a natureza. Quanto maior o vínculo com o solo, tanto maior seria para a sociedade a necessidade de manter sua posse.

É por essa razão que a sociedade cria o Estado, segundo Ratzel (1988, p. 42), “quando a sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado”. A análise das relações entre o Estado e o espaço foi um dos pontos privilegiados da Antropogeografia. Para Ratzel (1988), o território representa as condições de trabalho e a existência de uma sociedade e a perda de território seria a maior prova de decadência desta. Por outro lado, esses avanços implicariam na necessidade de aumentar o território e de conquistar novas áreas. A Geografia proposta por Ratzel privilegiou o elemento humano e valorizou questões diferentes à história e ao espaço como: a formação dos territórios; a propagação dos homens em migrações e colonizações; a distribuição dos povos/raças na superfície terrestre; entre outras, como objeto de estudo influente sobre as condições naturais e a evolução das sociedades. Na política, o território é produzido espaço-temporalmente, referindo-se as relações de poder exercidas pelo Estado-Nação sobre o indivíduo e a sociedade em diferentes escalas.

Para Raffestin (1993, p.53), o território apresenta um estilo relacional que ultrapassa seu alicerce material. Em função de concebê-lo inserido num intrincado tecido de obras heterogêneas, não se deve credenciá-lo a imagem de um território fixo, mas, compreendê-lo como alguma coisa que suplanta as barreiras materiais distribuídas pela organização social. Tais relações resultam em confrontações e disputas que formam uma arena de poder implícito como um território, isto é, como um espaço esboçado por afinidades de poder.

O poder surge nas relações interpessoais e flexíveis, sendo compreendido como “o lugar de todas as relações” (Raffestin, 1993, p. 59), incluindo as dimensões e interesses, econômicos, políticos, sociais, religiosos e culturais enquanto disposições multidisciplinares. O autor (Idem, 1993) reafirma esta visão quando menciona que o território se forma a partir do espaço, como resultado de uma ação regida por um sujeito que se apropria de um espaço concreto. O território parte de uma compreensão subjetiva e simbólica, no qual o espaço e o homem instituem conexões afetuosas construídas através de afinidades concretizadas no cotidiano.

Raffestin (1993, p.144) ainda afirma que, “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço. Ora produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscrevendo num campo de poder”. Sem dúvida, o homem nasce com o território, e vice-versa, o território nasce com a civilização. Os homens ao

tomarem consciência do espaço em que se inserem (visão subjetiva) e ao se apropriarem e/ou cercarem este espaço (visão objetiva) passam a concebê-lo como território. Assim, Raffestin (1993, 146) propõe uma distinção da qual nem todos estudiosos partilham, entre espaço, considerado como prisão original e território, como, "a prisão que os homens constroem para si".

O conjunto de relações dinâmicas, vigente entre pólos distintos é intercalado pelo posicionamento identitário dos indivíduos e da coletividade. Nesse sentido, o lugar do território caracteriza-se como político ou cultural, mas precisa de uma configuração e um teor específico, atrelados à exterioridade. Raffestin (1993, p. 160-161) evidencia que esse desenho justapõe-se à realidade dos grupos, mas demonstra um conjunto de afinidades geradas do aparelho tridimensional, sociedade, espaço e tempo.

Raffestin (1993) elucida também que o território se forma pelas vivências das pessoas propagadas nas suas relações significativas e simbólicas. Assim, estabelece-se um vínculo para com o território através de territorialidades específicas. Ao se encontrar, os diferentes grupos confrontam suas territorialidades e estabelecem um campo de forças por conta das diversas tensões. As visibilidades para novas relações sociais significam as adequações à situação, em combinando os espaços de origem com base em simbologias inovadoras, para uma nova coesão social e territorial.

Andrade (1995) adverte que, nas Ciências Sociais a expressão território é utilizada desde o século XIX, por geógrafos como Ratzel que se preocupava com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território. Segundo Andrade (1995), o conceito de território vincula-se à ideia de gestão de determinada área e de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, ao poder das grandes empresas que se estendem por áreas territoriais, desconhecendo as fronteiras políticas. Nessa concepção, o território pode ser entendido como o controle administrativo, fiscal, jurídico e econômico de uma área, isto é, deve-se concebê-lo a partir da ideia de poder político que emana em um determinado campo de forças.

Em sua obra, Andrade (1995) faz uma diferenciação entre território e espaço, não devendo o território ser confundido com o espaço e/ou o lugar. Para Andrade (1995), o conceito de território abrange uma abordagem política e econômica de ocupação do espaço. Assim, para o autor o território associa-se à ideia de integração

nacional, de uma área efetivamente ocupada pela população para economia, a produção, o comércio, os transportes e a fiscalização.

Souza (1995, p. 97) aponta que o território não deve ser confundido com a simples materialidade do espaço socialmente construído, nem com um conjunto de forças mediadas por esta materialidade. Souza indica que não se deve reduzir o espaço ao espaço natural. O território torna-se quase que sinônimo de espaço social, empobrecendo, o dispositivo conceitual disponível e não desenvolvendo a perspectiva relacional, como apontada anteriormente por Raffestin. Souza (1995) exemplifica que o território no sentido simbólico é apropriação e no sentido econômico é domínio de um espaço socialmente partilhado e não simplesmente construído.

O enfoque de Souza (1995) sobre o território assinala os aspectos políticos e culturais, afirmando que sua identificação sobre os grupos sociais estabelece relações de poder, mas simultaneamente formam conflitos em função das suas diversidades de interesses. Assim, o território é um espaço definido e demarcado por e a partir das relações de poder e das identidades. Na compreensão de Souza (1995), o poder não se reduz ao Estado-Nação, não podendo ser confundido com a dominação. Nessa perspectiva, a categoria território abrange mais que o aspecto do aparelho estatal. O autor (1995) concebe um modelo de território autônomo, como alternativa de desenvolvimento. Ainda pontua que em uma sociedade independente, as pessoas deveriam gerir-se livremente na sua jurisdição - que seria aquela em que as instâncias de poder permitem o livre-arbítrio integrado à máquina Estatal. Souza (1995) reforça que um território ideologizado como autônomo apresenta um poder centralizador, do tipo Estado-Nação, é um território no qual as pessoas manifestam suas escolhas e potencialidades, gerando um espaço socialmente equitativo.

Para Santos (1995), a formação do território é algo externo a ele. Contudo, é a periodização da história que define o que é e como será organizado o território nas suas configurações econômicas, políticas e sociais. A análise histórica do território como espaço variável, a partir de seus elementos quantitativos e qualitativos, é realizada por Santos (1995). Em cada momento da história, a posição no sistema temporal e espacial e os valores devem ser adotados na sua relação com os demais elementos, bem como, mudam também os papéis e as funções sociais.

Santos (1996) assinala o dualismo entre o local e o global nas adjacências do território, pois, na atual conjuntura, novas interpretações foram acumuladas. O território é concebido como invenção histórica do trabalho humano surgindo na demarcação territorial vivida, adotando múltiplas formas e consignações. Assim, as redes expressam o movimento de verticalidade e organizam parte do espaço, mas não de todo o espaço. Nessa perspectiva, é possível pensar que o território enquanto ‘território usado’ comporta uma dialética expressa por meio de um espaço local - vivido por todos, onde o limite é o ato de produzir; e o espaço global - “habitado por um processo racionalizador e de um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los” (SANTOS, 1996, p. 18).

Para Santos (2002), a formação do território decorre da forma do espaço encaminhado segundo os métodos vigentes utilizados. O território é distinguido pelos procedimentos e pela diferenciação das práticas conformadas pelos meios de produção, objetos, conjunto territorial e dialética do espaço, já que estes são heterogêneos. As técnicas abrangem suas proposições e metas na intencionalidade humana. Suas contribuições para a constituição da categoria território questionam a validade de estudá-lo nas configurações e reconfigurações mundiais que o influenciam enquanto espaço. Para Santos (2003, p. 19), a categoria território representa “um nome político para o espaço de um país”, ou seja, ele realiza uma leitura múltipla do território incluindo um novo componente para suas análises - o trabalho, concebido como um dos pontos para a explicação do território.

É no território que as relações capitalistas efetivamente se fazem presentes. Andrade (2004) adverte que o espaço é mais amplo que o território, englobando as áreas vazias que ainda não se territorializaram e que ainda não sofreram uma ocupação humana efetiva. O território é uma área delimitada geográfica e administrativamente pelas suas fronteiras. Assim, agregada ao território tem-se a expressão territorialidade que para o autor,

Pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeito à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado. A formação de um território oferece às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas (ANDRADE, 2004, p. 20).

Para refletir sobre o conceito de território, no Brasil, Andrade (2004) adverte que deve se levar em conta as relações existentes entre o espaço delimitado geográfica e administrativamente pelas fronteiras e o território legitimamente ocupado. Conforme o autor, a formação de um território oferece às pessoas que nele residem à consciência de sua participação, gerando o sentido da territorialidade que cria uma consciência de confrontação entre elas. Sobre o século XIX, sua análise refere-se à Amazônia, verificando a desocupação do sistema de vida local, o abandono das culturas de subsistência e a intensificação da exploração da seringueira.

Para Andrade (2004), na segunda metade do século XX, a organização territorial passou pelas seguintes etapas: a do Estado Novo, sob o comando do presidente Vargas; a de Juscelino Kubitschek, com ênfase na construção da capital (Brasília) e sua ligação com os mais distantes pontos do território nacional; a do período militar, com grande abertura para o capital estrangeiro e o emprego de grandes capitais nos setores de construção de estradas e de mineração e a atual, caracterizada pela crise da chamada ‘década perdida’ e da tentativa de recuperação. Andrade (2004) enfoca que as dificuldades de administração, causadas pela extensão territorial das unidades políticas e pela dispersão da população, levaram a uma nova organização territorial, com o desmembramento dos grandes estados em territórios de menor extensão, a exemplo de Goiás e Mato Grosso.

Heidrich (2004) assinala que o território envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação e separação. Sua ampliação suscita territorialidades manifestas em ocupações no espaço absoluto (concreto) e relativo (de relações entre objetos). Nessa perspectiva, para Zambrano (2001, p.29), o significado de território envolve o espaço terrestre que um povo utiliza constituindo pertencimento, ao organizar padrões socioeconômicos diferenciados produzindo os espaços de jurisdição.

Saquet (2003) retoma as diferentes explicações do conceito de território, levando em consideração as três vertentes mencionadas por Haesbaert (jurídico-política, econômica e culturalista), como sendo essenciais para fazer as interligações necessárias para o entendimento do conceito. Mesmo sobressaltando a importância da interligação entre as três visões apontadas acima, Saquet (2003, p.28) enfatiza a importância da

categoria natureza como espaço físico-geográfico, na composição e compreensão do território, haja vista que ela está intrínseca a ele como um todo.

Assim, Saquet (2003) assinala que nesse processo o espaço geográfico estaria nas territorialidades cotidianas dos indivíduos, em diferentes temporalidades, haja vista que essa apropriação formata territórios sobrepostos e heterogêneos, fundamentados nas contradições sociais. Conforme Sposito (2004, p. 116) o território significa, “condição básica e referência histórica para consolidação e expansão do sistema capitalista, permanece com sua importância como materialização das relações sociais de produção”.

Uma tentativa de sínteses das discussões sobre o conceito de território está apresentada abaixo, contendo autores, suas concepções teóricas e vinculação com os ramos da Geografia (Quadro 2).

Quadro 2
Território - Uma Tentativa de Síntese
2015

Autor e Publicação	Concepção e vinculação	Pensamento
Ratzel. Antropogeografia do Espaço Vital. Povos em Movimento (1940). Imagens Urbanas e Culturais da América do Norte (1876). Os Estados Unidos da América (1878)	Naturalista - Geografia Física.	Considera o território como espaço concreto apropriado por um grupo social ou por um Estado-Nação que o rege por meio de leis e onde todos serão unidos por laços comuns, tais como a linguagem, os hábitos culturais, a sua formação social. A categoria território atrelou-se durante décadas à imagem de natureza e/ou ao território nacional. Elemento fundamental para o entendimento do conceito de ‘espaço vital’ estudado por Ratzel (1988). Conforme Ratzel (1988), ao Estado incumbia-se a tarefa de defender o território e lutar por mais espaço (vital). Segundo Ratzel, “quando a sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado”.
Claude Raffestin. Por uma Geografia do Poder (1993).	Humanista - Geografia Crítica.	O território apresenta um estilo relacional que ultrapassa seu alicerce material. Em função de concebê-lo inserido num intricado tecido de obras heterogêneas, não se deve credenciá-lo a imagem de um

		território fixo, mas, compreendê-lo como algo que suplanta as barreiras materiais distribuídas pela organização social. Resultam em confrontações que formam uma arena de poder implícito como um território.
Manuel Correia Andrade A Terra e o Homem no Nordeste (1963). Teoria sobre Território no Brasil (1995).	Humanista - Geografia Crítica.	Adverte que em ciências sociais a expressão território é utilizada desde o século XIX, por geógrafos como Ratzel que se preocupava com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território. O território vincula-se à ideia de gestão de poder, público, estatal, das grandes empresas que se estendem por áreas territoriais, desconhecendo as fronteiras políticas. O território pode ser entendido como o controle administrativo, fiscal, jurídico e econômico de uma área.
Marcelo Lopes de Souza A Questão Urbana no Brasil (1994). O Desafio Metropolitano, em (2001). Fobópole: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana (2008).	Humanista - Geografia Crítica.	O território não deve ser confundido com a simples materialidade do espaço socialmente construído, nem com um conjunto de forças mediadas por esta materialidade. Souza (1995) assinala os aspectos políticos e culturais afirmando que sua identificação sobre os grupos sociais estabelece relações de poder, mas formam conflitos em função das diversidades de interesses.
Milton Santos O Papel Ativo da Geografia: um Manifesto (2000).	Humanista – Geografia Crítica.	A formação do território é algo externo a ele. Contudo, é a periodização da história que define o que é e como será organizado o território nas suas configurações econômicas, políticas e sociais. O território é concebido como invenção histórica do trabalho humano surgindo na demarcação territorial vivida, adotando múltiplas formas e consignações. As redes expressam o movimento de verticalidade e organiza parte do espaço de todos.
Luiz Heidrich Coleção Explorando o Ensino Geografia (2004).	Humanista - Geografia Crítica.	O território envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação e separação. Sua ampliação suscita territorialidades manifestas em ocupações no espaço absoluto (concreto) e relativo (de relações entre objetos).
Zambrano Obras Completas. Seis Tomos (2011).	Humanista - Geografia Crítica.	O significado de território envolve o espaço terrestre que um povo utiliza constituindo pertencimento, ao organizar padrões

Escritos sobre Ortega (2007).		socioeconômicos diferenciados produzindo os espaços de jurisdição.
Rogério Haesbaert O Mito da Desterritorialização: do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade (1998) Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo (1999). Territórios Alternativos (2008)	Humanista - Geografia Crítica.	Destaca que um território antes de ser uma fronteira é primeiro um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários, nos quais os homens constituem suas relações sociais e de pertencimento. O território representa, um simulacro de uma superfície terrestre onde o estado e a nação exercem domínio em limites estabelecidos nas dimensões econômicas, políticas e culturais.
Berta K. Becker Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia: é Possível Identificar Modelos para Projetar Cenários? (1995).	Humanista - Geografia Crítica.	As relações atuais da geografia caracterizam-se pelas relações de poder dos agentes sobre o território, apoiado nas disputas das potências por estoques naturais, pelas impossibilidades de seu uso, uma vez que a distribuição da tecnologia e dos recursos é desigual.
Samuel P. Huntington O Choque de Civilizações Soldado e do Estado: A Teoria e Política de Relações Cívico-Militares (1997). A Defesa Comum: Programas Estratégicos na Política Nacional (1999).	Humanista - Geografia Crítica.	Para os países periféricos, os territórios nacionais constituem a base material da soberania e um patrimônio a ser preservado nas relações internacionais. Em um mundo marcado pela desigualdade, é do território que essas nações dependerão para a sua sobrevivência. Evidencia-se o valor estratégico dos territórios nacionais, mensurados pela extensão e riqueza dos recursos naturais. Difundem-se comunidades com diversidades socioculturais, mas que não dispõem de uma infraestrutura para sobreviver.

Organizadora: SANTOS, Juliana Souto, 2015.

1.2.1 Dimensões para o Entendimento do Território e das Territorialidades

Haesbaert (1998) destaca que um território antes de ser uma fronteira é primeiro um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários, nos quais os homens constituem suas relações sociais e de pertencimento. O território representa, assim, um simulacro de uma superfície terrestre onde o estado e a nação exercem domínio em limites estabelecidos nas dimensões econômicas, políticas e culturais. O

pensamento apresentado por esse autor constitui-se na base de entendimento com a qual partilhamos neste estudo. Assim, o pensamento de Haesbaert (1998, p.25) aponta a existência de três dimensões geográficas conceituais para o entendimento do território, a tendência jurídico-política, a culturalista-simbólica e a econômica. Em cada uma destas vertentes o autor aponta seu entendimento sobre território e territorialização, mostrando a perspectiva geográfica e os trabalhos concebidos por este viés, assim como os principais autores, enquanto agentes constituidores dos referidos paradigmas que comungam dessas teorias.

A primeira dimensão é a jurídico-política, na qual o território é visto como um espaço de poder controlado pelo Estado. Na segunda, a culturalista-simbólica, o território é um produto da apropriação subjetiva, no qual o espaço é concebido por aspectos culturais. A terceira dimensão refere-se à econômica que enfatiza o território como fonte de recursos no embate entre classes sociais, na relação capital e produto da divisão territorial do trabalho.

A dimensão jurídico-política, apontada por Haesbaert (1998), é concebida como a vertente privilegiada sobre o enfoque de território, em função dos limites e fronteiras político-administrativos que concebe o território demarcado e controlado, por meio do qual se exerce poder de caráter estatal, a exemplo do Estado-Nação e dos vários equipamentos políticos. Nesse contexto, destacam-se as relações de regulação e de dominação política da Geografia Política. Trabalham nessa acepção Allières e Ratzel com sua visão clássica de território e espaço.

A segunda dimensão apontada pelo autor é a culturalista. Nela, as relações de identificação cultural da Geografia Humana e/ou da Geografia Cultural são fundamentais para a apropriação do espaço, sendo feita através do imaginário e/ou da identidade social dos grupos étnico-culturais e dos indivíduos. Nesse sentido, para o entendimento do território, o conceito de imaginário é fundamental, haja vista que o complexo de representações, crenças, emoções, aspirações, entre outros aspectos que norteiam os grupos de indivíduos são observados e fundamentais para essa compreensão. Autores como Deleuze e Guattari e Yi-Fu Tuan destacam-se nessa vertente, sendo as questões centrais dessa tendência, lugar e cotidiano; identidade e alteridade social e cultura e imaginário (HAESBERT, 1998).

A terceira dimensão para apreensão do território, indicada pelo autor (1998), é a econômica também chamada de economicista. Por ela, constituiu-se a Geografia Econômica na qual se trabalha a concepção de território por meio de categorias como, divisão territorial do trabalho, classes sociais e relações de produção.

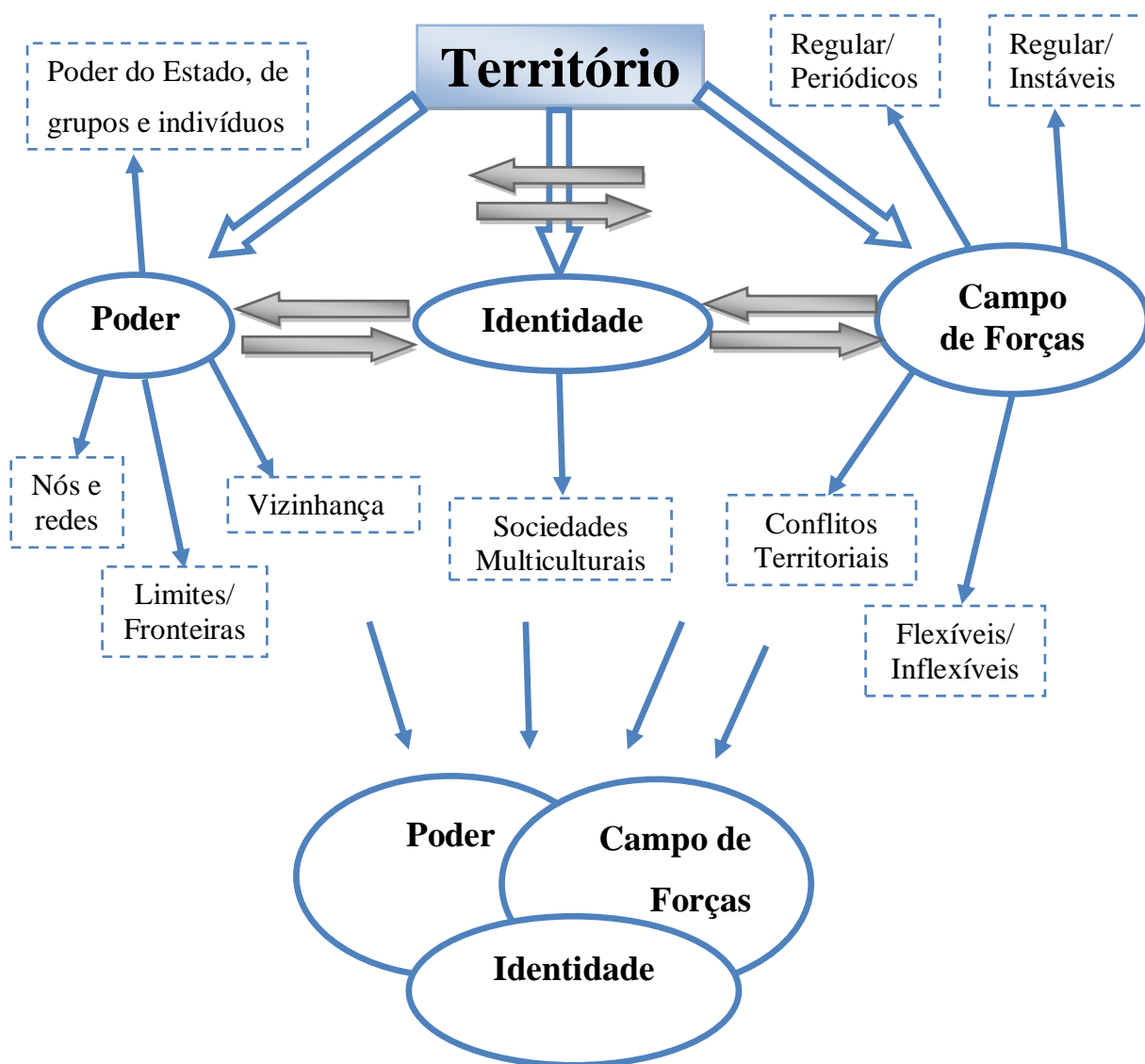
Haesbaert (Idem, 1998, p.79), avançando nas discussões, desenvolve uma nova concepção para o território concebida como multiterritorialidade que age integrando aspectos políticos, simbólicos e econômicos. Assim, passa a explicar a complexidade do território por uma posição híbrida do espaço, fundindo diversos setores do mesmo em uma complexa integração entre espaço e tempo, o que permite um fluxo de interdependências do capital que reflete as desigualdades vivenciadas no seu interior.

Haesbaert (2008) foi um dos primeiros autores a afirmar que a categoria território está organizada a partir de três enfoques teórico-metodológicos da Geografia, que são: território jurídico-político, território simbólico-cultural e território econômico, indicando uma profusão de significados referentes aos aspectos concretos do cotidiano e da sociedade.

Ao instituir um espaço dos fluxos consolidado na hegemonia dos grupos transnacionais, segundo Ciccolella (et al, 1999, p. 297), “o capitalismo avançado e as mudanças produtivas não aboliram nem anularam o espaço, mas pelo contrário lhe deram novo significado, nova dimensão e nova estrutura”. Com a mundialização, a Geografia avançou em suas discussões acerca de suas categorias e redefiniu conceitos como o de território. Esse conceito concebido na política passou a ser estruturado a partir da complexidade das escalas econômicas e das relações sociais. O Estado-Nação conferiu limites ao território, mas enfraqueceu diante da mundialização do capital e do monopólio das multinacionais. Assim, o território fundamenta-se sob novos patamares e a sua abordagem torna-se mais variada pela multiplicidade de significações.

Utilizando as idéias do autor, Cavalcanti (2009) elaborou um esquema denominado “Sistematização do Conceito de Território”, no qual utiliza outras categorias convergentes como poder, identidade e campo de força para melhor apresentar a explicação do conceito de território (Figura1).

Figura 1
Sistematização do Conceito de Território
2015



Fonte: Sistematização do Conceito de Território. CAVALCANTI, 2009 Disponível em: <https://www.google.com.br/search?=&territorio&client=firefox-a&rls=org.mozilla:pt-BR>. Acesso em: 12 de agosto de 2014.

Com o intuito de facilitar a explicação, a autora aponta outros elementos referentes à Geografia, usando temáticas complementares como: poder do Estado, grupos sociais; fronteiras, limites, conflitos territoriais (flexíveis e inflexíveis) que se entrecruzam em uma sociedade multicultural. Esse termo multicultural é bem apontado pelo próprio Haesbaert (2008) que o designa de multiterritorialidade, ou seja, que a sociedade não é constituída somente de uma única vertente e/ou viés, mas de múltiplos aspectos políticos, culturais, socioeconômicos, entre outros fatores, que integrados constituem o cotidiano das pessoas e, simultaneamente, sistematizam o conceito de território (2011).

Sack (1999) explica a territorialidade como a estratégia geográfica para dominar e apreender a dinâmica das relações pessoais e dos fenômenos por meio da conservação de uma área. O mundo contemporâneo, aberto aos fluxos do capital financeiro globalizado, exhibe diversos exemplos de fortalecimento das influências territoriais, como é manifesto nas fronteiras internacionais fechadas aos fluxos migratórios.

Compete ainda destacar que na visão de Souza (2001, p. 108), “em qualquer circunstância, o território encena a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo”. Assim, este autor (Idem, 2001) reforça também que o território deve ser apreendido em múltiplas dimensões e funções, mesmo privilegiando as transformações provenientes do poder no território. Assinala, assim, a existência de múltiplos territórios, principalmente, nas grandes cidades como os territórios das gangues, do narcotráfico e outros, sendo eles temporários ou permanentes.

Analisar as territorialidades surgidas no mundo contemporâneo contribui para melhorar o entendimento sobre a globalização, visando uma superação das visões dicotômicas, globalização versus fragmentação, no sentido de uma globalização que fragmenta os processos globais. Para compreender até que ponto estas territorialidades em constituição são inovadoras, impõe-se aprofundar questões relacionadas às percepções de território e territorialidade. Assim, a territorialização engloba ao mesmo tempo enraizamento e mobilidade, no que se refere aos itinerários. Existe uma gama de territórios sobre a superfície do planeta e a cada qual corresponde uma extensa diversidade de territorialidades, com dimensões e conteúdo específicos.

A territorialização é a forma de como se materializa o território, bem como, a manifestação das pessoas, a especialização de qualquer segmento da sociedade como, por exemplo, a produção econômica de um determinado produto. Assim, o território da globalização contrapõe a interesses estabelecidos por um novo organismo de controle representado pelas grandes empresas e grupos econômicos. Conforme Gonçalves (2004, p. 210), nesses territórios produzem-se possibilidades de relação unitária quando aproximam lugares que são “lôcus da multidimensionalidade da vida, na qual a convivência do diverso instiga em cada um, posto que conforme as subjetividades de cada qual”. Assim, fortalecem-se novas horizontalidades estabelecidas com base territorial com o escopo de encontrar caminhos alternativos a globalização.

A concepção de territorialização foi apresentada por Haesbaert (2004) em quatro condições: territorialização fechadas, caracterizada pela uniterritorialidade, com pouca diversidade de poder e identidade; territorialização tradicional com semelhanças internas através de uma identidade nacional; territorialização flexível que consentem a multifuncionalidade territorial; e territorialização múltipla derivadas dos acordos privados, consolidando territórios individuais ou coletivos.

A territorialização é concebida a partir das complexidades das escalas entre a política e as relações socioeconômicas, haja vista que o enfraquecimento do Estado para empresas multinacionais possibilitou a perda do controle dos limites e monopólio territoriais. A propagação de técnicas cartográficas e de guerra permitiu ofensivas à distância e fixações dos marcos físicos e políticos das nações. Essa difusão foi impulsionada com os danos sofridos pelo socialismo no mundo e pela intensificação do poder capitalista. Com a mundialização das relações impostas nos territórios nacionais, os sistemas político-econômicos interligaram-se, por meio da ativação das redes tecnológicas e da massificação do consumo que, historicamente, transforma as mercadorias em dinheiro.

Segundo Corrêa (2006, p. 68), subjacente às funções do território estão às necessidades das corporações de se transformar em centros de gestão do território, instituindo valor e apropriação da mais-valia no espaço geográfico, redimensionando a circulação e a acumulação espacial. Incide ainda sobre a divisão internacional do trabalho, na qual o proletário impõe-se na movimentação do capital reorientando a

produtividade nos países periféricos e incentivando territorialidades pela organização da sociedade e do mercado.

Haesbaert e Limond (2007) mostram que para formular a ideia da multiterritorialidade analisaram a desterritorialização. Esses autores (2007) evidenciam que a partir das ideias de Karl Marx considerava-se que o modo de produção capitalista desterritorializou os modos de produção preexistentes para reterritorializar-se, segundo sua própria dinâmica. Portanto, a multiterritorialidade estabelecida por meio da sociedade em redes representa o que os autores chamam de processos reconhecidos pela combinação dos aspectos locais e globais.

Nessa perspectiva, a globalização condicionou a produção de um novo complexo geopolítico de território denominado de multiterritorialidades, haja vista que as territorialidades cederam lugar às diversidades territoriais contrapondo aos interesses do momento, do lugar e das sociedades geridas pelo princípio da exclusividade. Na atualidade, existe uma multiplicidade de territórios materializados por meio do entendimento de uma sociedade de redes que são interligadas as formas da reprodução e as relações sociais. A territorialidade adquiriu distintas escalas no plano local e no cotidiano, assim como no nível regional nacional e/ou no supranacional. Haesbaert (2011) aponta que existem diversas conceituações de território, de acordo com sua permeabilidade, destacando-se territórios simples, exclusivos e excludentes, até territórios integralmente híbridos com simultâneas territorialidades.

1.3 Geopolítica: uma visão geográfica

A Geopolítica consiste em uma ciência interdisciplinar que usa as ciências humanas e sociais, como a Geografia e a Política, com uma metodologia atrelada às estratégias da segurança nacional. A Geopolítica tem a finalidade de explicar os conflitos internacionais e os temas políticos da atualidade, interpretando o desenvolvimento político dos países empregando como parâmetro as informações geográficas.

A Geopolítica se fundamentou nas ideias do norte-americano Mahan (1957) que influenciou a política exterior com a aceção de ‘destino manifesto’ na busca pela ampliação territorial. O autor defendia a ideia de que as potências marítimas têm

capacidade de ser dominantes, pois são apropriadas para manter o controle de áreas ao redor do continente euro-asiático, concebido como centro socioeconômico e político do mundo. O pensamento geopolítico desenvolveu-se no interior do Estado Moderno, ao qual se incorporaram as forças armadas, o corpo diplomático, o discurso e a prática dos dirigentes ganhando força entre as populações de todo o mundo.

A Geopolítica inspirou a ampliação de conceitos e a produção literária permitindo maior ambição dos geopolíticos. A Geopolítica tem seus estudos regulados na esfera do Estado, voltada para a elaboração de teorias e projetos relativos ao poder e estratégias para conquista, ocupação e controle de territórios estrangeiros e nacionais. A concepção teórica de Geopolítica começou a ser sistematizada no final do século XIX. Contudo, os estudos pioneiros sobre essa temática foram apresentados por Johan Rudolf Kjéllen que usou o termo pela primeira vez no início do século XX, inspirado pelas obras do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, *Antropogeografia: Fundamentos da Aplicação da Geografia à História* (1892) e *Geografia Política* (1897).

Nessas obras, Ratzel definiu como objeto da Geografia o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade. As colocações ratzelianas referentes à ação do Estado sobre o espaço e a denominação dos territórios se manifestaram na constituição da Geopolítica. Suas obras atuavam na Fisiologia e na Psicologia (caráter) dos indivíduos, bem como, na da sociedade. Assim, a natureza influenciaria a constituição social, pela riqueza que propicia através dos recursos do meio em que está localizada. Para Ratzel (1888), a função do Estado é expandir e defender o espaço territorial nacional. O autor entendia que as fronteiras nacionais são móveis, pois se determinam pela capacidade político-militar de ampliação. Sua obra refletiu o momento da unificação da Alemanha pela Prússia, processo marcado pela expansão bélica da era Imperial do IIº Reich. Seu pensamento surgiu após várias guerras, como Austro-Prussiana (1866) e Franco-Prussiana (1870). Seu raciocínio expressava uma ligação entre a unificação nacional, necessidade de expansão territorial e poder militar.

Segundo Costa (1996), os estudos de Kjéllen partiram de Ratzel que entendia o Estado como um organismo territorial com semelhanças naturais. A Geopolítica de Kjéllen volta-se para as relações de poder, como uma espécie de geoestratégia. Isto porque, no período entre as duas grandes guerras mundiais, Kjéllen concebeu o Estado

como um organismo biológico de caráter reducionista e expansionista agregando teorias, conquistas de territórios, hegemonia e poder. Suas publicações surgiram a partir de 1916, nas quais definia a Geopolítica como a ciência do Estado que opera enquanto mecanismo geográfico como um fenômeno espacial, tal qual um país. Como Ciência Política tem sempre em vista a unidade do Estado.

Na visão de Kjéllen, o espaço é para o Estado uma fonte de poder, vitalidade e o fundamento material da nação - composta pela união entre o meio físico e os habitantes. A influência da natureza sobre o homem advém de suas características econômicas e sociais, sendo a sociedade uma organização que sustenta relações com o solo, calcada em imperativos de moradia e alimentação. Para Kjéllen, os Estados competem uns com os outros por domínio do poder, para preservação e aumento dos seus espaços físicos garantindo, assim, sua sobrevivência. O autor defende a ideia de que, “o Estado é direito por dentro e força por fora”. (COSTA, 1996, p. 32)

Costa (1996) ao analisar a obra de Kjéllen comenta:

O homem, bem como a maior de suas obras, o Estado, não é concebível sem o solo terrestre. Quando nós falamos de Estado, designamos sempre, exatamente como no caso de uma cidade ou estrada, uma fração da humanidade ou uma obra humana e, ao mesmo tempo, uma superfície terrestre (COSTA, 1996, p. 35).

Conforme Costa (1996, p. 56), a Geopolítica sofreu um empobrecimento teórico, pois inúmeros generais a estabeleceram como ‘ciência de contato’, ou seja, que transita entre a Geografia, a Política e as Ciências Jurídicas. Assim, a Geopolítica representa uma forma para interpretar o espaço do ponto de vista do Estado. Um exemplo da utilização da geopolítica pelos estadistas é a do alemão Karl Haushofer que a usou como instrumento de propaganda, na Alemanha nazista. Mattos (1997) cita que seu desprestígio como ciência transcorreu durante a ascensão de Hitler, na Alemanha, que se apropriou do Instituto de Munique para justificar o expansionismo da ‘teoria do espaço vital’. Isso começou a mudar com a ascensão da Geografia Crítica. Afirma ainda que ao fundar o Instituto de Geopolítica de Munique, teóricos como Haushofer relacionaram a ciência militar com a Geografia Política, surgindo a Geopolítica para intervir internacionalmente em guerras e conquistas territoriais.

Pesquisadores apontam divergências sobre o conceito de Geopolítica e Geografia Política. No campo das Ciências Sociais (Política), a Geopolítica relaciona-se com teorias e estratégias voltadas ao poder dos Estados nos territórios nacionais e estrangeiros, assinalando resoluções governamentais, guiadas pela Geografia. Nesse sentido, a Geopolítica apresenta uma visão de domínio sobre um espaço geográfico como área estratégica de poder. As táticas Geopolíticas visam ocupar os espaços vazios garantindo a expansão e a unidade de um território nacional. A Geopolítica é a Geografia combinada com política, mas a serviço dos interesses estatais e estratégicos das relações internacionais e/ou nacionais.

A nova Geopolítica representa um desafio para o futuro, influenciando nas deliberações dos Estados sobre o uso do território e seus recursos, por meio de coerções disfarçadas. Isto é, atua pressionando-o sobre o uso dos territórios com ampliações das redes, acelerando o tempo das escalas de relações, bem como, diminuindo conflitos na faixa e/ou limites territoriais múltiplos como desafio relacionado à infraestrutura local. Com a internacionalização do capital, a globalização integrou os mercados financeiros mundiais e o crescimento do comércio internacional foi viabilizado por meio das tecnologias o que, contraditoriamente, desregulamentou o mercado financeiro. Miyamoto (1997, p.139) afirma que a reconfiguração do lugar reforça a necessidade de alinhamento dos limites na reorganização política, econômica e cultural da sociedade. Assim, surgiram áreas que se territorializaram como novos estados e municípios, pois as fronteiras políticas são dinâmicas e estão sujeitas às atividades sociais e econômicas.

Um marco importante no desempenho da Geopolítica foram os estudos do geógrafo francês Yves Lacoste (1997) que propôs um redirecionamento entre as duas ciências apontando questões de cunho sociais e críticas, em sua obra, “A Geografia - Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra”:

Seguramente, o termo Geopolítica foi proscrito há decênios, sob pretexto de que ele esteve estritamente ligado à argumentação do expansionismo hitleriano. Mas, pelo mesmo motivo se bani a biologia, da qual os teóricos nazistas das ‘raças superiores’ fizeram o uso que se sabe? (LACOSTE, 1997, 242).

Huntington (1997) também trata das questões Geopolíticas ao pontuar sobre as novas estratégias de contenção movida pelos Estados Unidos, visando reafirmar sua

liderança no mundo pós-Guerra Fria. Assim, as lutas do século XXI seriam por motivação civilizacional. Até hoje, na Geopolítica mundial a ‘teoria do espaço vital’ implica nas lutas por domínio de mercados, zonas de influência e/ou questões de segurança de um Estado. Do ponto de vista teórico, o espaço não é território, pois supõe um processo de integração de lugares políticos, simbólicos e econômicos, incidindo também sobre o espaço geográfico na expansão de redes, poder e organizações. Para Huntington (1997), a Geopolítica tem um caráter utilitário e regula seus estudos na esfera do Estado. Um dos seus méritos recai sobre a elaboração de projetos voltados às estratégias gerais para os territórios nacionais e estrangeiros.

Contudo, na conjuntura atual, relativiza-se a importância do conteúdo ratzeliano sobre o Estado Nacional, no sentido de que seu poder para todas as sociedades está fora de suposição, mas para os países periféricos, os territórios nacionais constituem a base material da soberania e um patrimônio a ser preservado nas relações internacionais. Para alguns povos, os territórios e seu conteúdo são tudo o que lhes resta. Em um mundo marcado pela competição e desigualdades, é do território que essas nações dependerão para a sua sobrevivência. Evidencia-se o valor estratégico dos territórios nacionais, mensurados pela extensão e riqueza dos recursos naturais. Além disso, difundem-se comunidades com diversidades socioculturais, mas que não dispõem de uma infraestrutura para sobreviver.

Com o fim da Guerra Fria e a queda do muro de Berlim, surgiu nova Geopolítica mundial ganhando uma maior significância a relação espaço-poder que recuperou a competência política e cultural propagando outros conflitos territoriais. Essas transformações ocorreram em escala mundial gerando conflitos sociais e ambientais em escala local. Com as inovações tecnológicas, apareceram novas estratégias geopolíticas, econômicas que interferiram na reconfiguração do Estado. Para Becker (1995, p. 272), “as novas tendências de globalização econômica e dos movimentos sociais romperam as fronteiras dos Estados introduzindo diferenciações nos territórios nacionais”.

Assim, a relação espaço e poder transcende o Estado. Nesse âmbito, Becker (1997, p. 272) ressalta que em aparente contradição, as condições que induzem a revalorização da Geopolítica negam as pressuposições em que se tem abancado, isto é, o Estado passa a ser encarado como unidade política do sistema internacional e o território enquanto embasamento do poder nacional. Considerando-se as alterações

estruturais no cenário político e econômico mundial, do final do século XX, a autora (1997) destaca que as novas territorialidades desenvolvem-se acima e abaixo da escala do Estado, desafiando os alicerces do poder nacional e criando a possibilidade do desenvolvimento autárquico.

Assim,

A valorização da dimensão política do espaço também se relaciona à redefinição da natureza e das relações sociedade-natureza. Na medida em que a crise ambiental estabelece limites reais à exploração predatória de recursos naturais, o novo modo industrial atribuiu outro significado à natureza. (...) Mas a dinâmica contemporânea não decorre apenas da lógica instrumental (...), a lógica cultural, dos valores, expressa em movimentos sociais diversos, converge para o processo de diferenciação espacial e valorização estratégica dos territórios (BECKER, 1997, p. 289).

Segundo a autora, a Geopolítica atual caracteriza-se pelas relações de poder dos agentes sobre o território, apoiado nas disputas das potências por estoques naturais, mas, também, pelas impossibilidades de seu uso, uma vez que a distribuição da tecnologia e dos recursos é desigual. Becker (2004) refere-se à simetria de poder internacional para certificar a disputa das potências pelos estoques, apropriação e uso das riquezas naturais, haja vista que são cobiçados com expectativas distintas por diversos personagens. Assim, o território é compreendido a partir de uma dimensão de fonte e de estoque de recursos naturais manifestados na possibilidade de acesso ou de restrição. Becker (2004) ressalta ainda que a Geopolítica atua através da influência dos Estados sobre o uso do território. Sua marca registra a vigência de pressões no cenário internacional, como guerras e conquistas de territórios.

Nessa perspectiva, a globalização reflete seus aspectos negativos na abertura dos mercados mundiais. Defensores da economia neoliberal propõem uma atitude amistosa que diminuam a má distribuição de renda, proporcionando o bem-estar das populações. Nesse contexto, é essencial a implantação de políticas de combate às desigualdades sociais. A soberania do Estado-Nação enfraqueceu ao permitir que conglomerados financeiros internacionais, comandados por países primeiro mundistas, asseverem que ajudarão os países periféricos. Costa (2004) aponta que se trata de um colonialismo de mercado, com o qual os povos e os governos periféricos são manipulados enquanto os países abastados acentuam as desigualdades. Nesse bojo, o sistema financeiro mundial

se instala onde há investimentos e lucros, levando o Estado à perda da sua identidade e poder, estabelecendo-se em um mercado sem nacionalidade.

Haesbaert (2004) aponta que em uma visão geopolítica o território manifesta-se enquanto espacialidade social contida por limites e fronteiras sob o estatuto do Estado-Nação. Ao contrário do seu desaparecimento, o autor (I2004) evidencia a relevância do território:

Os municípios para oferecer as condições mais vantajosas em termos de subsídios, infraestrutura, mão-de-obra e imagem, mostram que o espaço – é o território – em vez de diminuir sua importância, muitas vezes amplia seu papel estratégico, justamente por concentrar ainda mais, em pontos restritos, as vantagens buscadas pelas grandes empresas e pela intensificação da diferenciação de vantagens oferecidas em cada sítio (HAESBAERT, 2004, p. 187).

Para Costa (2004), o Estado não conduz mais seu destino em razão das forças do mercado financeiro que extrapolam seus limites territoriais. O Estado-Nação está sendo substituído pelos organismos transacionais. Nesse embate entre o Estado e o mercado, há a intervenção estatal em países desenvolvidos que só abriram suas fronteiras para as importações depois de controlada a exportação. A intervenção do Estado na economia, através de medidas suspensivas ao livre mercado, simularia a perda de divisas e lucros. Costa (2004) afirma que o Estado-Nação encontra-se debilitado porque ainda não encontrou instrumentos que impeçam o poderio dos conglomerados financeiros que só consideram o lucro, sem prever suas consequências para a população.

O confronto de forças entre o Estado e o mercado é histórico. Falta os governos auxiliar a comunidade mundial de forma multilateral. Quando a economia tornar-se impetuosa, o Estado deve domá-la, com as deliberações dos países atingidos negativamente pela globalização. O enfraquecimento dos Estados Nacionais também atinge a organização brasileira. O Estado-Nacional se articula para mobilizar-se na conjuntura internacional e interagir com os países vizinhos na manutenção do seu poder e soberania.

Nessa perspectiva, destaca-se o pensamento de Harvey(2005) sobre a acumulação por espoliação na sociedade global, ao abordar como uma ação intervencionista de natureza estratégica se intensifica territorialmente, pois os capitais acumulados de um país ao destruir os obstáculos políticos e econômicos pelo mundo

adentram em diversas nacionalidades. Nessa conjuntura, destaca-se o choque de culturas ocorrido pelos imperativos econômicos norte-americanos em relação às reservas petrolíferas do Oriente Médio, desde que iniciou a redução das reservas e controle internacional do petróleo. As chamadas ‘guerras de intervenção rápida’ destituíram os governos locais, formados por regimes ditatoriais que não aceitaram a agenda estadunidense, a exemplo das guerras no Afeganistão, Iraque e Líbia - grandes rotas das reservas de petróleo do planeta.

Considerados como relevantes na definição da Geopolítica mundial, os recursos naturais e as tecnologias projetam-se no cenário de desafios e possibilidades. Contraditoriamente, as reservas naturais localizam-se em nações periféricas ou em áreas sem jurisdição, enquanto as tecnologias avançam nos países desenvolvidos. Nesse sentido, considera-se que reservas naturais e tecnologias estão imbricadas frente às novas considerações da Geopolítica atual, pois apresentam interfaces que se interpenetram. No centro da dinâmica capitalista, novos processos surgem reconfigurando a Geopolítica, como a ideologia neoliberal, a reestruturação produtiva e os avanços científicos. Ao ultrapassar as fronteiras dos Estados Nacionais, adentram na política internacional, extrapolando a visão clássica de poder localizado no Estado.

Assim,

A unidade do Estado depende da unidade territorial e que esta, por sua vez, depende dos liames espirituais entre os habitantes, o solo e o Estado. Trata-se, assim, de uma unidade nacional-territorial comandada pelo poder central. Uma política estatal correta é a de evitar que as dissensões que ocorrem no interior da sociedade se transformem em conflitos geografizados (COSTA, 2010, p. 36).

A Geopolítica na era da globalização é de extrema relevância, haja vista que intervém sobre conflitos na conquista, posse, ordenamento territorial e no usufruto dos recursos existentes. Os movimentos sociais existem em função do sistema financeiro, da informação, do domínio do poder das potências que tem suas territorialidades, além da escala articulada pelo Estado. O debate sobre os limites que emerge no cerne da dinâmica capitalista contribui para a reflexão e a necessidade de pesquisas sobre uma nova reorganização global, regional e local.

Dessa maneira,

O meio natural representaria para a história humana um elemento constante a combinar-se permanentemente com os elementos variáveis da vida das sociedades. Como esses elementos constantes distribuem-se desigualmente na superfície terrestre, resulta daí uma diferenciação dos espaços políticos e do desenvolvimento dos Estados. Apesar de o meio natural interferir na definição dessa variação e individualidade, não significa que o faça de modo a determinar a história das sociedades políticas e dos Estados. A relação das sociedades com o meio natural se desenvolve, por um processo de adaptação ativa (COSTA, 2010, p.45).

Como culminância da discussão do conceito de Geopolítica também foi elaborada uma síntese, a partir dos autores utilizados, vinculando-os a sua concepção teórica e aos ramos da Geografia (Quadro 3).

Quadro 3
Geopolítica – Uma Tentativa de Síntese
2015

Autor e Publicação	Concepção e vinculação	Pensamento
Alfred Thayer Mahan Armaments and Arbitration; or, The Place of Force in the International Relations of States (1912). The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1805 (1980).	Naturalista - Geografia Física.	Teoria do ‘Destino Manifesto’ na busca pela ampliação territorial.
Camille Vallaux A Obra, o Solo e o Estado (1976). Johan Rudolf Kjéllen. Rationellsamling. Politiska Ochetiska Fragment (1906).	Naturalista – Geografia Física	O primeiro estudo crítico da obra de Ratzel, além de firmar o debate do possibilismo pela geografia. Sistematização da Geopolítica no final do século XIX. A Geopolítica volta-se para as relações de poder, como uma espécie de geoestratégia.
Friedrich Ratzel Antropogeografia: Fundamentos da Aplicação da Geografia à História e Geografia Política (1897).	Naturalista - Geografia Física.	‘Teoria do Espaço Vital’, na qual a função do Estado é expandir e defender o espaço territorial nacional. As fronteiras nacionais são móveis, pois se determinam pela capacidade político-militar de ampliação.
Karl Haushofer O grande Japão(1913). Geopolítica do Oceano	Naturalista - Geografia Física.	A Geopolítica representa uma forma para interpretar o espaço do ponto de vista do Estado

Pacífico 1925) As Fronteiras e seu Significado Geográfico e Político (1927).		usada como instrumento de propaganda, na Alemanha nazista. Relacionou a ciência militar com a Geografia Política surgindo à Geopolítica para intervir internacionalmente em guerras e conquistas territoriais.
Shiguenoli Miyamoto Geopolítica e Poder no Brasil (1995) Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984 (1993) O Brasil e as Negociações Multilaterais (1999)	Humanista - Geografia Crítica.	A reconfiguração do lugar reforça a necessidade de alinhamento dos limites na reorganização política, econômica e cultural da sociedade. Surgiram áreas que se territorializaram como novos estados e municípios, pois as fronteiras políticas são dinâmicas e estão sujeitas às atividades sociais e econômicas.
Yves Lacoste A geografia - Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra (1997).	Humanista - Geografia Crítica.	Propôs um redirecionamento entre a Geografia e a política apontando questões de cunho sociais e críticas, entre elas. A Geopolítica foi proscrito sob pretexto de que ele esteve ligado à argumentação do expansionismo hitleriano.
Samuel P. Huntington The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century (1991) Who Are We? The Challenges to America's National Identity (2004). Americas is not a lie; it is a disappointment. (2004).	Humanista - Geografia Crítica.	A Geopolítica tem um caráter utilitário e regula seus estudos na esfera do Estado. Elaborou projetos voltados às estratégias para os territórios nacionais e estrangeiros. Geopolítica pontua as novas estratégias de contenção movida pelos Estados Unidos. As lutas do século XXI seriam por motivação civilizacional.
Berta K. Becker. Tecnologia e gestão do território (et al, 1995). Amazônia. Geopolítica na Virada do III Milênio. (2004) Um Futuro para Amazônia (2008). Dilemas e Desafios do Desenvolvimento Sustentável (et al, 2004).	Humanista - Geografia Crítica.	A relação espaço e poder transcende o Estado. As condições que induzem a revalorização da Geopolítica negam as pressuposições em que se tem abancado. À simetria de poder internacional para certificar a disputa das potências pelos estoques, apropriação e uso das riquezas naturais, haja vista que são cobiçados com expectativas distintas por diversos personagens.

Organizadora: SANTOS, Juliana Souto, 2015.

1.3.1 Retrospectiva da Geopolítica Brasileira

No final do século XIX, a Geopolítica constituiu-se no Brasil, através de teorias relativas à interação do homem com o meio. Pensadores como Gabriel Soares de Sousa, Alexandre de Gusmão e José Bonifácio de Andrada e Silva preconizaram um destino de altivez para o país. Contudo, para Mattos (2011) a Geopolítica científica surgiu nos anos 30 do século XX, com vistas a fortalecer o Estado Nacional.

Os objetivos da Geopolítica brasileira almejavam por uma melhor ocupação territorial, proteção nas fronteiras, uma maior adequação das demandas de infraestrutura, das relações entre o Governo Federal com as regiões e áreas naturais. Nesse sentido, preocupações de cunho geopolítico integram ações governamentais. Contudo, suas composições naturais não apontaram para o desenvolvimento, pois esbarram nas disputas pelo poder e limitações socioeconômicas.

Segundo Mattos (2011), vários pensadores contribuíram para a formação do pensamento geopolítico no Brasil, dentre estes destacam-se: Geral do Brasil (ano). Everardo Backheuser, Golbery Couto e Silva. Para o mesmo autor (2011), Everardo Backheuser ficou conhecido como o precursor da Geopolítica no país, pois a sistematizou a partir do diagnóstico das potencialidades internas brasileiras. Outras contribuições Lysias Rodrigues, contribuiu escrevendo *Projeção Continental do Brasil* e *Introdução à Política de Comunicações Brasileiras*, no qual cita o país como potência sul-americana. Lysias Rodrigues destacou a importância da aviação para o desenvolvimento das áreas despovoadas de nosso território, no livro, *Geopolítica do Brasil*. Outro autor que surgiu nos anos 1950, na Geopolítica brasileira foi Golbery do Couto e Silva. Sua publicação *Geopolítica do Brasil* enfoca o desenvolvimentismo brasileiro apresentando sugestões como ocupação das frentes marítimas; extensão das fronteiras terrestres; condições para conquistas; poder nacional para a segurança e outras.

Mattos também contribuiu para a Geopolítica brasileira com diversas publicações dentre elas *A Geopolítica e as Projeções do Poder* (1997), destacando as pressões externas e internas na dinâmica regional e diferenciando o conceito de segurança nacional do de defesa nacional. Esse último enfatiza aspectos militares. A

segurança compreende o desenvolvimento socioeconômico, assim como, a estabilidade política interna e das instituições, enquanto a defesa nacional enfatiza a aspectos militares.

Com o Golpe Militar de 1964, a Doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) estava formulada. Golbery usou os princípios da Doutrina de Segurança Nacional no campo do desenvolvimento para pensar o Brasil. Mattos (2011) destaca que a Geopolítica brasileira agregou-se ao pensamento militar do período ditatorial.

A Geografia contribuiu com estudos sobre a fronteira e o território, mas hesitou em relação à formação de um pensamento Geopolítico nacional. Assim, com os instrumentos de prospecção aplicados à realidade nacional foi elaborado um Projeto de Desenvolvimento Nacional, iniciado no governo do Presidente Castelo Branco e, posteriormente, desenvolvido por Costa e Silva e pelo presidente Médici. A crise mundial provocada pela criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aumentou o preço do petróleo, um dos principais produtos de exportação, desequilibrando a economia.

Nessa conjuntura, a relação geopolítica do Brasil com os países da América do Sul aponta que não prevalece mais o quadro de concorrências entre os Estados Nacionais. Com a redemocratização e a decisão pela integração regional, constituíram-se novas bases para as estratégias dos Estados-Nacionais. Os impactos gerados nos sistemas de negociações acarretavam atritos nas relações de vizinhança. Atribui-se uma natureza civil aos procedimentos de elaboração das políticas de defesa nacional cujas finalidades fundamentam-se no direito internacional. Nesse sentido, a geopolítica do Brasil acoplou-se à da América do Sul, com a negociação entre as entidades supranacionais, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Assim, para Albuquerque (2011), a nova Geopolítica brasileira congregou à sua relevância no contexto regional, aos fatores que reforçaram a tendência de envolver relações internacionais repercutindo movimentos diplomáticos, político-estratégicos e sua trajetória econômica. Ao ingressar no século XXI, ocorreram debates sobre a brasilidade nos círculos geográficos, haja vista o enfraquecimento do Estado-Nacional. Em função do cenário de incertezas que da defesa nacional foram adotadas providências

com a criação de centros estratégicos. Portanto, ocorreu a implantação de uma rede integrada de informação que cobre o território nacional e as fronteiras.

A retrospectiva da visão de Geopolítica Brasileira está contemplada na representação abaixo que demonstra os principais autores e suas concepções (Quadro 4).

Quadro 4
Geopolítica Brasileira – Uma Tentativa de Síntese
2015

Autor e Publicação	Concepção e vinculação	Pensamento
Carlos de Meira Mattos. Geopolítica Geral do Brasil e A Geopolítica, Projeções do Poder e Brasil Geopolítica e Destino e A Geopolítica e as Projeções do Poder (2011).	Naturalista - Geografia Física.	A Geopolítica científica surgiu nos anos 30, do século XX, fortalecendo o Estado Nacional. Influenciou o governo com uma política de fronteiras e dos territórios.
Everardo Backheuser Diagnóstico das Potencialidades Brasileiras (2011).	Naturalista - Geografia Física	Precursor da Geopolítica no país, pois a sistematizou a partir do diagnóstico das potencialidades internas brasileiras.
Mario Travassos Projeção Continental do Brasil e Introdução à Política de Comunicações Brasileiras (2011).	Naturalista - Geografia Física.	Cita o Brasil como potência Sul Americana.
Lysias Rodrigues Geopolítica do Brasil (2011).	Naturalista - Geografia Física	A importância da aviação para o desenvolvimento das áreas despovoadas de nosso território.
Golbery do Couto e Silva Geopolítica do Brasil (2011).	Naturalista - Geografia Física	Enfoca o desenvolvimentismo brasileiro a partir da ocupação das frentes marítimas; extensão das fronteiras terrestres; e poder nacional da segurança. Com o Golpe Militar usou os princípios da Escola Superior de Guerra, nos governos de Castelo Branco, Costa e Silva e Médici.
Leandro Tocantins O Rio Comanda a Vida e Formação Histórica do Acre (1980).	Naturalista - Geografia Física	A relação Geopolítica do Brasil com a América do Sul aponta que não prevalece mais as concorrências entre os Estados Nacionais.
Roberto Pereira da Silva Parcerias Estratégicas (1980).	Naturalista - Geografia Física	Apontou questões sobre os aspectos marítimos e continentais do espaço geográfico, em uma perspectiva governamental.

Organizadora: SANTOS, Juliana Souto, 2015.

1.3.2 Geógrafos que contribuíram para a Geopolítica do Brasil

Dentre os geógrafos brasileiros, Josué de Castro destaca-se pelo pioneirismo nos estudos sobre Geopolítica. A partir da sua experiência no Nordeste brasileiro, publicou o livro *Geografia da Fome* (1946) e, posteriormente, *Geopolítica da Fome* (1951). Ambas as obras tornaram-se marcos histórico e político sobre as questões de alimentação da população do Brasil e do Mundo. O autor denunciou as explicações deterministas que naturalizavam a fome, ressaltando as origens socioeconômicas dessa tragédia, ainda tentou desnaturalizá-la e assinalou os fatores biológicos, geográficos, culturais e políticos pelos quais a fome é gerada. Assim, explicitou que “o problema da fome é político e as soluções são também de natureza políticas (REZENDE, 2012, p. 499) nos dias atuais, esta questão permanece como uma temática recursiva no Brasil. Diante dos dilemas que dizem respeito à sustentabilidade ecológica do planeta e à garantia à alimentação, tornando-se imperante reacender a luta por um modelo econômico de desenvolvimento sustentável e uma sociedade sem fome.

O geógrafo Vesentini (1987) contribuiu com os estudos sobre a Geopolítica do Brasil, sendo que dentre as obras de maior contribuição destacam-se, *Imperialismo e Geopolítica Global: Espaço e Dominação na Escala Planetária* e *Novas Geopolíticas: as Representações do Século XXI*. Para Vesentini (1987, 56) a Geografia política entende o Estado a partir da compreensão do espaço; enquanto a Geopolítica concebe o espaço do ponto de vista do Estado.

Assim,

A geopolítica, então, é o discurso do Estado capitalista sobre o espaço geográfico; é o conhecimento (sempre voltado para a ação) que visa a assegurar e fortalecer a soberania de um Estado nacional tanto em relação aos demais Estados como sobre o seu território, no seio da sociedade onde ele encontra sua razão de existir. (VESENTINI, 1987, 57).

Para o autor (1987), os estudos que envolvem o Estado, a sociedade e o território, são complexos, devendo-se questionar a exclusividade do Estado diante das outras formas de poder institucional e territorial. Vesentini (1987) acredita que é

possível ampliar o conceito de Geopolítica, por conta das mudanças dos contextos atuais:

Por isso mesmo pensamos que é possível falar em novas geopolíticas, mantendo um significado relativamente preciso e delimitado da palavra - isto é, como um campo de estudos interdisciplinar que se refere à correlação de forças no plano espacial, com ênfase na escala mundial - discutindo suas ideias e suas diferenças ante as geopolíticas clássicas (VESENTINI, 1987, 57).

Outro geógrafo, Marcos Bernardino de Carvalho (1999), publicou diversos artigos de interesses geopolíticos como, Diálogos entre as Ciências Sociais: um Legado Intelectual de Friedrich Ratzel (1844-1904), Geografia e História, Tradição e Modernidade: Fundamentos da Geopolítica Contemporânea, entre outros. Em suas análises, Carvalho (1999) evidencia as contribuições das formulações ratzelianas produzidas a partir da sua principal obra “Antropogeografia”, cujo enfoque aponta propostas de integração disciplinar sobre o complexo terrestre, como possibilidades de construção de abordagens integradas da natureza e da cultura nas ciências sociais.

O geógrafo Manuel Correia de Andrade (1989) discute as bases modernas dos ensinamentos geopolíticos apontando as distinções entre o pensamento de Ratzel e de Kjéllen. Segundo o autor (1989), o pensamento de Ratzel justificava a expansão das nações como necessidade e fatalidade histórica. Para tanto, utilizava para sua explicação os elementos extensão territorial, posição geográfica, Estado e população. Enquanto Kjéllen entrosou o conhecimento geográfico com a Ciência Política observando suas relações e o direito internacional. Sobre a Geopolítica do Brasil, o autor (1989) destaca a posição do Estado e do povo, apontando a formação do país e sua história em três séculos de dominação portuguesa. Andrade (1989) afirma que a delimitação do espaço iniciou com o Tratado de Tordesilhas, mesmo que tenha deixado grandes porções do território ocupado por povos indígenas ou mesmo desabitado. Conforme o autor, do século XVIII até o início do século XX, o Brasil precisou organizar suas fronteiras resolvendo questões de limites com países vizinhos, por meio de arbitragens internacionais ou através de tratados diretos.

Andrade (1989) afirma ainda que a divisão territorial do Brasil é um tema político desde o Império. Contudo, no século XX, na era de Getúlio Vargas,

geopolíticos exaltados defendiam a anulação das fronteiras estaduais existentes e a organização do território nacional em unidades separadas por fronteiras nacionais. Além disso debate ainda, entre outros temas, sobre os desníveis de desenvolvimento regional que fez o governo federal criar superintendências para ampliação econômica. Contudo, a conquista e a ocupação do espaço territorial necessitavam, dentro dos preceitos geopolíticos, ser finalizadas pela formação de uma consciência nacional que integrassem as regiões e setores e classes sociais.

Cláudio Antônio G. Egler (2006) é outro geógrafo que, em parceria com Bertha Becker produziu obras a exemplo de *Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo* (2006). Os autores apresentam contribuições sobre Geopolítica e Geoeconomia ao longo da sua trajetória. Egler (2006, p. 02) define a Geopolítica indicando que, inicialmente, abordava fatores como posição, extensão, contiguidade, entre outros, enquanto elementos potenciais para a organização do Estado-Nação. No entanto, na atual etapa da acumulação capitalista, com fluxos intensos de capital, mercadorias, pessoas e informações o domínio sobre o território não se dá apenas pelo delineamento das fronteiras e a posse sobre terras e águas. O autor assegura que a Geopolítica se fundamenta no controle estratégico dos lugares. Para Egler (2006, p. 02), “Geopolítica e Geoeconomia não são campos excludentes”, sendo a sua articulação que “define as relações espaciais de poder entre domínios e fronteiras”

Bertha Becker (2009) é uma das geógrafas brasileiras cuja obra fornece um entendimento da Geopolítica do Brasil. Para ela, a Geografia é uma ciência política, pois não se pode lidar com o território, nem com o espaço geográfico, só do ponto de vista social - eles são campos de poder político. Para a autora, a ideia de controle do território se consolidou relacionada ao fortalecimento do Estado, mas antes foi necessário definir as fronteiras do país, o que foi feito a partir da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1938.

Seus estudos reportam-se sobretudo a Amazônia, sobre a qual pesquisou os processos de povoamento e da ocupação. A autora iniciou pesquisando o norte de Goiás que se tornou, posteriormente, o estado de Tocantins. Depois, foi estudar para Araguaia e Imperatriz, na época da construção da rodovia Belém-Brasília. Em seguida, prosseguiu para o Mato Grosso, Acre e, enfim, para Amazonas. A autora identificou

conflitos e mudanças estruturais ocorridas na região Norte e sugeriu formas de uso do patrimônio natural capazes de favorecer a inclusão e a soberania do território. Para tanto, considerou a dinâmica regional, pontuada pelo conceito de fronteira enquanto espaço não estruturado e gerador de novas realidades.

A obra de Becker (2009) aborda questões da Geopolítica do Brasil, ao propor o uso da natureza e dos recursos por meio das tecnologias. Ainda mostra-se contra a ideia polarizada entre desenvolvimento ou preservação, porque, segundo a autora é preciso olhar a natureza e perceber o valor que ela tem como capital natural e desenvolver com conservação, utilizando os recursos sem destruir, com conhecimento e tecnologia (BECKER, 2009).

Antônio Carlos Robert Moraes (2012) é outro geógrafo brasileiro que pesquisou a Geopolítica do Brasil, abordando a contribuição de Ratzel para a Geografia como um dispositivo de legitimação dos ideais expansionistas do Estado alemão recém-fundado, com o processo de unificação.

Os conflitos alemães, no século XIX, serviram de pano de fundo para as reflexões geopolíticas de Ratzel que entendeu que apesar da unificação ter ocorrido tardiamente, a Alemanha não prejudicou seu desenvolvimento interno, despontando depois como potência industrial, mas ficou de fora da partilha dos territórios coloniais.

Assim, Moraes (2012) aponta que a Geografia de Ratzel expressava um elogio ao imperialismo, “semelhante à luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são quase sempre pelo mesmo objetivo”; e/ou “na história moderna a recompensa da vitória foi sempre um proveito territorial”.

Para Moraes (2012), Ratzel definiu o objeto geográfico como o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade, quanto à fisiologia e a psicologia dos indivíduos e da sociedade. Assim, Moraes (2012) pontua que, para Ratzel, a natureza influenciava a constituição social por meio da riqueza que propicia, através dos recursos do meio em que está localizada a sociedade.

Sobre os geógrafos brasileiros que colaboraram com a Geopolítica do país foi feito um exercício de síntese no quadro a seguir destacando autores e suas concepções teóricas. (Quadro 5).

Quadro 5
Geopolítica Brasileira à Luz da Geografia
2015

Autor e Publicação	Concepção e vinculação	Pensamento
José William Vesentini Imperialismo e Geopolítica Global: Espaço e Dominação na Escala Planetária e Novas Geopolíticas: as Representações do Século XXI (1987).	Humanista - Geografia Crítica.	A Geografia Política entende o Estado a partir da compreensão do espaço; enquanto a Geopolítica concebe o espaço do ponto de vista do Estado.
Marcos Bernardino de Carvalho Diálogos entre as Ciências Sociais: um Legado Intelectual de Friedrich Ratzel - 1844-1904 (1999). Geografia e História, Tradição e Modernidade: Fundamentos da Geopolítica Contemporânea (2000).	Humanista - Geografia Crítica.	Evidenciam as contribuições das formulações ratzelianas produzidas a partir da sua principal obra “Antropogeografia”, cujo enfoque aponta propostas de integração disciplinar sobre o complexo terrestre, como possibilidades de construção de abordagens integradas da natureza e da cultura nas ciências sociais.
Manuel Correia de Andrade Teoria sobre Território no Brasil (1989) A Terra e o Nordeste (1963).	Humanista - Geografia Crítica.	Discute as bases modernas dos ensinamentos Geopolíticos apontando as distinções entre o pensamento de Ratzel e de Kjéllen. Segundo o autor (1989), o pensamento de Ratzel justificava a expansão das nações como necessidade e fatalidade histórica. Sobre a Geopolítica do Brasil, o autor (1989) destaca a posição do Estado e do povo, apontando a formação do País e sua história em 3 (três) séculos de dominação portuguesa.
Bertha Becker Tecnologia e gestão do território (1988). Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. (2006).	Humanista - Geografia Crítica.	Aborda questões da Geopolítica do Brasil, ao propor o uso da natureza e dos recursos por meio das tecnologias. Ela mostra-se contra a ideia polarizada entre desenvolvimento ou preservação, porque, segundo a autora (Idem, 2009) é preciso olhar a natureza e perceber o valor que ela tem como capital natural. É preciso desenvolver

		utilizando os recursos sem destruir com conhecimento e tecnologia.
Cláudio Antônio G. Egler Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo (2006).	Humanista - Geografia Crítica.	Define a Geopolítica indicando que inicialmente abordava fatores como posição, extensão, contiguidade, entre outros, enquanto elementos potenciais para a organização do Estado-Nação.
Josué de Castro Geografia da Fome (2003). Geopolítica da Fome (2004).	Humanista - Geografia Crítica.	Denunciou as explicações deterministas que naturalizavam a fome ressaltando as origens socioeconômicas dessa tragédia. Tentou ‘desnaturalizar’ a fome e assinalou os fatores biológicos, geográficos, culturais e políticos pelos quais a fome é gerada.
Antônio Carlos Robert Moraes. Geografia Pequena História Crítica (2012)	Humanista - Geografia Crítica.	Aponta que a Geografia de Ratzel expressava um elogio ao imperialismo, “semelhante à luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são quase sempre pelo mesmo objetivo”; e/ou “na história moderna a recompensa da vitória foi um proveito territorial”.
Rogério Haesbaert da Costa O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade (2004).	Humanista - Geografia Crítica.	Aponta que em uma visão Geopolítica o território manifesta-se enquanto espacialidade social contida por limites e fronteiras sob o estatuto do Estado-Nação.
Albuquerque. O Lugar do Brasil no Cenário Geopolítico Mundial (2011).	Humanista - Geografia Crítica.	A nova Geopolítica brasileira congregou à sua relevância no contexto regional, aos fatores que reforçaram a tendência de envolver relações internacionais repercutindo movimentos diplomáticos, político-estratégicos e sua trajetória econômica. A Geopolítica do Brasil acoplou-se à da América do Sul, com a negociação entre as entidades supranacionais, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Organizadora: SANTOS, Juliana Souto, 2015.

1.4 Breves Abordagens sobre Fronteiras e Limites Territoriais no Brasil

Historicamente, entende-se que a fronteira é uma faixa do território situada em torno dos limites internacionais e nacionais. Esse termo refere-se a uma região ou faixa, enquanto que limite liga-se a uma visão imaginária. Contudo, as fronteiras não são estáticas. Elas funcionam como organismos vivos e estruturados mediante processos de retração e ou expansão. Toda fronteira representa o limite entre duas partes distintas como dois países, estados e/ou municípios. Elas incidem sobre a divisão e a unificação de questões diversas, pois determinam a área territorial (física) de um Estado.

Para Machado (1998, p. 02) o termo limite, de procedência latina, foi nomeado para indicar o fim daquilo que sustenta ligada uma unidade político-territorial, ou seja, seu pacto interno. Borges Filho (2008, p.05) aponta que a palavra fronteira deriva do latim *frons tis*, origem da palavra fronte, que está relacionado com cabeça, testa. Quando este termo passou a ser usado, sugeria o terreno que se estabelecia ‘in frente’, isto é, na frente, nas margens. Num enfoque mais pouco aprofundado sobre a distinção entre fronteira e limite, Martin (1998) avalia a primeira como uma faixa, constituindo uma zona habitada, já o segundo termo, indica uma linha definida que separa estados vizinhos.

As fronteiras podem ser naturais, no sentido geométrico, e/ou arbitrárias, com delimitações territoriais e políticas que garante proteção, autonomia e soberania dos Estados, e desses perante os outros. Existindo diferentes tipos de fronteiras: aéreas, territoriais, fluviais, marítimas e lacustres, pois elas dividem-se desde cidades e países até classes sociais e econômicas.

As fronteiras internas de ocupação econômica do território nacional alteram-se para fronteiras externas quando os brasileiros ultrapassam os limites oficiais do Estado nacional e se movimentam no interior dos países vizinhos. No interior do Brasil, as fronteiras econômicas transformam-se e destroem culturas locais. Nesse contexto de intensos conflitos, as fronteiras (enquanto empecilhos e diferenças) das identidades nacionais reforçam diferentes formas de autoclassificação e de classificação dos outros, se constituindo como, um complexo espaço de afirmação de diferenças nacionalidades.

Essa posição reforça o pensamento de avanço sobre as terras sem dono durante a colonização americana. Era esse ideal que orientavam os conquistadores europeus, na defesa dos interesses da sua nação, travando combates na disputa por terras para exploração. As terras pertencentes a cada país eram determinadas por acordos e tratados que serviam como ponto de partida para a busca de mais territórios, expandindo sua fronteira.

Para Machado (1998), as fronteiras entre espaços geográficos tornaram-se lugares de comunicação na medida em que os padrões de civilização foram se desenvolvendo simultaneamente que as relações econômicas se estabeleceram entre os envolvidos, adquirindo um caráter político inicialmente. Ainda assim, não havia a conotação de uma zona que deliberasse o limite ou o fim de uma integração política. Nessa conjuntura, a fronteira era o começo do Estado, o lugar para onde ele poderia se alongar.

Machado (1998, p. 42) ressalta que a conotação político-territorial foi reforçada pelo moderno conceito de Estado, no qual a soberania obedece a um processo integral de territorialização. Para Raffestin (1993), o Estado moderno teve precauções especiais quanto aos limites territoriais. Em virtude da soberania nacional, mas, também, por motivos ideológicos, pondo fim às imprecisões em relação às regiões fronteiriças. O mapa foi o instrumento fundamental usado para as demarcações dos limites.

Alguns autores apontam que os contatos entre os grupos nacionais nos territórios fronteiriços não dissolvem as diferenças culturais, pois fortalecem as identidades nacionais nessas zonas. Conforme Sahlins (2000) e Río (1998), o Estado Nacional arquiteta os limites políticos e os agentes locais criam variados sentidos para esse limite estatal, arranjando outras fronteiras como, as culturais. Isto porque, a fronteira não se caracteriza só pelo símbolo do cruzador de fronteiras que ultrapassa fluxos e institui permutas culturais, mas, também, pelo do reforçador de fronteiras que fortalece as identidades nacionais.

No Brasil, as fronteiras são as demarcações dos países, divisas e as delimitações dos estados, mas também os limites e as determinações dos municípios. Os Estados têm uma particularidade: a soberania, isto é, a capacidade de implantar e cumprir autoridade a sua própria maneira. Contudo, é para que o exercício da soberania pelos Estados não deprecie outras nações que se instituem e definem os limites. Nesse contexto, os

Estados nacionais estão em constante oscilação, porque comandados por forças centrífugas. No caso brasileiro, a ação dos bandeirantes, militares e diplomatas contribuíram para o deslocamento das fronteiras afixadas nos tratados coloniais.

Nessa perspectiva, Raffestin (1993) aponta o conceito de limite enquanto,

Passagem de uma representação vaga para uma representação clara, inscrita no território. A linha fronteira só é de fato estabelecida quando a demarcação se processa. De fato estabelecida, significa não estar mais sujeita à contestação por parte de um dos Estados que tiveram essa fronteira em comum. Pela demarcação elimina-se não um conflito geral, mas um conflito do qual pudesse ser o pretexto. (RAFFESTIN, 1993, p. 167)

A linearização da fronteira tornou-se uma inquietação dos chefes de Estado, constituindo-se uma tendência. A Cartografia foi imperativa para a extensão e incremento dos Estados, embasada na informação sobre seu território. Ainda conforme Raffestin (1993), a demarcação do território consente o aprendizado dos desempenhos legais, fiscais e de controle, produzindo diversas significações aos limites territoriais, cuja função é a delimitação de uma área no interior da qual se aproveita um contíguo de instituições jurídicas e normas que regulamentam a vigência e as atividades sociais. Para Castro (2010), os acontecimentos políticos se territorializam e recortam espaços expressivos nas suas relações sociais, de poder, interesses, conflitos, controle e dominação.

Todos estes aspectos são afeiçoados como relevantes para o conceito de fronteiras, centro, periferia, gueto e unidades políticas. A imagem de divisa está relacionada à soberania nacional. A vigilância nas fronteiras com países vizinhos, no controle de quem entre e quem sai e da fiscalização nas alfândegas, por exemplo, reforça isso, uma vez que, o monitorar é essencial para que a soberania não seja afrontada.

Na sociedade brasileira, a linha dos limites interestaduais foi mal demarcada baseada em incertezas, como a descrição de acidentes naturais desconhecidos. Essa imprecisão gerou diversos conflitos ao longo do século XIX, mantendo parte da

alegação separatista de alguns grupos político-econômicos das províncias litigantes. Para Soares (2013, p. 13) a Constituição de 1891 permitiu diferentes explicações das conclusões de cada Estado em relação aos seus limites. Assim o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional eram recomendados como adequados para decidir as demandas. A Carta Magna possibilitava comentários duais que tanto delegava aos Estados como à União uma maior autonomia.

Portanto,

O Estado brasileiro, refém dos interesses dos oligarcas, não conseguia fomentar uma identidade nacional na população e, automaticamente, não possuía legitimidade diante de amplas parcelas e grupos insatisfeitos. Todo seu quadro conservador e de insuficiência institucional, somado a negligência do Governo Federal para com alguns Estados do país, à autonomia dos governadores e à ausência de condições adequadas para a reprodução da vida do homem com dignidade produziram o caldo no qual alguns dos movimentos de questionamento da ordem se formaram e lançaram o país em uma crise política interna que a Primeira República não conseguiu resolver. (SANTOS, 2006, p. 82)

Na sociedade contemporânea os teóricos pontuam que existem fronteiras culturais, em função das relações produzidas entre as frentes de expansão. Isto porque, de acordo com Martins (1997), a realidade fronteiriça deve ser compreendida como um espaço de conflito, da alteridade, mas também como um lugar de múltiplas temporalidades. A fronteira é um campo de conflitos de classes, disputas, tensões e choque entre a civilização capitalista ocidental e suas culturas. As fronteiras são múltiplas e os conflitos variados e misturados, e muitas vezes não estão claros para os sujeitos sociais.

A fragmentação do território brasileiro associada à emancipação municipal teve lugar após 1930, intensificando-se nas décadas de 1950 e 1960, mas restringida pelos governos militares entre 1970 e 1980, retomando-se o processo após o término do regime militar²Em 1940 existiam 1.587 municípios brasileiros que se ampliaram para pouco menos de 4.000 em 1965 e para 4.102 em 1984. De 1984 a 2000 foram instalados mais 1.405 municípios no país, sendo as regiões Sul e Nordeste as que mais contribuíram em termos absolutos para esse crescimento. Se em 1922 Sergipe possuía 34 circunscrições territoriais, pesquisadas

pelo autor da obra em apreço, em 1956 aumentou consideravelmente e alcançou um total de 61 municípios. Pode-se afirmar que nesse espaço de tempo em que se formou a maior parte do território do Estado, o contingente instalado até 1922 correspondeu a 55,7% da formação desse espaço territorial. E entre 1991 e 2000, apenas uma nova unidade se constituiu em Sergipe, tratando-se de Santana de São Francisco, desmembrado das terras de Neópolis, ao contrário de outros Estados como a Paraíba que constituiu vinte novas unidades. Pode-se afirmar que a constituição e a configuração do território de Sergipe consolidou-se numa proporção de 81% das células municipais até 1956, o que vem imprimir grande valor ao estudo, ainda inédito, elaborado por Francisco Monteiro de Almeida, em 1922 (WANDERLEY ; GONÇALVES, 2014, p. 149-150).

Wanderley e Gonçalves (2014, p. 153) apontam ainda que o resultado desse trabalho é um livro intitulado *As circunscrições territoriais do Estado de Sergipe e as suas divisões*, com amplo levantamento histórico e geográfico das 34 circunscrições territoriais municipais da época, cobrindo o período de 1855 até o ano de 1921 que retrata a origem e a legislação, fazendo uma descrição, desde quando eram povoações até chegarem a freguesia e vila. Explica as divisões das comarcas e apresentam as leis relativas com anexos das leis, decretos e informações recebidas de produtores rurais e urbanos do Estado, residentes nas diversas regiões de Sergipe, aos quais se dirigia enviando elegantes cartões de solicitação.

Conforme Soares (2013, p. 15) a crise difundiu-se por conglomerados do território brasileiro de maneira que se concretizou em vários conflitos de ordem política, econômica, social e militar. Nesse contexto, a maior disputa por terras entre Estados, no Brasil, aconteceu entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Quando o Paraná foi desmembrado do Estado de São Paulo, seus governantes tentaram se apossar das terras do oeste de Santa Catarina, que contrapôs muitas vezes. Houve tumultos políticos e batalhas violentas entre os Estados. Essa disputa resultou na Guerra do Contestado (1912-1916), desencadeada pela expulsão dos posseiros, associados a um conjunto de transformações nas relações sociais na região.

O cenário foi agravado com a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, da instalação das serrarias e da fixação de colônias de imigrantes estrangeiros ligados a um grupo empresarial estadunidense. Houve muita resistência dos camponeses que,

liderados por José Maria, mantinham uma forte relação com a terra considerando-a um direito adquirido, fruto da luta de uma vida de trabalho.

Outro conflito pertinente é o caso da Serra de Ibiapaba entre os Estados do Ceará e o Piauí. Também segundo Soares (2013, p. 17) essa disputa remete ao século XVII, quando a capitania do Ceará foi desanexada da capitania-geral do Maranhão e Grão-Pará, que incluía a atual área do Piauí.

Conforme Guedes (2010), o Decreto Imperial N° 3012/1880 estabeleceu a cessão, pelo Ceará, da Localidade da Amarração que corresponde atualmente aos municípios Luís Correia, Parnaíba, Cajueiro da Praia e Ilha Grande. O Piauí precisava de acesso ao mar para escoar sua produção. Em troca, o Piauí cedeu Príncipe Imperial, hoje Crateús e Independência. Contudo, o acordo político não foi bem ajustado e a área está em litígio no STF.

Na década de 2000, com o intuito de acabar de forma amigável o conflito, o Governo do Piauí apresentou uma proposta e mandou ao Ceará. Por esse documento, a área seria dividida em duas uma parte norte que competiria ao Ceará e a outra, ao sul, pertenceria ao Piauí. Segundo Soares (2013, p. 21), o Estado do Ceará não deu atenção à proposta de modo que o Piauí entrou, em 2010, com uma Ação Civil Pública no STF para acelerar a decisão das divisas. Em 2012, o STF propôs aos dois Estados um acordo submetendo o conflito à Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal, com vistas a suspensão temporária do processo. O IBGE refez os mapas e apresentou uma linha de limite entre os dois Estados que seria a serra da Ibiapaba. De fato, o conflito permanece e quem sofre é a população, pois nenhum dos Estados se propõe a oferecer serviços básicos essenciais às necessidades concretas de sobrevivência.

O litígio entre o Espírito Santo e Minas Gerais se reporta a época das capitanias hereditárias. Antes de efetivada a República o território do Espírito Santo era objeto de discussões políticas envolvendo as províncias vizinhas. Entretanto, foi durante a produção do ouro, em Minas Gerais, que surgiram problemas maiores. A demarcação do limite entre Espírito Santo e Minas Gerais foi definida quando os colonizadores mineiros transpuseram as serras que eram os marcos que delimitavam as capitanias. A população do Espírito Santo permanecia no litoral, o que facilitava a exploração das terras fronteiriças pelos mineiros.

Conforme Pontes (2007, p. 29) a Serra dos Aymorés, até o fim do século XIX, era desabitada, sendo alvo de disputa, inicialmente, pelos primeiros colonizadores. Posteriormente, os Estados litigantes cada um reclamou para si a área surgindo a Zona do Contestado, com intuito de estabelecer uma divisão física da área e solucionar o problema. Até a metade do século XX, as disputas continuaram, haja vista os interesses por terras agricultáveis, as riquezas das matas nativas estimularam concessões para corte de madeira. Nessa conjuntura, grandes empresas se instalaram a procura dos possíveis recursos naturais vigentes nas matas.

O Estado também passou a fiscalizar a área, porém admitiu suas dificuldades nas Delegacias de Terras para resolução da questão. Com isso, ocorreu um rápido e descontrolado crescimento no território, sobremodo nas terras devolutas. Conforme Pontes (2007, p. 90), simultaneamente, Minas Gerais partiu do interior para o litoral, no intuito de povoar a área até ocupar uma larga faixa de terras que o Espírito Santo a concebia como do seu pertencimento. “As incursões oficiais na área litigiosa, de ambos os lados, acirravam os ânimos e eram sempre tomadas como invasão do território pelo Estado queixoso (...) tais ações tinham como pano de fundo a cobrança de impostos e taxas”.

De um lado, havia interesses de Minas Gerais para chegar ao mar e, por outro, o governo do Espírito Santo em fincar sua bandeira no território. Surgiram políticos oportunistas, ocupantes de terras, latifundiários ardilosos, posseiros ávidos por um pedaço de terra, justiceiros e até bandos de refugiados se escondiam na área, ocasionando uma correte migratória no território da Serra dos Aymorés. Assim, contingentes policiais foram encaminhados a localidade, sendo enviado pelo Espírito Santo tropas policiais, que agiam com truculência, para retomada da área de Minas Gerais. Os conflitos foram tão grandes que resultaram em processos jurídicos e ambos as populações passaram a aguardar a decisão.

Em 1958, as negociações foram retomadas, mediante formação de representações de cada Estado. O litígio foi a julgamento do STF, que não encontrou uma solução definitiva. Contudo, o fim do conflito ocorreu em 15 de setembro de 1963, quando depois de décadas de litígio, Minas Gerais e Espírito Santo assinaram um acordo de paz.

Hoje, os dois Estados reverenciam a memória de um episódio de expressão nacional que envolve cultura e civilidade. Um obelisco foi colocado no local que representa o marco ente o Espírito Santo e Minas Gerais, inspirados nos sentimentos de brasilidade. Esses procedimentos estão enraizados nos costumes. As zonas de fronteira, na atualidade, têm uma função de destaque no aspecto político-econômico entre territórios litigantes.

Conforme Max (2008), as empresas concorrem por espaços e as fronteiras adquiriram um sentido tácito,

Em nome da intensa competitividade entre empresas, de mercados, de produtos e dos lugares, a fronteira tem assumido um importante significado para o controle estratégico dos territórios, o que, em contrapartida, não impede a possibilidade de um enraizamento da base dos conflitos baseados na utilização das mesmas, como instrumento de inclusão/exclusão, como marca de identidade ou como defesa cultural e econômica, o que denota uma regulação estatal estruturada nesses maios geográficos. Assim, as interconexões transfronteiriças, na lógica da co-presença, habilitam grade parte das espacialidades criadas para uma gestão dos recursos disponíveis voltada para a busca do equilíbrio territorial das ações bilaterais, ainda que pese as particularidades de ruptura desses espaços contíguos, decorrentes de estruturas de governança que os regulam. (MAX, 2008, p. 97)

Entretanto, na atualidade surgiu uma discussão singular sobre a fronteira em movimento concebida como espaços de muitas misturas, fluxos culturais e socioeconômicos. A fronteira é entendida enquanto lugar de passagem, de relação e espaço para conexão entre as nações e intersecção de povos. Para Reboratti (1978), a fronteira é concebida como uma zona de transição entre um espaço geográfico ocupado de modo constante e ininterrupto por uma sociedade nacional e outro que, desde a perspectiva influente, encontra-se livre, embora ocupado por alguns sujeitos.

Martins (1997) aponta que a fronteira em movimento é formada a partir de diferentes frentes, sendo elas, demográfica, econômica, pioneira e cultural que entram em conflito com distintas concepções de mundo.

Contudo, na realidade social essas frentes estão intrinsecamente unidas, haja vista que nesses espaços geográficos e do outro lado do limite deles existem diferentes pessoas em conflito por terras, por recursos naturais e pela faixa do território, ocorrendo também negações do outro e a descoberta da alteridade. A noção de fronteiras em

movimento como espaços de integração, conflito e poder está em construção, ocasionando relações sociais e alteridades, mas também destruições e provocando tensões e desequilíbrios de poder.

Assim, esses estudos sobre os deslocamentos em áreas limítrofes contribuirão para a consolidação de uma nova forma de compreender o Brasil e suas relações internacionais com os países da América do Sul. Isto porque, o País faz fronteira com dez outros com quantitativos significativos de brasileiros vivendo nesses territórios.

Observar as imigrações fronteiriças possibilita uma aproximação das relações econômicas, políticas e culturais das nações vizinhas ampliando a visão que se tem desses países e da própria sociedade brasileira. Toda área fronteiriça comporta um complexo fluxo de pessoas e mercadorias que ultrapassa os limites políticos e jurídicos das nações produzindo novas fronteiras no contato entre pessoas de nacionalidades, regiões e classes sociais distintas.

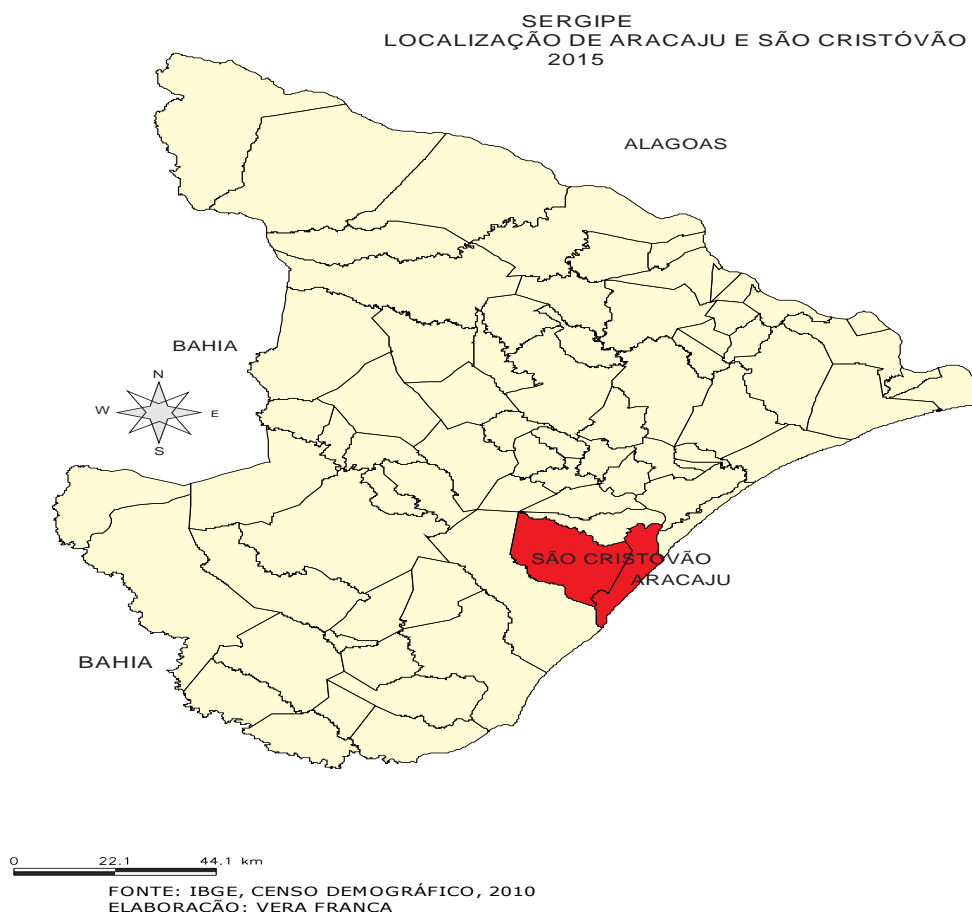
Hannerz (1997) ressalta que o Estado nacional não é o detentor de uma cultura homogênea, mas existem fluxos entre lugares e hibridismo cultural. Assim, a zona fronteiriça caracteriza-se por um composto de culturas e de identidades. Isto porque, os limites políticos nem sempre correspondem aos culturais. As fronteiras em movimento são espaços sociais de conflitos, contradições e conexões (Hannerz, 1997).

As zonas de fronteiras são arenas de forças, choques políticos e simbólicos e de variadas misturas culturais e formas de integração, não podendo ser apreendida por meio de categorias separadas, em função da sua densa e complexa realidade. Os confrontos vigentes em frentes de expansão envolvem dimensões de conflitos de classe, internacionais, econômicos, de pertencimento e civilizacionais.

CAPÍTULO 2 - SÃO CRISTÓVÃO E ARACAJU: MUNICÍPIOS LITIGANTES

A formação do território sergipano está diretamente relacionada à presença de São Cristóvão que se constituiu como primeira capital, por cerca de 265 anos, e, posteriormente, com Aracaju que passou a se consolidar como novo centro difusor e controlador do desenvolvimento sergipano. Portanto, são dois municípios de real significância para o Estado de Sergipe, estando localizados na sua faixa leste (Figura 2).

Figura 2



História e arquitetura são destaques no município de São Cristóvão/SE. Na quarta cidade mais antiga do Brasil e primeira capital sergipana até 1855, o aspecto austero de cidade colonial é predominante devido à grande quantidade de templos e edifícios antigos (Figuras 3 e 4).

Figuras 3 e 4
Praça São Francisco São Cristóvão/SE
2013

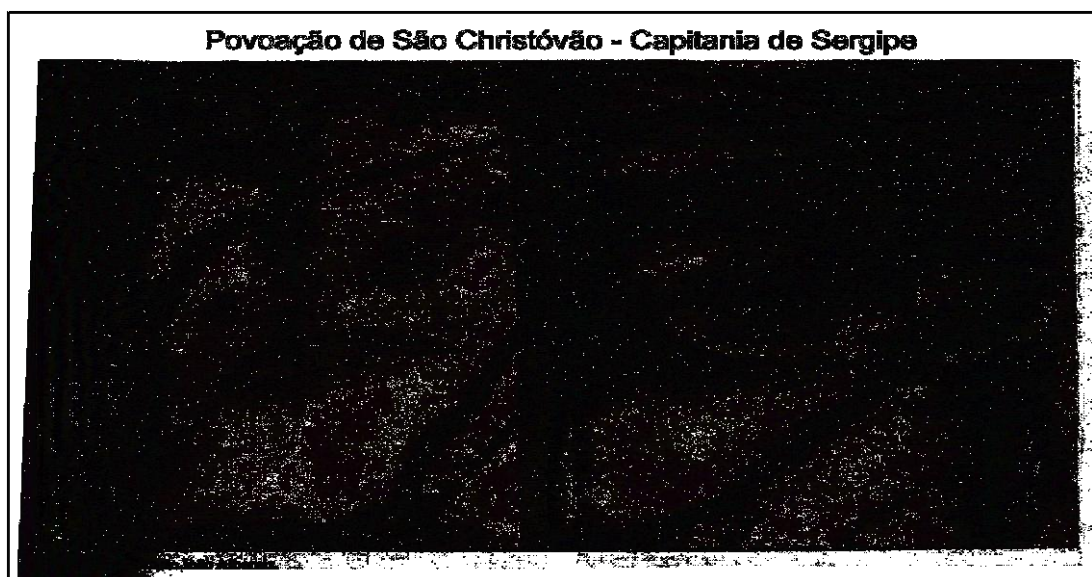


Fonte: <https://www.google.com.br/=foto+francisco+scsergipe>. Acesso em: 14 De março de 2013.

A sua atmosfera é preservada pelo Decreto-Lei N° 94, de 22 de junho de 1938, que a considerou ‘Monumento Histórico’ e que proibiu edificações que alterem as características da localidade. Em 2010, o conjunto arquitetônico da Praça São Francisco foi declarado Patrimônio da Humanidade pelo seu valor histórico e simbólico.

Segundo o IBGE (2010), sua formação administrativa ocorreu em 1590, quando foi elevada à condição de cidade, mas somente a Carta Lei de 8 de abril de 1823 a legalizou (Figura 5).

Figura 5
Povoação de São Cristóvão – Capitania de Sergipe
1631



Fonte: MURADÁS, JONES; NEVES, Gervásio Rodrigo, 2008.

O limite com o município de Aracaju inicia no rio Poxim, no ponto em que é cortado pela reta que une o marco de Mondé da Onça ao das cabeceiras do riacho Palame; segue por esta reta até um marco situado no Lugar Mondé da Onça; daí em linha reta ao marco situado no Pontal Norte da barra do rio Vasa Barris. Com o município de Nossa Senhora do Socorro, inicia nas nascentes do rio Poxim-Mirim, desce este rio até sua foz no rio Poxim, daí desce este rio até o ponto em que é cortado pela reta que une o marco do Mondé da Onça ao das cabeceiras do riacho Palame, ao norte (Figura 6).

Figura 6
São Cristóvão
Limites Municipais
2011



Fonte: Enciclopédia dos Municípios Sergipanos, 2011, p. 432.

A área do município de São Cristóvão corresponde a 436,861 km² e representa 2% do território estadual. Em 2014, o município contava com uma população de 85.814 habitantes, conforme estimativas do IBGE. O município limita-se com Itaporanga d'Ajuda, ao sul e ao oeste, ao norte com Nossa Senhora do Socorro e a leste com Aracaju, com o qual apresenta zona de litígio, denominada pelos seus moradores como “Faixa de Gaza” (FRANÇA,1997).

A sede municipal de São Cristóvão foi considerada ‘Cidade Monumento’ e apresenta uma topografia pitoresca com uma parte alta e outra baixa, pelo que os moradores locais costumam designar ‘cidade alta’ e ‘cidade baixa’. A parte alta construída sobre pequena colina é a mais antiga, na qual se concentra o centro histórico com os velhos edifícios e as Igrejas seculares. A parte baixa é a mais moderna, na qual se instalaram as fábricas e casas dos operários, com arquitetura atual.

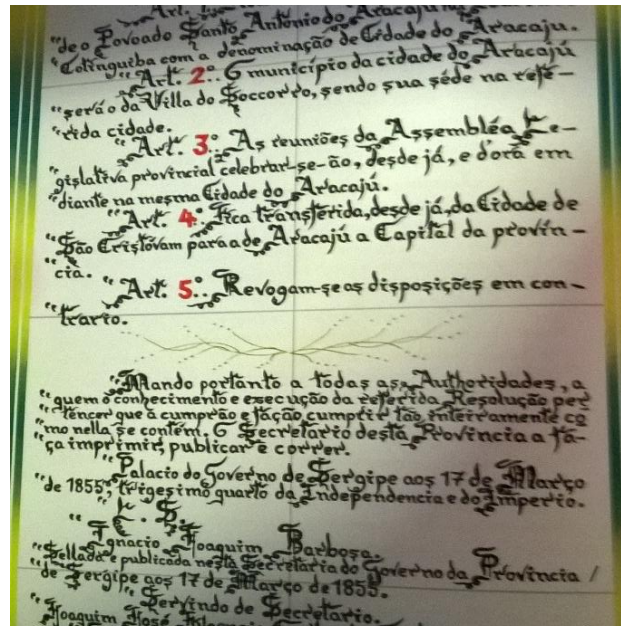
Quanto a Aracaju, sua área compreende 181,857 km² e abriga uma população estimada de 623.766 habitantes (IBGE, 2014). A Lei Provincial Nº 473, de 28 de março de 1837, elevou o povoado de Santo Antônio de Aracaju à condição de Distrito (IBGE, CIDADES, 2014). No dia 17 de março de 1855, Inácio Joaquim Barbosa, Presidente da Província, através da Resolução Provincial Nº 413, elevou o povoado de Santo Antônio de Aracaju à categoria de cidade e capital, passando a denominação de Aracaju, em substituição à São Cristóvão (Figura 7 e Figura 8).

Figura 7
Aracaju
Vista Aérea, com Destaque para a Praça Fausto Cardoso
2014



Foto: Pedro Leite, 2012

Figura 8
Resolução nº 413 de 17 de março de 1855.



Fonte: Faria, Rosa, painel 36, 1977.

Esse foi um dos momentos mais importantes e de maior repercussão da história de Sergipe. Aracaju passou à frente de várias cidades já estruturadas, com melhores condições de desenvolvimento urbano, como Laranjeiras, Maruim e Estância (PORTO, 1945).

Os terrenos que formaram o município de Aracaju integravam a freguesia de Nossa Senhora do Socorro que, posteriormente, se tornou independente (IBGE, CIDADES, 2007), através da Lei Municipal Nº 84, de 27 de janeiro de 1903.

Foram criados os Distritos de Barra dos Coqueiros e Porto Grande, anexados ao município de Aracaju. O Distrito de Barra dos Coqueiros tornou-se município, em 1954 e o de Porto Grande foi anexado ao município de Nossa Senhora do Socorro.

O município de Aracaju está localizado no litoral, sendo banhado pelo Oceano Atlântico de leste a sudeste, sendo cortado por rios como o Sergipe e o Vaza-Barris. Limita-se ao norte com o município de Nossa Senhora do Socorro, a oeste com São Cristóvão, ao leste, com Barra dos Coqueiros e Santo Amaro das Brotas, depois Nossa Senhora do Socorro (Figura 9).

Figura 9
Aracaju
Limites Municipais
2011



Fonte: Enciclopédia dos Municípios Sergipanos, 2011, p. 3

Em 160 anos de história, o município projetou-se em diversos aspectos, inclusive, ampliou suas fronteiras geográficas e territoriais nas direções sul e oeste, para a denominada Área de Expansão Urbana de Aracaju, alvo de conflito demarcatório de terras entre a antiga capital, (São Cristóvão) e a atual Aracaju.

Inicialmente, nesse capítulo, serão discutidos os fatores da dinâmica populacional e do desempenho econômico desses municípios. Em seguida será apresentada uma contextualização do Bairro Santa Maria, da Zona de Expansão e das atividades tradicionais ainda existentes.

2.1 Aracaju e São Cristóvão: Indicadores Socioeconômicos

Os municípios litigantes, Aracaju e São Cristóvão, estão situados na parte leste do Estado de Sergipe e ocupa uma área de 618,720 km², o que representa 2,82% do território estadual (Tabela 1).

Aracaju ocupa apenas 0,82% de Sergipe, enquanto São Cristóvão tem área bem superior, o que corresponde a 2% do território estadual. A população residente na área é de 709.580 habitantes, sendo que Aracaju concentra 88% do total, conforme estimativas para 2014 (IBGE).

Estes municípios integram o Território da Grande Aracaju, dentro das ações de planejamento do governo estadual e a Microrregião geográfica Aracaju (IBGE).

Tabela 1
Aracaju e São Cristóvão
População e Área
2014

Municípios	Área km ²	População estimada (2014)
Aracaju	181,857	623.766
São Cristóvão	436,863	85.814
Total	618,720	709.580
Sergipe	21.918,493	2.219.574

Fonte: IBGE, Estimativas de população, 2015

2.1.1. Dinâmica populacional

A área de estudo vem apresentando, nos últimos quarenta anos, um intenso crescimento populacional, passando de 317.255 habitantes, sendo que, Aracaju em 1980, tinha 293.131 habitantes, passando para 623.766, em 2014.

São Cristóvão, no início do período analisado, contava com 24.124 habitantes, alcançando 85.814 no último ano. Então, entre 1980 e 2014, Aracaju aumentou 330.635 habitantes, o que representou 113% do início do período. Por outro lado, São Cristóvão acrescentou ao seu contingente populacional 61.690 pessoas, significando um aumento relativo de 256% (Tabela 2).

Tabela 2
Aracaju e São Cristóvão
Evolução da População
1980-2014

Municípios	1980	1991	2000	2010	2014
Aracaju	293.119	402.341	461.534	571.149	623.766
São Cristóvão	24.124	47.490	64.647	78.844	85.814
Total	317.255	449.831	526.181	649.993	709.580
Grande Aracaju	338.882	530.094	675.667	835.816	912.647
Sergipe	1.156.642	1.491.876	1.874.475	2.068.017	2.214.574

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 e Estimativas de População, 2015

Portanto, dentro de uma análise relativa, este último município teve crescimento bem superior à Aracaju, em virtude da expansão da capital sobre os municípios limítrofes, tal como aconteceu com Nossa Senhora do Socorro que, no mesmo período, apresentou crescimento relativo superior a 1.000%. Esta situação confirma a formação de uma área metropolitana, na qual as áreas limítrofes apresentam crescimento superior ao núcleo central (FRANÇA, 1997).

Este crescimento populacional intenso, na área, deve-se às expectativas criadas pelas políticas públicas de industrialização, a exemplo do Polo Cloroquímico, da instalação do Terminal Portuário Marítimo, do Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro e, sobretudo pelas políticas habitacionais, com a construção de grandes conjuntos que atraiu grandes contingentes procedentes de todo o Estado de Sergipe e de outros estados do Nordeste (FRANÇA, 1997).

No período analisado, a cidade de Aracaju avança sobre os municípios vizinhos, tendendo a formação de um espaço metropolitano, como vem ocorrendo com outras capitais brasileiras, a exemplo de Vitória, Goiânia e Florianópolis.

Esse espaço é, hoje, compreendido pelos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão que abriga 912.646 habitantes, o que corresponde a 41,21% da população sergipana. Este espaço metropolitano envolve complexidades e problemas que exigem uma nova compreensão do urbano e novas posturas administrativas (FRANÇA 1997).

O desenvolvimento de políticas públicas, com a implantação de grandes conjuntos habitacionais, distantes da sede, a exemplo do que ocorreu em São Cristóvão,

com a implantação dos Conjuntos Eduardo Gomes, Luís Alves e Lafayette Coutinho, assim como a proliferação de loteamentos no entorno do grande loteamento Rosa Elze e do Campus da Universidade Federal de Sergipe, contribuíram significativamente para o aumento da população municipal e para sua inserção metropolitana (FRANÇA,1997).

Além disso, a construção de conjuntos habitacionais, no antigo povoado Terra Dura, hoje, Bairro Santa Maria, assim como o Conjunto Santa Lúcia, e outros empreendimentos, no Bairro Jabotiana, situados em áreas limítrofes também alimentam o conflito, embora, nesses casos, a população seja contada para o município de Aracaju, assim como a oferta de serviços.

Em 2010, a população da área de estudo estava concentrada na zona urbana (98,12% do total), sendo que, em Aracaju, não ocorre a presença de população rural, com 100% da população urbana. São Cristóvão conta com 12.199 habitantes na zona rural dispersos nos povoados, especialmente Rita Cacete, Feijão, Cabrita, Várzea Grande, Colônia, Caípe, entre outros (Tabela 3)..

Tabela 3
Aracaju e São Cristóvão
Distribuição da População
2010

Município	População Total	População Urbana	%	População Rural	%
Aracaju	571.149	571.149	100,00	-	-
São Cristóvão	78.864	66.665	84,53	12.199	15,47
Total	650.013	637.814	98,12	12.199	1,88

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

A população urbana de São Cristóvão corresponde a 84,53% do total e está distribuída na sede e em outra área urbana distante da malha tradicional cerca de 13quilômetros: a Grande Rosa Elze, como é conhecida, integrando loteamentos e conjuntos habitacionais situados nas proximidades do Campus da Universidade Federal de Sergipe.

Este adensamento de áreas distantes da malha urbana consolidada traz dificuldades para a administração pública tendo em vista a necessidade de criar possibilidades de atendimento a essa população, o que sempre tem deixado a desejar, em razão das reclamações dos moradores.

De fato, toda relação dos moradores é com Aracaju, onde grande parte da população trabalha e busca bens e serviços, registrando-se assim forte migração pendular.

A inexistência de população rural em Aracaju é fruto de decisão municipal que, em 1982, através da Lei 873, considerou todo o município como área urbana, dividindo-o em Zona Urbana e de Expansão Urbana, mesmo havendo áreas eminentemente rurais que se mantêm até os dias de hoje.

Isto ocorreu em decorrência da Lei 6766/79 que trata do uso e ocupação do solo para fins urbanos e define em seu artigo terceiro que só será permitido o parcelamento do solo em áreas urbanas ou de expansão urbana.

Situação semelhante também aconteceu com os municípios de São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro que ampliaram suas zonas urbanas facilitando o parcelamento do solo e estimulando a especulação imobiliária e a urbanização. Por isso, que ao longo da BR-101, tanto em São Cristóvão, como em Nossa Senhora do Socorro encontram-se loteamentos, alguns deles desprovidos de infraestrutura.

Como na maioria dos municípios brasileiros, na área de estudo predomina a população feminina, sendo que em Aracaju, a participação é de 53,52%, enquanto em São Cristóvão a participação é inferior, com 51,31% (Tabela 4).

Tabela 4
Aracaju e São Cristóvão
Composição da População por Sexo
2010

Município	População	Homens	%	Mulheres	%
Aracaju	571.149	265.484	46,48	305.665	53,52
São Cristóvão	78.864	38.399	48,69	40.465	51,31
Total	650.013	303.883	46,76	346.130	53,24

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Por outro lado, quando a distribuição por idade, predomina na área de estudo a população adulta, sendo mais elevada a participação em Aracaju, alcançando 60% do total, enquanto, em São Cristóvão, os adultos representam 56% (Tabela 5).

Tabela 5
Aracaju e São Cristóvão
Composição da População por Idade
2010

Municípios	Jovens 0 a 18 anos	Adultos 19 a 59 anos	Idosos 60 anos e mais
Aracaju	176.945 (31%)	342.217(60%)	51.887 (9%)
São Cristóvão	29.375 (37%)	43.904(56%)	5.585 (7%)
Total	206.320 (32%)	386.121(59%)	57.472(9%)

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Quanto à população jovem, constata-se que, em Aracaju, corresponde a 31% do total, indicando a inserção mais intensa nos programas de controle de natalidade, enquanto os idosos representam 9% do total. Em São Cristóvão, os jovens representam 37% da população e os idosos são apenas 7%, havendo uma concentração deles na sede.

2.1.2 Desenvolvimento Humano

Nos últimos vinte anos, observa-se que houve melhoria nos níveis de desenvolvimento humano dos municípios litigantes, sendo que, Aracaju, em 1991, apresentava um Índice de 0,545, enquanto em 2010, passou para 0,770, sendo o mais elevado do Estado de Sergipe.

Por outro lado, São Cristóvão, em 1991, apresentava índice de 0,403, passando de baixo para médio, ampliando para 0,662, em 2010. Dentre as variáveis que compõem o índice, destaca-se a longevidade como aquela que apresentou melhores níveis, sendo que em 2010, os municípios apresentaram níveis altos, em Aracaju com 0,823 e em São Cristóvão 0,800, isto em decorrência das melhorias nas condições de saúde da população.

Quanto a variável educação, constata-se que também apresentou avanços, entretanto, em situação inferior, sendo que Aracaju apresenta 0,708 e São Cristóvão, índice menor ainda, com apenas 0,581. Esta situação indica à necessidade de investimentos e desenvolvimento de programas voltados a melhoria da qualidade de ensino (Tabela 6).

).

Tabela 6
Aracaju e São Cristóvão
Índice de Desenvolvimento Humano
1991-2010

IDHM	Aracaju			São Cristóvão		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Geral	0,545	0,648	0,770	0,403	0,529	0,662
Educação	0,379	0,519	0,708	0,203	0,368	0,581
Longevidade	0,639	0,729	0,823	0,654	0,719	0,800
Renda	0,669	0,719	0,784	0,494	0,560	0,624

Fonte: PNUD, Atlas de Desenvolvimento Humano, 2013

Tomando como base os dados de níveis de escolaridade da população de 10 anos e mais, em 2010, constata-se que Aracaju apresenta níveis mais elevados, com 14,17% das pessoas com nível superior completo, enquanto 31,89% tem Ensino Médio e Superior incompleto, entretanto, parcela significativa da população (37,74%) tem apenas o ensino fundamental incompleto (Tabela 7).

Tabela 7
Aracaju e São Cristóvão
Escolaridade da População de 10 Anos e mais
2010

Níveis de Ensino	Aracaju		São Cristóvão	
	Pessoas	%	Pessoas	%
Sem instrução e fundamental incompleto	184.960	37,74	35.796	55,09
Fundamental completo e médio incompleto	76.983	15,70	11.323	17,42
Médio Completo e superior incompleto	156.285	31,89	15.585	23,99
Superior Completo	69.402	14,17	2.100	3,24
Não Determinado	2.467	0,50	174	0,26
Total	490.097	100	64.978	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

São Cristóvão ainda tem 55,09% de pessoas com ensino fundamental incompleto e sem instrução, enquanto as pessoas de nível superior completo representam apenas 3,24% do total. Estes níveis de ensino têm reflexos sobre os níveis de rendimento da população e reflete os níveis de qualidade da mão-de-obra presente na área.

Quanto à variável renda foi aquela que apresentou menor variação, no período analisado. Entretanto, nos dois municípios houve aumento nos níveis de renda, fruto da dinâmica econômica e das políticas de transferência de renda, desenvolvidas pelo governo federal, nos últimos anos.

Aracaju passou de 0,669, em 1991, para 0,784, em 2010, enquanto São Cristóvão, de forma mais modesta, salta de 0,494 para 0,624.

Mesmo havendo melhoria nos níveis de renda, constata-se que ainda são baixos, ocorrendo também uma concentração de população sem rendimentos ou com rendimentos baixos e um número pequeno de pessoas com rendimentos mais elevados.

Aracaju apresenta melhor distribuição dos níveis de rendimentos de sua população do que São Cristóvão. Enquanto a primeira tem 28,17% das pessoas de 10 anos e mais com rendimentos até um salário mínimo, em São Cristóvão, esse número atinge 37,40% do total.

Quanto às pessoas sem rendimentos, em Aracaju são 32,95% e em São Cristóvão 41,10%, entendendo que muitas delas estão fora do mercado de trabalho por estudo, em função da idade, pois de fato, a ocupação da população ocorre de forma mais intensa a partir dos dezesseis anos (Tabela 8).

Tabela 8
São Cristóvão e Aracaju
Rendimento da População de 10 Anos e mais
2010

Classes de Rendimento	Aracaju		São Cristóvão	
	Pessoas	%	Pessoas	%
Até 1/4 de salário mínimo	19.835	4,07	3.056	4,69
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	15.391	3,14	2.979	4,57
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	102.760	20,96	18.310	28,14
Mais de 1 a 2 salários mínimos	79.754	16,25	8.732	13,42
Mais de 2 a 3 salários mínimos	27.891	5,69	2.168	3,33
Mais de 3 a 5 salários mínimos	30.637	6,25	1.769	2,71
Mais de 5 a 10 salários mínimos	30.211	6,16	1.081	1,66
Mais de 10 a 15 salários mínimos	9.322	1,90	100	0,15
Mais de 15 a 20 salários mínimos	5.840	1,19	61	0,09
Mais de 20 a 30 salários mínimos	3.583	0,73	13	0,01
Mais de 30 salários mínimos	3.361	0,68	5	0,007
Sem rendimento	161.512	32,95	26.781	41,16
Total	490.097		65.055	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

Por outro lado, entre 1 a 5 salários mínimos, em Aracaju estão 28,19% das pessoas de 10 anos e mais e em São Cristóvão apenas 19,36% do total. No caso de níveis mais elevados de rendimentos, isto é, acima de 20 salários mínimos, em Aracaju, são 6.944 pessoas que correspondem a 1,41% do total, enquanto em São Cristóvão, são apenas 18 pessoas, representando 0,017% da população de 10 anos e mais.

2.1.3 Desempenhos econômico

O conjunto de atividades econômicas desenvolvidas na área de estudo é significativo para o Estado de Sergipe. Aracaju, na condição de capital, concentra muitas atividades ligadas ao setor terciário, com destaque para o comércio e os serviços, concentrando as funções mais especializadas do Estado.

Na administração pública, estão presentes funções dos três níveis de governo, dinamizando a vida da cidade. O setor terciário é responsável por 70% da formação do Produto Interno Bruto, em 2012, enquanto o setor secundário corresponde a 15% do total, com destaque para a indústria da construção civil e atividades da indústria extrativo-mineral.

São Cristóvão, em posição bem mais modesta, tem um Produto interno Bruto que totaliza R\$ 590.068.000,00, sendo que o setor terciário também é predominante, com participação de 68% do total, enquanto o setor secundário é responsável por 20% e o setor primário com 4,4%, e a participação dos impostos sobre produtos líquidos é de 7,6 % do total.

O setor primário se destaca a cocoicultura e também a avicultura, além dos cultivos alimentícios e de uma pequena criação de gado. Recentemente, surge uma nova atividade com a presença do cultivo de plantas ornamentais e medicinais, estando dispersas também na Zona de Expansão.

Por outro lado, os Impostos sobre produtos líquidos, incluindo aí os royalties, também representam 14,83%, enquanto o setor primário, em vias de desaparecimento, contribui com 0,6% de um total de R\$ 9.813.554.000,00 (Tabela 9).

Tabela 9
Aracaju e São Cristóvão
Produto Interno Bruto
2012

Setores	Aracaju R\$.1000,00	São Cristóvão R\$.1000,00	Total R\$.1000,00
Primário	5.976	26.007	31.983
Secundário	1.482.584	118.211	1.600.795
Terciário	6.869.737	400.861	7.270.598
Impostos sobre produtos líquidos	1.455.554	44.970	1.500.524
Total	9.813.852	590.068	10.403.920
PIB per capita	R\$ 16.698,72	R\$ 7.283,81	-

Fonte: IBGE, Contas Nacionais, 2013.

Nos dois municípios, em 2012, estavam em funcionamento 15.686 empresas, distribuídas em 16.670 unidades locais, sendo que destas 95% estão localizadas em Aracaju (Tabela 10).

Tabela 10
Aracaju e São Cristóvão
Empresas e pessoal Ocupado
2012

Empresas	Aracaju	São Cristóvão	Total
Número de empresas atuantes	14.818	868	15.686
Número de unidades locais	15.788	882	16.670
Pessoal ocupado assalariado	217.339	11.242	228.581
Pessoal ocupado total	237.905	12.408	250.313
Salário médio mensal	3,3 SM	2,9 SM	2,9SM
Salários e outras remunerações	R\$ 5.960.148.000,00	R\$ 292.013.000,00	R\$ 6.252.161.000,00

Fonte: IBGE, Cadastro das Empresas, 2014.

Quanto ao pessoal ocupado, são 228.581 pessoas, das quais 95% trabalhando em Aracaju, com salários médios de 3,3 salários mínimos, enquanto, em São Cristóvão com valores um pouco menor, isto é, 2,9 salários mínimos. Dentre as empresas, constata-se a presença do capital internacional, nacional e regional, muitas vezes, pressionando os pequenos empresários locais que tem dificuldade de sobrevivência. Além disso, não se pode esquecer a informalidade que está presente nas atividades comerciais e nos serviços dos dois municípios.

A Zona de Conflito entre os municípios de Aracaju e São Cristóvão corresponde a parte do Bairro Santa Maria e a parte oeste da Zona de Expansão, especialmente aquela que envolve as localidades São José, Areia Branca, Matapuã e Mosqueiro.

2.2 Bairro Santa Maria - representações políticas e contradições socioeconômicas

A área que integra o Bairro Santa Maria é formada pelo antigo povoado Terra Dura. A denominação de Terra Dura remete a sua formação geológica que se constitui numa falésia morta, no ponto de contato, entre a formação Barreiras, do período Terciário, no seu contato com os sedimentos arenosos do Quaternário (SEPLAN, 2004). Pela lei Nº 2.811, de 08 de maio de 2000, passou a condição de bairro, antes integrante da Zona de Expansão, portanto, envolvido no litígio Jurídico-político entre São Cristóvão e Aracaju. Limita-se ao Norte com os bairros São Conrado e Jabotiana, a Leste com o Aeroporto, a Oeste com o município de São Cristóvão e ao Sul com o rio Vaza-Barris.

Conforme o Art. 2 da citada lei Municipal de Aracaju, a demarcação do bairro ficou constituída da seguinte maneira:

I - Trecho do Canal Santa Maria, iniciando no rio Pitanga até o rio Santa Maria; II - Trecho do rio Santa Maria, iniciando no Canal Santa Maria até o município de Aracaju com o município de São Cristóvão; III - Trecho do limite do município de Aracaju com o município de São Cristóvão, iniciando no rio Santa Maria até a estrada de ferro da RFFSA; IV - Trecho da estrada de ferro da RFFSA, que começa no limite do município de São Cristóvão, até a margem direita do rio Pitanga, iniciando na estrada de ferro da RFFSA até o canal Santa Maria. (LEI MUNICIPAL DE ARACAJU, Nº 2811. 2000, p. 02)

O acesso à localidade ocorre pela Avenida Alexsandro Alcino, situada a direita da Avenida Heráclito Rollemberg, no bairro Farolândia e pela Avenida Walter Barreto, através do Conjunto Orlando Dantas, no bairro São Conrado (Figuras 10 e 11).

Figura 10
Av. Alessandro Alcino
Acesso ao Bairro Santa Maria
2014



Fonte: PMA, 2011

Figura 11
Av. A Acesso ao Bairro Santa Maria pelo Bairro São Conrado
2011



Fonte: PMA, 2011

Conforme o Relatório Ambiental do Bairro Santa Maria (SEPLAN, 2004), até o final do século XIX, a área do Bairro Santa Maria apresentava manguezais, cerrados,

remanescentes da Mata Atlântica e era ocupada por uma pequena população que trabalhava com atividades rurais e extrativas. Esse grupo remoto de pescadores e agricultores viviam em um ambiente de sítios produziam frutas tropicais e cultivos alimentícios, criavam animais domésticos e praticavam a pesca. Assim, as dificuldades de acesso limitavam os contatos com Aracaju.

No momento inicial de ocupação da área, a comunicação era realizada por transporte hidroviário, restringindo as relações com a Capital sergipana. No início do século XX, com a edificação do Canal de Santa Maria, ligando a Bacia do rio Sergipe à do rio Vaza Barris, a comunicação foi favorecida e a área passou a ser ocupada por pessoas que trabalharam na construção, sendo que muitas delas se fixaram no local erguendo suas casas as margens do canal Santa Maria, no qual a economia baseava-se na carvoaria e na pesca. (SEPLAN, 2004) (Figura 12).

Assim,

O Canal Santa Maria é um trecho do Rio Santa Maria que recebe a contribuição da drenagem das águas pluviais do bairro homônimo. O Rio Santa Maria se conecta ao sul com o estuário do Vaza Barris, enquanto ao norte, onde seu leito se encontra canalizado, ocorre a confluência com o Rio Pitanga, que posteriormente recebe as afluições do Rio Poxim, escoando finalmente para o estuário do Rio Sergipe, quais sejam: o Rio Pomonga, na sua vertente esquerda; e os rios Cotinguiba e do Sul, na sua vertente direita. O Canal inicia na Ponte de acesso ao loteamento Recanto das Mangueiras, passando por vários conjuntos residenciais e loteamentos, chegando ao Rio Pitanga, perfazendo uma extensão de 4.236m. A margem oeste do Canal é mais urbanizada, sendo que no trecho entre a Avenida Amarela e a Avenida OBA, ocorre a maior concentração de áreas de moradias subnormais (população de baixa renda), enquanto na margem leste observa-se a presença de um Parque Ambiental próximo à Estrada para a Terra Dura e o terreno da Infraero onde se localiza o Aeroporto de Aracaju (SEPLOG, 2014, p. 29).

Figura 12
Canal Santa Maria
2010



Foto: FRANÇA, Vera L Alves. Canal Santa Maria, 2010.

A implantação do Canal de Santa Maria era um projeto ambicioso de interligação de Bacias hidrográficas.

Neste caso, era a ligação da bacia do Vaza Barris, com o Sergipe através do Rio Santa Maria e o Poxim, na Bacia do Sergipe, para facilitar o controle de cargas evitando pirataria. Outra interligação por via fluvial foi realizada entre a Bacia do Sergipe e a Bacia do Japarutuba, através do Canal de São Sebastião, no Rio Pomonga, no município de Barra dos Coqueiros.

A ocupação do antigo povoado começou a partir dos anos 1930, com as obras de retificação do canal Santa Maria com a finalidade de escoar a produção de açúcar, coco-da-baía e fabril procedente de São Cristóvão, Itaporanga D`Ajuda e Estância (SEPLAN, 2004). Com a construção da ponte sobre o canal, surgiram os primeiros sitiantes e proprietários de terra no povoado.

Na década de 1980, a transferência da lixeira da Soledade para as proximidades do povoado Terra Dura resultou em melhoria nas condições de acessibilidade, facilitando os contatos com Aracaju e atraindo pessoas para trabalhar como catadores de lixo. Portanto, a transferência da lixeira do Bairro Soledade para a área do povoado

Terra Dura trouxe a expectativa de ocupação de uma área antes ocupada com sítios e com pequena população (Figura 13).

Figura 13
Lixeira da Terra Dura
2014



Fonte: Disponível em:
<https://www.google.com.br/fotos+obras+deso+na+zona+de+expansao+de+aracaju+-+aracaju-sergipe>. Acesso em: 12 de outubro de 2014.

A transferência da lixeira foi uma decisão polêmica porque a área compunha-se de uma paisagem que necessitava de preservação ambiental e situa-se a menos de 5 km da cabeceira da pista do Aeroporto Santa Maria, entretanto, a lixeira permaneceu no local trazendo danos ambientais e contribuindo para o adensamento da área.

A partir de então, surgiram assentamentos precários ocupações ao longo da Avenida Alexsandro Alcino e às margens do canal de Santa Maria. Portanto,

Com a mudança do depósito de lixo do bairro Soledade para a área da Terra Dura efetivou-se uma verdadeira transferência de problema, uma vez que o depósito de lixo não atendia às exigências da legislação ambiental. A chegada da lixeira, que passou a ser denominada 'Lixeira da Terra Dura', acabou intervindo de maneira decisiva no modo de vida da então simples comunidade do povoado Terra Dura (VIEIRA, 2011, p.15-16).

A acumulação do lixo de forma inadequada resultou na degradação ambiental, sobretudo com a poluição dos recursos hídricos e a desvalorização dos terrenos. Além disso, acentuou o processo em decorrência da remoção da camada fértil do solo,

sujeitando-o a ação do tempo com a supressão de nutrientes na cadeia alimentar da vegetação para sua fixação a terra (SEPLAN, 2004).

A falta da vegetação colabora para a desertificação da área, contribuindo para o afastamento da fauna, e propiciando deslizamentos, pondo em risco parte da população que mora nas encostas dos morros.

A ocupação desordenada às margens dos rios Pitanga e Santa Maria contaminou os corpos d'água, através do lançamento de esgotos na faixa de preservação, bem como, pela ocupação das encostas e do topo do morro da Piçarreira, localizado na parte oeste do bairro. Toda essa situação gerou prejuízos ao ecossistema.

Atualmente, a lixeira foi desativada, sendo o lixo de Aracaju conduzido para o aterro sanitário de Rosário do Catete. Aos poucos a comunidade cresceu e teceu uma nova malha sociogeográfica na área, mas a demanda por serviço de infraestrutura fez do local um misto de pobreza e de necessidades de políticas públicas sociais iminentes.

Contudo, os gestores locais e a imprensa divulgavam outros aspectos da mesma realidade, na época. A Gazeta de Sergipe divulgou, em 27 de março de 1980, Ano XXIII, Nº 6.375, informando que o Governo do Estado determinou uma nova linha de atuação para a edificação de conjuntos habitacionais em Sergipe.

O periódico demonstra que,

Segundo o Governador Augusto Franco, os financiamentos do Banco Nacional de Habitação para a construção de conjuntos populares têm como exigência primordial alinhada a execução dos serviços de edificações das unidades, os trabalhos de infraestrutura. Ainda na reunião ficou decidido, diminuir o déficit habitacional em Sergipe, a construção do conjunto nos pontos, povoados Terra Dura, com 4.509 casas (GAZETA DE SERGIPE, 1980, p. 1).

A Gazeta de Sergipe, divulgou, em 18 de julho de 1980, Ano XXIII, Nº 6.551, p. 01: “está sendo concluída a terraplanagem do futuro Conjunto Residencial Augusto Franco, a ser construído pela COHAB, no povoado Terra Dura, em Aracaju. A área de um milhão e quatrocentos e noventa mil receberá quatro mil, quinhentas e dez casas”.

Entretanto, o conjunto Augusto Franco foi construído no Bairro Farolândia. Entretanto, somente no final da década de 1980 se inicia a construção de conjuntos habitacionais nas circunvizinhanças do povoado Terra Dura.

Segundo França (1997),

Em 1988 o governo do Estado através do Decreto Nº 9.640 declarou de utilidade pública, 245,7 hectares de terras localizados nas imediações do povoado Terra Dura, nos limites de Aracaju e São Cristóvão para implantação de projetos urbanísticos e residenciais com a intenção de construir 7.200 casas (FRANÇA, 1997, 120-121).

Em 1988, foi construída a primeira etapa do Complexo Terra Dura, o Conjunto Habitacional denominado governador Antônio Carlos Valadares, com cerca de 2.420 casas destinadas a abrigar famílias de baixa renda cadastradas pelo Governo do Estado através da (extinta) Fundação de Desenvolvimento Comunitário de Sergipe (Fundese). Essas famílias eram procedentes das invasões do ‘Apicum’(Coroa do Meio), e de outras localidades da cidade (SEPLAN, 2004).

Este desmorte também contribuiu para ampliação em 500 metros da pista de pouso do Aeroporto Santa Maria aumentando a segurança no tráfego área (COHAB, 1988).

Como a área apresentava relevo movimentado, foi feito o desmorte do morro da Piçarreira utilizando o material da jazida para terraplenagem, proporcionando condições de implantação do loteamento e posteriormente das moradias. (Figuras 14 e 15).

Figura 14 e 15
Morro da Piçarreira que Passou por Desmorte nos Anos 1980.
2014



Foto: SANTOS, Juliana Souto, 2014.

Conforme França (1997, p. 121), “as casas deveriam ser destinadas a famílias com rendimento entre 1 a 4 salários mínimos”. As primeiras unidades foram construídas em regime de mutirão pela Fundação de Desenvolvimento Comunitário (Fundese). O Projeto previa a implantação de serralharias, oficinas, olarias, pequenas fábricas de confecções, além de serviços públicos, como escolas, posto de saúde, entre outros, que ocupariam a população, evitando pressão sobre as atividades de Aracaju e construindo-se uma área prestadora de serviços, entretanto, houve um descompasso entre a construção das casas e a implantação das atividades laborais, se efetivando a sobre a cidade (FRANÇA, 1997, p. 121).

Entre os anos de 1992 e 1995, foi construído o conjunto Maria do Carmo Alves, também chamado de Terra Dura II, cujas casas foram destinadas às famílias da extinta invasão Tieta, localizada próximo ao Terminal Rodoviário Governador José Rollemberg Leite. Conforme Campos (2006), a partir dos anos 80, a COHAB/SE iniciou sua atuação nas operações de estocagem de terras em Aracaju, São Cristóvão, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro, com vistas a avalizar o aumento do processo de edificação de casas populares. Por último, foi construído o conjunto Padre Pedro denominado de ‘Terra Dura III’, no qual foram construídas 4.060 casas, também destinadas a famílias de baixa renda que residiam em invasões e que tinham sido cadastradas anteriormente (SEPLAN, 2004) (Figura 16).

Figura 16
Vista Aérea do Bairro Santa Maria.
2014



Fonte: Disponível em: <https://www.google.com.br/fotos+obras+zona+de+expansao+de+aracaju>. Acesso em: 12 de outubro de 2014.

Essa política urbana favoreceu os promotores imobiliários, pois mantinha o controle econômico e espacial da área metropolitana. Nesse bojo, projeta-se a Zona de Expansão Urbana de Aracaju, no qual as construtoras com propriedade de grandes extensões de terras conseguiram bons preços para investimentos seguros.

Para Ibarê Dantas (2004), esse crescimento não implicou na redução dos desníveis e desigualdades sociais. Os insignificantes investimentos em infraestrutura e educação, por exemplo, refletiram esse contrassenso.

Isto porque, a sociedade brasileira e sergipana modernizou-se, do ponto de vista socioeconômico, mas não superou um legado tradicional de organização calcado no desenvolvimento pelo alto, que não universaliza serviços e benfeitorias para todas as classes sociais.

Com as intervenções urbanas ocorridas nos anos 1980 e 1990, o desenvolvimento populacional da localidade associou-se aos problemas de natureza sociais como, violência, miséria, fome e pobreza, gerando uma estigmatização do povoado Terra Dura e dos conjuntos habitacionais instalados, haja vista que se esboçaram duas realidades distintas que formavam imagens opostas, mas que se tornavam cada vez mais próximas (VIEIRA, 2011).

Assim, o bairro Santa Maria passou a representar um dos maiores bolsões de pobreza da capital sergipana. A pressão pela moradia levou para a área grandes números de famílias proliferando os assentamentos precários no entorno, a exemplo, da Ponta da Asa, Sovaco da Gata, Prainha, Água Fina e Morro do Avião, todas igualmente sem infraestrutura e com problemas ligados ao desemprego e à violência.

Conforme França (2008), Aracaju começou seu processo de metropolização, mesmo sem seu projeto industrial ter sido realmente implementado. O município ganhou novo papel no circuito urbano nacional o que gerou uma maior modernização das funções e relações assumidas com caráter de complementaridade.

A ampliação da malha urbana foi uma consequência da pressão social. Portanto, a opção do Governo do Estado foi a periferização, com o empurrão da pobreza para áreas distantes da malha, valorizando os grandes vazios isto é, favorecendo a especulação imobiliária (Figuras 17, 18, 19 e 20).

Figuras 17, 18, 19 e 20
Bairro Santa Maria
Assentamentos Precários
2014



Fonte: Desconforto e insegurança para a população. 2014. Disponível em:

<https://www.google.com.br/fotos+obras+deso+zona+de+expansao+de+aracaju+sergipe>. Acesso em: 12 de outubro de 2014.

Para França (2008, p. 47) “o déficit de moradias soma-se aí, a degradação do ambiente urbano como causas da articulação negligente do público-privado, que fecharam seus olhos para favelas, periferias e áreas de proteção ambiental”.

Para Maricato (2009) e Machado (2000) discorrer sobre planejamento na sociedade brasileira do século XXI e não abordar a respeito da pulverização e parcelamento irregular da terra é decorrência da negligência do setor público. Isto porque, quanto mais o Estado de esquia em regularizar as ocupações do solo, mais as questões de habitação são apontadas como limitações ao desenvolvimento sustentável.

Também existem algumas organizações coletivas em funcionamento, tais como cooperativas e associações de moradores, despertando, assim, o desenvolvimento de trabalhos artesanais, a exemplo da Cooperativa dos Agentes de Reciclagem de Aracaju (CARE). Assim, o Santa Maria ainda tem problemas a resolver, pois alguns moradores vivem abaixo da linha da pobreza e os projetos de inclusão social no bairro são isolados.

Na atualidade, o Santa Maria é um dos bairros mais populosos de Aracaju, contando com uma população de 33.475 habitantes (IBGE,2010) e ainda mantém carências na sua infraestrutura, sendo evidentes diversos problemas como, enchentes, deslizamentos e poluição constantes, pois não houve ordenação e reaproveitamento da área em função da natureza.

O local é exposto a riscos, haja vista que em épocas de chuvas o escoamento das águas resulta em enchentes e lamaçal. Sua estrutura física é desordenada e sem saneamento básico, com ruas e vielas sem pavimentação e esgotos a céu aberto, assim como lixo jogado. (Figura 21).

Figura 21
Bairro Santa Maria
Serviço de Saneamento Básico insatisfatório
2014



Foto: SANTOS, Juliana Souto. Serviço de Saneamento Básico insatisfatórios no Bairro Santa Maria, 2014.

O Bairro Santa Maria é visto como um ambiente de extrema pobreza e marginalização, entretanto, pôde-se verificar que têm sido instalados vários empreendimentos comerciais e de serviços como, lojas de materiais de construção,

bancos, Fóruns, Delegacias, escolas públicas e postos de saúde, bancos e outros bem como, a existência de algumas indústrias (Figura 22).

Figura 22
Serviços Públicos Instalados no Santa Maria
2014



Foto: SANTOS, Juliana Souto, 2014, Agencia do Banese no Bairro Santa Maria.

Para Heitor Frugoli Júnior (2001), os agentes construtores das modificações urbanas, desde os anos 70, realizam intervenções citadinas que giram em torno de questões macrosociais. Isto porque, seus projetos para equipar as cidades modernas esquadrinham princípios genéricos como justiça social e igualdade.

Sob as novas políticas urbanas, se processa uma nova imagem da cidade, na qual os moradores do Santa Maria passaram a ser contemplados. O poder público passou a provir à população de serviços historicamente negados para a localidade, a exemplo do Fórum, de Banco, Delegacia, Unidades de Saúde, entre outros.

A atual condição do bairro Santa Maria resulta de um plano de ação integrada, sobretudo com a organização e participação da Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA). Entretanto, há um comprometimento do poder público com a realidade dos menos favorecidos, enquanto embasamento prático de uma nova gestão.

Mudanças são necessárias para atender a área social no processo de urbanização:

Transformações radicais serão necessárias na chamada ‘área social’, a começar pelo setor da habitação, em que as sequelas do processo

acelerado de urbanização são muito fortes. Apesar de a Constituição brasileira já haver incorporado recentemente o direito à moradia aos direitos de cada cidadão, as condições em que se tem processado a urbanização, aliadas ao forte índice de concentração da renda no país (pelo menos um terço da população está abaixo da linha de pobreza), formaram um déficit progressivo de habitações, em particular nas áreas urbanas (RASSI NETO ; BÓGUS, 2003, p. 25).

O papel do Ministério Público Estadual (MPE) é apontado como uma instituição catalizadora, tendo em vista a função social e seu poder jurídico no que diz respeito às reivindicações dos direitos constitucionais dos indivíduos, especificamente, o direito à educação. A presença do MPE no processo de construção do Centro Vitória de Santa Maria gerou uma proximidade maior entre os integrantes do bairro e a Instituição, contribuindo, para o aumento de reivindicação pelos moradores (Figura 23).

Figura 23
Serviços Públicos Instalados no Santa Maria- Fórum
2014



Foto: SANTOS, Juliana Souto, 2014.

Assim, a participação da sociedade civil se faz para democratização da gestão pública, no sentido de que os recursos públicos sejam aplicados da melhor forma:

A importância da participação da sociedade civil se faz nesse contexto para democratizar a gestão da coisa pública, para inverter as prioridades das administrações no sentido de políticas que atendam não apenas às questões emergenciais. A participação se faz necessária para o controle na aplicação dos recursos públicos, pois vários analistas têm afirmado que nos últimos anos os investimentos na área social têm ocorrido, mas os resultados não indicam melhorias na situação da pobreza. Faltam fiscalização e controle social sobre o uso dos recursos, competência na gestão desses recursos, avaliação dos resultados e sistematização das tecnologias sociais utilizadas de forma a classificar as que dão resultados e as que não têm dado (e o porquê do não resultado). Já existem iniciativas a respeito, como a criação de bancos de dados que catalogam o resultado e a eficiência de projetos, certificando-os. Essas iniciativas são vitais para orientarem ou reordenarem as políticas públicas (RASSI NETO ; BÓGUS, 2003, p. 46).

Nessa conjuntura, cabe destacar o que Palu Junior e Longo (2010, p.8) assinalam, “os movimentos de massa constituem fenômenos que mudam constantemente a paisagem do nosso planeta, parte dessas mudanças necessita de milhares de anos para ocorrer ou são originadas pela ação de agentes climáticos ou humanos”.

A construção do Centro Educacional Vitória de Santa Maria, realizada pelo poder público estadual com parceria com a iniciativa privada, veio sanar os graves problemas de falta de vagas. Um colégio amplo e com oferta de vários níveis e modalidade de ensino, que trouxe para o bairro uma nova condição social. A construção desse Centro foi pensada como uma estratégia política para melhorar as condições do bairro, aumentando a auto-estima dos moradores.

Vieira (2011) ressalta que este estabelecimento de ensino, o bairro começou a apresentar um novo símbolo de qualificação urbana pelo qual estaria passando, sobretudo a partir de uma nova imagem que o poder público, nos últimos dez anos tem tentado consolidar.

Essa realização ocorreu sob a organização do poder público através de várias entidades. A participação dos órgãos públicos, sobretudo da Prefeitura de Aracaju e do Governo do Estado de Sergipe, através da implementação da educação escolar, na consolidação dos serviços urbanos no bairro Santa Maria estão em funcionamento onze escolas públicas que oferece várias modalidades de ensino (Quadro 6).

Quadro 6
Bairro Santa Maria
Unidades de Ensino da Rede Pública
2014

Escolas	Modalidade de Ensino	Localização na ZEU
Emef. Papa João Paulo II	Educação Fundamental	Av. A3, s/n, Santa Maria CEP: 49.044-100.
Emef. Profº Diomedes Santos Silva	Educação Fundamental	Av. Alexandre Alcino, nº 950 Bairro: Santa Maria CEP: 49.000-000.
Emef. Prof Laonte Gama da Silva	Educação Fundamental	Rua 8, s/n - Conj. Padre Pedro Bairro: Santa Maria CEP: 49.044-100.
Emei Irene Romão de Brito	Educação Infantil	Rua B4, nº 100 - Conj. Valadares Bairro: Santa Maria CEP: 49.044-030.
Emei. Prof João B. "Douglas" de Souza	Educação Infantil	Rua 7, nº 8 Bairro: Santa Maria CEP: 49.037-000.
Emef. Papa João Paulo II	Educação Fundamental	Av. A3, s/n, Santa Maria CEP: 49.044-100.
Emef. Profº Diomedes Silva	Educação Fundamental	Av. Alexandre Alcino, nº 950 Bairro: Santa Maria CEP: 49.000-000.
Emef. Profº Laonte Gama da Silva	Educação Fundamental	Rua 8, s/n - Conj. Padre Pedro Bairro: Santa Maria CEP: 49.044-100.
Emei Irene R. de Brito	Educação Infantil	Rua B4, n 100 - Conj. Valadares Bairro: Santa Maria CEP: 49.044-030.
Emei. Prof João B. "Douglas" de Souza	Educação Infantil	Rua 7, n 8 Bairro: Santa Maria CEP: 49.037-000.
Centro Educacional Vitória de Santa Maria	Educação Fundamental e Ensino Médio	Rua Alexandre Alcino s/n, Bairro: Santa Maria CEP: 49.037-000.

Fonema

Disponível

em:

http://www.aracaju.se.gov.br/educacao/?act=fixo&materia=unidades_de_ensino.

www.seed.se.gov.br. Acesso em: 22 de outubro de 2014.

2.3 Atividades Tradicionais: Agricultores e Pescadores

No início do século XX, o território da Zona de Expansão Urbana (ZEU) era integrado por grandes propriedades rurais, onde o cultivo do coco-da-baía era o produto predominante que configurava a formação e a ocupação do espaço.

Conforme Wanderley e Gonçalves (2005, p.86), essas povoações abrigavam sítios que fragmentados pela condensação “da propriedade agrícola acolhiam clãs familiares de moradores locais, enquanto na faixa litorânea prevaleciam extensas propriedades de coqueirais”.

O dote natural da paisagem local banhada pelos rios Vaza barris e Santa Maria e pelo Oceano Atlântico garantia seu cotidiano de onde obtinham sua sustentação, juntamente com o cultivo do solo. Então,

Até meados da década de 1950 há registros de cobranças de impostos pelo município de São Cristóvão ao Povoado Mosqueiro que integraria os limites de seu território, com a proximidade de Aracaju investimentos passam a ser feitos no Povoado pela capital de onde se estabelece o conflito de qual município teria jurisdição sobre o território (NUNES, 2011, p.4).

Sarah França e Vera Resende (2011, p.05) ressaltam que as comunidades rurais destacavam-se na parte oeste, contornando o canal Santa Maria, com distribuição centrada nos “povoados Mosqueiro, Areia Branca, Matapuã, Gameleira e São José, enquanto o Robalo se situa na faixa central, às margens da Rodovia dos Náufragos”.

Até hoje, a área apresenta aspectos rurais tradicionais característicos dos lavradores que cultivavam coco-da-baía, assim como, ainda é acentuado o típico jeito dos diversos moradores que sobrevivem da pesca. Portanto, constituíram-se enquanto comunidades tradicionais agricultores e de pescadores.

2.3.1 Agricultura na Zona de Expansão

Atualmente, ainda é possível apontar algumas propriedades rurais, como a fazenda São João de Terêncio Barreto, dono de muitos terrenos na área, e a Fazenda

Nova, que pertence aos legatários de Melício Machado, um dos maiores cultivadores de coco do Brasil.

O coqueiral ainda predomina na área o cultivo do coco-da-baía, embora em várias propriedades não se constitua numa fonte de, uma vez que os terrenos estão à espera de valorização e transformação em áreas urbanas. Através de loteamento e condomínios fechados. Sarah França e Vera Resende (2011, 04) comentam que a plantação foi reduzida em função da sua insignificante importância econômica e da falta de cuidados com a produção. Quando ao uso do solo Wanderley e Wanderley demonstram:

O mapeamento da cobertura vegetal e do uso do solo identificou 17 usos e ocupações do solo, sendo apenas 4 associados ao processo de urbanização, o que certifica o processo de desruralização, em que as atividades secundárias estão substituindo as primárias e gerando novas ocupações para os habitantes tradicionais (WANDERLEY; WANDERLEY, 2003, p.2).

Embora, na Zona de Expansão Urbana de Aracaju a cocoicultura tenha diminuído sua vocação, Sergipe é o segundo Estado do Nordeste brasileiro que mais se projeta na plantação de coco-da-baía. Carlos Roberto Martins e Luciano de Jesus Júnior (2011, p. 17) assinalam que, “dentre os 10 maiores estados produtores do coco do Brasil, 7 são da região Nordeste. A liderança da produção é da Bahia, seguida de Sergipe e Ceará, que juntos respondem por mais de 50% da produção nacional de coco”.

Conforme os autores (2011, p. 17) Sergipe, em 2009, produziu 279.203 mil frutos ao ano em um total de 42 mil (ha) extensão de área plantada, sendo sua produtividade correspondente a 6,64% mil frutos por hectare. Isto segundo a Produção Agrícola Municipal do IBGE (2009).

Ricardo Lacerda (2013) reforça esse panorama, “as duas principais culturas permanentes de Sergipe apresentaram crescimento considerável entre 1980 e 1990. O cultivo de coco-da-baía que utilizava 8.866 hectares, em 1980, saltou para 27.082 hectares, em 1985, e 46.939, em 1990”. No passado, Aracaju se destacou pela sua grande produção de coco-da-baía em Sergipe. Em 1970, o município tinha uma área colhida de 1,210 hectares, com uma produção de 6.413 toneladas (CONDESE, 1971). Entretanto, o crescimento urbano pressionou este cultivo e reduziu sua área colhida e a produção. Em 2013, no município, especialmente na Zona de Expansão Urbana, apenas

50 hectares estão ocupados com o cultivo que apresentou uma colheita de 110 mil frutos (IBGE, CIDADES, 2015).

Na atualidade, conforme Santana Filho (2010, p. 31) na Zona de Expansão as práticas agropecuárias não são a finalidade fundamental das propriedades, uma vez que nelas a criação, de animais e o plantio de subsistência é apenas uma das possibilidades de geração de renda para os proprietários da terra. De fato, a principal atividade que gera rendimento financeiro é a especulação imobiliária, ou seja, a presença da cerca, caracteriza a área enquanto demarcação e consolidação do poder e do monopólio da terra, à espera de um possível comprador que pode surgir a qualquer momento.

As atividades agrícolas preexistentes à urbanização estão presentes na Zona de Expansão de Aracaju e permitem a identificação visível na paisagem de feições que as remetem para um passado estritamente agrícola e bucólico.

Esse cenário é expresso pela presença da cocoicultura ainda fortemente vigente, mas, também, pelo formato das antigas residências idealizadas em formas de pequenos sítios espalhados no território, resistindo à presença dos condomínios fechados - sobretudo em Aruana e Matapuã - e das sofisticadas chácaras que apresentam uma alta condição de satisfação – muitas dela tomadas como primeira residência, como destaca Wanderley e Wanderley (2003).

As visíveis marcas na paisagem dos traços, rurais na Zona de Expansão de Aracaju devem-se a presença de cultivos e da criação de animais que compartilham o local com as diferentes formas de ocupação do espaço, que juntas remetem à discussão da dicotomia espaço rural e urbano.

Nessa perspectiva, Locatel, Santana Filho e Santana (2010) enfatizam a caracterização de Aracaju enquanto município urbano e apontam a contradição rural/urbano presente no território. Assim,

É nesse contexto que a produção do espaço em Aracaju, mais especificamente na sua Zona de Expansão, reascende a discussão campo-cidade, rural e urbano, uma vez que ao considerar e aceitar o município 100% urbano conduz a própria negação da existência, mesmo que camuflada pelos incrementos urbanos, dos remanescentes de atividades agrícolas ali presentes. (LOCATEL; SANTANA FILHO; SANTANA, 2010. p. 8)

Os autores (2010) apontam que, na Zona de Expansão Urbana de Aracaju, em um espaço intra-urbano, existem áreas nas quais são realizadas atividades agropecuárias, porém essas práticas são vigentes a um momento anterior a caracterização de Aracaju enquanto município eminentemente urbano.

Portanto, constata-se que práticas agropecuárias se mantêm em território que estão sendo sustentados com a intenção de especulação imobiliária (Figura 24). Nessas terras são desenvolvidos cultivos agrícolas, mas, também, muitas dessas são transformadas em rendimento e loteamentos de onde se extrai rendimentos.

Figura 24
Povoado São José a Vida Rural
Manifesta em Perímetro Urbano.
2014.



Foto: SANTOS, Juliana Souto, Aracaju/SE, 2014.

Então,

Tal atividade absorve mão-de-obra local composta na sua maioria de familiares, normalmente dissociadas das relações típicas capitalistas (assalariadas), gerando dessa forma novas estratégias rentáveis e empregatícias, com produção de alimentos para consumo próprio, para o mercado, contribuindo para a segurança alimentar. (LOCATEL ; SANTANA FILHO ; SANTANA, 2010. p. 2)

Segundo Correia (1999) o tipo do solo urbano é diferenciado e concebe uma apropriação sistematizada e em sobreposição, relacionada às formas de edificação

urbana, no qual se convive com diversos sistemas, partilhados com os espaços de residência dos sujeitos que exercitam essas atividades (Figura 25).

Figura 25
Povoado Mosqueiro a Vida Rural
Manifesta em Perímetro Urbano.
2014.



Foto: SANTOS, Juliana Souto. Aracaju/SE, 2014.

Portanto, as grandes propriedades imperam no território,

Na Zona de Expansão de Aracaju a presença das cercas ainda se faz presente, sendo uma constante afirmando a presença da propriedade privada e da posse, mesmo que a atividade agropecuária não seja a finalidade principal em determinadas propriedades, ela é o meio de demonstrar que a terra tem dono. Na Zona de Expansão ocorre nos lotes vagos e terrenos baldios, com múltiplas finalidades, mesmo existindo outras tipologias de menor escala. (LOCATEL; SANTANA FILHO; SANTANA, 2010, p. 8)

É na convivência com o sistema urbano e nas vinculações da lógica do capitalismo que não se pode dissociar a presença daquilo que se designa de particularidades do rural presente no urbano, no qual a atividade agropecuária representa um meio justaposto com distintos usos para se chegar a um intuito para além da cerca. O proprietário ganha visibilidade revelando a apropriação e uso da terra,

impedindo complicações com relação à desocupação da terra, enquanto vislumbra a sua venda.

Com a urbanização de Aracaju, essa área foi incorporada à lógica urbana do município, coexistindo nessa localidade múltiplas outras formas de produção do espaço, inclusive os “meios justapostos”, ou seja, na Zona de Expansão encontra-se a presença de confinamentos de gado e outros animais que pastam pelas ruas e avenidas. Esse processo está visível na paisagem, com também a conversão em terra rural em urbano e posterior processo de especulação imobiliária (Figuras 26 e 27).

Figura 26 e 27
Povoado São José a Vida Rural
Manifesta em Perímetro Urbano.
2014



Foto: SANTOS, Juliana Souto, 2014.

Quanto aos aspectos da agricultura urbana, a população assim se manifestou:

- O empresário e morador da comunidade Robalo, (33anos) falou que, “tem gente que é morador antigo que aproveita seus terrenos para cultivar diversos produtos”;
- o aposentado e morador da ZEU, (62 anos), do povoado São José, comentou que “temos criação de galinhas, vendemos frutas de época e pouco cultivo. Hoje em dia o pessoal faz mais é pastagens de animais”;

- a moradora de Gameleira, na ZEU, dona de casa, (52 anos) falou que, “a principal renda vem da natureza, pois ainda pescamos. As frutas também ajudam nas despesas”;
- a moradora de Matapuã, costureira (65 anos), informou que “as pessoas costumam viver da criação, também temos galinhas para ajudar no sustento”;
- o técnico em contabilidade, (41 anos), morador de Areia Branca na ZEU comentou que, “hoje a lavoura não dá resultado, mas a criação de animais é melhor”;
- a dona de casa (58 anos), moradora do Mosqueiro, na ZEU apontou que “a nossa forma de ganhara vida é com o pescado e as frutas ajudam nas despesas”;
- o morador do condomínio Porto Sul, (22), estudante, disse que, “a família não cultiva, e se mudou para a ZEU por causa do PAR, mas sabe que muitos ali vivem da terra”.

Na Zona de Expansão de Aracaju as práticas de agricultura estão presentes uma vez que nessas áreas existem plantios de frutas, plantas medicinais e ornamentais ou com criações de animais (Figura 28).

Figura 28
Zona de Expansão
Produção de Plantas Ornamentais
2015



Foto: SANTOS, Juliana Souto. 2014

As plantas ornamentais são cultivadas ao longo das principais rodovias, avenidas, chácaras e quintais de residências da área, sendo este um dos poucos aspectos

que se pode conceituar e caracterizar a existência da agricultura urbana essencialmente urbana na localidade. Alguns estabelecimentos comerciais estão voltados para a venda de plantas ornamentais e de plantas medicinais, sendo estas últimas em menor quantidade.

As atividades pesqueiras também estão presentes ocorre no território, sendo desenvolvidas pelas localidades situadas próximas às margens do rio.

2.3.2 Localidades de Remanescentes Pescadores

No Brasil, a pesca artesanal tem recebido poucos incentivos governamentais, embora ainda tenha grande importância social e econômica, sendo responsável por um elevado número de empregos nas comunidades costeiras. Na Zona de Expansão de Aracaju, a situação não é diferente.

O espaço territorial ocupado na Zona de Expansão e sobretudo nas áreas disputadas por Aracaju e São Cristóvão configuram-se a atividade pesqueira que é a base de sustentação de algumas famílias desenvolvendo as atividades pesqueiras, entretanto, essa atividade vem reduzindo em virtude da urbanização.

Até os anos 60 do século XX, o acesso entre Aracaju e as localidades tradicionais da área disputada era difícil. Um dos empecilhos era o sistema de transporte inexistente. Para os trabalhadores locais, pescadores e marisqueiras, vender seus produtos no mercado de Aracaju era preciso deslocar-se em animais, de barco ou caminhando.

No final dos anos 1970, a pesca era considerada a principal atividade socioeconômica na região. Porém, a partir dos anos 1980, com a instalação de condomínios de luxo esse quadro mudou, tendo em vista que surge uma nova clientela.

Os meios tradicionais de uso e apropriação dos recursos pesqueiros na área reaqueceram a economia evidenciando um novo enfoque e suporte socioambiental da pesca na localidade, o que modificou o perfil dos pescadores e das marisqueiras e as relações de trabalho e comercialização do pescado.

Em 1998, a Colônia de Pescadores de Aracaju designou a criação de uma unidade na Zona de Expansão, com 100 pescadores e marisqueiras cadastrados.

Atualmente, são cerca de 200 pessoas que vivem da pesca nessa área, segundo informações obtidas junto a Associação de Moradores (Figura 29).

Não foi possível obter informações quanto ao volume da pesca na área tendo em vista que os dados são divulgados de forma agregada para o município.

Figura 29
Zona de Expansão
Evidências da Pesca Artesanal
2015



Foto: SANTOS, Juliana Souto, 2015

Segundo o diretor da Associação de Moradores do Mosqueiro, “a Colônia de Pescadores é como uma pequena empresa do pescador artesanal, porque estamos expostos a muitos problemas que prejudicam nossas atividades de trabalho como, a destruição dos recursos naturais, poluição, competição por espaço com atividades industriais, especulação imobiliária e outros”. E continua, “mas somos um grupo e persistimos para garantir o trabalho na/da pesca que vem da natureza e envolve a sociedade”. Assim, fica evidenciada a resistência de um grupo tradicional na busca pela manutenção de suas territorialidades.

Ainda conforme o presidente da Associação de Moradores do Mosqueiro, hoje, o perfil do pescador artesanal da Zona de Expansão de Aracaju caracteriza-se por ser do sexo masculino; ter entre 35 a 55 anos de idade; a maioria não concluiu o ensino fundamental e são casados. Quanto a pesca de mariscos é feita por mulheres. A pesca

em si é o trabalho mais praticado, enquanto a comercialização da produção é feita por meio dos intermediários. A renda média mensal é menor do que o salário mínimo.

As condições de vida e trabalho do pescador artesanal da Zona de Expansão de Aracaju ainda são difíceis em períodos chuvosos, quando reduz o volume de produção. Isto ficou evidenciado através de visitas às localidades investigadas. As condições de moradia, por exemplo, de muitas casas dos pescadores permanecem com esgoto a céu aberto, pavimentação precária, alagamentos agravados em períodos chuvosos entre outros itens.

Nunes (2011) indica que estas comunidades representam antigos territórios da pesca que produzem e refletem relações constituídas historicamente.

Para a autora,

As comunidades da Zona de Expansão localizam-se na grande Aracaju, constitui um território de vida e trabalho para as famílias de pescadores e marisqueiras que historicamente tem-se relacionado com a área estuarina do rio Vaza-Barris por meio da atividade pesqueira. Esta comunidade tem garantido a sua existência como coletividade vinculada às características próprias da pesca artesanal: atividade extrativista, de baixo impacto predatório, voltada para o autoconsumo ao tempo que garante a comercialização local do excedente das capturas e fundamentada no trabalho de base familiar (NUNES, 2011, p.26).

Com a urbanização, vem reduzindo o número de pescadores que passaram a se ocupar em outras atividades, entretanto, muitas das pessoas das localidades da Zona de Expansão de Aracaju vive quase unicamente de peixes, crustáceos e moluscos.

A pesca praticada é dedicada ao autoconsumo familiar e o excedente é comercializado no próprio povoado, devido à falta de condições de armazenamento do pescado. Atualmente, o ambiente natural é alvo do interesse da lógica capitalista com os investimentos estruturais na malha urbana, realizados por Aracaju, portanto, o espaço dos pescadores é cada vez mais restringido pela pressão do capital.

A pesca artesanal é a praticada por pescadores profissionais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado e, podendo utilizar embarcações de pequeno porte. (BRASIL, 2009).

A relação homem/natureza intercalada pela pesca tem garantido, na maioria das localidades da Zona de Expansão, a reprodução de valores que vão de encontro ao modo de vida que se submete aos princípios do capital. Essa atividade, praticada em sua forma artesanal, resiste em Sergipe e na Zona de Expansão, mesmo diante das pressões do capital.

O sistema de produção pesqueiro é um modo combinado entre um meio aquático, força e meios de trabalho com a finalidade de capturar recursos aquáticos, comuns a um conjunto de unidades de produção. Historicamente, esses sistemas de produção reproduzem através das técnicas de pesca desenvolvidas, as formas que os atores sociais interagem com a natureza, empregando seu conhecimento e representações, no sentido de extrair as condições objetivas de sua sobrevivência.

CAPÍTULO 3 – QUESTÕES AMBIENTAIS E DE INFRAESTRUTURA NA ZONA DE EXPANSÃO URBANA DE ARACAJU

3.1 Questões Ambientais na Zona de Expansão

Banhada a leste pelo oceano Atlântico, ao sul pelo canal Santa Maria e o rio Vaza Barris, a norte pelo Bairro Aeroporto e a oeste pelo município de São Cristóvão, A Zona de Expansão ocupa uma área de 70 km² correspondendo aproximadamente a 40% do território municipal aracajuano (Figura 30).

Figura 30
Imagem aérea da Zona de Expansão
2014



Fonte: Google Maps, 2014.

Esta delimitação mais particularizada encontra-se nas palavras dos especialistas Wanderley e Wanderley (2013):

A Zona de Expansão possui feição alongada e triangular, estando a sua base maior, ao norte, emendada com a malha urbana consolidada da cidade. De norte a sul assume uma extensão de cerca de 20 km, terminando na foz do rio Vaza Barris e na confluência com o rio Santa Maria. A Rodovia José Sarney e a Rodovia dos Náufragos, de sentido longitudinal, formam os eixos principais de acesso, interligados por

pistas transversais. No seu lado leste, 18 quilômetros de extensão fazem limite com o mar, resultando em sucessivas praias que valorizam essa fachada marítima em relação a outros lugares desta Zona. Seu lado oeste corresponde em quase toda a sua extensão à margem esquerda do rio Santa Maria, rico em manguezais e abrigando na sua retaguarda ou nos lugares devastados condomínios de luxo e alguns povoados onde se associam moradias permanentes como moradias secundárias de alto padrão (WANDERLEY; WANDERLEY, 2013, p. 18).

Na Zona de Expansão, assim como nas demais localidades litorâneas de Sergipe, existe uma ampla diversidade de ambientes constituídos por, lagoas, brejos, manguezais, dunas, restingas, além da presença de tabuleiros costeiros caracterizados por brusco aumento da elevação de terreno, acobertados por vegetação de transição cerrado/floresta (Figura 31).

Figura 31
Zona de Expansão
Cordão de dunas às margens da Rodovia José Sarney
2011



Foto: França, Vera, 2011

Estes ambientes formam um complexo vegetacional pioneiro, que depende mais da natureza do solo que do clima, encontrando-se em praias, cordões arenosos, dunas e depressões que associam planícies e terraços. (WANDERLEY; WANDERLEY, 2013)

Wanderley e Wanderley (2013) elaboraram um Zoneamento Ecológico-Econômico com o intuito de propor soluções para uma ocupação adequada da Zona de Expansão e está pautado a partir de princípios e pressupostos, como por exemplo, identificação da área como um espaço de expansão da cidade de Aracaju; focalização da

área como um subsistema do sistema intra-urbano de Aracaju para a qual retornarão os benefícios de um adequado ordenamento espacial; restrições impedimento da ocupação das áreas frágeis; cumprimento da legislação ambiental federal, estadual e municipal reguladoras do desenvolvimento urbano, entre outros aspectos. (WANDERLEY; WANDERLEY, 2013, p.03)

O Zoneamento Ecológico-Econômico elaborado por Wanderley e Wanderley (2013), define dez Zonas relacionadas a seguir:

Zona 1 - Zona de Proteção Rigorosa.

Zona 2 - Zona de Alta Restrição à Ocupação.

Zona 3 – Zona da Estação Ecológica do rio Vaza Barris.

Zona 4 - Zona de Proteção Especial Não Edificável.

Zona 5 – Preservação de Reserva Ecológica.

Zona 6 - Zona de Interesse Turístico e Paisagístico com Restrições Ambientais e Urbanísticas.

Zona 7 - Zona de Reorientação Urbana e de Programas Sociais.

Zona 8 - Zona Residencial Pré-Urbana com Funções Comerciais, Industriais, Turísticas e de Serviços.

Zona 9 - Zona de Moradias Individuais, Sítios, Chácaras, Condomínios e Loteamentos Residenciais já Ocupados e em Processo de Ocupação.

Zona 10 - Zona de Livre Ocupação Residencial (WANDERLEY; WANDERLEY, 2013, p. 3.)

A Zona de Proteção Rigorosa se caracteriza por

Abranger os manguezais e apicuns protegidos pela Lei Federal 477/1965. Resolução CONAMA nº 004/1985, Resolução Nº 303/2002 e leis estaduais 2.683/1988 e 3.771/1991. Inclui as planícies de marés, as barras fluviais, ilhas do Santa Maria e depósitos arenosos do tipo

bancos de areia, representados na Carta de Zoneamento Ecológico-Econômico. São usos possíveis: a navegação turística e de lazer, a pesca artesanal, as atividades de ecoturismo e de pesquisa, o refúgio de animais silvestres a recuperação de áreas degradadas e a retirada de sementes para disseminação de mangues, Faculta-se a construção de acessos estreitos ligando as áreas residenciais aos mangues e à margem dos canais para atracação de pequenas embarcações (WANDERLEY; WANDELEY, 2013. p. 02).

Para esta Zona, os pesquisadores indicam a necessidade de elaboração de Plano específico de controle e uso do solo, a ser desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Aracaju, em parceria com órgãos como o IBAMA, a ADEMA, a Universidades e as associações comunitárias.

A Zona de Alta Restrição à Ocupação, compreende as praias na faixa de largura e a máxima de 100m entre o ponto mais baixo da maré e o mais alto de preamar, de larguras variadas desde a Praia de Aruana até a extremidade sul, na foz do rio Vaza Barris. Corresponde à zona intertidal e engloba a faixa de domínio público para fins de lazer e de circulação (WANDERLEY; WANDERLEY, 2013). Sendo assim, nessa Zona fica proibida a construção de edificações inclusive as de caráter rústico, a construção de cercas, muros, até mesmo o plantio de qualquer espécie, assim como, a construção de esgotamento sanitário. Além disso, fica vedado obras de contenção da erosão do tipo molhe, espigão, gabião e similares em virtude do seu elevado poder de impacto negativo visual e paisagístico e da agressão ao ambiente natural. As restrições à ocupação têm como base a Constituição Federal (1988) e a Lei Federal 7661/1988, Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC - 1988). (WANDERLEY; WANDELEY, 2013. p. 02).

Para esta Zona os atores propõem que seja lícita a construção de equipamentos de segurança para banhista e a instalação de bases para trabalho ecológico de alta relevância visando a reprodução e preservação de espécies em extinção e a construção de estrutura para apoio de dutos *off shore*.

A Zona da Estação Ecológica do rio Vaza Barris,

Está localizada na extremidade da Zona de Expansão, iniciando-se a cerca de 1.500m até a margem do rio Vaza Barris. Corresponde aos terrenos de origem recente formados pela acumulação de sedimentos

transportados pela corrente de deriva litorânea e outros agentes (...). Há cerca de 10 anos consistia de apenas uma ilha, utilizada por pescadores e banhistas, que foi soldada ao continente, sendo hoje uma planície de restinga parcialmente vegetada e não apropriada, onde se justapõem planícies de marés e formações praiais (WANDERLEY; WANDELEY, 2013. p. 03).

Segundo os autores, por se tratar de uma Estação Ecológica,

Proíbe-se a abertura de estradas e de acessos, a ocupação residencial, industrial, comercial e de serviços, inclusive a ocupação turística. Permite-se atividades de pesquisa, educação ambiental e monitoramento dos processos geológicos, geomorfológicos e biológicos atuantes, a pesca artesanal e a visitação pública para fins de lazer, sem que isso implique na construção de edificações de qualquer natureza (WANDERLEY; WANDELEY, 2013. p. 03).

A Zona de Proteção Especial Não Edificável que,

Abrange as lagoas e as faixas de coalescência dos terrenos estacionalmente encharcados com função de acumulação e drenagem natural das águas pluviais. Estas lagoas e faixas estacionalmente encharcadas desenvolvem-se longitudinalmente de forma paralela e descontínua, de modo natural pela sua gênese páleo geográfica ou por aterramento para suporte das pequenas estradas de acesso as edificações. Respondem pela recepção dos fluxos que percolam do freático, evitando a inundação dos terrenos circundantes. As lagoas maiores representam eixos de escoamento com importante função no futuro sistema de macrodrenagem desta Zona (WANDERLEY; WANDELEY, 2013. p. 04).

A Zona de Preservação de Reserva Ecológica está situada nas adjacências do Canal Santa Maria, em mancha ininterrupta de restingas e manguezais do rio Santa Maria e reforçam o papel de esconderijo da vida silvestre desses ecossistemas. (WANDERLEY; WANDELEY, 2013. p. 05). Os pesquisadores advertem que é,

Proibido o corte da vegetação e a ocupação para quaisquer fins, a abertura de acessos e estradas. Permitidas atividades educativas e de pesquisa. Recomenda-se a parceria entre a PMA e Universidades para realização de pesquisas, e gestões de acordos com o proprietário das glebas para o desenvolvimento conjunto de atividades de promoção e preservação da formação vegetal. Permitidas atividades educativas e de pesquisa. Recomenda-se a parceria entre a PMA e Universidades para realização de pesquisas, e gestões de acordos com o proprietário das glebas para o desenvolvimento conjunto de atividades de promoção e preservação da formação vegetal. (WANDERLEY ; WANDELEY, 2013. p. 05).

A Zona de Interesse Turístico e Paisagístico com Restrições Ambientais e Urbanísticas, encontra-se entre a Zona Intertidal e a Rodovia José Sarney. Desdobra-se da Praia de Aruana até o contorno com a indicada Zona da Estação Ecológica do Vaza Barris. Ocupa o alargamento das constituições praias que precedem os eirados marítimos holocênicos e dá suporte a diversos bares e restaurantes estabilizados e abrigar quiosques provisórios e permanentes. Nessa Zona é permitido a presença de equipamentos de turismo e lazer, a instalação de bancas de revista, estacionamentos, entre outros (WANDERLEY ; WANDELEY, 2013. p. 06).

A Zona de Reorientação Urbana e de Programas Sociais situa-se no noroeste da Zona de Expansão, ocupando as margens do Canal Santa Maria, no extremo oeste do Município de Aracaju. Nesta Zona, reside uma população de baixa renda e condições de saneamento precárias. Os especialistas indicam que, na Zona7 fica,

Permitida a livre ocupação residencial, comercial, industrial e de serviços, com dimensão mínima do lote 40m², consonante com programas habitacionais do Governo, coeficiente de aproveitamento máximo do lote de 3,0, altura máxima que o lote permitir, desde que resguardado o coeficiente máximo igual a 3,0. Recomenda-se a implementação de programa urbanístico e de apoio social, a implementação de campanhas de educação ambiental relacionadas ao lixo e à água e a instalação de rede pública de abastecimento hídrico (WANDERLEY ; WANDELEY, 2013. p. 07).

A Zona Residencial Pré-Urbana com Funções Comerciais, Industriais, Turísticas e de Serviços, incide sobre os povoados Areia Branca e Mosqueiro, centros populosos e concentrados da atual ocupação. Nesta Zona, desenvolvem-se atividades turísticas e de lazer nas margens do rio Santa Maria, por meio de catamarãs, lanchas do Iate Clube, além da presença de bares e restaurantes. (WANDERLEY; WANDELEY, 2013. p. 07).

A Zona de Moradias Individuais, Sítios, Chácaras, Condomínios e Loteamentos Residenciais se constituem em área ocupada e em processo de ocupação, incidindo sobre os povoados Mosqueiro e Areia Branca, Gameleira, São José, Robalo e todos os espaços total ou parcialmente ocupados, de primeira e de segunda residência, cuja possibilidade de reorientação urbana e outras intervenções de melhoramento são pouco aplicáveis, principalmente a redefinição da malha (WANDERLEY; WANDELEY, 2013. p. 07).

A Zona de Livre Ocupação Residencial Horizontal e Vertical, está sujeita a restrição de Ocupação das Dunas presentes na área (Indicadas na Carta de Ocupação e de Preservação das Dunas Litorâneas).

Esta Zona se constitui na maior de todas as Zonas, estende-se por toda a Zona de Expansão, limitando-se com todas as outras zonas, desde a pista da Rodovia José Sarney, no leste, até o limite do Município de Aracaju com São Cristóvão, no oeste, até o limite com a Unidade de Conservação Estação Ecológica do rio Vaza Barris, ao sul.

É cortada longitudinalmente por dois eixos viários, a Rodovia José Sarney e a Rodovia dos Náufragos e transversalmente por outras pistas asfaltadas. (WANDERLEY; WANDELEY, 2013. p. 07).

A Proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico de Wanderley e Wanderley, (2013) para a Zona de Expansão espelha a fragilidade ambiental presente na área, e se constitui numa possibilidade de ocupação dentro dos princípios da sustentabilidade. A definição de Zonas sem ocupação urbana e apenas com a manutenção das condições ambientais naturais demonstra o compromisso com a qualidade do meio ambiente.

O Combaze (Conselho da Associação da Zona de Expansão de Aracaju), em Carta Aberta (2014), ao futuro governador do Estado de Sergipe aponta suas preocupações quanto aos impactos e sociais da ocupação das áreas vazias surgidos com o parcelamento da terra e assim se expressa:

As comunidades da Zona de Expansão vêm tentando estabelecer contatos para dirimir o impacto que está sendo gerado com o crescimento populacional neste território, sobre os problemas de impactos ambientais e sociais, sem devida infraestrutura está causando aos moradores dos residenciais (COMBAZE, CARTA ABERTA, 2014).

Ecossistemas diversos desaparecerão com a edificação de infraestruturas impróprias, como os loteamentos. Apesar do Litoral Sul de Sergipe ter sido contemplado com a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) e contar com alguns instrumentos de planejamento como Planos de Intervenção das Orlas Marítimas e Conselho Gestor, os processos de degradação, iniciados antes da criação desses recursos, estão sendo intensificados, o que compromete a manutenção dos ecossistemas naturais.

Os ambientes naturais que integram a paisagem da ZEU os estimulam de forma ambígua. Simultaneamente, representam uma ilusão de contato com a natureza, mas trazem a urbanização em seu bojo, o que incorre em devastação, portanto representa um empecilho à ocupação do espaço (FRANÇA E REZENDE, 2012). As autoras destacam que “a degradação do ecossistema tem sido acelerada pela presença dos condomínios fechados, conjuntos habitacionais e obras públicas”. (FRANÇA ; REZENDE 2012, p. 14).

Os contíguos dunares são predominantes no Loteamento Aruana, nos terrenos do NUCAT/Petrobrás e nas adjacências do rio Vaza Barris, sendo na sua maioria, dunas fixas. “As lagoas de drenagem assim como a vegetação nativa compõem, “o panorama ambiental dos planos de controle para o uso e ocupação da área, sobretudo no que tange ao desmonte de dunas, aterros e drenagens” (FRANÇA ; REZENDE 2012, p. 14).

Conforme Andrade e Oliveira (2012, p. 6), a ZEU caracteriza-se, “por apresentar uma paisagem frágil com a presença de praias, terraços marinhos, dunas e manguezais. O aumento no nível de ocupação nas últimas décadas tem provocado grandes mudanças na paisagem natural”. As autoras (2012) indicam ainda que a unidade de influência antrópica cresceu sobre as unidades de paisagem natural, encurtando a sua extensão integral (Figura 32).

Figura 32
Zona de Expansão
Lagoas sendo Aterradas.
2013



Foto: SANTOS, Juliana Souto, 2014

Entretanto, as condições ambientais da Zona de Expansão Urbana de Aracaju incluem problemas de saneamento básico, escoamento de águas pluviais, áreas embrejadas, entulhos de obras, realização de construções diversas, com ou sem licença da Prefeitura de Aracaju.

Ainda assim, terrenos continuam sendo demarcados e muitas casas, chácaras e condomínio foram construídos na área de terrenos localizados às margens de lagoas, na Zona de Expansão. Esta situação contraria as definições dos Zoneamento Ecológico-Econômico citado anteriormente.

França e Rezende (2012) advertem que um dos pontos enfatizados pelos agentes imobiliários para chamar compradores de habitações na Zona de Expansão Urbana de Aracaju são as propriedades do panorama natural que confere a área um ar bucólico, com presença de grandes vazios.

Ao longo dos últimos anos, muitas obras foram interditadas pela Secretaria do Meio Ambiente, Ministério Público Estadual e Federal, pela Emurb, entre outros órgãos enquanto a mídia local não para de veicular notícias a esse respeito. A aceleração da

ocupação urbana da Zona de Expansão de Aracaju ocorreu, através de loteamentos para construção de habitações, da implantação de condomínios fechados voltados para a classe de maior poder aquisitivo, e também pelo poder público Programa de Arrendamento Residencial (PAR) a construção civil (Figura 33).

Figura 33
Zona de Expansão
Vista aérea
2013



Fonte: Informativo Aruana. 07 de setembro de 2014.

Tudo isso incide sobre a realização de obras de infraestrutura que envolvem serviços realizados ou não, por empresas terceirizadas e públicas. Essas corporações são contratadas por meio da Prefeitura Municipal de Aracaju e/ou do Governo de Sergipe.

Muitas vezes, ao longo da realização das obras essas empresas despejam seus destroços e restos de construções no próprio território, aterram lagoas, poluem braços de marés, retiram areias das dunas e outras ações em detrimento do meio ambiente.

Almeida (2012, p. 12, et al) indica que com o processo de expansão urbana e ocupação de áreas nativas, podem ser perdidas informações sobre a biodiversidade local. Esta situação tem sido observada pelos moradores, a exemplo da afirmação da representante do COMBAZE:

As lagoas naturais abrigam uma biodiversidade importante para o ecossistema aquático, pois elas são o *habitat* de várias espécies de microrganismos, peixes, plantas, entre outros. É preciso que os órgãos competentes tomem providências e freiem os aterros provocados pelo crescimento imobiliário desordenado no local, e que geram desequilíbrio ambiental podendo até fazê-las desaparecer da paisagem da Zona de Expansão de Aracaju (REPRESENTANTE DO COMBAZE, 2014)

Assim, as lagoas naturais têm perdido parte de sua biodiversidade,

Com o aterramento dos lagos e lagoas na Zona de Expansão, essas populações de marrecos podem perder habitats importantes para o ciclo de vida, fazendo-se necessário ampliar as pesquisas sobre esse grupo, contribuindo para o estabelecimento de medidas de conservação e manutenção das áreas úmidas. (ALMEIDA, et al, 2012, p. 13)

Estes problemas são reconhecidos pela população e através de suas representações, a exemplo do COMBAZE, acompanha as ações no território, destacando:

Um dos graves problemas da Zona de Expansão se deve ao aterro de lagoas, mangues e dunas, denunciamos ao longo desses anos várias vezes, por sua vez a fiscalização não é tão rápida quanto os irresponsáveis que realizam os aterros dessas lagoas, muitas vezes feita por disk entulhos, destruição de dunas ou dos mangues é algo já do nosso cotidiano. A falta da aplicação das leis neste caso tem ocasionando um desequilíbrio ambiental gigantesco na região que por sua vez ocasiona em períodos de chuva sérios alagamentos (COMBAZE, CARTA ABERTA, 2014).

Soares (2012, p.2) indica que muitas áreas embrejadas foram aterradas sem o devido cuidado com o sistema de drenagem. A infraestrutura implantada gerou problemas distintos, em consequência do lençol freático ser muito alto.

A ocorrência de enchentes por ocasião do período chuvoso também traz grandes transtornos aos moradores do território (Figura 34 e 35).

Figura 14 e 35
Zona de Expansão
Alagamentos Constantes em Períodos Chuvosos.
2014.

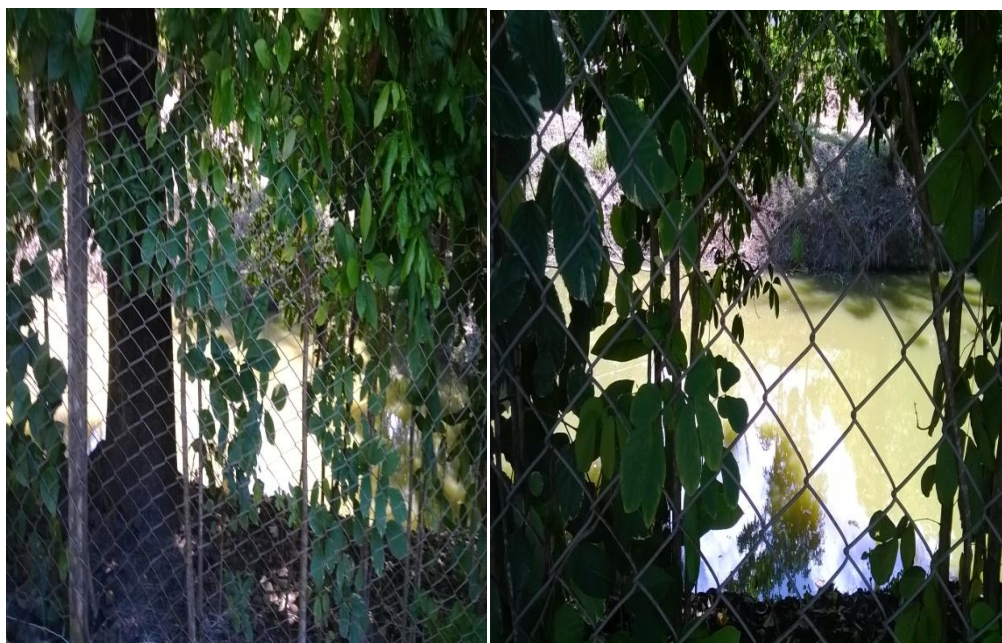


Foto: SANTOS, Juliana Souto. Aracaju/SE, 2014.

A representante do Combaze aponta que, mesmo com a decisão da Justiça Federal de proibir a liberação de novas obras, em 2009, no território, as negociações para construção de empreendimentos imobiliários continuam ocorrendo, por meio da compra e venda de terrenos licenciados, anteriormente, adquiridos de grandes empresas da construção civil e de proprietários individuais, por exemplo. A atuação do Ministério Público Federal, no território, é essencial. Portanto,

O MPF foi o divisor de águas. Aí sim vimos o nosso pleito ser correspondido, principalmente, quando o procedimento foi para Procuradora Federal rapidamente ingressou com uma ação civil pública. As intervenções do Conselho fiscalizando, cobrando e intermediando junto aos órgãos das esferas municipal, estadual e federal mostram que aqui entendemos dos nossos direitos e deveres. (REPRESENTANTE DO COMBAZE, 2014)

O Ministério Público Federal de Sergipe (MPF/SE) fiscaliza a ZEU desde 2005, com vistas a resolver as dificuldades ambientais e sociais ocasionadas pela deficiência de saneamento básico na Zona de Expansão. Nesse sentido, o Portal da Justiça Federal do Estado de Sergipe noticiou sobre a necessidade da Adema, realizar estudos no

território em função do acúmulo de água da chuva, sem que haja uma drenagem. Um requerimento foi impetrado pelo Tribunal de Justiça para que a Adema seja condenada a não licenciar novos empreendimentos, sem a adoção de uma solução sanitária.

Outra questão apontada pela representante da Combaze é que muitos moradores estão tendo que sair das suas casas em razão do crescimento das áreas alagadiças que aumentam a cada dia em função do aterramento para construção. Na avaliação da representante da Combaze, a efetivação do Plano Diretor seria uma alternativa para enfrentar o problema. Para ela, “o Plano Diretor existe, o que falta é seu cumprimento. Da forma que está, se tornou inoperante. Por conta disso, o uso e a ocupação do espaço estão desordenados”.

O cumprimento de ações que garantam a preservação da Zona de Expansão envolve intervenções a esfera jurídica. O exemplo disso são as vistorias ocorridas nos canais da Zona de Expansão de Aracaju, realizadas em 2011, por determinação da Justiça Federal. Os promotores de Justiça recomendaram aos gestores públicos de órgãos envolvidos na questão que fiscalizem mais e adotem medidas restritivas nas Áreas de Preservação Permanente (APP).

Conforme Relatório Técnico de Vistorias Ambientais na Zona de Expansão de Aracaju/SE, a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), no desenvolvimento de suas pertinências legais, tem fiscalizado, a partir de denúncias, a fim de coibir as ocorrências de agressões ambientais no território da Zona de Expansão (SEMA/2014, p.05). Vistorias têm sido efetivadas, haja vista, a vigência de conflitos de interesses do uso e ocupação do solo, assim como, em relação às zonas lagunares que são protegidas como áreas de preservação, no Plano Diretor de Desenvolvimento de Aracaju (Lei Complementar Nº 042 de outubro de 2000).

Conforme Relatório Técnico de Vistorias Ambientais na Zona de Expansão (SEMA/2014, p. 06), foram apontados diversos estabelecimentos trabalhando de forma irregular, sem licenças ambientais, sem o devido tratamento dos efluentes e nem a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.

O Relatório Técnico de Vistorias Ambientais assim se pronuncia:

O despejo de efluentes doméstico e o aterramento dessas lagoas para dar espaços a construções, o principal alvo das denúncias, ora recebida por esta secretaria. As medidas cabíveis quanto aos infratores são tomadas à medida que são identificados os detentores da propriedade. Um segundo indicador observado em grandes quantidades correspondentes as disposições de resíduos sólidos dispostos irregularmente em terrenos privados e em áreas públicas, provenientes de reformas de casas e novas construções (FELIPE FILHO, 2014, p. 05-06).

Ainda segundo o mesmo Relatório (SEMA/2014, p. 06-07), as fiscalizações concretizadas pela SEMA originam um laudo técnico. Nele é atestada a condição do local e se o fato denunciado for um crime ambiental, emite-se um Auto de Constatação. Quando a ocorrência fiscalizada apresenta um risco para a população ou ambiente é emitido uma notificação, determinando que o dano seja interrompido. Essas são peças para a abertura do Processo Administrativo, geração de multa, advertência ou elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), sendo que diversas notificações foram efetuadas registrando-se diversas situações, tais como, aterramentos de lagoas, degradação de APP's, deposição de resíduos sólidos em locais irregulares, entre outros (Quadro 7).

Quadro 7
Zona de Expansão
Controle de Notificações e Autuações na Zona de Expansão.
2014

OCORRÊNCIA	LOCAL	DATA DE VISTORIA	NOTIFICAÇÃO	NOTIFICADO
Degradação de APP'S	Rodovia dos Naufragos, s/n – Terreno ao lado da Azul Piscina.	07/10/2014	Não	O proprietário ainda não foi identificado (processo com a EMURB).
Aterramento de Lagoa	Rodovia dos Naufragos, e, frente ao n.11534 e a Travessa Tuta, Gameleira	30/10/2014	Sim	Proprietário da área Adilson Barreto.
Fiscalização de irregularidades em obras de saneamento.	Rua C, s/n, Residencial Porto Sul, Aruana.	19/11/2014	Sim	Empresa HECA Comércio e Construções.
Deposição irregular de resíduos sólidos.	Condomínios residenciais da Rodovia José Sarney, Rodovia José Sarney.	29/10/2014	Sim	Residencial Bahia Blanca.
Aterramento de	Rua Orlando	27/10/2014	Sim	JJ Construtora e

lagoas.	Tavares s/n,			Incorporações LTDA.
Avaliação de nascente	Bairro 17 de Março – Conj. Habitacional – B102	19/11/2014	Não	Fiscalização preventiva.
Deposição irregular de resíduos sólidos.	Imediações do Aeroporto Santa Maria.	24/11/2014	Não	Fiscalização preventiva.
Deposição irregular de resíduos sólidos.	Rua Z, s/n, Loteamento Aquarius II, Aruana.	10/12/2014	Não	O denunciado realizou a limpeza.
Deposição irregular de resíduos sólidos.	Imediações do Aeroporto Santa Maria.	01/12/2014	Não	Fiscalização preventiva.
Fiscalização do cumprimento de notificação.	Rua, Orlando Tavares, s/n.	19/12/2014	Não	JJ Construtora e Incorporações LTDA (Notificação cumprida)
Aterramento de lagoa.	Rua C1, Loteamento Aquarius, Aruana	15/10/2014	Sim	Empresa LOTEPLAN
Lançamento de efluente em lagoa.	Av.: Melício Machado, 3.700, Aruana. Cond. Rota do Sol	23/10/2014	Sim	Cond. Rota do Sol e Cond. São Lourenço.
Mortandade de peixes e despejo de efluentes poluente em lagoa.	Rua Z, 90 Loteamento Aquarius II.	02/12/2014	Sim	Condomínio Caminho dos Ventos e Construtora CELI.
Deposição irregular de resíduos sólidos.	Rua D, Aruana.	27/01/2015	Sim	Posto Presidente II.
Construção irregular de Galpão	Rua J, Loteamento Aquarius, Quadra F, lote 08, Aruana.	08/01/2015	Não	Não constatado irregularidades.
Deposição irregular de resíduos sólidos.	Rua Walter Bastos, s/n, Aruana.	04/02/2015	Não	Em processo de identificação do proprietário.

Fonte: FELIPE FILHO, José Rosa. Relatório Técnico de Vistorias Ambientais: Zona de Expansão, Aracaju/SE. Aracaju: Secretaria de Meio Ambiente, Setembro de 2014, p.12 a 14.

Em outro Relatório de Fiscalização Ambiental n. 340/2014, da Secretaria de Meio Ambiente, registra-se uma fiscalização de denúncia, por tipo de ocorrência sendo o denunciante não identificado. O local vistoriado eram os condomínios ao longo da Rodovia Presidente José Sarney, sendo o objetivo da ação verificar descarte de resíduos da construção civil e domiciliar em via pública. A equipe da SEMA percorreu a

Rodovia Presidente José Sarney, atendendo à solicitação da EMSURB, para verificar o cumprimento das notificações emitidas pelo órgão e averiguar possíveis novos descartes de Resíduos Sólidos. Os fiscais afirmam que os Condomínios fiscalizados foram: Portal do Atlântico, Morada da Praia II, Lago Paranoá, Morada da Praia, Sol e Mar I, Sole Mar II, Sol e Mar III, Portal das Águas, Portal dos Corais, águas Claras, Residencial Brisas, Residencial Riviera Del Mar, Atlantic Beach II, Viva Vida, Baía C Blanca e o Bar Com Amor Beach.

O Portal da Justiça Federal do Estado de Sergipe informou ainda que foi concedida nova liminar na ação movida pelo Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE), requerendo soluções para os problemas enfrentados pela Zona de Expansão, autorizou a Emurb a liberar a Engeb Botelho Engenharia Ltda a iniciar a construção do Residencial Jardim Santa Maria, tendo em vista que a obra só poderia ser iniciada caso a empresa ligasse a rede de microdrenagem do condomínio à rede de macrodrenagem existente.

Tais informações foram solicitadas pelo Combaze, a fim de verificar se as obras do local estavam autorizadas. Nessa mesma audiência, a Petrobrás, atendendo a determinação da Justiça, apresentou Plano de Ações paliativas para drenagem de duas avenidas e de sua Rota de Fuga (Figura 36).

Figura 36
Zona de Expansão
Rota de Fuga
2014



Fonte: Disponível em: www.infonet.com.br1000 × 664Pesquisa por imagem.
Acesso em: 12 de setembro de 2014.

Como a Adema não opôs nenhuma objeção ao plano, a juíza determinou a imediata execução do mesmo. Informações obtidas junto à indicam que existe uma ação judicial por conta de todo esse problema de drenagem na Zona de Expansão, entretanto, com as obras dos canais em andamento, a área voltará a ser favorável ao desenvolvimento. A Rota de Fuga é uma Avenida instalada pela Petrobrás como estratégia de segurança em caso de acidentes Em Carta Aberta ao futuro governador de Sergipe, o Combaze (2014) solicita que, “a Defesa a Defesa Civil Estadual estabeleça critérios de monitoramento da área de risco permanentemente”.

Em Carta Aberta ao futuro governador de Sergipe, o Combaze solicitou em seu rol de reivindicações:

Que Adema estabeleça para a Zona de Expansão ações emergenciais e permanente que inibam os aterros de lagoas, mangues, destruição de dunas e interligação de esgoto para o rio. Se necessário for onde houver ocupação irregular que seja pedido à demolição dessa ocupação nessas áreas. (...) Que a Secretaria de Meio Ambiente desenvolva junto com este Conselho um Projeto ambiental permanente na região de conscientização educacional nas escolas e com a população. (CARTA ABERTA, COMBAZE, 2014)

Um técnico da Adema afirmou que para entender as questões ambientais da Zona de Expansão faz-se necessário o conhecimento sobre legislação da área, como a Resolução Federal Nº 237/97 CONAMA, do Ministério do Meio Ambiente; a Resolução Estadual Nº 06/2008 da Adema e a Resolução Estadual Nº 26/2013, também da Adema.

A documentação estadual atende aos preceitos da nacional. Conforme o técnico dessa instituição existe um processo de Nº 2009.89.00.002637-9 que está tramitando no Tribunal de Justiça de Sergipe que envolve questões ambientais sobre a Zona de Expansão de Aracaju.

A população residente nas localidades tradicionais também se preocupa com as questões ambientais e assim, se expressaram:

O empresário e morador (33 anos) da comunidade Robalo na Zona de Expansão falou que, “o bom seria compatibilizar a urbanização com a preservação ambiental. Os órgãos responsáveis deveriam demarcar as áreas. Não vejo muitas placas informando esses locais”;

O morador da ZEU, (22 anos), do povoado São José comentou que “a gente se chateia sem poder usar melhor a natureza, está tudo ocupado por aqui”. A moradora de Gameleira, na ZEU, (52 anos) dona de casa, falou que, “a própria população precisa cuidar mais da natureza na Zona de Expansão de Aracaju, porque as autoridades não ligam”;

A moradora da Matapuã (37 anos) costureira, na ZEU, disse que, “precisa melhorar muita coisa para a natureza resistir”;

O técnico em contabilidade (41anos), morador de Areia Branca ZEU enfocou que, “medidas judiciais deveriam paralisar as construções irregulares nas áreas, para garantir a questão ambiental”;

A dona de casa (58 anos), a moradora do Mosqueiro, na ZEU apontou que “a gente nota os aterramentos em muitas lagoas na Zona de Expansão de Aracaju. Todo dia aparece um novo aterro”;

O morador do condomínio Porto Sul, (22 anos), estudante, disse que, “a população precisa ser melhor orientada sobre ocupação do território da região da Zona de Expansão de Aracaju”.

As questões sócio-demográficas da Zona de Expansão de Aracaju incorrem em grandes problemas decorrentes da ação antrópica que, entre outros, promovem a especulação imobiliária.

Assim,

(...) Até 1978 a ocupação restringia-se a pequenos núcleos de povoamento próximos aos povoados Areia Branca, Robalo e Mosqueiro, enquanto que nas proximidades das praias da Aruana, Robalo e Refúgio foram visualizados os primeiros loteamentos. Neste ano, a unidade de paisagem Terraço Marinho possuía cerca de 62% da paisagem, ao passo que a Duna/Interduna 13%, a Planície de Maré 17%, a Praia/Duna Frontal cerca de 4%, totalizando 96%. A unidade de

Intervenção Antrópica correspondia a apenas 4% da paisagem. (...) Já em 2008, identificou-se um aumento considerável da ocupação nos povoados citados anteriormente e, principalmente, nas proximidades das praias da Aruana, Robalo, Refúgio, Náufragos e Mosqueiro. No referido ano, o Terraço Marinho possuía 54,7% da paisagem, a Duna/Interduna 8,8%, a Planície de Maré 16,5%, a Praia/Duna Frontal 3,5%, totalizando 83,5%. (...) A unidade de Intervenção Antrópica correspondia a 16,5 % (Tabela 1). A unidade de paisagem natural mais afetada pela intervenção antrópica foi o Terraço Marinho, seguida pela Duna/Interduna. A Planície de Maré e a Praia/Duna Frontal foram às unidades menos afetadas pela intervenção antrópica. (ANDRADE ; OLIVEIRA, 2012, p. 6)

Para Eliene Andrade (2013), os moradores do território se queixam da falta de fiscalização por parte poder público. A população vive preocupada com a chegada do período das chuvas. Os problemas de macrodrenagem se constituem em preocupação para todos:

Tememos o pior! Por este motivo foi ajuizada uma ação civil pública de Nº 2009.85.00.002637-9. O objetivo da ação é para que seja feito a macro drenagem e esgotamento sanitário da região seguindo rigorosamente os critérios estabelecidos. Porém acreditamos que a “União faz a força”, e que só unindo comunidade e gestores vamos poder começar a mudar essa triste realidade. (COMBAZE, CARTA ABERTA, 2014)

Segundo a representante do Combaze, o problema da macrodrenagem na área pode causar danos irreversíveis aos moradores: “Os terrenos continuam sendo murados e cerca de 10 casas já foram construídas”. Isso acontece porque eles estão descumprindo uma determinação da Adema.

Segundo Andrade e Oliveira (2012),

Apesar de quantitativamente ser considerada como paisagem natural, qualitativamente a paisagem investigada pode ser considerada antropizada devido ao seu alto grau de retalhamento. Por todo o exposto, urge que sejam adotadas ações preventivas e corretivas no que concerne ao planejamento da ocupação presente e futura. Por se tratar de uma paisagem bastante dinâmica, sob influência dos agentes costeiros, é necessário que seja evitada ou mesmo controlada a ocupação sobre as unidades mais frágeis como dunas, manguezais e praias a fim de se evitar prejuízos socioeconômicos e danos ambientais. (ANDRADE ; OLIVEIRA, 2012, p. 12)

A população local teme um novo alagamento como o ocorrido em 2010. É uma área de limite de lagoas, onde nada pode ser construído. “As pessoas continuam descumprindo as notificações” (Figura 37).

Figura 37
Zona de Expansão Urbana
Construções nas proximidades de Lagoas
2014.



Foto: SANTOS, Juliana Souto. Aracaju/SE, 2014.

O Portal da Justiça Federal de Sergipe noticiou que a Juíza Titular da 1ª Vara Federal, realizou audiências relativa à Ação Civil Pública Nº 2009.85.00.002637-9, que trata dos problemas de drenagem e esgotamento sanitário na Zona de Expansão, com a presença das empresas e órgãos interessados.

Nessa audiência, foi debatida a adoção das estratégias determinadas pela Juíza Federal para atenuar as difíceis condições em que vivem os moradores da Zona de Expansão, especialmente nas áreas mais afetadas por alagamentos.

O desrespeito à fragilidade das condições ambientais da Zona de Expansão resulta numa ocupação que implica no desgaste da qualidade de vida da população residente, com reflexo sob o restante da cidade. Esse ecossistema merece ser preservado a fim de garantir sua sustentabilidade para as atuais e futuras gerações.

Na área vem ocorrendo uma crescente diversificação de grupos sociais o que resulta, por vezes, com formas conflitivas entre os antigos e novos moradores resultando em problemas culturais.

3.2 Ocupação e Questões de Infraestrutura na Zona de Expansão

A Zona de Expansão Urbana de Aracaju é uma área que apresenta probabilidades concretas de adensamento populacional. Com a pavimentação da Avenida Melício Machado, em 1990, surgiram novos serviços e outras iniciativas se instalaram em seu entorno, o que ocasionou numa maior diversidade de oportunidades, sobretudo a partir do ano 2000 (Figura).

Figura 38
Zona de Expansão de Aracaju
Rede Viária
2014



Fonte: MOREIRA, André. Jornal da Cidade, Aracaju, Se. 9 de novembro de 2013. Disponível em: <http://sergipeemfotos.com.br/zona-de-expansao-em-aracaju.html>. Acesso em: 12 de março de 2014.

A Zona de Expansão se caracteriza por uma ocupação constituída por ações contraditórias, executadas pelo poder público e pelo privado de forma descompassada, gerando dificuldades para a população residente e com implicância sobre as condições ambientais. Conforme Andrade e Oliveira (2012, p. 6), as carências na ZEU na infraestrutura urbana ainda são marcantes ocorrendo um descompasso entre as formas de ocupação e as condições ambientais.

Conforme Sarah França e Vera Rezende (2010, p. 7) apesar do futuro imobiliário de Aracaju está voltado para essa área do município, a gestão pública deveria prestar atenção para as frágeis condições ambientais do território da Zona de Expansão e atentar para o uso e ocupação do solo, através dos instrumentos urbanísticos vigentes.

Nesses espaços de valor, a necessidades de infraestrutura é premente, ainda que a população assentada reivindique serviços fundamentais, demora-se muito para que essas solicitações sejam atendidas. Portanto, serviços como, esgotamento sanitário e drenagem urbana, são carências que comprometem a qualidade de vida da população. A existência de muitas ruas sem pavimentação dificulta a mobilidade, ocasionado problemas para população (Figuras 39 e).

Figuras 39 e 40
Zona de Expansão
Ruas sem pavimentação
2014



Foto: SANTOS, Juliana Souto, 2014



Em Carta Aberta ao futuro governador (2014), as condições de pavimentação também estão indicadas: “que busque ajudar ao município a asfaltar as ruas do Robalo, São José, Areia Branca e Mosqueiro, com calendário estabelecido pela necessidade peculiar de cada área” (COMBAZE, 2014)

Quando a infraestrutura começou a ser implantada, a área sofreu uma grande valorização e os promotores imobiliários instigaram para que a população nativa

vendesse suas terras, perdendo, portanto, suas territorialidades, ao sair da área. Nesses casos fica evidente a desterritorialização.

O aumento dos impostos dessas terras revalorizadas foi significativo. Entretanto, o território disputado enfrenta problemas de infraestrutura, e especialmente de saneamento básico, um dos pontos de fragilidade da ocupação do espaço físico (Figura 41).

Figura 41
Zona de Expansão
PMA Disponibiliza Coleta de Resíduos Sólidos no Povoado Areia Branca
2014



Foto: SANTOS, Juliana Souto, 2014.

Os habitantes da Zona de Expansão, falando sobre os conflitos espaciais presentes na disputa pelas áreas limítrofes entre São Cristóvão e Aracaju, indicam que “as dificuldades na realização dos serviços de infraestrutura na área é um dos principais motivos de ser estabelecidas relações de poder no território.

Em seguida, a resposta assinalada pelos moradores foi: problema na obtenção de escrituras de terras. As demais opções não foram marcadas pelos pesquisados. A ineficiência do poder público é um dos fatores que contribuem para limitar a infraestrutura presente na área.

Esta situação é identificada, principalmente, pelos moradores do Robalo, São José, Mosqueiro e Gameleira. As dificuldades de obtenção de escritura de terra são mais intensas entre os moradores de Matapuã e bairro Santa Maria (Tabela 11).

Tabela 11
Zona de Expansão
Dificuldades da População
2014

Localidades	Dificuldades Apontadas pela População	
	Dificuldade na realização dos serviços de infraestrutura na área.	Dificuldade de obtenção de escrituras de terras.
Robalo	93%	7%
São José	80%	20%
Gameleira	73%	27%
Matapuã	53%	47%
Areia Branca	67 %	33%
Mosqueiro	87%	13%
Bairro Santa Maria	60%	40%

Fonte: Trabalho de Campo, 2014

Outros problemas como, lixo jogado a céu aberto, em quintais e ruas, esgoto despejado in natura em curso d'água ou na via pública, alagamentos diversos, ruas sem pavimentação, uso de fossa negra, são uma constante na Zona de Expansão. Os reflexos dessa situação são evidentes na saúde dos moradores, contudo, os postos de saúde presentes na área ainda são insuficientes, tendo em vista a proliferação de doenças.

As dificuldades para obtenção de escritura de um terreno incidem mais sobre o aspecto jurídico do conflito. Nos autos dos processos há decisões judiciais com determinações que as escrituras continuem sendo expedidas pelos Cartórios de São Cristóvão, no qual as propriedades já estavam inscritas.

Os moradores das localidades da Zona de Expansão, questionados sobre as políticas públicas desenvolvidas na área para a melhoria das condições de vida da população, reconhecem a necessidade de realizações de serviços de saneamento básico sendo mais acentuada no Povoado São José, Matapuã e no bairro Santa Maria.

Quanto a construção de outros serviços de infraestrutura a solicitação foi mais intensa no povoado Robalo. Nos povoados, a população, de forma mais acentuada,

indica a necessidade de construção de conjuntos habitacionais refletindo que o déficit existe. (Tabela 12).

Tabela 12
Zona de Expansão
Políticas Públicas Desenvolvidas na Zona de Expansão
2014

Localidades	Necessidades Apontadas pela População		
	Construções de conjuntos habitacionais.	Realizações de serviços de saneamento básico.	Construções de serviços de infraestrutura.
Robalo	20%	33%	47%
São José	20%	47%	33%
Gameleira	33%	33%	33%
Matapuã	27%	40%	33%
Areia Branca	33%	33%	33%
Mosqueiro	33%	33%	33%
Bairro Santa Maria	20%	47%	33%

Fonte: Trabalho de Campo, 2014

Sandro Costa (2011) pontua que o Plano Diretor de Aracaju estabelece a busca pela universalização do saneamento (Art. 92, I) e prioriza a implantação de redes públicas de esgotamento nos bairros localizados em áreas que drenam para os Rios Sergipe, Poxim e do Sal (Art. 92, IV).

A Zona de Expansão fica fora dessa premissa, pois é drenada pela bacia do rio Vaza Barris. Na área não existia rede pública de esgotamento sendo os dejetos despejados diretamente no lençol freático, no mar ou no Rio Vaza-Barris. Entretanto, esta área, é classificada como Zona de Adensamento Restrito, no Plano Diretor (2000).

Os moradores da Zona de Expansão evidenciam as ações realizadas pela Prefeitura de Aracaju (PMA) como estratégia para demonstrar sua superioridade sobre São Cristóvão e garantir a posse do território.

Os moradores de Areia Branca e Mosqueiro, foram os que mais evidenciaram a construção de redes de esgotos e pavimentação de extratadas e vias. A presença dos serviços de educação e de saúde foram destacados de forma mais efetiva, pelos moradores do bairro Santa Maria e povoado São José (Tabela 13).

Tabela 13
Zonas de Expansão
Ações da Prefeitura de Aracaju
2014

Localidades	Ações Desenvolvidas		
Opções	Construção de redes de esgotos e de pavimentação de estradas.	Mobilizações por meio de serviços sociais de saúde e educação.	Mobilizações com base no Plano Diretor de Aracaju.
Robalo	27%	73%	0%
São José	7%	93%	0%
Gameleira	33%	67%	0%
Matapuã	33%	67%	53%
Areia Branca	40%	60%	0%
Mosqueiro	40%	60%	0%
Bairro Santa Maria	7%	93%	0%

Fonte: Trabalho de Campo, 2014

O Governo do Estado através da DESO vem realizando obras de esgotamento sanitário em Conjuntos Habitacionais do bairro Aeroporto e da Zona de Expansão de Expansão, como os Residenciais Franco Freire, Lagunas, Mirassol, Vila Verde, Solar I e loteamento Aruana. Além da rede de esgotamento está sendo construída a Estação de Recuperação de Qualidade (ERQ) (Figura 42).

Figura 42
Zona de Expansão
Implantação da Rede de Esgotamento.
2014



Disponível em: <https://www.google.com.br/fotos+obras+deso+na+zona+de+expa>.
Acesso em: 12 de setembro de 2014.

“Essa obra é complexa, do ponto de vista técnico e da logística, pois as ruas precisaram ser interditadas e escavadas para colocação dos tubos”, informou a representante do Combaze que acompanhou os trabalhos das equipes de engenheiros do Deso, responsáveis pela obra.

A representante do Combaze afirmou, “na época, a Deso se comprometeu em corrigir os possíveis transtornos. Com a conclusão dessa obra, muitos problemas de esgotos sanitários foram sanados, pois foram feitos aproximadamente 90 km de rede”.

Gestões continuam sendo feitas no sentido de continuidade das obras, a fim de atingir outras áreas da Zona de Expansão melhorando as condições do saneamento. Reuniões entre os parceiros têm sido realizadas, com a participação de representantes da comunidade (Figura 43).

Figura 43
Zona de Expansão
Deso e Seinfra Garantem Continuidade das Obras
2014



Fonte: Jornal do Dia. Disponível em: <www.jornaldodia.com.br>. Acesso em: 12 de setembro de 2014.

Os conflitos pela demarcação territorial afetam os moradores da Zona de Expansão. Sobre esta questão, os moradores responderam que tem problemas no uso de serviços médicos, sendo mias acentuados no Robalo e em Areia Branca (73%); enquanto o pagamento de impostos é mais reclamado em Matapuã (47%) e em

Gameleira (40%) maior incidência revela que “problemas de uso de serviços médicos (93%) no Robalo e em Areia Branca e pagamento de impostos” (Tabela 14).

Tabela 14
Zona de Expansão
Conflitos pela Demarcação Territorial Afetando Moradores
2014

Localidade	Conflitos Enfrentados pela População	
	Problemas de uso de serviços médicos e pagamento de impostos.	Problemas com título eleitoral e pagamento de impostos.
Robalo	93%	7%
São José	67%	33%
Gameleira	60%	40%
Matapuã	53%	47%
Areia Branca	73%	27%
Mosqueiro	67%	33%
Bairro Santa Maria	67%	33%

Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Outra obra de infraestrutura autorizada pela Emurb é a dragagem do Canal Santa Maria (Parte 1 - Estaca 0 à Estaca 212), dentro do Programa de Melhoramento da Infraestrutura Urbana do Município de Aracaju (Procidades Aracaju/SE).

Com investimento no montante de R\$ 15.740.623, 51 (quinze milhões, setecentos e quarenta mil, seiscentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavo), sendo os recursos do Convênio nº 123/2013 destinado a efetivação de Financiamento do BID Nº 2.58/OC-BR, através da Secretaria Municipal de Planejamento.

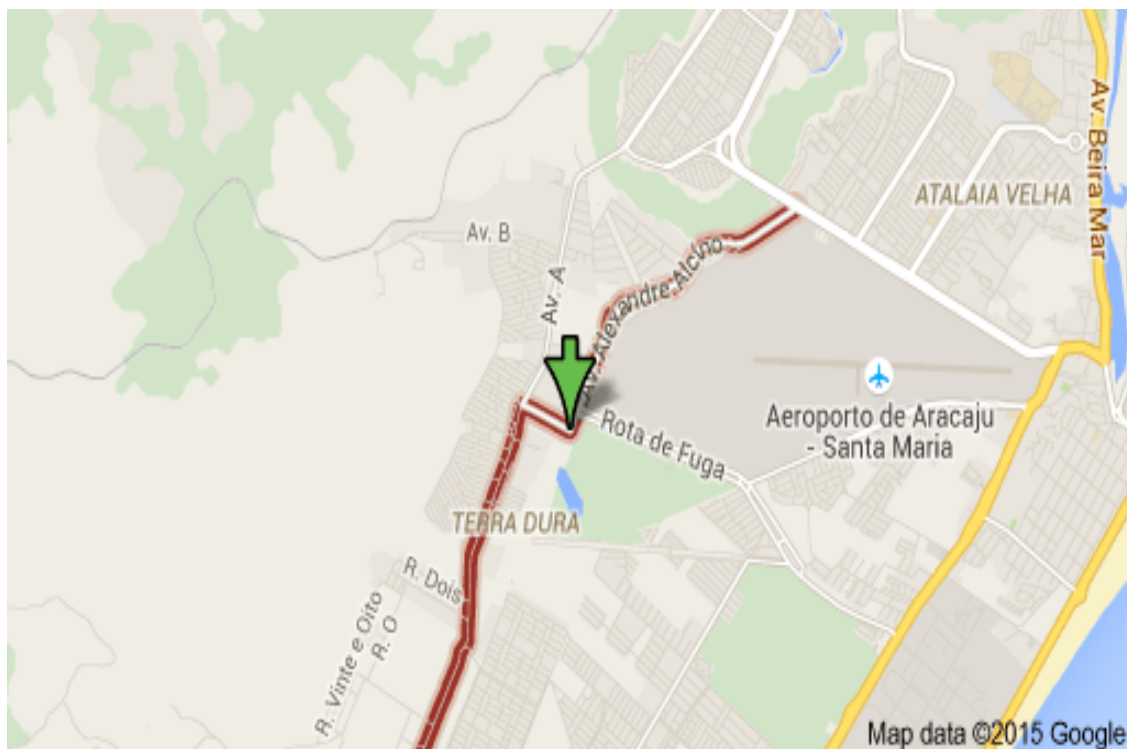
Para a representante da Emurb, com a conclusão das três obras do Canal Costa do Sol, do Beira Mar e com a dragagem do Canal Santa Maria serão minimizados os problemas na Zona de Expansão A representante ainda afirma que,

Tudo indica que houve um compromisso da Adema de liberar a licença do trabalho de dragagem de todo o canal Santa Maria. São 4 quilômetros de dragagem. Isso vai dar uma aliviada naquele problema na Zona de Expansão porque o assoreamento daquele canal é muito grande. Associado a isso nós temos ali mais dois canais que estão sendo abertos, um que é o Costa do Sol e outro que é o Beira Mar. O primeiro tem lagoa de estabilização. Essa é uma obra que já está quase concluída.

Nós estamos parados com ela por conta de um problema de indenização, porque uma área tem que ser indenizada e os proprietários não aceitaram o valor e tivemos que ir pra justiça. Então, estamos dependendo de uma ação judicial que está para sair. É na Zona de Expansão como o todo. O segundo é a obra do Canal Beira Mar, que já foi iniciada e está com 40% de andamento dos serviços. Também foi paralisada por conta de indenizações, nesse caso específico são valores muito alto e a empresa não teve mais interesse de continuar. Aí tivemos que dar fechamento dessa obra com essa empresa. Mais agora temos marcada uma outra licitação para dar continuidade aos serviços no final de maio. (REPRESENTANTE DA EMURB, 2015)

A empresa contratada foi a Torre Empreendimentos Rural e Construção Ltda, com prazo para o início dos serviços, objetos do contrato, iniciará em 29/04/2015 e concluirá em 19/10/2016 (Figura 44).

Figura 44
Bairro Santa Maria
Área de Dragagem do Canal Santa Maria
2015



Fonte: EMURB, 2015

As pessoas das localidades da Zona de Expansão percebem as benfeitorias que a Prefeitura de Aracaju promoveu para melhorar a vida da população, sendo o que mais se destaca, “apenas serviços de abertura de ruas”. Em seguida, aparece os serviços de infraestrutura sendo mais intenso nos povoados, Gameleira, Matapuã, Areia Branca, Mosqueiro e no Bairro Santa Maria e das localidades com (40%). Os moradores também identificaram as “construções de conjuntos habitacionais a preços populares”, sendo que no São José (47%) e no Robalo com (33%) esta situação é mais destacada, demonstrando estratégias para reduzir o *déficit* habitacional (Tabela 15).

Tabela 15
Zona de Expansão
Serviços Realizados pela PMA na Zona de Expansão
2014

Localidades	Serviços Realizados e percebidos pela população		
	Serviços de infraestrutura - rede de esgotos, pavimentação, eletricidade, etc.	Construções de conjuntos habitacionais a preços populares.	Apenas serviços de abertura de ruas.
Robalo	20%	33%	47%
São José	20%	47%	33%
Gameleira	40%	20 %	40%
Matapuã	40%	20%	40%
Areia Branca	40%	20%	40%
Mosqueiro	40%	20%	40%
Bairro Santa Maria	40%	20%	40%

Fonte: Trabalho de Campo, 2014

O direito à infraestrutura, a saúde, a educação e outros serviços que integram o aparelhamento legal da vida em cidadania estão assegurados no Plano Diretor de Aracaju (2000).

Por meio do implemento da implementação e da distribuição de serviços, infraestrutura e equipamentos urbanos, especialmente ligados ao saneamento ambiental; da função social da propriedade (Art. 7º); da ordenação do uso e ocupação do solo urbano e da preservação do meio ambiente (Art. 1º).

Em cumprimento a legislação, a Prefeitura de Aracaju vem mantendo em funcionamento quatro escolas que oferecem os níveis de ensino infantil e fundamental (Figura 45).

Figura 45
Zona de Expansão
Escola Municipal José Carlos Teixeira
2014



Fonte: FRANÇA, Vera, 2014.

A indústria imobiliária é um dos agentes que criou novas dinâmicas que estão a produzir transformações no território da Zona de Expansão, sendo também observado pela população que reclama das dificuldades de acesso a terra e as habitações, em virtude dos altos preços.

Mesmo de forma lenta e gradual, Aracaju vem realizando investimentos na dotação de infraestrutura na Zona de Expansão, com a aceitação e o reconhecimento da população residente, além disso, a prestação de serviços de saúde, educação e transporte também colaboraram para garantir a hegemonia do município, fortalecendo as relações com o restante da cidade e contribuindo para que a população se posicione a favor da permanência da área com o município.

Além disso, mantém duas Unidades de Saúde da Família proporcionando serviços básicos a população (Quadro 8 e Quadro 9).

Quadro 8
Zona de Expansão
Escolas Públicas
2015

ESCOLAS	MODALIDADE DE ENSINO	LOCALIZAÇÃO
Escola Municipal de Ensino Fundamental Elias Montalvão	Educação Infantil Ensino Fundamental	Rodovia dos Náufragos, Mosqueiro Zona de Expansão Aracaju - SE CEP: 49039-000
EMEF - Prof M ^a Carlota de Melo	Educação Infantil Ensino Fundamental	Rua da Igreja, São Jose Mosqueiro Zona de Expansão Aracaju - SE CEP: 49035-020
EMEF Jose Carlos Teixeira	Educação Infantil Ensino Fundamental	Rua e Zona de Expansão, 78, Mosqueiro Zona de Expansão Aracaju - SE CEP: 49099-700
EMEF Florival Santos	Educação Infantil Ensino Fundamental	Rua e Zona de Expansão, 78, Mosqueiro Zona de Expansão Aracaju - SE

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Prefeitura Municipal de Aracaju, 2015.

Quadro 9
Zona de Expansão
Unidades de Saúde
2015

UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA	TIPO DE ATENDIMENTO	ENDEREÇO
UFS Niceu Dantas	Porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde SUS. Serviços disponibilizados: consultas, orientação em planejamento familiar, prevenção do câncer de colo e mama, colposcopia, imunização, pré-natal, pediatria, saúde bucal básica e outros.	Rodovia dos Náufragos S/N Povoado Mosqueiro
Santa Terezinha		Rodovia dos Náufragos, km 5- Povoado Robalo

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Prefeitura Municipal de Aracaju, 2015.

Sobre a dotação de infraestrutura, a população residente se manifestou destacando sua importância para a melhoria da qualidade de vida:

- o empresário e morador da comunidade Robalo na ZEU (33) falou que, “os benefícios do saneamento básico são importantes para saúde, assim como para o conforto da população local”;
- a moradora do povoado Gameleira, na ZEU, dona de casa (52) falou que, “o saneamento é importante, porque evita doenças”;
- a moradora do povoado Matapuã, (37) costureira, na ZEU, disse que, “muita rua não tem calçamento e enche d’água, é muito ruim”;
- o técnico em contabilidade (41), morador de Areia Branca ZEU enfocou que, “as fossas traziam muitos transtornos. Com esse sistema de esgotos poderemos viver com mais tranquilidade”;
- a dona de casa (58), moradora do Mosqueiro, na ZEU “afirmou que “toda obra feita aqui só traz melhorias para nossa vida”;
- o morador do condomínio Porto Sul (22), estudante, disse que, “essa obra trouxe benefícios para a população da Zona de Expansão, pois aqui somos carentes em questões de infraestrutura”.

A violência urbana também é frequente no território, sendo que o Combaze (2014) solicita, “que seja criada a delegacia e uma nova companhia de polícia só para a Zona de Expansão que, hoje, equivale de território a 40% da cidade de Aracaju, com crescimento populacional anual de 15% contra 1,5% dos outros bairros”.

CAPITULO 4 – TERRITÓRIOS E ESPAÇOS DE CONFLITOS: INCERTEZAS JURÍDICAS

4.1 Disputas territoriais entre Aracaju e São Cristóvão: aspectos jurídico-político das localidades da Zona de Expansão

O litígio que envolve os municípios de Aracaju/SE e São Cristóvão/SE, quando analisado a partir do enfoque de território jurídico-político - que é a primeira noção que se desvela quando se pensa no conceito de território - será apresentado a seguir por meio do desdobramento dos processos jurídicos que tramitam na esfera judicial, haja vista que esse conflito se encontra sub judice.

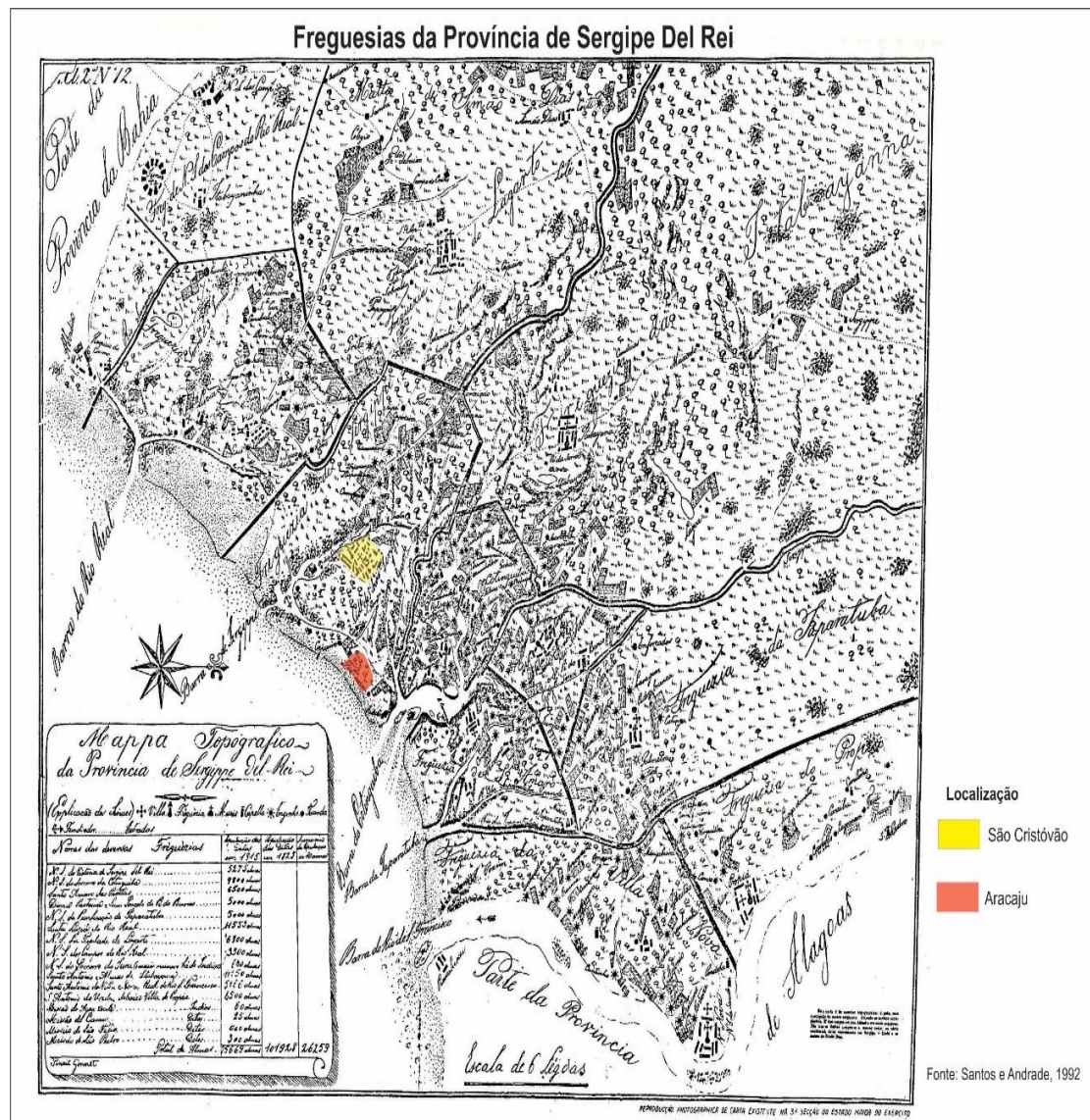
Assim, será feita uma contextualização dessa primeira vertente, respaldada pela documentação que as Procuradorias dos Municípios de Aracaju e São Cristóvão disponibilizaram, da legislação pertinente à questão, do acompanhamento dos fatos pela imprensa sergipana, da inserção de preleções de autoridades envolvidas no assunto, além dos resultados e análises dos questionários aplicados nas localidades inseridas na demanda. Para tanto, será feito uma retrospectiva do século XIX, para verificar o ordenamento do território sergipano, sobretudo, quanto as perspectivas demarcatórias sugeridas na legislação vigente para a demarcação dos municípios envolvidos.

Para efetuar o Cadastro Imobiliário do município de Aracaju, em 2001, foram utilizados os estudos de Sebrão Sobrinho (1955) que aborda a questão do limite histórico entre Aracaju e São Cristóvão. Para tanto, foram remontados os fatos desde a fundação da atual capital sergipana, em 1855. Os terrenos onde se assentaram a cidade de Aracaju pertenciam a Vila de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba que, a partir da Resolução 413 de 17 de março de 1855, passou a integrar o município da capital (Figuras 46 e 47).

Conforme Sebrão Sobrinho (1955), a Vila de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba foi instituída pelo Conselho de Governo da Província em 1833, tendo o seguinte limite:

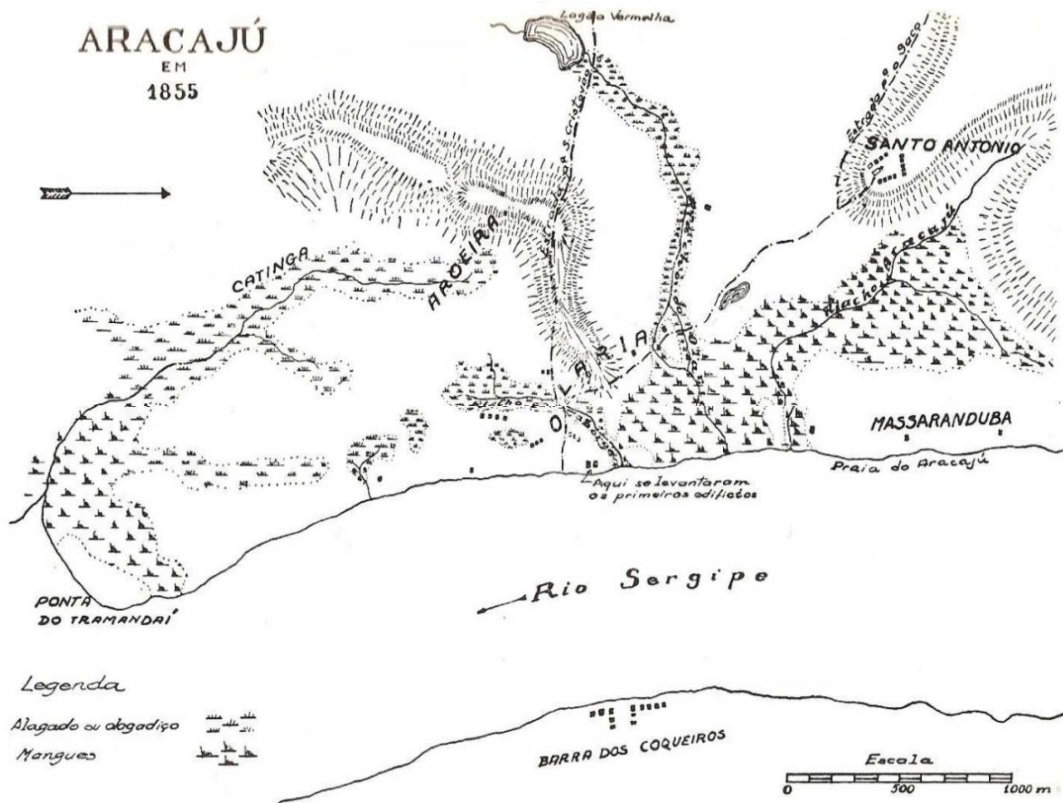
Principia da foz do rio Madre Deus, e por ele acima até o pasto do engenho São Pedro na Estrada da Cabrita, e por esta acima até o rio Vermelho, e dando a Vila do Socorro da Cotinguiba a seus antigos limites e foi com eles que Aracaju foi instituído município, sendo extinto o de Nossa Senhora do Socorro, pela Resolução n.413, de 17 de março de 1855. (SEBRÃO SOBRINHO, 1955, p.01).

Figura 46
Sergipe
Freguesias da Província de Sergipe Del Rei
1845



Fonte: SANTOS, Adelci Figueiredo; ANDRADE, José Augusto. Mapa Topográfico da Província de Sergipe Del Rei. In: Caracterização e Delimitação do Semiárido. Aracaju/Se: CNPQ/UFS 1992.

Figura 47
Aracaju
Planta do Sítio do Aracaju em 1855.
1945



Fonte: Porto, Fernando, 1945, p. 26.

Ao longo da história do município constata-se que ocorreram alterações no seu território com anexação de perda de áreas.

A Resolução N°542/1858 ampliou os terrenos da capital dispondo que a povoação da Barra dos Coqueiros ficaria desanexada de Santo Amaro das Brotas para integrar-se a Aracaju. Sebrão Sobrinho (1955) aponta também que não só a Barra dos Coqueiros, mas toda ilha localizada entre o Pomonga, o oceano e o rio Cotinguiba passaram a pertencer a Aracaju.

O autor (Idem, 1955) assinala que a Resolução N°655/1864 inovou na demarcação pelo lado sul repartindo-o com São Cristóvão por uma linha reta puxada do Mondé da Onça, a sair no mar pela Fazenda Nova. Esta Resolução anulou a N° 658, restringindo a divisão a seu antigo estado, mandando pertencer ao termo da capital o

engenho Retiro. A Lei Provincial Nº792/1866 atendendo às solicitações das autoridades locais restaurou a antiga condição de vila, a Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, modificando os limites da capital.

Sebrão Sobrinho (1955) pontua também que este município ficou separado de Aracaju a partir da foz do Rio do Sal até o Riacho do Apicum da Olaria das Almas e seguia em direção ao Porto do Limoeiro, no Rio Poxim-Mirim, no qual se reparte com São Cristóvão.

Na sessão da Assembléia Provincial, em 1874, foi apresentado um projeto pelo qual o território de Aracaju deveria ser ampliado na direção sul, nos limites com São Cristóvão. Assim, partindo da linha imaginária do Mondé da Onça, na ponte sobre o rio Poxim saindo próximo ao mar, na Fazenda Nova.

O projeto passou por adiamento, uma vez que, segundo os deputados, São Cristóvão era um município pobre e ainda teria parte do seu território dividido com Aracaju. Nesse contexto, foi suscitada a discussão que Aracaju estava a três milhas da foz do Cotinguiba não continha no seu território porção de costa. Isto porque, até a Atalaia Velha os terrenos pertenciam a São Cristóvão.

A Lei Nº635/1913 focalizava no Capítulo 1º, Do Município, seu Território, Criação, Poder Tributário e Limites, destacava no Art. Nº 6 que a criação de novos municípios, a alteração do nome, a circuncisão dos existentes e a anexação de territórios das municipalidades eram da competência da legislatura estadual.

Essa deliberação estava reforçada no Artigo Nº 7º apregoando que as medidas deveriam ser adotadas mediante representação escrita dos contribuintes do novo município.

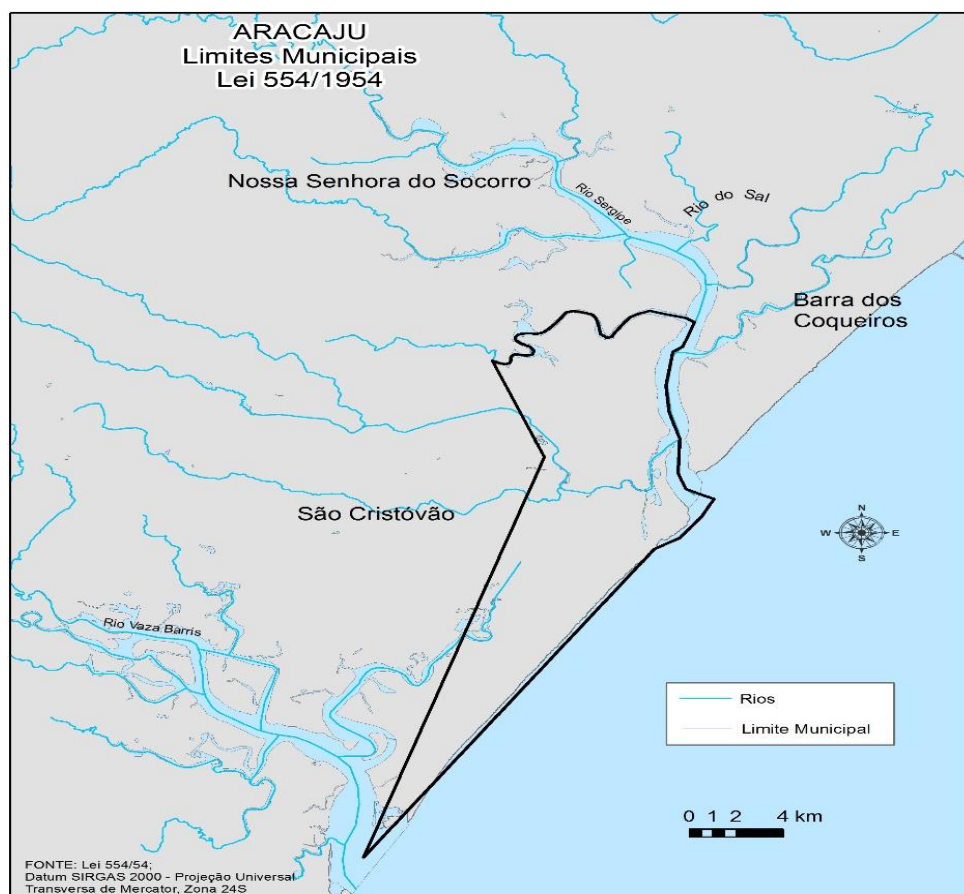
A Lei Nº554/1954, com vigência até 1958, fixou a Divisa Administrativa e Judiciária do Estado. Conforme a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959), a definição dos limites municipais de Aracaju eram:

Com o município de São Cristóvão: Parte do marco do Pontal N. da barra do rio Vasa Barris e segue em linha reta ao marco colocado no lugar Mondé da Onça; daí em linha reta ao marco nas cabeceiras do riacho Palame, somente até o ponto em que esta reta corta o rio Poxim. Com o município de Nossa Senhora do Socorro: Parte do rio Poxim, no

ponto em que é cortado pela reta Mondé da Onça-Palame; segue por esta reta às cabeceiras do riacho Palame; daí por este riacho até sua foz no rio do Sal; daí segue o rio do Sal até sua foz no rio Sergipe. Com o município de Santo Amaro das Brotas: Começa na foz do rio do Sal, no rio Sergipe, desce este último até a foz no rio Pomonga. (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1959, p. 378) (Figura).

Assim, fica evidente a ampliação do território de Aracaju na direção sul, ganhando ampla linha de costa e incidindo sobre os terrenos de São Cristóvão.

Figura 48
Aracaju
Lei Nº 554/1954 Divisão Administrativa e Judiciária do Estado.



Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, IBGE, 1959, p. 378.

A Procuradoria Geral do Município de Aracaju (2009, p. 07) pontuou que, no início da década de 1960, os Estados possuíam ingerência na limitação territorial dos municípios. A

estratégia facilitava o exercício confiado ao Estado. Nesta perspectiva, Silva (2009, p. 56) comenta sobre documentação denominada, Demarcação de Fronteiras Municipais à qual apresentou linhas divisórias intermunicipais com embasamento na Lei Nº 554/1954.

A assessoria do Juiz de Direito de São Cristóvão (2015) informou em entrevista que prolatou uma sentença sobre a questão e quando chegou ao Tribunal de Justiça de Sergipe, o órgão entendeu que o IBGE participaria do processo demarcatório e mandou para Justiça Federal, mas o juiz julgou igual ao já ponderado e depois a peça foi encaminhada para o Supremo Tribunal Federal. A assessoria (2015) assim se pronuncia:

Significa o seguinte até 1954, Aracaju acabava na ponte da Atalaia. Depois surgiu uma Lei Temporária Nº 554 de 1954 aumentando a área até a margem norte do rio Poxim numa linha divisória que vinha parar justamente no Mondé da Onça. Logo, São Cristóvão ficou fazendo parte daquela área. Tanto é que eu estou em São Cristóvão há 20 anos e quando eu cheguei eu era também juiz do Mosqueiro, Jabotiana, Santa Lúcia, Marivan e daí por diante. Houve então a Constituição Estadual de 1989. Essa Constituição, nas Disposições Transitórias passou de São Cristóvão para Aracaju alguns povoados. Isso é uma coisa exorbitante, porque o povoado cresce. E aí qual é a área? Fica indefinido geograficamente (ASSESSORIA DO JUIZ DE DIREITO DE SÃO CRISTÓVÃO, 2015).

O ex-prefeito de São Cristóvão, entrevistado em 2015, abordou sobre os acordos tácitos traçados entre os dois municípios que, na época, favoreceram ambas as municipalidades. Assim ele aborda:

Na década de 1950, os prefeitos de São Cristóvão e Aracaju fizeram acordos políticos para montar a usina de energia a motor que funcionava a óleo - ficava onde hoje é o prédio da Câmara Municipal. Aracaju pagaria os serviços de instalação e em troca São Cristóvão não interferiria nos limites entre os dois municípios. Finalizada as obras o prefeito de São Cristóvão cedeu a parte que hoje é o território em litígio. Não existem documentos que comprovem, por que foi um acordo tácito. Não foi por escrito a prefeitura de Aracaju montou a usina e São Cristóvão cedeu à área. Aracaju estendia-se somente até o Rio Poxim. Onde os limites deixaram de ser molhados para serem secos passando a ser os limites do rio Poxim através de uma linha imaginária. Hoje onde é o conjunto Santa Lúcia em Aracaju, nos limites de 1954 a área pertencia a São Cristóvão. O povoado Aloque praticamente não existe, quem divide o território é o bairro Jabotiana, e tem também as localidades Camboatá e Várzea Grande que são da antiga capital. (EX-PREFEITO DE SÃO CRISTÓVÃO, 2015)

Em 1960, a Prefeitura Municipal de Aracaju promulgou a Lei Nº42 que em seu Art. Nº1, Delimita a Área Urbana da Cidade de Aracaju. No Art. 2 assinala a demarcação da cidade referente à Área Suburbana enquanto os Art. Nº3 e 4 apresentam os limites para as Áreas Rural e Suburbana, conforme pregoado a seguir:

Art. 1º - Partindo da Avenida Beira-mar denominada Dr. José de Ávila Nabuco, esquina com a Avenida Rio Poxim do plano de arruamento do Sr. Pedro Paes de Azevedo, segue por esta até encontrar o prolongamento da Avenida Hermes Fontes do plano de arruamento do Dr. Helvécio Maia (...) até encontrar a Avenida João Rodrigues esquina com a Avenida Industrial – Bastos Coelho, por esta até a esquina da Rua Curitiba por esta até a esquina da Avenida General Calazans e daí no Rio Sergipe, descendo por este o prolongamento da Rua Vereador João Joaquim de Calazans na Praia 13 de Julho, seguindo pelo litoral até o ponto inicial da linha. (ART. 1º, LEI Nº 42 DE 1960, 01)

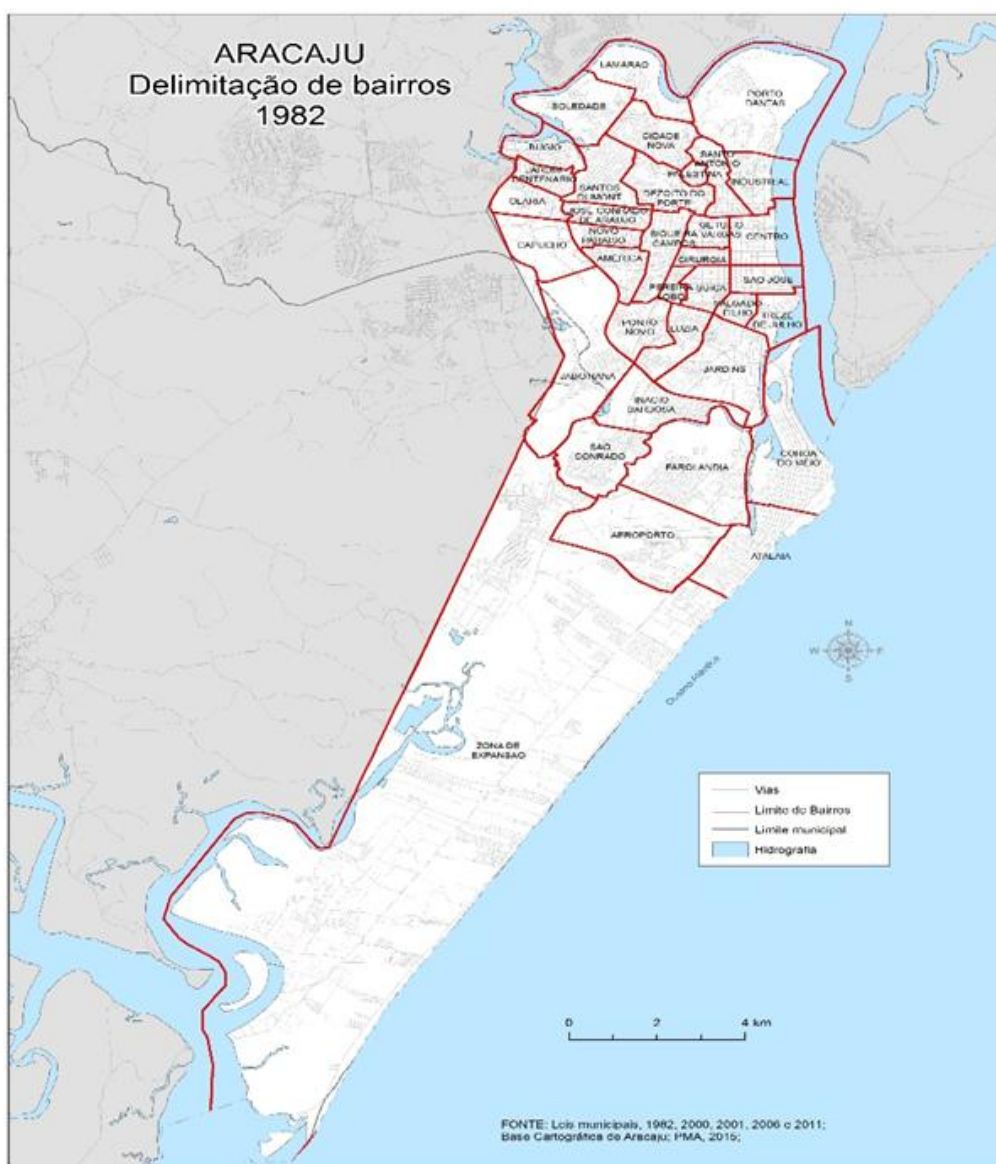
Art. 2º - A área suburbana é compreendida pelo perímetro seguinte: partindo da Avenida Beira-Mar denominada Dr. José de Ávila Nabuco, esquina com a Avenida Rio Poxim, do plano de arruamento do Sr. Pedro Paes de Azevedo, seguindo pelo litoral até um marco colocado no sítio Coeli, daí em linha reta até um marco colocado a Sudoeste do Aeroporto Santa Maria na cabeceira da pista, daí em linha reta até um marco colocado a Sudoeste do Cemitério Grageru nas salinas do Dr. Efron Teles, daí em linha reta a um marco colocado no Morro da Jabotiana daí em linha reta a um marco colocado no Morro dos Macacos onde está situada a nova Caixa d'água, daí em linha reta a um morro colocado na Fazenda Bugio, daí a um marco colocado no Morro do Gengibre, daí em linha reta a um marco colocado na Olaria do Sr. Permínio de Souza na margem do Rio do Sal, seguindo por este até a sua foz com o Rio Sergipe, por este até encontrar a Rua Curitiba esquina com a Avenida General Calazans (ART. 2º, LEI Nº 42 DE 1960, p. 02).

Art. 3º - A Zona Rural compreenderá o restante do território do Município que não esteja incluído nos dois parágrafos acima. (ART. 3º, LEI Nº42 DE 1960)

Art. 4º - Fica incluída na Zona Suburbana, a região delimitada no ângulo compreendido de seu vértice, no Aeroporto Santa Maria, partindo daí uma aresta em linha horizontal, de Oeste para Leste e outra, do mesmo local, do Norte para o Sul, em sentido vertical, até a Fazenda Nova, onde existem aprovados, planos de loteamento e arruamento (LEI Nº42 DE 1960, p.02).

Outra documentação pertinente para essa discussão diz respeito à Lei Nº 873/1982 que estabelece uma Nova Delimitação dos Bairros de Aracaju e dá Outras Providências Correlatas. Esta lei se pronuncia em seu Art. Nº1º que o município “fica (...) integrado por trinta e cinco Bairros e uma Zona de Expansão”, portanto, excluindo a zona rural (Figura 49).

Figura 49
Aracaju
Lei Nº 873/1982 de Delimitação de Bairros.



Fonte: PMA, Lei Nº 873/1982.

No que diz respeito a primeira demarcação, isto é da Zona Urbana, verifica-se que os limites municipais estendem-se somente até as imediações da Avenida Rio

Poxim, no atual Bairro Farolândia. A Zona Suburbana incide sobre o Sudoeste do Aeroporto Santa Maria e inclui também o Morro da Jabotiana - local este que dá acesso a Estrada da Cabrita, onde, atualmente, Aracaju realiza uma série de serviços à população local; tal como ocorre com as localidades da Zona de Expansão, na atualidade. Os Artigos 3º e 4º apontam para o restante do território para além do Aeroporto Santa Maria, partindo daí uma aresta em linha de Oeste para Leste e outra do Norte para o Sul até a Fazenda Nova, onde existiam planos de loteamento - que corresponde ao território da Zona de Expansão.

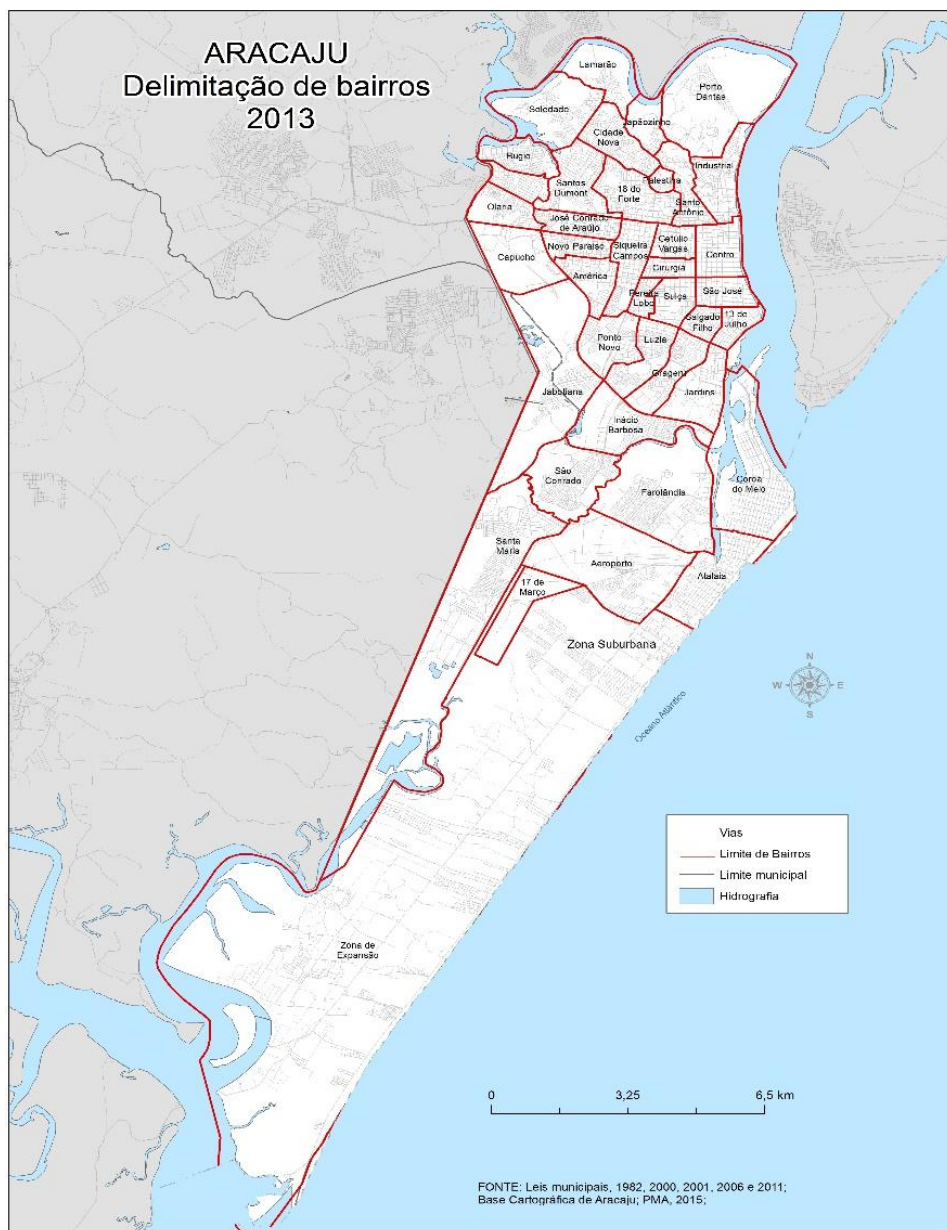
Com esta lei criou-se a possibilidade de parcelamento do solo com fins urbanos em qualquer parte do território municipal, mesmo com características rurais, como era o caso da Zona de Expansão Urbana. Portanto, a cidade poderia se expandir em todas as direções, beneficiando de forma mais acentuada aos proprietários fundiários e promotores imobiliários, estimulando a especulação imobiliária.

No Art. N° 03 desta Lei, a Zona de Expansão está localizada dentro do seguinte perímetro:

Toda a Rua que passa ao lado da Petrobrás (TECARMO). Trecho da Avenida Melício Machado na rua que passa ao lado da Petrobrás até a Faixa de Servidão de Oleoduto. Trecho da Faixa de Servidão de Oleoduto iniciando na Avenida Melício Machado até o Canal de Santa Maria. Trecho do Canal de Santa Maria iniciando na Faixa de Servidão de Oleoduto até o rio Pitanga. Trecho do rio Pitanga iniciando no Canal de Santa Maria até a Estrada de Ferro RFF/AS. Trecho da Estrada de Ferro RFF/AS, iniciando no rio Pitanga até o limite do Município de Aracaju com o Município de São Cristóvão. Trecho do limite do Município de Aracaju com o Município de São Cristóvão iniciando na Estrada de Ferro RFF/AS, até a margem do Oceano Atlântico. Trecho da margem do Oceano Atlântico iniciando no limite do Município de Aracaju com o Município de São Cristóvão até a rua que passa ao lado da Petrobrás (TECARMO) (LEI N° 873/1982, ARACAJU/SE, 1982).

Ao longo dos anos posteriores, outros bairros foram sendo criados, a exemplo do Jardins (2000), desmembrado do Bairro Grageru, Japãozinho (2006), desmembrado dos Bairros Cidade Nova e Lamarão, Santa Maria (2000) e 17 de Março (2011), desmembrados da Zona de Expansão. Assim, atualmente, são 39 bairros, além da Zona de Expansão (Figura 50).

Figura 50
Aracaju
Delimitação de Bairros de Aracaju
2013



Fonte: PMA/SEPLOG, 2013.

4.2 A Constituição Sergipana de 1989, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e a Emenda Constitucional 16/1999

Atendendo ao dispositivo constitucional, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado de Sergipe promulgou sua nova Constituição Estadual, em 1989.

A Constituição Estadual, no Capítulo das Disposições Constitucionais Transitórias, no seu Art.37, trata da questão de Limites entre os dois municípios litigantes, assim se pronunciando:

Fica alterada a delimitação do Município de Aracaju com o Município de São Cristóvão a partir do Pontal N da barra do rio Vaza-Barris, que passa a ter a seguinte descrição: inicia na foz do rio Vaza-Barris seguindo seu curso até o talvegue até o encontro das águas do seu afluente Santa Maria, seguindo pelo talvegue deste até o ponto no fundo da Capela Bom Jesus dos Navegantes no povoado Areia Branca; daí em linha reta até o marco do Mondé da Onça na estrada da Cabrita; daí em linha reta ao marco nas cabeceiras do riacho Palame, somente até o ponto em que esta reta corta o rio Poxim. (ADCT - ART. Nº 37, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, 1989, p. 03).

Contudo, o Artigo Nº 37 do ADCT CE/SE/1989 foi considerado inconstitucional, em virtude da Constituição Federal/1988, no § 4 do Art.18 dispor que a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios devem preservar a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, mediante consulta prévia à população - Plebiscito. Seguindo nessa direção, o Art. Nº 46 da CE/SE/1989 aborda que:

(...) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual obedecido os requisitos previstos em Lei complementar estadual e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações

diretamente interessadas. (CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE SERGIPE: CAP. III, Art. 46, § 2, 2008, p. 23).

De fato, não houve novo desmembramento, apenas uma retificação de limites entre dois municípios, em decorrência de problemas referentes a cobrança de impostos e de liberação de empreendimentos. Em virtude da indecisão com a questão dos limites e da inconstitucionalidade do artigo 37 da CE, em 1999, foi aprovada Emenda Constitucional Nº16 que assim se pronuncia:

§ 1º Ficam (...) alterados os limites do Município de Aracaju com o Município de São Cristóvão a partir do Mondé da Onça, que passa a ter a seguinte descrição: linha reta a partir do Mondé da Onça até o talvegue do rio Santa Maria em frente à Capela Bom Jesus dos Navegantes no povoado Areia Branca; rio Santa Maria até o encontro das águas do rio Vaza-Barris, seguindo pelo talvegue até sua foz no oceano Atlântico. § 2º Com a alteração estabelecida neste artigo, ficam situados no território do Município de Aracaju as localidades denominadas povoado Mosqueiro, povoado Areia Branca, povoado São José, povoado Robalo e povoado Terra Dura, neste compreendendo as localidades Lixeira da Terra Dura e núcleos habitacionais Santa Maria, Maria do Carmo Alves e Antônio Carlos Valadares. (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº16/1999 SOBRE O ADCT DA CE/SE/1989, p. 03).

Ainda neste mesmo ano, foi assinado entre os dois municípios Termo de Ajustamento de Conduta definindo que,

Considerando que em decorrência da decisão contida na prefalada Emenda Constitucional, os mencionados Municípios, na qualidade de interessados, firmaram, em 30 de agosto de 1999, o Termo de Compromisso de Ajustamento Nº04/1999. Ao qual esteve presente o Ministério Público do Estado de Sergipe, no qual em decorrência da nova realidade, foi ajustada linha de atuação por parte dos interessados relativamente a projetos de construção, parcelamento do solo urbano, através de funcionamento e demais atos administrativos, inclusive recolhimento de tributos, envolvendo a área de que trata a referida Emenda Constitucional. (TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, Nº04/1999, p. 02)

Esse documento foi entregue aos respectivos prefeitos municipais tendo sido assinado pelo Procurador Geral da Justiça, o Coordenador Geral do Ministério Público, o ex-prefeito Municipal de Aracaju, o ex-prefeito Municipal de São Cristóvão e o Presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe. A Promotoria de Justiça assinala:

A alteração estabelecida entre os municípios de Aracaju e São Cristóvão vinha criando dúvidas e divergências na aprovação de loteamentos e desmembramentos situados nos territórios limítrofes, especialmente nas localidades denominadas Mosqueiro, Areia Branca, Robalo, São José e Terra Dura, inclusive em relação ao recolhimento de impostos. Considerando a promulgação o Art. 37 do ADCT da CE/SE/1989, a EC Nº16/1999 (...) atinente à questão, e ponderando que os interessados mostram disposição em solucionar a situação, celebrando TAC em audiência. Para evitar prejuízos de ordem material aos consumidores/contribuintes, bem como, à administração pública, pois foi configurado como matéria de interesse difuso. (PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, et al, 1999, p. 06).

A Procuradoria de Justiça do Ministério Público de Sergipe (1999, p. 04) estabeleceu que o descumprimento das disposições desse TAC geraria penalidades: “fica estipulado, a título de multa, o pagamento de 1.000 (hum mil) UFRs por dia de descumprimento (...)”.

A Corregedoria Geral da Justiça de Sergipe aponta que a organização judiciária do Estado prevê a divisão de Comarca de Aracaju em zonas, para realização de atos, como registro civil de pessoas naturais, relativos a imóveis, direitos e obrigações decorrentes, e que essas ações restringem-se a eventos vinculados ao território da Capital. A Decisão do Pleno do Tribunal de Justiça recomendou que os atos imobiliários da área do Povoado Mosqueiro fossem efetuados na Comarca de São Cristóvão. Entretanto, segundo o TAC, esse Povoado estaria na área pertencente a Aracaju.

Outro processo apontado foi o de Nº 98.570-6-SPC - Classe 05020 - 1ª - Vara da Seção Judiciária de Sergipe da Justiça Federal tratando do pagamento de impostos sobre propriedade situada na área de litígio. Dele participaram um requerente (pessoa física), sendo o requerido o Município de Aracaju/SE. De tal modo a sentença foi pronunciada:

Cuida-se de ação declaratória de inexistência de relação jurídica entre o autor e o Município de Aracaju/SE, objetivando o reconhecimento do seu direito a não pagar o imposto municipal sobre a propriedade territorial urbana, incidente sobre sua propriedade, situada no Povoado Mosqueiro. A ação tramitou pela Justiça estadual, chegando até Segunda instância, onde houve a declaração de anulação da sentença e, posteriormente, o reconhecimento da incompetência da Juíza (fl. 103), em face de manifestação de interesse da União. Funda o autor seu pedido no Art. 4º do Estatuto da Terra, entendendo que o critério adotado para a definição sobre a competência tributária é o da finalidade, pouco importando a que localização. (PROCURADORIA DE ARACAJU, p.002, 2001).

Este caso remete a situação do pagamento de IPTU ou de ITR, tendo em vista que as propriedades rurais situadas em zona urbana podem pagar o ITR, imposto devido à União.

No entender do Município réu, o que vale é a localização do imóvel, nos termos do Art. 32, do CTN. Aracaju rejeitou a intervenção da União Federal e proferiu o interesse da União, posto que foi afastada a incidência do IPTU. O imóvel pertencente ao autor pagaria o ITR, por via de consequência, haveria uma relação jurídica entre ele e a União e não com o município de Aracaju.

A Procuradoria do Município de Aracaju encaminhou o Processo Nº2008218004, cuja Apelação responde pelo Nº 6441/2008 para o Desembargador Relator retomando a discussão sobre o Art. Nº 37 do ADTC. No entendimento do Tribunal de Justiça de Sergipe, após essa Lei, não havia regulação da área dos citados municípios, originando a discussão quanto à localização do Povoado Mosqueiro. A CE/SE/1989 estabeleceu os marcos para o traçado dos territórios desses municípios, definindo que o Povoado Mosqueiro pertencia a Aracaju.

O Tribunal de Justiça de Sergipe professou a inconstitucionalidade do dispositivo, mas admitiu a permanência da legislação temporária para a regência do IPTU:

A conclusão fundou-se em pilares porosos, afinal as lições sobre a vigência e eficácia da lei no tempo impedem que a legislação temporária alcance fatos ocorridos após a sua vigência. Neste diapasão, a ausência legislativa entre 1958 e 1989 expõe que constituinte estadual (1989) inovou ao estabelecer a área dos municípios adversos. Sob estas perspectivas, resta clara a constitucionalidade da Constituição Estadual. Apesar do entendimento esposado pela jurisprudência sergipana, o município de Aracaju manteve a sua postura maternal, se responsabilizando pelas carências do povoado e realizando os investimentos necessários. (PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARACAJU, 2008, 01).

O Tribunal de Justiça concluiu sobre o parágrafo § 2 da EC Nº16/99 que esta emenda não alterou os limites municipais de Aracaju apenas aclarou a previsão estabelecida no caput. Segundo a Procuradoria Municipal de São Cristóvão, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe o Incidente de Inconstitucionalidade Nº 001/2000, proferido em 06 de dezembro de 2000, foi uma decisão unânime do TJ/SE e corresponde ao Processo Nº2000100693 do Acórdão 2.696/2000, haja vista que a alteração dos limites efetuada pela redação originária de 1989 deveria obedecer aos requisitos essenciais impostos pelo Art.18º, § 4º, da CF/1988, sendo imprescindível a realização de consulta prévia mediante plebiscito à população.

Conforme a assessoria do vice-prefeito de Aracaju, a prefeitura entrou com recurso e isso agora está dependendo de julgamento, pois,

A gestão atual adotou algumas providencias, estabelecida na Constituição Federal de 1988, que precisava de uma autorização da Assembleia Legislativa de Sergipe e foi concedida, para realizar o plebiscito. Encaminhamos ao Tribunal Regional Eleitoral que acatou e o processo foi encaminhado pro TSE, mas o fato é que não evoluiu. A Procuradoria Geral do Município de Aracaju está buscando uma solução jurídica para o processo. O fato é que as Prefeituras de Aracaju e São Cristóvão precisam encontrar uma solução para resolver esse litígio (ASSESSORIA DO VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU, 2015).

A Procuradoria Geral de Aracaju (2009, p. 13), para reforçar sua argumentação durante a defesa no litígio, se utilizou do Princípio Federativo; do Princípio da Segurança Jurídica; do Princípio da Força Normativa; do Princípio da Situação Excepcional Consolidada; do Art. 1º e o Art. 156 da CF/1988 e dos Investimentos Municipais.

Conforme Franco (2001),

as alterações nos limites do Município de Aracaju com São Cristóvão, decorridas entre a descrição do Art. 37º das ADCT e a Emenda Constitucional Nº 16/1999, ocorreram em função da posição da Capela Bom Jesus dos Navegantes, localizada no povoado Areia Branca, pois pelo Art. 37º das Disposições Transitórias, o limite era: “inicia na foz do rio Vasa Barris seguindo seu curso até o talvegue do mesmo no fundo da Capela Bom Jesus dos Navegantes no povoado Areia Branca”, porém como a frente da capela está voltada para o afluente do rio Vasa Barris, a descrição passou a ser: inicia na foz do rio Vasa Barris seguindo seu curso até o talvegue até o encontro das águas do seu afluente Santa Maria, seguindo pelo talvegue deste até o ponto em frente à Capela Bom Jesus dos Navegantes no povoado Areia Branca”. As demais confrontações continuaram inalteradas (Figura 51).

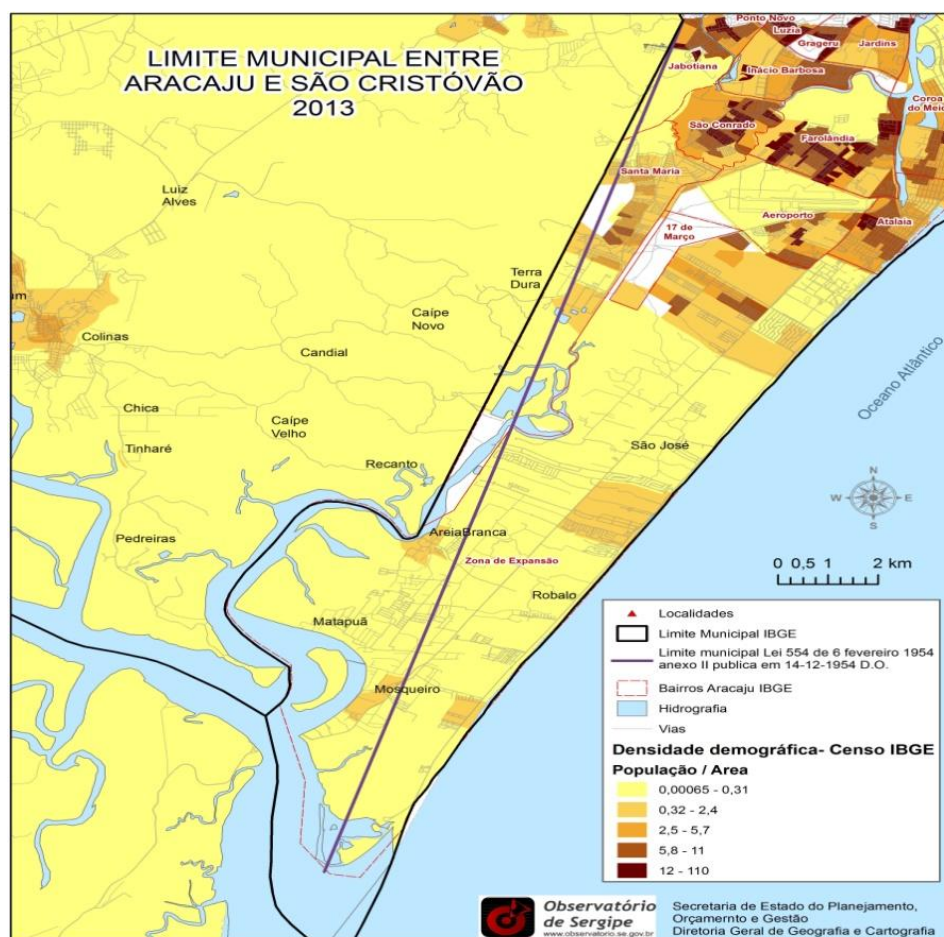
Para Franco (2001), a diferença existente entre o limite original e o do Art. 37 do ADTC reflete o assoreamento da foz do rio Vaza Barris, aterrando áreas que antes eram bosques de manguezais, característica prevista no Art. 538 do Código Civil da Aluvião, ou seja, “os acréscimos foram formados por depósito e aterros naturais, ou desvios pelas águas dos rios, ainda que estes sejam navegáveis pertencem ao dono dos terrenos marginais”. (Decreto Nº 24.643/1934, Art. 16 e 18).

Para Franco (2001), não existe dúvidas a respeito dos limites de Aracaju com São Cristóvão, as alterações procedidas no texto legal serviram para dar uma maior definição na identificação dos marcos de referência.

França (1999, p. 93) identifica a área como “Faixa de Gaza”, em detrimento do conflito existente entre os dois Municípios. Aracaju e São Cristóvão, sobre a competência administrativa e judiciária, já que o limite oeste de Aracaju é uma linha

imaginária que “ao sabor dos interesses econômicos (sobretudo de grupos de Aracaju, é óbvio) é empurrada mais para oeste”.

Figura 51
Zona de Expansão
Limite Municipal entre Aracaju e São Cristóvão
2013



Fonte: Aracaju, SE: SEPLANTEC, 2013.

O aparecimento de diversos municípios em todo território nacional constituiu-se fato. Da Agência da Assembléia Legislativa de Sergipe (13/11/2013) foi noticiado que o então deputado líder da oposição, apresentou alternativas para a demarcação dos limites entre Aracaju e São Cristóvão. Segundo ele ou se criaria um novo município naquele território ou a população participaria de um plebiscito para definir com o qual município permaneceria a área.

A assessoria do Juiz de São Cristóvão (2015), em entrevista, afirmou que o mapa de Aracaju é como se fosse um triângulo, que está sendo cortado; o lado oeste pertence a São Cristóvão e o lado leste pertence à Aracaju.

Então,

A definição que está hoje e eu acredito que o Tribunal irá manter, porque para alterar essa situação é preciso uma lei complementar federal. Eu pergunto, Sergipe tem força política para gerar uma Lei complementar Federal? Não sei se tem força para gerar uma lei ordinária quanto mais uma federal, cujo quórum tem que ser qualificado para poder ser aprovado. E tem mais, nesse caso tem algumas coisas que tem que passar. As pessoas dizem que depende apenas de um plebiscito, não depende só disso. Antes tem que ter uma Lei Complementar Federal aprovada. (ASSESSORIA DO JUIZ DE DIREITO, COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO, 2015).

A Procuradoria de Aracaju (2009, p. 16) indica que não é difícil concluir que o Princípio da Continuidade do Estado e de situação consolidada não passa de lógica do Princípio da Segurança Jurídica e do Princípio da Força Normativa dos Fatos, tendo em vista o vasto reconhecimento pela população sergipana que o território deveria de fato pertencer a Aracaju, uma vez que o município realiza investimentos na área e que no período entre 2004 e 2008 foram investidos cerca de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

A esse respeito comenta a instituição,

Há duas formas distintas de considerar a realidade (...): o Estado pode ser visto como uma realidade de ordem social, como um fenômeno histórico-cultural, ou seja, como uma forma especial de sociedade; e pode ser visto como ordenamento jurídico, como sistema de normas dotadas de garantia jurídica. É só na primeira hipótese que se deve considerar o Estado uma formação natural. (...) A sociedade organiza-se espontaneamente, e esta organização constitui uma preparação ao Estado, uma vez que as leis sociais criam por si mesmas relações de dependência (PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARACAJU, 2009, p. 18).

A Teoria da Continuidade do Estado tem sua aplicação a esse caso, confirmada tanto pelos investimentos realizados por Aracaju ao longo de mais de 51 (cinquenta e um) anos, quanto pela identificação da população daquele território enquanto sujeitos integrados a esse município.

Por perceber com uma outra configuração, o Ministério Público Federal moveu Ação Civil Pública em face de Aracaju, tombada sob o Nº 2009.85.00.002637-9:

Tramita na Vara Federal da Seção Jurídica de Sergipe, onde busca responsabilizar a municipalidade aracajuana pela realização das obras de macrodrenagem do território do Mosqueiro, sendo certo que já foi apresentado nestes autos, por determinação do MM. Juízo Federal competente, um cronograma de investimentos na citada obra que chegará à R\$ 361.614.000,00 (Trezentos e sessenta e um milhões, seiscentos e quatorze mil reais) (PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARACAJU, 1999, p. 21).

A Procuradoria Geral de Aracaju (1999, p. 20) confirma uma evidência importante que é impreciso destacar que a população residente no Povoado Mosqueiro exerceu seu direito de sufrágio em relação a Aracaju, ou seja, a população do território de Mosqueiro participa da eleição do prefeito e vereadores de Aracaju, conforme se evidencia na Resolução Nº 167/1999 do TRE.

Para a população, este litígio traz reflexos de ordem política e econômica, incidindo sobre os diferentes grupos e atores sociais, muitas vezes, se constituindo em dificuldades a ser enfrentadas.

Nesse sentido, a população entrevistada das localidades da Zona de Expansão acredita que a resolução de todo esse conflito tem inicialmente uma natureza política, sendo essa incidência revelada de forma mais acentuada nas localidades Mosqueiro (73%) Areia Branca (67%) e no Bairro Santa Maria (87%).

Em seguida, a população indica que esta questão também envolve interesses econômicos, sendo mais evidentes nas localidades, Robalo e Gameleira com (47%) e em São José (40%) (Tabela 16).

Tabela 16
Zona de Expansão
Natureza de Conflitos em Função das Disputas Territoriais
2014

Localidades	Natureza do Conflito	
Opções	Política	Econômica
Robalo	53%	47%
São José	60%	40%
Gameleira	53%	47%
Matapuã	60%	40%
Areia Branca	67%	33%
Mosqueiro	73%	27%
Bairro Santa Maria	87%	13%

Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

A Procuradoria Geral de Aracaju (1999, p. 20) vem envidando esforços no sentido de receber os impostos referentes ao IPTU, no Povoado Mosqueiro, confirmando a inclusão do mesmo no território municipal. Para tanto, requereu junto ao Tribunal que se digne em prover o Recurso para:

Considerando a ineficácia da Lei Nº 554/1954 para fatos posteriores a 1958, declarar a constitucionalidade do Art. 37 do ADCT da CE/SE/1989 que inaugura os limites territoriais de Aracaju e por isso não afronta o Art. Nº 18, Inciso 4 da CF/1988; II) Reconhecer a existência de uma situação fática excepcional consolidada, e a consequente permanência do povoado de Mosqueiro como parte integrante do Município de Aracaju; III) Reformar a sentença recorrida, declarando a legitimidade ativa do Município de Aracaju para recolher o IPTU relativos aos imóveis localizados no Povoado Mosqueiro. Nestes termos. Pede deferimento. (PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARACAJU, 2009, p. 21)

Contudo, em 2013, a Justiça Federal, por meio do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), sediado em Recife, decidiu que os territórios litigados, pelos dois municípios, da Zona de Expansão (Mosqueiro, Areia Branca, São José, Robalo e inclui áreas dos núcleos habitacionais Santa Maria, Maria do Carmo Alves e Antônio Carlos Valadares) deveriam ser geridos por São Cristóvão (Apelação Civil - 547164/SE - 0005864-05.2010.4.05.8500). Esta Ação (Apelação Civil) notificou que a decisão

judicial fundamentou-se na falta de consulta prévia - Plebiscito - às populações envolvidas quando se decidiu inserir estes povoados na Zona de Expansão Urbana de Aracaju.

Essa última decisão (2013) determinou ainda que o IBGE redesenhasse os mapas geográficos e populacionais dos dois municípios. Assim a área deveria ser devolvida ao município de São Cristóvão, desanexando o território disputado de Aracaju. Isto implica que os tributos das áreas sejam cobrados por São Cristóvão, assim como a administração da mesma, adequando-se à nova realidade após a demarcação, pelo Tribunal de Contas Estadual (TCE) e o Tribunal de Contas da União (TCU). A Prefeitura de Aracaju e o IBGE recorreram da decisão, continuando o processo em tramitação.

Essa decisão também foi comentada pela assessoria do juiz da Comarca de São Cristóvão que afirmou que, legalmente, a área já é do município de São Cristóvão antes mesmo da decisão do TRF-5ª Região, haja vista que, em sua jurisdição, já existem diversas ações/processos em que parte do território da Zona de Expansão é considerado como pertencente a São Cristóvão. Segundo a assessoria do juiz da Comarca de São Cristóvão, a decisão cabe recurso, mas só poderá ser modificada em última instância em Brasília, após julgamento no STF.

Um questionamento que não deixa de ser expresso pela população dos dois municípios é, se a prefeitura de São Cristóvão que passará a recolher impostos e aumentar o seu FPM, terá condições de atender as necessidades daquela área, situada bem distante da sede do município, visto que a administração local enfrenta uma série de dificuldades e já conta com extensa área distante de sua malha que apresenta problemas referentes à gestão, a Grande Rosa Elze.

A disputa territorial entre Aracaju e São Cristóvão enfrenta ameaças à segurança desse último município. A Justiça se envolveu em todas as negociações e acordos dentro do contexto, mas sem apresentar um traço definitivo ou disposição para uma decisão final, em parte, também, em virtude da hegemonia aracajuana. Pelo contrário, o processo se move com cautela, talvez devido a função que a atual capital representa e a sua proposta de investimentos proporcionando um ritmo mais intenso de crescimento e melhorias para sua população.

Guimarães (1998) afirma que a opção de mais autonomia e soberania aponta para um caminho muito mais árduo do que o da subordinação estratégica. Isso supõe a existência de uma coalizão de poder com capacidade de sustentar um projeto de expansão econômica e de afirmação geopolítica até a consolidação de posições irreversíveis. Do ponto de vista da segurança, a opção pelo litígio, para Aracaju, sinaliza uma vontade de aumentar sua capacidade político-administrativa.

Jesus (2012, p. 35) em seu estudo, analisando a Suspensão de Execução de Decreto Nº 0020/2009, ajuizada pelo Município de Aracaju para permanência da área como seu território argumenta que de fato, se ocorrer ao contrário, existe “eminente risco à ordem, à saúde e à economia públicas”, pelo fato do cumprimento da decisão acarretar “a paralisação de todas as obras em andamento na localidade, o fechamento de escolas municipais e postos de saúde, paralisação das linhas de transporte municipal e a retirada dos servidores que ali trabalham”, o que seria um prejuízo incalculável para a população.. Entretanto, São Cristóvão apresenta grandes carências e limitações. Sua economia estagnada tem baixa capacidade de dinamização. A presença de núcleos urbanos dispersos contribui para as dificuldades administrativas. Certamente, terá dificuldades gerenciais para atender a essas populações atualmente assistidas por Aracaju.

Simultaneamente, São Cristóvão tem uma grande extensão territorial nos seus 436km², entretanto, apresenta carência de infraestrutura de transportes, saúde, saneamento, energia, comunicação e no desenvolvimento de estratégias de ocupação e renda. Assim, São Cristóvão prossegue vulnerável do ponto de vista da capacidade administrativa e de defesa de seus interesses, mesmo daqueles que podem lhe proporcionar no futuro novas rendas, como a exploração de recursos minerais marítimos. De fato, esse é o principal interesse do município de São Cristóvão, obter uma faixa de território com acesso à linha de costa, garantindo o recebimento de royalties, no caso da exploração de campos de petróleo e gás natural, situados em áreas confrontantes, a exemplo do que ocorre com outros municípios como Aracaju, Barra dos coqueiros, Itaporanga d’Ajuda e Estância.

Em novembro de 2013, após divulgação da decisão do Tribunal Federal da 5ª Região, sediado em Recife, que deu ganho de causa ao município de São Cristóvão, ocorreu uma reunião na Quadra de Esportes da Escola Municipal Florentino Menezes,

com a finalidade de tratar das questões do litígio. Na ocasião, compareceram moradores das localidades que compõem a Zona de Expansão e autoridades sergipanas envolvidas com a questão, como deputados, gestores públicos, promotores públicos, representantes de associações, representante da OAB, entre outros.

Pelo Poder Legislativo Estadual falaram, como debatedores, deputados comprometidos com a questão e apontaram que a união de todos agora é importante em prol da defesa da Zona de Expansão em Aracaju. Entre as propostas apresentadas foi sugerida uma audiência com a Ordem dos Advogados de Sergipe (OAB/SE), com a Igreja Católica e sessões na própria Assembléia Legislativa.

A partir de então, a Frente Ampla em Defesa da Zona de Expansão para Aracaju (FAZE) elaborou uma “Carta da Zona de Expansão” contendo os itens que os moradores reivindicavam, além do problema do limite. Esse documento foi entregue às autoridades durante o período eleitoral de 2014, intitulada Carta Aberta ao Futuro Governador de Sergipe.

Ações horizontais da diplomacia sergipana se mantiveram num nível de cooperação elementar de solidariedade e sobrevivência, em outras conjunturas, desenvolvendo-se de forma muito lenta e com resultados limitados. A falta de interesse coincide com a ausência de poder real de implementação de decisões que envolvam o uso da Justiça e da disponibilidade dos seus próprios gestores públicos. São Cristóvão necessita de uma ação que defina um planejamento para seu crescimento econômico. O município tem dificuldades para a gestão de sua própria sede e está mergulhado em escândalos. Ao longo desses mais de cinquenta anos, o município não tem realizado nenhuma ação na área.

Não importa a quantidade de recursos em royalties, FPM, impostos e outros que entre nos cofres municipais, se os administradores não têm interesse com a coletividade. É preciso criar um novo comando estratégico local e instalar as bases de um engajamento social, intensificando acordos envolvendo projetos voltados para humanização da sociedade.

Desde 1999, sua relação com seu vizinho, Aracaju, não foi mais a mesma e durante todo o século XXI sua posição dentro do Estado é secundária. Guimarães (1998) destaca que na geopolítica, semelhanças econômicas e afinidades ideológicas só

operam com eficácia quando coincidem com os interesses, do ponto de vista de seu desenvolvimento e da segurança. Desse modo, a formação de um grupo político de cooperação e de um espaço econômico com fluxos comerciais significativos é um fato que pode vir a ser a base material de parcerias setoriais.

O desenvolvimento das potencialidades de São Cristóvão traria efeito evidente sobre sua influência política, sobretudo quanto ao caso do litígio. Esta é uma possibilidade para promover acumulação de capital, desenvolvimento produtivo e competitividade, com menor vulnerabilidade as pressões externas. Essa provocação exigirá do governo local uma capacidade de mobilização de sua sociedade frente à articulação com a política econômica. Fora de seu entorno estratégico, a iniciativa mais expressiva ocorreu na primeira década do século XXI, com a possibilidade de reintegração de parte do território litigado.

Em nome da Procuradoria Geral do Município de Aracaju, o representante responsável pelo processo apontou que são inúmeros os desdobramentos da Ação Civil Pública. O litígio entre Aracaju/SE e São Cristóvão/SE envolve muitos processos:

Sua principal defesa consiste na permanência dos atuais limites entre o Município de Aracaju e o de São Cristóvão, estabelecidos pelo Art. Nº 37 do Ato do ADCT da Constituição Estadual de Sergipe/1989 e pela Emenda Constitucional Nº 16/1999. Nós defendemos a posição de manter os limites conforme eles estão definidos hoje. É esse o cerne das razões recursais que seguirá para o Supremo Tribunal Federal (STF). (...) Dentre outros pontos, que a Zona de Expansão pertence ao Município de Aracaju. Tais argumentos encontram-se no Recurso Extraordinário que o Município de Aracaju interpôs na Ação Civil Pública Nº 0005864-05, 2010.4.05.8500, e que está em curso na Justiça Federal (REPRESENTANTE DA PROCURADORIA GERAL DE ARACAJU. 2015).

Sobre a última deliberação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede em Recife, que consignou a inconstitucionalidade dos dispositivos da Constituição do Estado de Sergipe, o representante da Procuradoria de Aracaju, informou que o Município de Aracaju recorreu dessa decisão, interpondo um recurso extraordinário e até que haja o esgotamento das discussões no processo, não havendo alteração dos limites atuais, em razão do acolhimento de Pedido de Suspensão Liminar, registrando sob o Nº 4311-SE - 0004233-44.201.4.05.0000/01. Sobre a interposição do recurso disse o representante da Procuradoria de Aracaju.

Dessa maneira,

Após a interposição do recurso extraordinário pelo Município de Aracaju, o Vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a quem cabe o Juízo de Admissibilidade no âmbito daquela Corte, o Supremo Tribunal Federal dará a última palavra acerca da contenda entre o Município de Aracaju e o Município de São Cristóvão (REPRESENTANTE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARACAJU, 2015).

A assessoria do Procurador do Município de Aracaju informou que o IBGE também parte na Ação Civil Pública Nº 0005864-05.2010.4.05.8500 e interpôs Recurso Especial, sustentando que não dispõe de legitimidade para figurar no pólo passivo da demanda.

Segundo o representante da Procuradoria, esta questão processual deverá ser apreciada pelo Supremo Tribunal de Justiça, que é o Tribunal constitucionalmente competente para deliberar sobre tal matéria.

A assessoria do vice-prefeito de Aracaju ressaltou que fazendo uma retomada histórica da questão, os investimentos que Aracaju fez/faz na área que é de São Cristóvão são ilegais. O ideal seria que os municípios chegassem a um consenso. Em virtude disso:

São Cristóvão está numa luta que não vale a pena, porque desse território a receita não irá acrescentar em quase nada. Só vai trazer aumento de despesas porque é uma área carente. Sabemos das dificuldades enfrentadas por São Cristóvão, é um dos municípios mais pobres de Sergipe. Se você comparar a receita líquida do município e dividir pelo número de habitantes é a menor do Estado. Isso significa que é o município que tem a menor capacidade de investir em infraestrutura, saúde, educação, transporte, saneamento básico. Então, São Cristóvão tem que entender isso e encontrar um jeito para que a população não sofra mais com os serviços mínimos instalados pela Prefeitura de Aracaju – que de direito ainda não é da sua responsabilidade, mas ainda assim é quem tem realizado um trabalho no território. Os funcionários de postos de saúde, das escolas, os que realizam pavimentação e abertura de ruas, os da coleta de lixo, entre

outros serviços, pertencem e são pagos pela Prefeitura de Aracaju. É Aracaju quem custeia. (ASSESSORIA DO VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU, 2015)

A assessoria do TRE/SE informou que vai pensar sobre em qual momento deve ser concretizada uma consulta pública nas localidades litigadas. Entretanto, a Emenda Constitucional N° 15/1996 pontua que a consulta deve ser realizada dentro do período determinado por lei complementar federal. Como verificado abaixo no § 4° da Emenda Constitucional:

§ 4° A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por Lei Estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei. (EMENDA CONSTITUCIONAL N° 15, de 1996).

Assim, não se pode negar a importância da realização do plebiscito, como forma de atendimento ao preceito constitucional e também aos procedimentos de gestão democrática que preconiza a participação da população nas decisões.

Moura (2011) ressalta que os processos divisionistas estão ligados a padrões, ou seja, sua multiplicidade ao longo da história varia de acordo com as reivindicações sociais estabelecidas e discursos criados pelos autores sociais, no entanto, alguns elementos emancipatórios atuais, em nosso país, demonstram certa homogeneidade, a exemplo da base territorial que é parte desse discurso integrante.

O distanciamento dos grandes centros configura campos políticos da representatividade que atuam como elementos para reforçar suas propostas. A divisão parece ocorrer com veemência nos Estados onde as disputas envolvem grandes extensões territoriais e que existem unidades administrativas em formação.

O autor (Idem, 2011) ainda reforça que o estabelecimento de novas representações estabelece relações espaciais de poder que integram os interesses

políticos e não atendem as necessidades das básicas sócio espaciais das populações inseridas nas áreas litigadas.

Ainda conforme Moura (2011) a geopolítica passou a ser de interesse das grandes companhias. Assim, na ordem do neoliberalismo a disputa por territórios e ou espaços vitais, recursos naturais e poder tem sido conduzida também pelas corporações que compartimentam a produção com vistas a explorar, o que cada porção do espaço pode oferecer em termos de vantagens comparativas.

A concepção de Geopolítica considera que os múltiplos atores que atuam global e localmente dividem o espaço em suas esferas de influências. O Estado embora seja o ator responsável pela organização territorial, não é o único que conduz as disputas e/ou conflitos no campo nacional. As corporações também competem entre elas e subordinam o Estado para conseguirem atingir os seus propósitos.

Esse fato ocorreu com vistas a vetar o processo exagerado de criação de municípios, porque cabia apenas à aceitação da Assembléia Legislativa de cada Estado para aprovar novas localidades. Tramitam no Congresso Federal várias propostas de regulamentação deste parágrafo da Constituição, sendo a essencial o Projeto de Lei Complementar Nº 416/2008.

Desde então, o Congresso não aprovou a Lei Complementar Federal, o que gerou um espaço na Legislação. Nesse sentido, o Diretório Municipal do PMDB de São Cristóvão, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contrapondo o Decreto Estadual.

O representante do diretório municipal de São Cristóvão constatou que a lacuna da Lei Complementar Federal impossibilita o desmembramento das comunidades da Zona de Expansão, através do Plebiscito - aprovado pelo Decreto Legislativo Nº 003/2012, acatado na Assembléia Legislativa de Sergipe.

A Agência da Assembléia Legislativa noticiou (21/11/2013) que a instituição organizou um debate sobre o litígio jurídico que envolve o limite entre os municípios. A iniciativa ocorreu por meio do requerimento Nº 2.342/2013, para tratar sobre a temática. Foram convidados o coordenador da Frente Ampla em Defesa da Zona de Expansão de Aracaju (FAZE) e o vice-prefeito de Aracaju (Figura 52).

Figura 52
Assembleia Legislativa de Sergipe
Debate na Assembleia Legislativa de Sergipe
2013



Fonte: SANTOS, Maria Odília dos. Fotos da Agência ALESE, 21/11/2013. Disponível em: http://www.agenciaalese.se.gov.br/agenciaalese/interna_topico=noticias. Acesso em: 2 de outubro de 2014.

O representante do COMBAZE se pronuncia,

Nós temos uma direção e vamos caminhando com a Frente. Se os municípios estão conversando, se as procuradorias estão cuidando do processo, a opção da Frente foi não fazer protestos ou bloqueios porque a gente vai protestar contra quem em Aracaju, se a ação está em Recife? A maioria decidiu assim e nós não desviamos o foco da questão do limite (COMBAZE, AGÊNCIA ALESE, 21/11/2013).

O representante do COMBAZE (2013) explicou que após a decisão do Tribunal Regional Federal favorável a São Cristóvão, a Frente se organizou para conversar com os moradores da Zona de Expansão, assim como, se articular para a concretização dessa audiência pública na Assembléia Legislativa com vistas a solicitar a ajuda dos deputados. O COMBAZE publicou na ALESE (2013) que o Ministério Público foi muito correto em dizer que não houve alteração nos limites, e tem posição a favorável ao município de Aracaju.

A polêmica da Zona de Expansão também foi debatida na Câmara Municipal de Aracaju (CMA), em 2013. A discussão envolveu os representantes da capital que defenderam a permanência da área para Aracaju. Os vereadores demonstraram preocupação com a situação afirmando que a Zona de Expansão deve ficar com Aracaju, pois é este município que reúne mais condições financeiras para dar assistência a população e gerar desenvolvimento. Em entrevista, representantes da Câmara de Aracaju ressaltaram que visitam o Bairro Santa Maria e a população aponta que, “as pessoas estão preocupadas com essa mudança, pois a Zona de Expansão deve continuar pertencendo a Aracaju”.

De acordo com a assessoria do vice-prefeito de Aracaju, há 50 anos, era mais complexo determinar topograficamente uma linha imaginária. Hoje, existem expedientes tecnológicos para fazer essa definição de maneira célere. A Prefeitura de Aracaju vem buscando estratégias junto às localidades para prepará-las para o plebiscito. Assim,

Participamos de em uma iniciativa do representante do COMBAZE que faz um trabalho na área. Eu acho que não se tem como recuar. A Emenda Constitucional Nº16/99 esclareceu uma ocorrência que é lógica. Se um rio separa esse território de outro, no qual de um lado situa-se o município de Aracaju e do outro o de São Cristóvão e se há o canal construído, o que deve separar esse município do outro é o canal que existe no rio. Só que anteriormente não pensávamos assim. Quando é traçada essa linha reta uma parte da Zona de Expansão fica em São Cristóvão e outra em Aracaju. Essa linha passa dividindo casas, terrenos, ruas, sítios, chácaras, e isso são complicados para os habitantes do território, que perdem suas referenciais, seus bens materiais, (propriedades), suas identidades, sua base de sustentação produtiva e seus sentimentos de pertencimento como cidadão. (ASSESSORIA DO VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU, 2014).

A assessoria do Deputado Estadual, autor do Projeto de Lei que resultou na EC Nº 16/1999, informou que a partir dele facilitou a resolução de conflitos existentes quanto às divisas territoriais sergipanas. Em todo o País está sendo feito um trabalho de cooperação técnica, coordenado pelo IBGE, para solucionar problemas semelhantes.

Em Sergipe, a Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAG) também participa como parceria, com vistas a dispor a Divisão Político-Administrativa das municipalidades.

Nesse mesmo direcionamento, uma ex-deputada apontou que verifica lacunas na Constituição que pode resolver o impasse da Zona de Expansão de Aracaju. A ALESE (21/11/2013) informou também que a ex-deputada entende que só uma lei maior do Congresso Nacional para que o TSE agende a data do plebiscito e a própria população defina essa questão (Figura 53)

Ela comentou ainda que o Plebiscito foi prejudicado pela decisão do Tribunal de Justiça de Recife que deu ganho de causa ao município de São Cristóvão.

Componentes da Frente em Defesa da Grande Aracaju também participaram do debate e defenderam o mesmo ponto de vista:

A Frente foi criada para defender os interesses de Aracaju e ela é composta por moradores e comerciantes da região, estudantes, entidades e associações e defende que o debate continue dentro da comunidade. Não podemos aceitar que essa área passe a ser de São Cristóvão (REPRESENTANTE DO COMBAZE, 2014).

Figura 53
Assembléia Legislativa de Sergipe
Debate na Assembléia Legislativa de Sergipe
2013



Fonte: SANTOS, Maria Odília dos. Fotos da Agência ALESE, 21/11/2013. Disponível em http://www.agenciaalese.se.gov.br/agenciaalese/interna_topico=noticias. Acesso em: 2 de outubro de 2014.

Pra outra integrante da Frente, o Parlamento Municipal tem sido solidário aos moradores da Zona de Expansão, pois,

Ao longo do tempo temos debatido nessa Casa, a situação da comunidade. Defendemos que a área permaneça em Aracaju. O Município tem investido, ao longo dos anos, na área. Nos residenciais Costa do Sol e Beira Mar estão sendo construídos dois canais que vão melhorar a macro drenagem da região e tudo isso com recursos do Município de Aracaju. (REPRESENTANTE DO COMBAZE, 2013) (Grifo, 2014).

A assessoria do vice-prefeito de Aracaju informou também que ele esteve no IBGE, com o procurador-geral de Aracaju, com o objetivo de debater sobre o limite que divide os municípios. A assessoria do vice-prefeito esclareceu que independente da definição sobre a quem pertence o território, Aracaju prosseguirá comprometido para que essa área seja demarcada como sendo da capital sergipana, pois somente assim os melhoramentos poderão chegar à população. Portanto,

Estamos preocupados com todos que há anos moram naquela região. Muitos estão em situação de risco e a Prefeitura de Aracaju diariamente tem tentado resolver a questão, tanto para quem já investiu e mora naquela região, quanto para quem ainda não possui uma moradia digna. Não tenham dúvida de que o prefeito João Alves Filho continua lutando e confiante na totalidade da Zona de Expansão pertencer a Aracaju, tanto que a área continua no planejamento, na garantia de que receba todos os investimentos dos projetos desenvolvidos por Jaime Lerner, para tornar a região num bairro modelo (ASSESSORIA DO VICE-PREFEITO DE ARACAJU, 2015).

A assessoria do Juiz de São Cristóvão (2015) ressaltou que não é só o plebiscito que resolve, porque pelo plebiscito o povo gostaria que fosse de Aracaju:

A Justiça Estadual já definiu não só no primeiro grau como no segundo o STJ já definiu só falta o tiro de misericórdia do STF. Eu acho que são favas contadas, porque é algo que já está decidido reiteradamente. A Justiça Federal e a Estadual já estão passando para São Cristóvão todas as áreas relativas a imóveis. Todas as execuções fiscais estão aqui.

Então, é questão de tempo que deveria ser muito menor, porque a aflição da população está grande. Por isso que me antecipei em promulgar uma liminar, depois uma sentença. Para resolver, porque não adianta empurrar com a barriga (ASSESSORIA DO JUIZ DE DIREITO DE SÃO CRISTÓVÃO, 2015).

A população entrevistada das localidades da Zona de Expansão acredita que relações de poder efetivadas na disputa entre os municípios de Aracaju e São Cristóvão reportam-se para a “ampliação territorial da região da Grande Aracaju”, sendo esse aspecto declarado de forma mais acentuada nas localidades São José e Matapuã e no Bairro Santa Maria (80%) e em Matapuã (87%). De forma menos acentuada, destacaram que esta questão tem sido tratada sem a visão de “conquista territorial e soberania estatal”, sendo as localidades, Areia Branca, Mosqueiro, Robalo e Gameleira com (40%) e no Bairro Santa Maria com (20%).

No que diz respeito aos processos e ações públicas que se encontram tramitando na justiça estadual e federal, no nosso entendimento, o território é de fato pertencente a Aracaju tendo em vista que ao longo dos últimos 30 anos, foi este município que investiu na área, ainda que a dotação dos serviços de infraestrutura seja precária e insuficiente. É certo também que é Aracaju quem tem a obrigação de investir uma vez que tem sido responsável pelos licenciamentos de empreendimentos e de autorização para o uso e ocupação do solo. Por outro lado, recebe o repasse dos royalties, arrecada os diversos impostos e taxas de serviços, recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios, referentes àquela população tiveram o número de vereadores ampliado, com a inserção da população da Zona de Expansão na sua municipalidade, pois o IBGE e a Justiça Eleitoral de Sergipe assim computam. Além do que, a ascensão e hegemonia de Aracaju sobre São Cristóvão na ordenação econômica e política parece ter sido bem antecipada pelos seus gestores que, sobretudo nas últimas décadas, vem transformando a cidade em referencial.

Em outras épocas, diversos acordos foram forjados pelos administradores dos dois municípios, de forma tácita e amigável. Contudo, a partir de certo momento, as duas municipalidades não conseguiram um consenso para definição dos seus limites

Aracaju vem investindo na modernização e urbanização do território da Zona de Expansão, com os olhos postos na disputa pela hegemonia do território e pelos recursos naturais. Guimarães (1998) enfoca que a dinâmica nacional em que atuam os municípios periféricos não é nova e imparcial, enquanto as sociedades, os Estados e os Governos nunca iniciam sua atuação a partir do ponto zero, com os mesmos direitos, deveres e iguais oportunidades. Isto porque, o cenário nacional com que se defrontam qualquer sociedade, Estado e governo, organiza-se em torno de estruturas de poder político e econômico.

Pode-se incluir nessa ideia que um/o Estado se caracteriza como hegemônico na medida em que tem condições de garantir o conjunto de seus interesses permitindo uma política de projeção do seu mercado. Hoje, um Estado hegemônico é apontado como aquele que tem competência econômica e uma política exercida por seus membros. Outros analistas persistem em que o papel do Estado, vem sendo substituído por empresas privadas que eliminariam as fronteiras e desconsideram as legislações das localidades.

Os interesses econômicos das grandes empresas estão vinculados ao Estado e elas não têm como se transformar em organismos legislativos. Indispensáveis enquanto houver competição e conflito entre corporações e grupos sociais. Guimarães (1998) enfatiza ainda que as funções do Estado, além da defesa do território e de sua soberania, são legislar, isto é, criar normas de conduta; dirimir conflitos sobre sua interpretação e defender seus interesses e de suas empresas. A emergência de agências locais na estrutura estatal não modifica as suas funções.

Guimarães (1998) destaca que o conceito de estruturas hegemônicas inclui conexões de interesse e de direito, organizações, atores públicos e privados, tendo em vista a possibilidade de agrupamento de novos participantes na elaboração de princípios e procedimento, mas no qual o Estado estaria no centro. Para o autor (Idem, 1998) a dinâmica dos ciclos de acumulação capitalista e das relações entre o grande capital privado e o Estado (como na Zona de Expansão de Aracaju) explicam os processos de formação das estruturas hegemônicas de poder que vêm consolidando sua conquista ideológica, política e econômica, por meio da expansão de sua influência, ação sobre os territórios centrais e periféricos.

Mesmo que o Tribunal Federal da 5ª Região de Recife tenha deliberado em sentença que parte do território da Zona de Expansão de Aracaju seja devolvido a São Cristóvão, e mesmo que muitos dos entrevistados sancristovenses apontem que o município é o berço da cultura sergipana e, por isso, merece respeito quanto ao merecimento da sua extensão territorial, e ainda que a justiça na atualidade esteja devolvendo porções de terras para a Comarca de São Cristóvão, ainda não houve um posicionamento final da justiça já que Aracaju recorreu da última decisão do Tribunal da 5ª Região e pretende levar a questão para o Supremo Tribunal Federal decidir em última instância, com base nos Princípios Federativo, da Continuidade do Estado e da Força Normativa dos Fatos.

Mediante impasse, na Zona de Expansão ainda não houve um aumento relevante esperado pelos moradores das obras excetuadas nos últimos anos, não efetivando uma mudança real em relação aos beneficiamentos e melhorias sociais. Os impactos são visíveis e apontam para necessidade de serviços de infraestrutura compatíveis com o século XXI. Muito pelo contrário, nas localidades observa-se questões básicas sem a menor condição de funcionamento.

No tocante ao aspecto comercial, ao longo das rodovias o crescimento é evidente, tendo ocorrido um aumento das corretagens. Do ponto de vista do impacto ambiental a ocupação desordenada do solo está cada vez mais produzindo um desequilíbrio nas áreas de Proteção Ambiental, haja vista que a especulação imobiliária gerada com o parcelamento revalorização da terra tem sido incentivadas por empresas e promotores de vendas que representam a entrada do grande capital no território.

Isto leva a crer que os antigos estreitamentos de laços nos períodos e gestões administrativas anteriores quando acordos tácitos foram traçados e que de certa forma favoreceu ambos os municípios, hoje não existem mais. As parcerias político-econômicas que possibilitaram a urbanização de São Cristóvão e da própria Zona de Expansão com técnicas de desenvolvimento na área. A concepção de Geopolítica contemporânea nos mostra que os múltiplos atores que atuam nesse território dividem o espaço em suas esferas de influências. O Estado, embora seja o responsável pela organização territorial, não é o único ator que conduz as disputas e ou conflitos nessa arena.

A Geopolítica é estratégia que compunha a arte de gerenciar, passou a ser de interesse das grandes empresas. Na ordem geopolítica do neoliberalismo, de compromissos mínimos do Estado, a disputa por territórios e ou espaços vitais, recursos naturais (petróleo-*royalties*) e poder tem sido compartimentada em âmbito estadual, municipal e federal, com vistas a explorar, diferencialmente, o que cada porção do espaço geográfico pode lhe oferecer em termos de vantagens competitivas e subordinam os Estados/Municípios para atingirem as suas finalidades.

No que diz respeito aos processos e ações públicas que se encontram tramitando na justiça estadual e federal, no nosso entendimento, o território é de fato pertencente à Aracaju. Ao longo dos últimos 30 anos, é este município quem investe na área, ainda que a dotação dos serviços de infraestrutura seja precária e insuficiente. A ascensão e hegemonia aracajuana sobre São Cristóvão na ordenação econômica e política assemelhem-se a um processo bem antecipado, porque planejado pelos seus gestores.

As duas municipalidades não conseguiram chegar a um consenso para obtenção de um entendimento sobre ao qual município deve realmente pertencer a Zona de Expansão Urbana de Aracaju, haja vista que tramita até hoje na esfera jurídico-política o conflito pela demarcação e posse do território. São Cristóvão nunca realizou uma ação efetiva que gerasse um impacto esperado pela população. As ações do governo aracajuano na condição de potência regional, com as corporações nacionais e instituições que passaram a atuar na Zona de expansão, no espaço geográfico, representam verdadeiro tentáculo do poder.

A análise feita nesta pesquisa, longe de ser conclusiva a respeito de quem deverá ser o verdadeiro proprietário da Zona de Expansão, mesmo porque o litígio encontra-se Sub-Judice, abrange tanto o espaço geográfico, a geopolítica e a questão territorial. Além disso, aponta os itens relativos e pertinentes às mudanças vigentes quanto aos benefícios para população que em todos os momentos mostrou-se favorável a que o território pertença a Aracaju, haja vista que eles próprios acoplam sua pertença a esta municipalidade. O sentimento de pertencimento a Aracaju se concretiza de forma expressiva, sobretudo, a proporção que a área ganha investimentos. A posse e a demarcação da área para Aracaju, certamente, poderá levar a uma melhor parceria institucional e populacional, entretanto, a indecisão jurídica que se arrasta por tanto tempo limita a intensificação das ações.

CAPITULO 5 – QUESTÕES ECONÔMICAS E CONTENDAS CULTURAIS NA ZONA DE EXPANSÃO DE ARACAJU

Ao longo deste capítulo serão discutidas as questões econômicas presentes na área, assim como aqueles referentes às contendas culturais, com destaque para a pertença e a territorialidade.

5.1 Especulação e Mercado Imobiliário

As formas de ocupação do espaço que anteriormente se caracterizavam por abrigar localidades remanescentes tradicionais de agricultores e pescadores sofreram uma inserção de atividades distintas em decorrência da urbanização. Isto porque, o território dos primeiros moradores passou a ser alvo dos incorporadores imobiliários, representantes da construção civil e da classe de alto poder aquisitivo que especulavam a terra com intuito de adquiri-la. Pausadamente esse mesmo solo passou a sofrer um processo de parcelamento. A transformação da terra agrícola em mercadoria urbana foi facilitada com a promulgação da Lei Federal de Parcelamento do Solo Nº 6766/7, fato noticiado na imprensa local, naquela conjuntura.

O periódico local “Gazeta de Sergipe”, ano XXII, N. 6318, do dia 21 de dezembro de 1979, publicou a referida lei evidenciando sua aplicabilidade para as zonas urbanas ou para zona em expansão. Assim,

O parcelamento do solo urbano, agora codificado pelo presidente João Figueiredo, fixas normas para o loteamento ou desmembramento de glebas para construção de residenciais, comércio e abertura de novas vias de circulação e logradouros públicos, ou ainda o prolongamento, modificação ou ampliação das vias já existentes. Esses loteamentos ou desmembramentos, só podem ser feitos em zonas urbanas ou de expansão urbana, devidamente autorizadas pelo governo do município. O Decreto Lei hoje sancionado substituiu os de número 58 de 10 de dezembro de 1937 e 271 de, de 28 de fevereiro de 1967. O primeiro previa o loteamento e a venda de terrenos para pagamentos em prestações e o segundo dispunha sobre o loteamento urbano, responsabilidade do loteador e a concessão de uso e espaço aéreo sobre a superfície dos terrenos loteados. No entanto, ambos já não estavam atendendo à realidade nacional tendo em vista a expansão urbana que se observa em todo o País desde a década de 60. Com a nova legislação sobre o parcelamento do solo urbano, os Estados e Municípios tem

agora, as normas para orientá-los no tratamento da urbanização de suas cidades. O propósito principal é coibir o mal social que representa a clandestinidade de alguns loteamentos e defender os compradores de lotes, principalmente nas regiões periféricas, geralmente, pessoas humildes (LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO, N. 6766/79, In: GAZETA DE SERGIPE, 1979, p.3).

A partir de então, começaram a ocorrer as transformações das atividades rurais e pesqueiras para as atividades urbanas, entretanto de forma lenta e gradual, contando com certa resistência dos moradores e proprietários. Portanto, desruralização do território passa o acontecer, permitindo a formação de novos territórios assim como a geração de novas territorialidades. Então, ocorreu a configuração de outro padrão na paisagem que passou a ter um outro desenho surgido desse tecido urbano social composto por uma gama de elementos, como condomínios residenciais de luxo, mansões isoladas, casas de veraneios e chácaras. Posteriormente, chegaram os residenciais mais populares voltados para as classes menos abastadas e, hoje, a expectativa é a construção de resorts e de *shoppings centers*.

Lefebvre (1978) aponta que esse processo ocorreu na Europa com terrenos rurais que passaram a ser foco dos representantes capitalistas quanto do interesse do Estado (instituição) que miraram seus olhos para o alargamento de oportunidades de expansão do capital monopolista e financeiro. Situação semelhante é o que vem ocorrendo em Aracaju, na área estudada.

Outro fator que dinamizou território da Zona de Expansão de Aracaju foi a obra de pavimentação da rodovia dos Náufragos, e, posteriormente, a abertura da rodovia José Sarney, realizadas pelo Governo do Estado de Sergipe, nos anos 1980. Essas obras contribuíram fortemente para a territorialização das pessoas de segundas residências. Garantida a mobilidade, a população intensifica a compra de lotes e de casas, passando a usá-las nos finais de semana e nos períodos de veraneio. No que tange a essa pavimentação realizada para viabilizar o acesso à localidade, o jornal sergipano Gazeta de Sergipe, ano XXIII, n.6653, do dia 22 de novembro de 1980, publicou o texto denominado, “Governo Abre os Melhores Caminhos para Sergipe”, (Figura 54), destacando:

Com uma extensão de 14 km, essa rodovia, liga definitivamente o povoado Mosqueiro à capital sergipana. A partir do Terminal da Petrobrás-TECARMO até o Mosqueiro, uma nova e maravilhosa opção imobiliária está surgindo no Estado. À margem dessa rodovia, construída pelo DER-SE, desenvolve-se um novo centro urbano, que beneficia uma população já existente de 30 mil pessoas, com a previsão de um crescimento substancial. A Rodovia dos Náufragos (homenagem aos heróis da II Guerra Mundial, mortos em Costas Sergipanas) foi um investimento de Cr\$ 60 milhões de cruzeiros. Esse novo caminho de progresso acaba de ser entregue ao povo sergipano pelo Governador Augusto Franco. (GAZETA DE SERGIPE, 1980, p. 05)

Figura 54
Zona de Expansão
O Governo Abre os Melhores Caminhos para Sergipe.
1980



Fonte: Gazeta de Sergipe, 1980.

O território da Zona de Expansão foi projetado, inicialmente, no mercado imobiliário, voltado a empreendimentos da construção civil, com a edificação de condomínios horizontais, inserindo novos modelos residenciais. Concomitantemente, um segmento de renda elevada que buscava terras com atributos propícios para suas residências de alto padrão, conduziu o capital privado que promoveu modificações na composição territorial da localidade.

Todas essas mudanças estavam imbuídas na lógica da urbanização que se acelerara, no Brasil e, também, em Sergipe, desde o final dos anos 1960, como a Lei de Parcelamento de Solo já evidenciada anteriormente. Em Aracaju, também o governo municipal estava concatenado com essas deliberações. O periódico Gazeta de Sergipe,

ano XXII, n. 6518, do dia 18 de junho de 1980, p. 01, destacou a criação de um Grupo Especial de Planejamento Urbano (GEPLAN) pelo então prefeito Heráclito Rollemberg, com o objetivo de cuidar do macroplanejamento de Aracaju. “Segundo a portaria, competia também ao GEPLAN, assessorar a Secretaria de Obras e Urbanismo na execução das políticas de uso do solo, loteamento e logradouros”.

Conforme Wanderley e Wanderley (2003), a Zona de Expansão Urbana até a década de 1990, do século XX, embora deficitária em infraestrutura básica atraiu segmentos residenciais secundários que se instalaram em condomínios e residências isolados. As transformações da paisagem rural e a explosão demográfica nos últimos 30 anos contribuíram para que as políticas habitacionais tivessem êxitos de crescimento populacional da cidade de Aracaju. Quanto aos aspectos territoriais e espaciais, Carla de Oliveira (2012, p. 19) aponta que houve um grande aumento no número de moradores, com a instalação de pessoas de médio e alto poder aquisitivo.

Historicamente, no Brasil a maioria das cidades se expandiu de forma desigual e descontínua, isto é, sem uma preocupação com a infraestrutura e redes pavimentadas. França e Rezende (2011) destacam que afastada da malha urbana principal, muitas famílias com alto padrão social foram à busca por um modelo de vida exclusivo. A partir de então, proliferou a construção de novos condomínios distantes dos centros, como consequência do status de morar em mansões próximas à natureza e associada às categorias sociais de mesma condição.

Também alguns serviços de infraestrutura (abertura e pavimentação de ruas, redes de esgotos, canalização de água), de saúde, educação e lazer, foram realizados com aparato das políticas públicas sociais, da Prefeitura de Aracaju, como a abertura de estradas citadas anteriormente. Como consequência da ocupação, surgiram atividades industriais e estabelecimentos comerciais e de serviços.

Assim, a Zona de Expansão de Aracaju diversificou suas atividades econômicas, constituindo o fenômeno que Rogério Haesbaert (2008) denomina de território das multiplicidades das formas espaciais, ou seja, seu território passou a configurar-se em um composto de atividades distintas se reificando em um verdadeiro mosaico de representações, fluxos e configurações sociogeográficas, nas quais, as sociedades se desdobram ao implementar ações para seu desenvolvimento. Isto porque, segundo Haesbert (2005, p.75) enquanto espaço-tempo vivido, o território é sempre múltiplo,

diverso e complexo, ao contrário do território unifuncional, proposto pela lógica capitalista hegemônica.

As concepções de espaço geográfico de Milton Santos e de Henry Lefebvre servem para auxiliar na explicação dessa condição da Zona de Expansão: Espaço socialmente construído, edificado por meio de uma série de intervenções, eivado de redes e formas significativamente promovidas com as forças das intencionalidades produtivas que os sujeitos históricos realizam para sua reprodução material e beneficiamento da paisagem social.

França e Resende (2012, p. 6-7) ressaltam que, entre 1979 e 1989, surgiram os primeiros loteamentos, em número de doze. Voltados à classe de elevado poder aquisitivo - que construía mansões usufruídas no verão ou finais de semana, sendo eles: Aruana I e II e Morada do Mar. As autoras (2012, p. 15) advertem ainda que, entre 1990 e 2011, foram instalados 46 novos condomínios com 3.986 unidades habitacionais, evidenciando a inovação nas formas de habitação, pois, além de valorizar o solo e à área, reconfigurou o local fazendo surgir funções comerciais e de serviços para receber a população que se territorializou passando a morar nos condomínios, horizontais e verticais, como nos loteamentos (Aruana) e residenciais populares do Programa de Arrendamento Residencial (PAR).

Nesse sentido, a Zona de Expansão de Aracaju tem acompanhado a lógica da urbanização, haja vista a formação de um comércio mesmo que incipiente com a instalação de lojas, armazéns, supermercados, de materiais de construção, postos de gasolina, depósitos de bebidas, galpões, mercearias de produtos diversificados, farmácias, assim como outros ramos de vendas e revendas espalhadas na área, sobretudo nas avenidas principais.

Para Santana (2010), o comércio da Zona de Expansão de Aracaju ainda não se consolidou a ponto de se constituir em um subcentro, mas o capital privado já está cotejando o espaço. O autor apresenta um projeto de *shopping Center* que será denominado Shopping Aracaju para esta área da cidade, planejado pela Empresa Somma Arquitetura.

Portanto,

A expansão da malha urbana na ZEU deveu-se a uma série de condicionantes. Primeiro, a ascensão imobiliária da região, devido à proximidade com a porção central e a praia. Segundo, a enorme concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, acentuando a ocupação. Terceiro, os investimentos governamentais e as políticas públicas, que beneficiaram a produção imobiliária, principalmente a inserção de conjuntos habitacionais do Programa de Arrendamento Residencial e projetos voltados para habitação popular. Quarto, a realização de obras de infraestrutura viária que facilitaram o acesso, direcionando a migração populacional. (FRANÇA ; RESENDE, 2012, p.3).

A construção de quiosques ao longo da linha de costa permitiu o fluxo de banhistas intensificando o uso da praia. Para França e Rezende (2011, p.6) “a extensão da Avenida Santos Dumont, no Bairro Atalaia, até o Loteamento Aruana, interligou a Praia de Atalaia à Rodovia José Sarney e às praias do sul, na Zona de Expansão”. Foram as circunstâncias desses fatos que direcionaram a projeção da cidade de Aracaju para Zona de Expansão.

Uma nova categoria/camada social passou a se territorializar naquele local. Entretanto, alguns desses novos moradores habitavam esse território apenas em situações e ocasiões de lazer e entretenimento - fazendo dali suas segundas residências. Aos poucos, se territorializaram despertando uma nova feição na localidade e, concomitantemente, criando territorialidades diversas em muitos segmentos da sociedade sergipana.

. Simultaneamente, ocorre a remoção dos integrantes - nativos/praieiros - das comunidades tradicionais, assim como o desaparecimento das atividades agrícolas, culminando na desterritorialização. Com a entrada dos moradores dos residenciais se consolida a reterritorialização.

Mesmo com difíceis condições de infraestrutura a população se instalou e construiu não apenas mansões mas, também, condomínios de padrão alto e médio poder aquisitivo. Posteriormente, foram implantados conjuntos habitacionais do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e, mais recentemente, conjuntos do Programa “Minha Casa, Minha Vida”.

A inserção de políticas públicas, com recursos do Governo Federal, dos órgãos mundiais, federais e estaduais, assim como do capital privado fez, Aracaju tornar-se alvo do desenvolvimento. Para França e Rezende (2010, p 12), “conduzido pela ação governamental através de implantação de políticas e projetos públicos, financiados pelo Governo Federal (...) e órgãos mundiais como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD)”, a Zona de Expansão constituiu-se enquanto espaço geográfico e território.

Os primeiros moradores da Zona de Expansão sofreram um processo de desterritorialização diversa. Tanto de suas terras, quanto das suas tradições e valores culturais, bem como, das suas formas de subsistência e relações produtivas, além de sua jurisdição que cada vez mais submerge em processos, recursos e ações jurídicas intermináveis.

Para estabelecer critérios de ordenamento da ocupação, na Zona de Expansão,

(...) O Ministério Público Federal procedeu ao embargo de vários projetos imobiliários, que optou por solucionar com o diagnóstico dos meios físico, biológico e sócio-econômico-cultural, até então bastante desconhecidos do próprio poder público municipal e, a partir dos impactos ambientais, estabelecer parâmetros de ordenamento da ocupação de segunda residência em franca expansão, visando preservar os ecossistemas remanescentes e as formações dunares ainda presentes. (WANDERLEY; WANDERLEY, 2003. P. 10)

Na atualidade, após a decisão do Tribunal de Justiça da 5ª Região de Recife de devolver o território para São Cristóvão, os primeiros e atuais moradores da ZEU, tanto se desterritorializam da condição do território físico - primeiro vetor daquilo que Raffestin (1999) chama de aspecto político-jurídico, ou seja, que está jurisdicionado (a extensão material e territorial) e/ou sua condição governamental - dos 63 km² de amplitude territorial da Zona de Expansão que estavam vinculados a um determinado ente superior e organizacional – no caso ao município de Aracaju - por meio da posse da terra, e/ou do território. A população também se fragilizou no aspecto simbólico-cultural, ao tornar alheia à sua condição de pertencimento e propagação dos bens culturais que emanam desse território. Tanto os desterritorializam das suas condições

mais básicas de sustentabilidade, isto é, das suas condições de materialização da sua produção e reprodução social de existência - antigos pescadores e agricultores. Hoje, sobretudo, as localidades e os sujeitos sociais nelas inseridos vivem nutridos pela especulação imobiliária, à espera de um possível comprador para sua terra.

Assim, tanto os transforma em meros praticantes de serviços domésticos, caseiros, olheiros, jardineiros, capangas, guardas noturnos, vigilantes, faxineiros, porteiros, diaristas e outras tantas profissões que os aliena em suas mais precárias situações de vida. Portanto, estão inseridos no Terceiro Milênio e ainda desumanizados o bastante para não compreender a força do capitalismo monopolista e os problemas que dele demandam para sua projeção, como expõe David Harvey (2011).

Assim, para Raffestin (1998, p. 79), o território é a manifestação espacial do poder abalizada em relações sociais produzidas, em distintas medidas, pelo aspecto da força – ações e estruturas concretas – e do conhecimento – ações e estruturas simbólicas. Sheneider e Tartaruga (2005, p. 6) advertem que dessa apreensão/reflexão surgem novos territórios, Processo também denominado de territorialização. Para destruí-los (desterritorialização) ou reconstruí-los (reterritorialização) torna-se necessário estar fundamentado no grau de acessibilidade à informação e aos seus significados, ou seja, no conhecimento do processo de Territorialização – Desterritorialização - Reterritorialização (T-D-R).

O Estado configura-se como agente importante na evolução urbana estabelecendo, a partir de legislação, a permissão para parcelamento do solo por meio de loteamentos, orientando a transformação da Zona de Expansão para um lado da cidade. Segundo Lefebvre (1997), os grupos beneficiados, num primeiro momento, nessa situação não são os moradores, mas o Estado e o capital privado que reservam os melhores terrenos, à medida que a gestão pública instala, por meio de construtoras, a infraestrutura que servirá de apoio rentável para especulação imobiliária. Portanto,

As condições de uso e ocupação do solo e o emprego de parte dos moradores nas atividades primárias permitem reconhecer que a ZEU ainda vive um processo de transição rural/urbana. Até 1960, o acesso era restrito, apenas através da navegação fluvial no Canal de Santa Maria, por lombos de animais ou mesmo ao pé, em decorrência da inexistência de estradas. Muitos proprietários de terras utilizavam a linha de praia, com a maré baixa, para alcançar suas propriedades, arriscando seus veículos. (FRANÇA ; REZENDE, 2011, p.05)

Esse território é antes de tudo extensão geográfica, ou seja, que anteriormente ele é paisagem, quando ali se encontrava estanque/intocável a sua organicidade pelo viés de uma entidade institucional. Ao passo em que esse território - extensão física - somente recebe feições instituídas e aparelhadas - através da absorção do trabalho humano, ou seja, das transformações que a força da mão de obra, a partir da divisão social do trabalho o imputa. Assim, esse território torna-se (e/ou se encontra com) o espaço geográfico socialmente construído pelo homem, como delineia Milton Santos (2001).

Ultimamente, existem habitações estáveis de representantes da classe média, assim como, de moradores de renda menos favorecida (população tradicional) que residem em sítios. Então,

Atualmente, registram-se muitas moradias permanentes de pessoas de classe média, geralmente aposentadas. Uma população fixa tradicional de moradores de menor renda habita aglomerados de pequenos sítios que foram se adensando pela fragmentação da propriedade familiar, caracterizando grupos de pessoas estruturadas em clãs de moradores tradicionais do lugar, aí presentes há muitas décadas. (WANDERLEY; WANDERLEY, 2003, p. 09)

Para França (2011, p. 39), esse fato permite compreender a transformação da paisagem com características rurais e o crescimento demográfico, registrado nos últimos anos, com um dos maiores índices de crescimento da cidade. Até 2011, quando finalizou sua pesquisa, a Zona de Expansão abrigava 44 loteamentos residenciais, o que procedia em 6.314 lotes disponíveis para construção de moradias.

Anteriormente, o cenário era bem diferenciado:

De 1979 a 1983, a ZEU foi parcelada em 139 hectares, equivalente a 41,2% de toda área loteada no mesmo período, sendo 81,4% dos lotes com padrão de classe alta – área superior a 360m² - e 18,6% com padrão médio. (FRANÇA, 1983, p.38).

Assim, o crescimento na direção sul até o povoado Mosqueiro configura um tecido urbano fragmentado, o que gerou a expulsão da população nativa (pescadores e agricultores), em substituição por residências mais sofisticadas, concentradas, na faixa

litorânea (exemplo, Condomínios Morada da Praia I e II, e Lago Paranoá) e as margens do Rio Vaza Barris (como o Condomínio Morado do Rio).

Esta informação foi confirmada pelo líder do PMDB de São Cristóvão, Marcos Santana, que, em entrevista, demonstrou que os pequenos moradores estão sendo expulsos da Zona de Expansão: “Aracaju não tem mais periferia. A Zona de Expansão é projetada para a classe alta e rica. A população local e a nativa não vão continuar onde chega a construção civil que torna nobre o espaço”.

França (1999) aponta ainda a elitização do território da Zona de Expansão pela incorporação de um consumidor (novos proprietários e/ou moradores - ou não) mais abastado:

A construção de casas em Aracaju vem acontecendo por parte de uma parcela da população de renda mais elevada, em loteamentos situados na Zona de Expansão Urbana. (...) A área construída é outra evidência da elitização. São casas de 250 a 400 e até 750 metros quadrados. (FRANÇA, 1999, p. 188).

Esses condomínios residenciais ocupam locais privilegiados como Avenida Melício Machado, Rodovias José Sarney e Ayrton Senna, além dos novos eixos leste-oeste (Rodovia Vereador João Alves Bezerra, estrada do Matapuã e Av. Dr. José Domingos Maia). No entanto, essas tendências de moradias indicam novas direções para a ampliação a qual Aracaju se dirige. (FRANÇA, 2010, p. 23)

Portanto, o crescimento de Aracaju se intensificou na Zona de Expansão Urbana, onde se concentram vários empreendimentos multifacetados e multifamiliares, ocasionando o deslocamento populacional de bairros mais centrais para esse espaço. Os grupos de maior poder aquisitivo participam desse processo para o uso de segunda residência ou como forma de especulação.

Ainda que esses agentes tenham colaborado para a fragmentação espacial da Zona de Expansão, apenas os moradores sofrem com a falta de infraestrutura, saneamento e serviços públicos, deficiência de acessibilidade, decorrentes da atitude passiva do Estado, perante a melhoria de suas condições de vida. Os promotores imobiliários beneficiam-se com os lucros e a construção constante das novas tipologias habitacionais, gerando uma grande quantidade novas moradias.

Com o avanço do setor imobiliário, no século XXI a área está assinalada não mais como de segunda residência:

A Zona de Expansão de Aracaju é marcada pela dinâmica da urbanização dispersa, caracterizada pela expansão da área antes rural, através da construção dispersa de empreendimentos habitacionais, permitida pelas normas municipais, favorecendo o surgimento dos confrontos socioambientais, como a ausência da rede de macrodrenagem, necessária, sobretudo na porção norte, onde os efeitos são mais fortes, devido ao crescente adensamento e à largura e profundidade dos charcos naturais. (FRANÇA, 2010, p. 23).

Concretização de condomínios fechados não é um fenômeno recente na história da urbanização do Brasil. Pode-se observar esse fato desde o início do século XX, no Sudeste do País, mais especificamente no município de São Paulo. Sposito (2006) os apresenta desde o início do século XX. Enquanto Caldeira (2000) mostra sua generalização, a partir da década de 1970, nas principais metrópoles brasileiras.

A Frente Ampla em Defesa da Zona de Expansão para Aracaju (FAZE) elaborou um “Cartão da Zona de Expansão” com todos os itens que os moradores reclamaram ou reivindicaram, além do problema do limite municipal. Na tentativa de solucionar os problemas ocasionados pela indústria imobiliária e mediante a ausência de uma política pública de investimentos em infraestrutura de saneamento, em 2005, iniciaram-se as reivindicações da comunidade com constituição do COMBAZE. Porém, em 2007, começou a atuar de forma legal, sem fins lucrativos, visando atrair a atenção do poder público quanto aos efeitos da falta de planejamento na promoção do bem estar social. Um documento emitido para o congresso nacional reflete a indignação dos moradores diante do descaso do governo local.

O representante do PMDB de São Cristóvão aponta que conversando com representantes e gestores aracajuanos sobre investimentos, alguns deles comentaram assim:

‘Aracaju não pode perder a Zona de Expansão porque perderá cerca de R\$ 100 milhões’. E na defesa declaram que a Orla Pôr do Sol foi um investimento, sendo que o recurso foi do Governo Federal. Aracaju entrou com a contrapartida, fato que São Cristóvão também poderia entrar. Aracaju não pode perder mais São Cristóvão pode. Quem é mais pobre dos dois municípios? São Cristóvão gostaria de receber os recursos referentes a área, sim; e se bem aplicados iriam dar a

localidade o que a população necessita. Boas condições de moradia, transporte, saúde, educação, entre outras (REPRESENTANTE DO PMDB DE SÃO CRISTÓVÃO, 2015).

A partir do Condomínio do PAR Residencial Costa Sul em diante, as condições das residências começam a mudar. Os condomínios da Avenida Melício Machado têm alto padrão, mesmo com condições de infraestrutura deficientes. Os moradores que são dessas áreas resultam desse processo, na qual, mais do que uma segregação sócio-espacial, tem-se ainda uma grande dependência ante a sua própria sobrevivência.

5.1.1. Recolhimento de Tributos na Zona de Expansão

Todo tributo significa prestação pecuniária compulsória, ou seja, independe da disposição de vontade do contribuinte, como as doações e receitas contratuais. Sua incidência decorre de um ato lícito. João Duarte e Silvano Alcântara (2013, p. 37) apontam que a noção de tributo está ligada ao radical latino ‘tribuire’ que significa distribuir, no sentido de repartir entre os entes da comunidade os ônus da satisfação das necessidades coletivas. Não há imposto sem que haja prévia instituição por lei, ante a garantia constitucional do princípio da legalidade, expressa no artigo 5º, II por força da matéria tributária, conforme o artigo 150, I, da mesma Carta Constitucional.

O artigo 156 da Constituição Federal (1988) assegura-se que a autoridade para instituir o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) é dos Municípios. Sua atuação recursos para as municipalidades reverterem os valores em obras sociais para as localidades. O IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel.

Machado (2009) apresenta a definição de imóvel segundo a lei civil:

No Direito Civil, os imóveis podem ser por natureza, definidos como, o solo com a sua superfície, os acessórios e adjacências naturais, compreendendo as árvores e frutos pendentes, o espaço aéreo e o subsolo; (b) por acessão física que compreendam tudo quanto o homem incorporar permanentemente ao solo como a semente lançada à terra, os edifícios e construções, de modo que se não possa retirar sem destruição, modificação, fratura ou dano; (c) por acessão intelectual, conceito que compreende tudo quanto no imóvel o proprietário mantiver, intencionalmente, empregado na sua exploração industrial,

aformoseamento, ou comodidade; e ainda, (d) por disposição de lei, que são os direitos reais sobre imóveis, as apólices da dívida pública, quando inalienáveis, e o direito à sucessão aberta (MACHADO, 2009, p. 198).

É determinante para a definição da incidência do tributo sobre IPTU a situação do imóvel estar localizado na Zona Urbana Municipal. Contudo, se o imóvel for empregado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, não ocorrerá o IPTU e sim o Impostos Territorial Rural (ITR). Genericamente, utiliza-se a descrição geográfica, mas o critério da destinação proporciona o deslocamento do imóvel do IPTU para o ITR.

Os critérios de definição de Zona Urbana estão organizados no parágrafo 1º do Art. 32 do Código Tributário Nacional, transcrito abaixo:

Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público: I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; II - abastecimento de água; III - sistema de esgotos sanitários; IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; e V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado. (PARÁGRAFO 1º, Art. 32, CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, 2000, p. 93).

Necessário se faz a presença de pelo menos dois dos requisitos descritos. Havendo a coexistência de requisitos previstos no Código Tributário, tem-se a configuração da Zona Urbana.

Machado (2009) fala sobre a importância dos melhoramentos na zona urbana, na qual o imóvel está situado, assim se expressando:

A presença de pelo menos dois desses melhoramentos é requisito indispensável para que o imóvel se considere em zona urbana. E cada um desses melhoramentos há de ser considerado em relação ao imóvel de cuja tributação se cogite. O meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais deve ser limítrofe; o abastecimento de água a ser considerado é somente aquele que possa ser utilizado por quem estiver no imóvel; o sistema de esgotos sanitários a ser levado em conta é somente aquele que sirva ou possa servir a quem esteja no imóvel em questão; a rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar que o legislador municipal deve considerar para

a definição da zona urbana é aquela que se presta para a iluminação pública junto ao imóvel em questão, isto é, a que fornece energia elétrica para iluminar as vias públicas em sua vizinhança (MACHADO, 2009, p. 201).

Sobre as áreas urbanizáveis ou em expansão urbana, o parágrafo 2º do Art. 32 do Código Tributário Nacional indica que a lei municipal considera áreas urbanizáveis ou em expansão urbana, mesmo que fora da zona urbana, quando nessas localidades constam de loteamentos urbanos destinados à habitação, à indústria ou ao comércio e condições mínimas de infraestrutura.

Ressalve-se que a exigência do IPTU sobre as áreas urbanizáveis ou em expansão urbana só será possível se lei municipal considerá-las como urbanas. Nessa perspectiva, discorre Aires Barreto (2009).

A modificação legal da qualidade dessas áreas (rural para urbana) exige lei municipal. Não havendo lei do Município, não há falar em equiparação. Ademais, trata-se de faculdade – “a lei municipal pode” – e não de obrigatoriedade, porque é aos Municípios que compete disciplinar os aspectos urbanísticos da cidade e tudo o mais que se traduza num crescimento ordenado (BARRETO, 2009, p. 83).

A área urbanizável ou em expansão urbana constante de loteamento necessita de lei municipal. Inexistindo, não é possível a incidência do IPTU. Além disso, outro fator relevante é a inscrição do loteamento aprovado pelo Município no registro de imóveis. O Loteamento ser aprovado pela municipalidade, mas não inscrito no registro de imóveis também é descabida a cobrança do IPTU sobre seus lotes.

O litígio entre Aracaju e São Cristóvão pela Demarcação e Posse da Zona de expansão de Aracaju tem sido noticiado em diversos veículos de comunicação, a exemplo do site JusBrasil que publica materiais a respeito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5). Tratam-se de diversos processos referentes ao IPTU da Zona de Expansão, como Agravo de Instrumento, como o AGTR Nº 98366 SE Nº 0056222-94.2009.4.05.0000 (TRF-5) de publicado em 26 de outubro de 2009 que apresenta a seguinte Ementa Constitucional Administrativo.:

Sistema de esgotamento sanitário e drenagem compatível com estudo de macrodrenagem. Zona de Expansão de Aracaju. Necessidade de

suspensão da expedição de habite-se, alvará, e outros atos administrativos. Impedimento. I - ainda que louvável a preocupação com munícipes, bem como a legalidade dos atos administrativos relativos ao uso e à ocupação do solo, enseja maior prejuízo a manutenção do status quo, prejudicando a saúde dos moradores das áreas em litígio e os próprios mananciais da região se novos atos administrativos da mesma natureza (habite-se, alvarás de construção, termo de verificação ou outros para uso e ocupação do solo) vierem a ser expedidos em relação a novos empreendimentos ainda em andamento. II - Agravo improvido (JUSBRASIL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE, 2009, p.01).

Também consta publicado no site material do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJ-SE), a Apelação Cível (AC) 2010215255 SE, publicada em 25/06/2012, cuja ementa apresenta o seguinte texto:

Apelação Cível - execução fiscal - IPTU - Zona de Expansão - Mosqueiro - arguição, em exceção de pré-executividade, de ilegitimidade do município de Aracaju para cobrar o IPTU da referida área - dúvida sobre a competência para instituir e cobrar o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - existência de litígio entre os municípios de Aracaju e São Cristóvão - ausência de provas pré-constituídas - necessidade de perícia - dilação probatória que se faz necessária - exceção de pré-executividade - via inadequada - possibilidade de valer-se posteriormente de embargos do devedor - reforma da decisão monocrática - precedentes do STJ - conhecimento do recurso, para dar-lhe parcial provimento - decisão unânime. - considerando a existência de litígio entre os municípios de Aracaju e São Cristóvão, quanto às suas linhas divisórias, além da impossibilidade de definir se o imóvel em questão, localizado na área litigiosa, pertence a um ou a outro ente federativo, forçoso reconhecer a necessidade de dilação probatória para aferir tal controvérsia, o que se mostra inviável em sede de exceção de pré-executividade. -"a objeção ou exceção de pré-executividade pode, igualmente, ser ajuizada na execução fiscal para demonstrar alguma causa extintiva da obrigação, a exemplo do pagamento, da prescrição ou da decadência, desde que a alegação não dependa de dilação probatória" (JUSBRASIL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE, 2010, P.01).

Diversos processos foram localizados no site JusBrasil (2010) e encontrados no Tribunal de Justiça de Sergipe, com ementas iguais a anterior, indicando a recorrência do problema que afeta muitas pessoas e empresas. Todas dizem respeito a cobrança do IPTU pelo município de Aracaju em território da Zona de Expansão e que a população enquanto, pessoa física, e ou empresas, enquanto pessoa jurídica, estavam solicitando as

devidas providencias e considerações do Tribunal de Justiça de Sergipe, em função da situação não estar ainda com um parecer definitivo. Até o presente momento, o fato encontra-se Sub-judice, aguardando que a justiça se pronuncie a respeito de qual jurisdição o território da Zona de Expansão de Aracaju, pertence, de fato e de direito.

Carvalho Júnior (2006) aborda que em algumas cidades existem comissões especializadas em atualizar a Planta Genérica de Valores dos Imóveis. Diretrizes técnicas para a avaliação imobiliárias relevantes de natureza subjetiva são excluídas desse processo. Os municípios costumam usar variáveis objetivas, como proximidade de escola e posto de saúde, distância do centro urbano, existência de abastecimento de água e esgotamento sanitário, acesso a transportes públicos, entre outras.

A utilização de variáveis ou modelos multivariados é uma ferramenta que auxiliaria bastante neste cálculo. Outros fatores mais secundários considerados como, o índice de criminalidade de uma localidade, nível de poluição do ar sonora, expectativa de valorização imobiliária, agradabilidade da vista, acesso a centros de lazer e outros. Essas variáveis influenciam no valor de mercado do imóvel.

No mercado imobiliário brasileiro, o nível de segurança de um imóvel é variável bastante relevante para se determinar o seu valor. Carvalho Júnior (2006) afirma que graças aos altos índices de criminalidade, principalmente nas periferias e à construção de grandes condomínios fechados com maior nível de segurança, essa variável deveria ser considerada de suma relevância para o cálculo do valor venal dos imóveis, mas realmente essa não é a regra nos municípios brasileiros. Nos imóveis comerciais, uma variável de grande valor de mercado é o ponto comercial da firma.

Conforme o representante da Secretaria Municipal da Fazenda, através da Diretoria de Tributos Mobiliários, da Prefeitura Municipal de Aracaju (2015) é a atual responsável pela arrecadação dos tributos na Zona de Expansão. Em 2014, esta Secretaria arrecadou R\$ 6.839.365,66 referentes ao IPTU, além de outros tributos de menor monta, a exemplo do ISS, totalizando R\$ 7.900.670,30. No período indicado, foram recolhidos Impostos Sobre Serviços de 417 empresas, 231 profissionais autônomos e 532 Taxas de localização e funcionamento, indicando uma dinâmica nas atividades econômicas que se diversificam dia a dia (Tabela 17).

Tabela 17
Zona de Expansão
Tributos Arrecadados na Zona de Expansão
2015

Bairro	Tributo	Valores Arrecadados em 2014
Zona de Expansão	IPTU	6.839,365,66
Zona de Expansão	ISS – Empresas	962.522,59
Zona de Expansão	Taxa de Localização e Funcionamento	58.013,73
Zona de Expansão	ISS Profissional Autônomo	40.768,32
Total	-	7.900.670,30

Fonte: SEMFAZ/PMA. Prefeitura Municipal de Aracaju, 2015.

Portanto, de acordo com a Diretoria de Tributos Mobiliários, da Prefeitura Municipal de Aracaju (2015), o impacto da arrecadação do IPTU para o orçamento de Aracaju/SE, é pequeno, sobretudo do recolhido na Zona de Expansão, assim como o do Imposto sobre Serviços que, em 2014, alcançou R\$1.016.304,64 (um milhão, sessenta e um mil trezentos e quatro reais e sessenta e quatro centavos (

Tabela 18). O montante apresentado na arrecadação do referido imposto contribui, em parte, para o desenvolvimento econômico-social das localidades, haja vista que as demandas por dotação de infraestruturas ainda são expressivas.

Entretanto, o que se gasta com a disponibilização de todos os serviços na Zona de Expansão de Aracaju é muito maior do que os valores arrecadados, isto é, gastos com funcionários (servidores públicos que atuam no território), serviços de saneamento básico, meio de transporte, lazer, infraestrutura, entre outros.

Tabela 18
SEMFAZ/PMA
Pagamentos Recolhidos do ISS na Zona de Expansão
2014

ZONA DE EXPANSÃO	TRIBUTO	QUANTIDADE	VALOR RECOLHIDO
Zona de Expansão	I.S.S. Empresas	417	962.522.59
Zona de Expansão	Taxas de Localização e Funcionamento.	532	58.013.73
Zona de Expansão	I.S.S. Prof. Autônomo	231	40.768.32
Valor Total			1.061.304.64

Fonte: SEMFAZ/PMA, 2015.

De fato, os investimentos realizados estão apenas minimizando os problemas vigentes naquelas localidades, sendo, portanto, insuficientes e ineficientes para efetiva realização dos serviços. A Prefeitura de Aracaju vem arrecadando e investindo, entretanto, há uma insegurança evidente, em decorrência do território encontrar-se Sub-Judice.

Na discussão jurídico-política sobre o território, pode-se verificar o princípio da territorialidade, enquanto um princípio de Direito que permite delimitar a área geográfica em que um Estado ou município exercerá a sua soberania. Barreto (2009, p. 88) aborda que essa área geográfica é o território que constitui a base geográfica do poder. Isto porque, o território compreende a terra firme, as águas aí compreendidas (rios, lagos e o mar), o subsolo, a plataforma continental, bem como o espaço aéreo correspondente ao domínio territorial.

Em virtude do princípio da territorialidade é que se delimita geograficamente o âmbito de validade jurídica e aplicação de normas e leis de um Estado ou município. Dessa forma, os efeitos jurídicos de determinada norma de um Estado são válidos e aplicáveis dentro dos limites territoriais em que exerce a sua soberania. Com fundamento no princípio da territorialidade, Estados estão proibidos, por meio de ameaça ou uso da força, de exercerem jurisdição ou outra forma de poder ou intervenção em territórios de outros Estados soberanos. Assim, Barreto (2009, p. 93) afirma que a um Estado soberano não é permitido exercer jurisdição ou fazer ingerências jurídicas ou de qualquer outra forma ou tipo sobre o território de outro Estado igualmente soberano. O autor (Idem, 2009, p. 107) indica o princípio de não intervenção, constante no Artigo 2.4, da Carta da ONU, como relevante para essa situação: “Todos os membros deverão evitar em suas relações a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou independência política de qualquer Estado”.

5.1.2 Petrobrás e Zona de Expansão em Aracaju/Se

Com a implantação da Petrobrás, em 1963, a indústria extrativa mineral sergipana, produziu petróleo e gás natural, representou 1/3 do PIB mineral nordestino. Em função da Petrobrás, a década de 1960 foi muito produtiva também para a

construção civil, pois delineou um novo quadro socioeconômico no Estado. Segundo Nascimento (1994, p. 188), essa indústria remodelou a estrutura do Estado nos anos 1970. Para Ronaldo Alves (2008) após a Petrobrás Aracaju reconfigurou o espaço urbano, por conta das exigências de mão de obra qualificada e da expansão em direção à periferia, o que fragmentou seu territorial.

Assim, as modificações socioeconômicas aceleraram a urbanização no estado,

Nessa fase, Sergipe foi marcado por processos de transformações econômico-sociais e de um acelerado processo de urbanização, ambos derivados da descoberta de Petróleo no ano de 1963, efetivando-se nos anos seguintes a sua exploração e de outros minérios, como são o caso do potássio e da Salgema. Vale notar que, posteriormente à criação da Sudene (1959), o poder estatal implementou ações governamentais que deram curso às políticas de desenvolvimento regional, em grande parte formuladas pela Sudene. Ilustrativa dessa política é a criação no Estado do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CONDESE) no governo Luiz Garcia 1959-1962 (CRUZ, 2008, p.5).

Nascimento (1997) afirma que a descoberta na plataforma continental de Sergipe, no campo de Guaricema, nas proximidades de Aracaju, em 1978, elevou o Estado como pioneiro na produção *off shore* de petróleo, no Brasil. Ao longo dessa década, dada às políticas federais de industrialização, no país, e de uma maior integração regional, houve a diminuição do desempenho do setor de gêneros tradicionais, no PIB industrial de Sergipe, o que acirrou novas perspectivas desenvolvimento.

A implantação da Petrobrás Mineradora (PETROMISA), em 1976, e da Nitrogenados do Nordeste (Nitrofertil), em 1978, serviram de grande aporte para o desenvolvimento socioeconômico do Estado e para a urbanização do espaço. Feitosa (2006) cita que nessa época o Governo do Estado aportou uma série de recursos em infraestrutura e melhorias do sistema viário, a partir dos grandes arranjos da política de sustentação econômica vigentes.

França (1999) reforça que com a transferência da sede da Petrobrás de Maceió para Aracaju migrou para Sergipe um contingente de técnicos que consolidaram a classe média. Também relevante é a ativação de outros segmentos migratórios que solidificou o tecido urbano aracajuano. Nessa conjuntura, a produção de moradias foi intensificada

na capital sergipana. A migração foi tão intensa que, de acordo com Feitosa (2006), em 1970, Aracaju contava com uma população de 66.930 pessoas oriundas de outros municípios, correspondendo a 36,4% da população da cidade.

De modo que, Aracaju manteve-se em posição privilegiada,

A melhoria dos indicadores sociais como a diminuição da mortalidade infantil e da taxa de natalidade e o aumento da esperança de vida ao nascer ficaram mais restritos a Aracaju e sua Microrregião Homogênea de Aracaju (MRH) por causa do seu maior saneamento urbano, da maior oferta de água tratada e encanada, da maior abrangência da coleta de lixo, da maior oferta e abrangência da rede elétrica de energia, da concentração dos maiores e melhores hospitais, clínicas, laboratórios e postos de saúde e do pessoal especializado da área de saúde em geral (médicos, enfermeiros e outros), maior e melhor oferta educacional, do maior número de vias pavimentadas, das moradias com melhores acomodações e infraestrutura (como sanitários, por exemplo), da maior oferta de transporte público e maior oferta de vida cultural (...) (MATOS, 2010, p. 147).

A distribuição de royalties relativos à produção de petróleo e gás aumenta a renda dos municípios, mas, não necessariamente proporciona melhoria na renda dos habitantes. A distribuição desses recursos tem gerado melhoria nos índices de escolaridade e acesso à saúde, mas não contribuiu para melhorar a distribuição de renda e ainda estimula disputas entre municípios. Gicélia Mendes da Silva, pesquisadora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe, aponta algumas disputas surgidas em Sergipe, a partir de 2000, em virtude da expansão da atividade e da mudança na legislação que estabeleceu o repasse direto dos royalties para municípios e Estados.

O motivo primordial que envolve o litígio entre os dois municípios sergipanos não demanda desta questão especificamente, apesar de ela ser consubstancial nos processos de interesses, haja vista que novas prospecções serão realizadas nas águas profundas, assim como no continente, com possibilidade de existência de reservas. Assim, essa expectativa, se constitui em um dos pontos de interesse do município de São Cristóvão, haja vista que poderá se constituir numa nova fonte de renda para o município. Portanto, para o Município de São Cristóvão, a possibilidade de conseguir área confrontante com o Oceano Atlântico faz parte das motivações do conflito.

Conforme Silva, São Cristóvão, vizinha ao sul de Aracaju, disputa na Justiça para recuperar uma parte do seu território no litoral da atual capital sergipana:

No passado, a ponta sul de Aracaju pertencia a São Cristóvão, mas como a prefeitura não conseguia instalar sistemas de distribuição de energia, água e esgoto para aquele trecho e Aracaju conseguiu, essa parte foi absorvida pela capital. Agora São Cristóvão quer de volta seu pedaço de litoral por causa do campo de petróleo ali descoberto. (SILVA, 2011, p. 187).

Embora seja mais habitual o uso da geopolítica para análises de conflitos no âmbito internacionais, nesse caso, dos conflitos municipais e/ou estaduais também pode-se aplicar o conceito para verificação das relações intermunicipais. Nas condições atuais, o município de Aracaju vem se apropriando dos royalties resultantes da exploração do petróleo e gás na plataforma continental, sendo de grande relevância para o município. A hegemonia de Aracaju frente aos demais municípios é também fortalecida pelos recursos resultantes da indústria extrativa mineral, portanto, esta é uma das razões que levam o município de São Cristóvão requer um território que já esteve sob seu controle. Entretanto, a hegemonia da atual capital sergipana proporciona ao município a condição de manutenção do território, definindo formas de uso e ocupação do solo na Zona de Expansão, condição que mantém há mais de três décadas.

A Lei Nº 9.478/97 estabelece a distribuição dos *royalties* assim detalhando:

A Lei n 9.478/97 estabelece a distribuição de 5% da receita gerada com petróleo como royalties. Desses 5%, 70% vão para o Estado, 20% para os municípios produtores, 10% para municípios com estações de embarque e desembarque de petróleo e gás (no caso da extração em terra). Na plataforma continental, 30% ficam com o Estado, 30% com os municípios onde há poços, 20% para a Marinha, 10% para um fundo especial e outros 10% para os municípios com instalações marítimas ou terrestres com embarque e desembarque (LEI DOS *ROYALTIES*, Nº 9.478, 1997, 01).

Com esse raciocínio, também comunga o Juiz de Direito da Comarca de São Cristóvão, Costa Neto (2015). Ele aponta que embora Aracaju arrecade muito recurso faz pouco pela população das localidades da Zona de Expansão de Aracaju.

Portanto,

Em termos de royalties é uma grandeza, bastaria que reinvestisse na área o que recebe da Petrobrás. São Cristóvão, com a arrecadação, administraria o território bastaria em termo de royalties e IPTU. Assim, daria pra São Cristóvão sustentar o território como se fosse um bairro modelo. Não estou falando nem em ISS porque têm algumas empresas estabelecidas (estaleiros) que pagam, eu falo só de royalties e IPTU. Até porque essa faixa de população aderindo a São Cristóvão, a participação do FPM do município cresceria. Todos os repasses federais crescem na medida em que o município é maior (COSTA NETO, JUIZ DE DIREITO, COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO, 2015).

O São Cristovense Marcos Santana, também entrevistado, apontou que a Zona de Expansão Urbana de Aracaju foi ‘tomada’ de São Cristóvão pela ocupação natural das pessoas, por estar geograficamente separada da cidade (por um rio que não tem passagem), pela proximidade de Aracaju e pelas possibilidades de investimentos do capital:

Até a minha adolescência, o território pertenceu a São Cristóvão. Hoje, confesso que no mérito eu não vejo condição nenhuma de São Cristóvão ‘brigar’ pela área. Na minha avaliação, os aglomerados urbanos se formam de acordo com as necessidades e o atendimento do poder público as essas necessidades na própria disposição geográfica, onde as pessoas vivem. Hoje, não creio que seja viável ou necessário para São Cristóvão buscar aquela área. Agora, houve um prejuízo até no ponto de vista de receita pra cidade, porque aquela o território em foco permitia que São Cristóvão divisasse com o mar e isso produzia uma receita de Royalties maior que a atual. O município hoje não tem mais limite com o mar. Perdeu significativamente a receita dos royalties da plataforma. Isso significa um prejuízo financeiro (SANTANA, PRESIDENTE PMDB DE SÃO CRISTÓVÃO, 2015).

Quanto aos royalties, São Cristóvão recebe valores irrisórios, tendo em vista a não existência de campo de exploração. O valor repassado é mínimo, afirmou um ex-prefeito entrevistado. “O município teve uma redução no repasse desde que perdeu sua divisa com o mar”. O ex-prefeito destacou ainda que, “na minha gestão foi preciso apertar o freio nos gastos, mas sempre apoiei a população durante as determinações judiciais. Mesmo com restrições no custeio dos investimentos públicos”. E continuou abordando, “hoje é que sabemos do impacto real com a redução do repasse dos royalties, com a diminuição da arrecadação com o IPTU e ISS. O problema deve estar longe de ser resolvido”. Os reflexos da redução dos repasses não estão apenas nos

custos, mas, nos investimentos que estavam previstos. A Prefeitura de São Cristóvão teve que parar obras previstas para serem efetivadas.

O representante da Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Aracaju afirmou que o orçamento será adequado à nova realidade, tendo em vista as dificuldades enfrentadas no período de crise. “Apesar a maior parte ser repassada para Aracaju, na Zona de Expansão os serviços básicos e sociais não serão afetados. “Saúde, educação, transportes, coleta de lixo e outros continuam como estão. Não serão impactadas com a última decisão do Tribunal de Justiça da 5ª Região, nem com a redução do repasse de royalties”. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) informou que além da redução do preço do petróleo, a alta do dólar, em relação ao real, também contribuiu para a redução do repasse de royalties aos municípios brasileiros.

O ex-prefeito de São Cristóvão entrevistado salientou que, na época, muitos cálculos foram feitos sobre o impacto da redução dos royalties e também dos impostos. Ele sinalizou que reduziu os custos econômicos nas contas públicas. Os royalties da Petrobrás são significativos para São Cristóvão, haja vista que o orçamento do município dependia do repasse desses royalties. Diante disso, a Prefeitura se reuniu com a diretoria da ANP em Sergipe para tentar resolver o problema. “É que os cálculos dos royalties são baseados no preço do petróleo, cotação do dólar e produção de cada campo”, disse o representante da Petrobrás. Por enquanto não há previsão de a cotação do petróleo subir, sobretudo com tantos atritos na empresa na atualidade e o preço das ações despencando no mundo inteiro.

Outro ponto destacado pela pesquisadora Gicélia Silva é o efeito pequeno na melhoria da distribuição de renda.

Logo,

Nos municípios que recebiam o maior volume de royalties per capita em 2000 no Estado - Divina Pastora, General Maynard, Carmópolis, Japaratuba, Pirambu, Pacatuba, São Cristóvão e Aracaju -, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) variou em torno de 0,673. O índice mais próximo de 1,0 indica a melhor distribuição de renda e as melhores condições de desenvolvimento. O índice máximo está em Aracaju (0,794) e o menor, em Pacatuba (0,584) – 2000 é o último ano em que foi divulgado do IDH. Aracaju, por exemplo, recebeu R\$ 6 milhões em royalties em 2000 e Carmópolis, uma cidade que tem 11 mil habitantes, recebeu R\$ 2 milhões. O município deveria estar em

uma condição social muito boa, mas não é o que acontece, afirma a pesquisadora. Divina Pastora, que tem a maior renda de *royalty* per capita tem um dos piores Idos do Estado (SILVA, 2011, p. 181).

Nos municípios beneficiados pelos *royalties* do petróleo houve melhoria no IDH, mas sem dinamização da atividade econômica e sem melhoria na distribuição da renda. "Quem ganha mais são os donos das terras, que normalmente recebem o *royalty* e se mudam, sem gerar renda para o município", afirma. A pesquisadora pondera que embora as prefeituras recebam muitos recursos dos *royalties*, essa receita não é aplicada de forma adequada, o que compromete o desenvolvimento das cidades. Algumas delas, observa, não possuem sequer sistema de água e esgoto para todos os habitantes. Em seu trabalho, a pesquisadora defende uma fiscalização qualificada dos *royalties* e a conscientização das administrações municipais para definir políticas que melhorem a qualidade de vida dos habitantes.

Em 2010, a Petrobrás encontrou um novo campo de petróleo em Sergipe resultado da perfuração do primeiro poço em águas ultraprofundas da Bacia de Sergipe-Alagoas identificando a presença de petróleo de qualidade. O novo campo de petróleo está localizado no município de Barra dos Coqueiros e tem tudo para apresentar um potencial produtivo maior do que tudo o que hoje é produzido. Essa é uma ótima perspectiva para o desenvolvimento do Estado, gerando emprego e renda, através de novas cadeias produtivas. O representante da Petrobrás informou que, "essa nova descoberta ampliará de maneira significativa a capacidade produtiva da empresa em Sergipe e Alagoas. Foi descoberto uma coluna de hidrocarbonetos em uma área de aproximadamente 70 km²".

A Prefeitura de Aracaju, em 2014, acumulou uma queda de cerca de R\$ 5 milhões nos *royalties* pagos pela Petrobrás em função da redução da produção de petróleo no município. Em 2013, a Prefeitura arrecadou R\$ 24 milhões em *royalties*, enquanto em 2014, esta receita caiu para R\$ 19 milhões.

O representante da secretaria apontou ainda que estas perdas acumulam grandes prejuízos para a administração pública. "Cria dificuldades para manter a máquina. Por isso, reduzimos o custeio. Na prefeitura, estamos em contingenciamento". De acordo com a ANP, os dez maiores municípios beneficiários de *royalties* receberam em janeiro de 2014, R\$1 milhão a menos do que em dezembro de 2013.

Conforme Silva (2011), nos últimos anos, os *royalties* da Petrobrás foram a principal fonte de renda em muitos municípios. A pesquisadora também indica outra disputa que corre na Justiça, desde 2003, é entre os municípios de Pacatuba e Pirambu, por causa de uma estação coletora de petróleo do Robalo, situada em uma antiga área de litígio entre os municípios. Silva afirma também que a área pertence à Pacatuba, mas por brigas políticas Pirambu vinha se beneficiando da área, nos últimos anos: “A Justiça Federal concedeu a Pacatuba o direito de receber os royalties da Petrobras, que já somam R\$ 18 milhões, mas ainda cabe recurso contra a decisão”.

Nos autos do processo consta que o IBGE cometeu um erro cartográfico ao incluir a estação em Pirambu, gerando a transferência de royalties para a cidade vizinha. A decisão já foi questionada por Pirambu, no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife, e no Supremo Tribunal Federal (STF), mas nenhum dos recursos foi aceito por essas instâncias. Para Silva (2011), Brejo Grande, Laranjeiras e Santo Amaro não produzem petróleo, mas também brigam na Justiça para receber royalties como município que sofre os impactos da atividade petrolífera.

Harvey (2004) enquadra ações intervencionistas na velha estratégia imperial de acumulação por espoliação, como processo de extensificação territorial dos capitais sobre acumulados de um território central que exige a prévia destruição dos obstáculos políticos e econômicos. Estas ações se enquadram bem em territórios que possuem reservas de petróleo, como no caso de Aracaju.

Com o ritmo de descobertas de novas jazidas no Pré-Sal, em Sergipe, o petróleo ganha relevo na economia estadual. A agenda de processos jurídicos que envolve Aracaju e São Cristóvão integra as planilhas estratégicas para o controle de novas fontes de petróleo atual. A Zona de Expansão é um dos territórios do petróleo e rota importante de oleodutos e gasodutos para a exploração do potencial petrolífero da Bacia de Guaricema (uma das maiores reservas de petróleo em Sergipe).

Uma estratégia de contenção para defender as identidades culturais dos diversos povos envolvidos no conflito entre Aracaju e São Cristóvão envolve o petróleo enquanto recurso natural de grande relevância para ações geopolíticas contemporâneas. No parque industrial sergipano em expansão (e que já alcança níveis de produção maiores que os esperados), a garantia do monopólio da empresa petrolífera continua em

movimento, ainda que as contenções atuais freiem o processo de retomada do desenvolvimento iniciado nos anos 1960.

Aracaju, na sua posição hegemônica, recebe os royalties pelo que produz no próprio município, mas, também, recebe aqueles referentes as instalações de equipamentos industriais, gasodutos e oleodutos que atravessam parte da Zona de Expansão. Assim, desenvolve medidas protecionistas destinadas a fechar o acesso ao mar para seu rival, São Cristóvão.

Um ex-prefeito de São Cristóvão entrevistado, afirmou que o Estado sempre fica do lado de Aracaju por ser a força política maior. É uma tendência geopolítica de apropriação dos recursos naturais e financeiros, de defesa da capital, em virtude do número de votos e das estratégias desenvolvidas pelo do poder econômico.

Portanto,

São Cristóvão ter uma porta aberta para o mar importante, além da receita porque há uma possibilidade de crescimento do turismo e valorização do território. São Cristóvão perdeu as receitas extraídas do mar que são os royalties e hoje recebe muito pouco. Aracaju só tem interesse na Zona de Expansão por conta da questão financeira. De lá é repassado os royalties, tem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o IPTU, o ISS e outras taxas. As construtoras, os empresários e os latifundiários preferem que o território permaneça com a Prefeitura de São Cristóvão, por que na hora de pagar os tributos são mais baixos do que Aracaju cobra. O discurso de Aracaju para ficar com essa receita é que tem investimento na área, mais não tem nada. Falta delegacia, posto de saúde, saneamento, entre outros. Já foi até proibido construir no território. As terras são de São Cristóvão, Aracaju invadiu com ambição. Então, São Cristóvão perdeu muito desde 1999, porque quando ia receber os royalties e continuar cobrando Os impostos Aracaju tomou conta. A arrecadação que São Cristóvão vai adquirir com todos esses pontos abordados é suficiente para administrar. Um gestor com visão executiva irá investir no território que dar acesso ao mar e transformar a área em modelo (EX-PREFEITO DE SÃO CRISTOVÃO, 2015).

Entretanto, atualmente, São Cristóvão coloca em xeque, através de Ações Civis Públicas, os preceitos do receituário neoliberal aracajuano emanado das organizações que reorganizaram as atividades socioeconômicas e modificaram a Zona de Expansão. São Cristóvão agoniza querendo de volta sua reinserção no sistema de poder, ainda que marcado por uma condição política periférica e dependência econômica de verbas

federais. A sede do município está abandonada, vivendo muitas dificuldades administrativas e econômicas.

Ao longo dos últimos trinta anos, o município de São Cristóvão vem assistindo passivamente, o avanço de Aracaju sobre o seu território, o que indica um descaso e uma fragilidade administrativa. Por outro lado, Aracaju avança sobre as áreas limítrofes e, mesmo de forma precária, vem proporcionando serviços e infraestrutura ainda que insuficiente, o que estabelece no seio da população um sentimento de pertença. De fato, Aracaju vem demonstrando hegemonia sobre o município vizinho.

A expectativa da existência de reservas minerais também se caracteriza como uma das razões do desejo de recuperação do território por São Cristóvão. As recentes descobertas de recursos minerais (PRÉ-SAL) no litoral sergipano acentuam a expectativa dessa ocorrência na área em conflito, despertando o anseio do município reaver parte do território que lhe dá acesso ao mar.

5.2 Pertença e Territorialidade dos Habitantes das Localidades Tradicionais da Zona de Expansão

Com as modificações na ocupação territorial, a população da Zona de Expansão de Aracaju vem inserindo-se em novos arranjos que configuram uma descaracterização no que tange aos aspectos: territoriais, espaciais, culturais, sociais, econômicos e ambientais.

Nesse tópico deste estudo iremos discorrer sobre os aspectos culturais vigentes com a ocupação da Zona de Expansão de Aracaju. Carla G. Santos de Oliveira (2012, p. 19-20) apresenta esta dinamização a partir da inserção de novos valores e padrões de vida incorporados com o advento dos veranistas e turistas, assim como, com a chegada de outros moradores que se intensificaram após a construção da Rodovia dos Náufragos (SE-050 e posteriormente com sua duplicação), com a Avenida Melício Machado e com a abertura da Rodovia José Sarney. E mais recentemente com a construção da Orla Pôr do Sol e da edificação da Poente Jornalista Joel Silveira sobre o rio Vaza-Barris, que interliga o território do Mosqueiro, em Aracaju, à praia da Caueira, no município de Itaporanga D'Ajuda.

Nesse bojo, também se insere questões alusivas à inclinação para novas atividades de trabalho, como o favorecimento do comércio e serviços, expressas juntamente, com a exploração de mão-de-obra, e concomitantemente, a perda da identidade dos moradores locais. Melo e Souza (2003) reafirma que do ponto de vista econômico, por exemplo, as questões da sustentabilidade são ameaçadas quando certos valores e práticas são destruídos.

Segundo Stuart Hall (2002, p. 89), a identidade é uma ‘celebração móvel’, pois é, “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. Alejandra Saldanha (2007) também ressalta que as pessoas não são cidadãos legais de uma única localidade, mas que elas compartilham da ideia da nação como representada em sua cultura. Isto evidencia as explicações de que hoje, já não se existe mais uma identidade, delimitada e coerente. Haja vista que, no contexto contemporâneo de descentralização do indivíduo e de decadência das antigas identidades, podem ser construídas identidades a partir de diversos referenciais.

Uma questão que ajuda a compreender as possibilidades de constituição de identidades e de sentimento de pertencimento de descendentes em relação à identidade cultural de seus antepassados é a intenção unificadora da cultura nacional. Isto porque, enquanto estrutura de poder cultural, acaba por subordinar a diferença cultural dos distintos segmentos sociais, denunciando, a generalização das identidades. O momento atual é de luta por reconhecimento e redistribuição das minorias locais.

Hall (2002) aponta ainda que entre os efeitos da globalização sobre as identidades locais, além da homogeneização cultural (através do consumismo), surge o processo de hibridização das identidades enquanto descendente de tradições culturais distintas. Embora, as identidades nacionais passem por um processo de descentralização, em alguns aspectos continuam sólidas quanto aos direitos legais e de cidadania. O que legitima o processo de construção de um sentimento de pertencimento dos descendentes é o local de nascimento (naturalidade) de seus antepassados.

O representante da Associação dos Moradores do Mosqueiro, ressaltou que a festa de Bom Jesus dos Navegantes no Povoado Areia Branca é um dos pontos que integram as manifestações da cultura popular no território. Toda Zona de Expansão dela participa. Isso porque, guarda sinais de identidade com a cultura de origem do local os

moradores que hoje são idosos começaram a realizar desde os tempos em que eram jovens e dela compartilhavam com seus descendentes. A participação da Associação de Moradores do Mosqueiro e outras representações como o COMBAZE e a ADCAR entendem que esse fato é fundamental para avivar a manutenção dos laços afetivos com os sujeitos que tem uma identidade semelhante nas localidades.

O representante da Associação dos Moradores do Mosqueiro aponta que a identidade constitui-se a partir das afinidades culturais realizadas nos seus lugares que residem ou que nasceram, entre outros fatores. Ela depende do contexto no qual se permanecem inseridos a valorização de distintas identificações. Sendo a representação da cultura do lugar uma peculiaridade e elemento que caracteriza sucessões de cidadãos legais inseridos em uma sociedade.

A Festa de Bom Jesus os Navegantes, tradicionalmente ocorrente no Povoado Areia Branca que até meados de 1980, constituía-se uma localidade de agricultores e pescadores isolada de Aracaju. A efetivação da realização da festa está inserida como exemplo da relação simbólica dos seus moradores como Rio Vaza Barris e seu Afluente o Rio Santa Maria. O modo de vida da localidade formada concebe a relevância desta conexão secular na constituição do patrimônio histórico-cultural resistindo ao processo de descaracterização dos povoados, em função da valorização da terra e da especulação imobiliária, em detrimento as atividades de pescadores e agricultores que anteriormente desenvolviam. Isabella Chagas Corrêa (2012, p. 01) indica, em estudo semelhante sobre a mesma festa no Bairro Atalaia em Aracaju/SE, que o ecossistema que anteriormente, edificou identidades desenhadas das relações sociais e econômicas estabelecidas, é impulsionado com a realização da festa popular de Bom Jesus dos Navegantes. Isto implica entender que há uma resistência e preservação das práticas, rituais, sentimentos e atitudes quanto a manipulação dos recursos naturais disponibilizados pela natureza e acoplados aos valores dos sujeitos histórico daquelas localidades.

Nesse contexto, o representante da Associação dos Moradores do Mosqueiro, informou que em novembro de 2013, os moradores das localidades do Mosqueiro, Areia Branca, Robalo, Aruana, São José, Gameleira e Santa Maria realizaram um grande ato público com bloqueio da Avenida Melício Machado, Rodovia José Sarney e Ponte Jornalista Joel Silveira. O representante da Associação dos Moradores do Mosqueiro, elucidou que os habitantes efetivaram a mobilização em pontos diferentes da Zona de

Expansão, avaliando as áreas que têm vias que permitem a passagem dos veículos, o que diminuiria as desordens de tráfego geradas pela manifestação.

Conforme o representante da Associação dos Moradores do Mosqueiro (2014), a ação ocorreu em função da defesa e permanência da Zona de Expansão em Aracaju. Na ocasião a Ponte Jornalista Joel Silveira foi ocupada por cerca de 250 integrantes das localidades protestando contra a decisão da 5ª Região do Tribunal Federal de Recife, PE, em entregar a São Cristóvão a Zona de Expansão. Para o representante da Associação dos Moradores do Mosqueiro, as localidades estão mobilizadas para reivindicar uma definição definitiva da justiça sobre o destino da Zona de Expansão. Já que o município de Aracaju recorreu da última decisão da 5ª Região do Tribunal Regional Federal de Recife.

As reivindicações dos moradores da Zona de Expansão solicitam posicionamento das autoridades e sobremaneira uma decisão quanto ao cumprimento do plebiscito, para que os interesses da população sejam pontuados. O representante da Associação reforçou:

Os dirigentes só estão olhando para a questão do território do ponto de vista da demarcação física, sem escutar as pessoas que sempre viveram nessas terras e que tem todo um laço de pertencimento com essas localidades. Nós não aceitamos isso e por este motivo nos mobilizamos por meio de atos, como esse protesto. Naquele dia ocupamos as avenidas e a ponte, com o objetivo de que os moradores possam ser ouvidos. Acreditamos que o melhor para a Zona de Expansão será decidido com a realização do plebiscito (REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DO MOSQUEIRO, 2014).

As avaliações das pessoas das localidades da Zona de Expansão, sobre o compromisso com o litígio Aracaju e São Cristóvão, indicam “a noção de pertencimento à Aracaju”, sendo mais elevada em Areia Branca com (93%) e no Robalo com (73%). Depois aparece a alternativa, “demarcação dos limites territoriais e geográficas”, sendo que Matapuã com (60%) e Mosqueiro com (40%). Por último, os moradores afirmaram que a alternativa, “infraestrutura realizada pela Prefeitura de Aracaju”, sendo na Gameleira (87%) e em Matapuã com (40%) os níveis mais elevados (Tabela 19).

Tabela 19
Zona de Expansão
Envolvimento com o Litígio Aracaju e São Cristóvão
2014

Localidades	Formas de envolvimento		
	Demarcação dos limites territoriais e geográficas	Infraestrutura realizada pela Prefeitura de Aracaju.	Noção pertencimento à Aracaju.
Robalo	27%	0%	73%
São José	40%	0%	60%
Gameleira	0%	87%	13%
Matapuã	60%	40%	0%
Areia Branca	0%	7%	93%
Mosqueiro	47%	0%	53%
Bairro Santa Maria	33%	0%	67%

Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

No que tange ao envolvimento da população local com o litígio vigente entre Aracaju e São Cristóvão, a opção que mais atingiu proeminência reporta-se para a questão do pertencimento, no sentido de que remete a identidade que concentra uma feição na qual desponta gostos e interesses pela cultura e pela própria história local, e que constitui uma vinculação afetiva que explica o agenciamento de direitos e cidadania. O representante do Combaze (2014) desabafa: “sem infraestrutura e políticas socioculturais estamos desprotegidos aqui. A burguesia está destruindo as lagoas, as dunas e o manguezal. Que amor é esse pela legal Zona de Expansão que as pessoas têm, se na verdade estamos abandonados? ”

A população residente nas localidades tradicionais da Zona de Expansão (Robalo, Gameleira, São José Mosqueiro, Areia Branca e Matapuã), assim como no bairro Santa Maria, é favorável que essas áreas permaneçam com o município de Aracaju, haja vista que ocorre uma identidade cultural e um sentimento de pertencimento com o município que lhes proporciona o atendimento a serviços públicos, mesmo com as carências e dificuldades enfrentadas.

Para Cruz (1993), a identidade é um processo de identificações historicamente apropriadas que conferem sentido ao grupo, isto é, ela implica um sentimento de pertença a um determinado grupo étnico, cultural, religioso, de acordo com a percepção da diferença e da semelhança entre nós e os outros. Santos (1993) indica que as identidades são diferenciações em curso que emergem dos processos interativos que os

indivíduos experimentam na sua realidade cotidiana, feita de trocas reais e simbólicas. Entretanto, a construção da identidade, individual e/ou social, não é estável e unificada - é mutável, (re) inventada, transitória e subjetiva. Isto porque, a identidade é (re) negociada e vai-se transformando, (re) construindo-se ao longo do tempo.

Assim, as pessoas descendentes de outra cultura se apropriaram do capital cultural, dos antigos moradores da Zona de Expansão, enquanto produto. Contraditoriamente, com essa apropriação, os antigos moradores estabeleceram um sentimento de pertencimento, enquanto meio de estabelecer vínculos com uma identidade cultural, com suas raízes e enquanto lembranças partilhadas e de vivências determinando o grau da relação e do reconhecimento cultural. Entretanto, nos dias atuais, a criação de um sentimento de pertencimento passou a ser atenuado em relação a todos àqueles moradores estabelecidos na Zona de Expansão, haja vista que a noção de identidade cultural refere-se às origens, tradição, noção de continuidade e intemporalidade.

Conforme Hall (2002), algumas estratégias representacionais acionadas para construir um senso comum acerca do sentimento de pertencimento e da identidade enfatizam todo um sistema que garante a cidadania aos descendentes, que está fundamentado nesses princípios. Estabelecer algum tipo de sentimento de pertencimento com essa identidade cultural e reconstruir em memórias coletivas.

Nessa perspectiva, o representante da Associação dos Moradores do Mosqueiro, chama a atenção de que a demanda envolve cerca de 30 mil moradores que vivem no território. Essa manifestação é uma forma dos grupos sociais inseridos nas localidades reafirmarem que reconhecem a cidade de Aracaju como seu lugar de origem e pertença.

A mudança da Zona de Expansão para o município de São Cristóvão é inviável diante dos problemas administrativos e financeiros que o município enfrenta. Aracaju terá 40% do seu território diminuído e, logo, prejudicado se a mudança ocorrer. Além do que, a população que reside na Zona de Expansão perderá os serviços proporcionados pela Prefeitura de Aracaju (REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DO MOSQUEIRO, 2014).

Nesse bojo, o discurso que legitima e justifica o pedido de manutenção da Zona de Expansão para Aracaju nasceu de uma necessidade concreta de buscar possibilidades de sobrevivência e de um desejo de reencontrar suas raízes. Nesse bojo, cabe indagar a fisionomia do outro, como uma construção possível, ainda que tecida em interesses variados. Ao solicitar a cidadania aracajuana, a população (da amostragem desta pesquisa) dissemina sua ascendência, memória familiar e apropriação cultural.

Ao reivindicar uma cidadania aracajuana a população da Zona de Expansão se alinha ao conjunto de significados das suas raízes culturais e da identidade local. Produzida pela cultura regional e nacional, enquanto reflexo da trajetória do povo e da construção discursiva dos elementos aos quais a sociedade se constitui. A cultura produzida sobre ela influencia e estabelece ações e concepções sobre os sujeitos históricos que a perfazem.

Isto porque, é preciso partilhar desse organismo com vivências e memórias, expressas por meio de ações coletivas da localidade, da família e suas próprias percepções. Saladino (2007) ressalta que se pode construir um sentimento de pertencimento com a cultura local de seus antepassados através dos fluxos culturais, mas também do consumismo global dos bens culturais, isto é, das instituições culturais e dos símbolos e representações da localidade.

O representante da Associação do Mosqueiro ressaltou ainda que a população das localidades não concorda que alguns trechos da Zona de Expansão sejam transferidos para o município de São Cristóvão e que os moradores estão unidos para defender a permanência da área na capital sergipana.

Hall (2002) indica que a cultura é construída, a partir da estratégia discursiva enquanto fonte de significados, foco de identificação e sistema de representação. A estratégia baseia-se em distintas narrativas – as histórias, os mitos, os contos fundacionais, a mídia e a cultura popular.

Todos esses recursos constituem a cultura da localidade, pois fornecem elementos que representam e simbolizam experiências partilhadas da memória estabelecidas que dão significado à construção da cultura local e regional. No sentido de um organismo de um projeto coletivo que legitima reminiscências do passado, bem

como, alimentar nos cidadãos o desejo por viver em conjunto e assegurar a perpetuação da herança.

Ao observar o processo de formação territorial das comunidades constata-se que as dinâmicas da expansão urbana da Grande Aracaju e a pressão que os setores imobiliário e turístico exercem sobre a comunidade e seus territórios colocam em risco sua permanência.

Logo,

A identidade da comunidade gestada a partir do trabalho cotidiano e artesanal, que modifica a natureza e o seu espaço, ao tempo que transforma a própria comunidade em uma ‘comunidade de pescadores’ faz com que o controle e domínio total do processo de trabalho pelos próprios trabalhadores-pescadores coloquem os limites reais ao avanço das relações capitalistas dentro da comunidade. A esse limite chamamos-lhe neste trabalho de resistência (NUNES, 2011, p. 45).

No que tange à territorialidade como imaterialidade, observa-se que a tônica da configuração dos territórios é a marca simbólica e cultural dos indivíduos para com determinada jurisdição. No caso dos territórios imateriais, eles são meras construções do imaginário dos grupos, que mesmo assim exercem suas territorialidades para com o território, ou seja, as territorialidades como espaço vivido são as categorias que mesclam a territorialidade com materialidade e imaterialidade. Os territórios, nessas passagens, adquirem carga funcional e simbólica, que coexistem nas estratégias de controle territorial.

Quanto ao potencial turístico, segundo Wanderley e Wanderley (2003) é salutar assinalar que o estuário do Vaza Barris enseja à prática do lazer e turismo de forma indiscutível. No entanto, esse território ainda está se estruturando para estar apto a este setor do âmbito cultural.

Isto porque, a maioria das comunidades e praias localizadas na Zona de Expansão de Aracaju, como Robalo, Matapuã, Areia Branca, Mosqueiro, Náufragos, Refúgio e Aruana remetem a práticas ecológicas, por força da distância, dos custos de deslocamento e pela insuficiente infraestrutura de serviços.

Conforme Wanderley e Wanderley (2003, 3), prenunciam-se o incremento da atividade hoteleira, com o acréscimo de quiosques, restaurantes e bares na orla, assim

como, o incremento de esportes náuticos nos estuários dos rios Vaza Barris e Santa Maria.

Nesse sentido,

A ocupação dessa região vem ocorrendo principalmente nos setores meridionais e nas proximidades das rodovias. A urbanização ou desruralização da região é observada principalmente em razão da localização geográfica da área - próxima a rios e mar, atraindo a especulação imobiliária voltada para a construção de casas e condomínios fechados de veraneios; embora atualmente estejam se transformando gradativamente em moradias permanentes (OLIVEIRA, 2012, p. 19).

Conforme com a Lei Nº 7.661/88, o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), criado em 1987, no Brasil, pela Comissão Interministerial Recursos do Mar (CIRM), tem como objetivo orientar o uso dos recursos da Zona Costeira para melhorar a qualidade de vida da sua população e proteger o patrimônio natural e cultural.

Com o seu desdobramento, surgiu o Projeto Orla, com vistas a ordenar a ocupação e uso do solo na orla marítima, através de ações efetivas. Em Sergipe, os municípios de Aracaju, Itaporanga d'Ájuda e Estância participaram desse Projeto no Estado, pois apresentaram Planos de Intervenções.

O Projeto Orla (2012, p.01) aponta ainda que, em Aracaju, a Orla no trecho entre as praias de Aruana e Mosqueiro vive um intenso conflito oriundo do turismo convencional e de segunda residência, uma vez que neste trecho verifica-se o aumento da pressão imobiliária para construção de segundas residências (condomínios fechados e loteamentos), assim como hotéis, além da ocupação desordenada da faixa de praia por comerciantes.

Nesse sentido, o Projeto Orla tem como finalidade também ordenar a atividade turística. Santos e Vilar (2012) ressaltam que nesse aspecto, a ação ocorre em decorrência do ordenamento do uso e ocupação da área, o que incide sobre medidas restritivas quanto à especulação imobiliária e a segregação econômico-social. O que acontece, “mediante a implantação de plano urbanístico que preserve os valores da

paisagem, democratize os espaços públicos e promova atividades que gerem emprego e renda para a população do entorno”. (SANTOS; VILAR; 2012, p. 1).

Entretanto, apenas o Mosqueiro foi beneficiado com a construção da Orla Pôr do Sol. Nas demais comunidades da Zona de Expansão, Areia Branca, Matapuã, Gameleira, São José e Robalo, o acesso ao rio Vaza Barris e Santa Maria está completamente comprometido pela ocupação, decorrente da especulação imobiliária que iniciou desde os anos 1980.

Ali se instalaram mansões, casarões, chácaras e condomínios de luxo que materializam a segregação econômico-social do território. Hoje, nessas localidades, o acesso aos rios Vaza Barris e Santa Maria restringe-se, quase que completamente, aos proprietários de terras, limitando também o acesso à paisagem natural para o restante da população.

Os pescadores e marisqueiras são os mais prejudicados tendo em vista as limitações de acesso ao rio (Figuras 55 e 56).

Figuras 55 e 56
Zona de Expansão
Mansões Limitam Acesso aos Rios
2014



Foto: SANTOS, Juliana Souto. Aracaju/SE, 2014.

Esta situação também se repete em Areia Branca. Com exceção de alguns poucos lugares que também não são públicos como no famoso restaurante “Texano” e no “Rei do Guaiamum” (Figura 57).

Existem pequenas passagens que dão acesso ao rio. Na rua “quase” sem saída ergue-se uma marina particular que abriga uma diversidade de lanchas, destinadas ao lazer.

Figura 57
Zona de Expansão
Restaurante Texano em Areia Branca
2014



Foto: SANTOS, Juliana Souto. Aracaju/SE, 2014.

Em Matapuã, essa realidade não é diferente - o acesso ao rio está limitado uma vez que a margem está quase toda cercada para poucos, com a construção de marinas privadas e muros (Figura). Os integrantes do Combaze (2014) e da ADCAR, ao fazer solicitações ao futuro governador do Estado de Sergipe, em Carta Aberta divulgada, em julho de 2014, assim se pronunciam em relação à importância e função da construção de uma Marina pública e assim se expressa:

Que seja feita uma marina com *deck*, restaurante e centro artesanato no local do antigo atracadouro (da Orla Pôr do Sol) e essa marina será administrada por uma cooperativa que será criada por este Conselho, garantindo a participação dos donos de marinas existente na Zona de Expansão de Aracaju (ZEA). A construção dessa marina vai gerar

emprego e renda para população, bem como, será um dos mais lindos pontos turísticos do Estado (COMBAZE, CARTA ABERTA, 2014).

Figura 58
Zona de Expansão
Mansões Limitam Acesso aos Rios
2014



Foto: SANTOS, Juliana Souto. Aracaju/SE, 2014.

Assim como o cuidado com o meio ambiente também deixou muito a desejar. Apesar da intervenção do Ministério Público (Estadual e Federal) e até mesmo do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, existem muitas áreas de Proteção Ambiental em risco na Zona de Expansão. A ocupação irregular das margens dos rios Vaza Barris e Santa Maria demonstra uma grande fragilidade administrativa em decorrência da dubiedade de pertencimento de Aracaju e São Cristóvão, o que facilitou uma ocupação indevida das margens dos rios citados limitando o acesso à “paisagem notável” local.

Nesse contexto, as Organizações Coletivas são de fundamental relevância para o fomento do desenvolvimento sustentável no território. No caso da Zona de Expansão, vigora a Associação dos Moradores do Mosqueiro, o Combaze e a ADCAR. Nela os indivíduos juntam-se e se organizam em conjunto, socializando os interesses das suas localidades.

Por meio desses dispositivos surgem as alternativas de como se posicionar mediante os impasses do capital presente no território como um todo, e da ausência de

políticas públicas efetivadas no território. Nesses casos os indivíduos recebem sugestões de como obter melhoramentos para seus locais de origem.

Em tempos de globalização do capitalismo, no qual as grandes empresas se inserem nos territórios expropriando seus recursos e não raro alijando dos processos produtivos as localidades, numa lógica de territorialização e desenvolvimento excludentes. Em contraponto a esta predominante situação surgem sentimento de solidariedade e de cooperação implementados por organizações como associações de moradores que conferem aos sujeitos que habitam essas áreas autonomia para que participem dos processos produtivos e sociais de desenvolvimento.

Na lógica de atuação das Associações de Moradores, como a do Mosqueiro, o Combaze e a ADCAR o território passou a ser concebido a partir de territorialidades que lhe confiam encargo funcional e simbólico.

Isto porque, são apontadas como um dos critérios organizativos das propostas de desenvolvimento local, sendo tipificadas pela atuação conjunta dos indivíduos em prol da superação das dificuldades comuns, como a falta de infraestrutura e/ou possibilidade de geração de renda. Numa perspectiva coletiva, almeja-se a garantia do bem-estar para as localidades e a dignidade da pessoa humana, que são elementos básicos da vida.

Na comunidade São José, para encontrar os rios Vaza Barris e Santa Maria o acesso também está prejudicado. Novamente, o acesso está acoplado às chácaras, sítios, mansões e casarões fechados de uso de segunda residência, ou inserido em um espaço social voltado para salão de festas e recreação privados. Para ingressar nos rios precisa-se andar por um pequeno espaço junto aos muros das residências.

O ordenamento do uso e a ocupação da área não incidiu quanto às medidas restritivas da especulação imobiliária e a segregação econômico-social impera no território. A força opressora do capital gerado com a especulação se estende e oprime tanto os integrantes da comunidade quanto os turistas. Em Matapuã, Gameleira e Robalo a cena se repetiu, ou seja, o acesso aos rios vigentes encontra-se parcialmente inviabilizado, em decorrência da ocupação indevida de áreas em que deve ser garantido o acesso público. Portanto, nos leva a crer que o ordenamento do uso para a devida ocupação da área não ocorreu.

Nesse caso, o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) retardou-se deveras para sensibilizar os gestores do patrimônio histórico e natural do Estado de

Sergipe e contemplou apenas a localidade Mosqueiro. Lá sim, os moradores e turistas, podem usufruir livremente da paisagem natural, seja para atividade econômica referente à pesca, ou para o lazer e o esporte, desenvolvendo atividades lúdicas e de entretenimento. Ali se aglomera um todo de ações coletivas voltadas para o benefício da localidade e da projeção do Estado de Sergipe.

Situada na porção extrema da capital sergipana, a Orla Pôr do Sol representa a democratização do espaço natural tornado território multidiversificado, haja vista que nele incorporam-se uma série de fatores que tanto gera ações econômicas quanto culturais (Figura 59).

Figura 59
Zona de Expansão
Orla Pôr do Sol
2014



Fonte: PMA, 2015 Foto: Marina Fontenele/G1SE

A Orla Pôr do Sol tem um calçadão de 600 metros de extensão equipada. O local foi contemplado com serviços de recapeamento das vias, iluminação, ciclovia, parque infantil, atracadouro e píer. A Orla conta com Centro de Apoio ao Turista, Posto Policial, Centro de Cultura, quiosque de coco e ponto de apoio aos pescadores. Segundo a Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA, 27/08/2012), a obra foi inaugurada em novembro de 2010, tendo sido investidos cerca de R\$ 5,5 milhões, com recursos do governo federal.

Ali, a paisagem se integra com a Ponte Joel Silveira e se estende na sua plenitude no encontro do céu com o mar e o manguezal, onde circulam barcos, lanchas, botes, canoas e catamarãs, sendo possível usufruir de passeios as ilhas estuarinas. Esta antiga paisagem de grande exuberância natural de uma comunidade litorânea local/regional se transformou em mais um cartão postal de Aracaju, pois impulsionou o fluxo turístico da capital sergipana que tem como marca registrada a qualidade de vida.

Integrando esse contexto, também a Ponte Jornalista Joel Silveira, construída pelo Governo do Estado e inaugurada em 31 de março de 2011 incrementou a área. Ela liga o Mosqueiro, na capital sergipana, à Praia da Caueira, no município de Itaporanga D'ajuda, litoral sul do estado. Esta obra também impulsionou o fluxo turístico e econômico na região e se integra no planejamento turístico nordestino que visa a redução das distâncias e a interligação de centros, a exemplo de Aracaju e Salvador (Figura 60).

Figura 60
Zona de Expansão
Ponte Joel Silveira
2014



Foto: SANTOS, Juliana Souto, 2014.

A Orla Pôr do Sol trouxe melhorias para a área, fazendo surgir vários bares e restaurantes e gerando ocupação e renda para a população, entretanto, ainda ocorrem

reclamações dos moradores pelos problemas causados pela intensa movimentação de veículos, por aparelhos de sons altos, violência e insegurança.

Além disso, sabe-se que estes empreendimentos contribuem para alterações no modo de vida das comunidades tradicionais, gerando, muitas vezes, o abandono de atividades rurais para se envolver em atividades urbanas, daí resultando na perda de identidade.

Quanto ao fato da ocupação das margens dos rios, tem-se o protesto do Fórum em Defesa da Grande Aracaju e do representante da Associação Desportiva, Cultural e Ambiental do Robalo (ADCAR) (2014). “Residências de luxo construídas na margem do canal Santa Maria, no Povoado Robalo, na Zona de Expansão de Aracaju devem ser demolidas”. Também Oliveira (2012, p. 19) frisa em seus estudos que com a ampliação dos moradores das classes média e alta que adquiriram da população tradicional, áreas nobres às margens dos rios e cercaram seus terrenos, ocorre a limitação de acesso dos pescadores às suas atividades produtivas. Desse modo, concretiza-se o que apregoa Moraes (2002), ou seja, surgem disputas entre a posse comunal tradicional e a propriedade privada, legal e burocratizada.

Esse é o desejo dos militantes do Fórum em Defesa da Grande Aracaju que consideram um acerto o Ajuizamento de Ações Judiciais pelo Ministério Público Federal contra a União, a Prefeitura Municipal de Aracaju e a Empresa Municipal de Obras e Urbanização (Emurb) para que seja garantido a todos os cidadãos o acesso ao Canal Santa Maria. Isto porque, o Fórum entende que além da garantia do acesso dos cidadãos ao leito do canal, é preciso que as construções irregulares, sobre área de preservação de manguezal sejam demolidas.

Nesse contexto, os integrantes da associação afirmam que as construções de luxo têm aumentado de forma contundente nos últimos anos, do século XXI. “Pescadores e marisqueiras se queixam que têm sido impedidos de exercer a atividade de pesca e de captura de mariscos na direção de determinadas chácaras e que chegam a ser ameaçados por supostos proprietários e por seguranças”, afirma o (2014) representante da ADCAR.

Nunes (2011, p. 15) destaca que no transcorrer das últimas décadas as comunidades pesqueiras foram comprometidas modificando seu modo de vida e suas relações sócio-espaciais constituídas. A autora (2011) argumenta que, aos poucos a

pesca cedeu lugar à especulação imobiliária de imóveis, na qual a terra foi transformada em valor de capital, ou seja, a compra e venda de terrenos a preços altos gerando um crescimento econômico acentuado empregado para consolidar uma economia local estável e com várias feições.

A Coordenação do Fórum em Defesa da Grande Aracaju considera muito importante que o Ministério Público Federal tenha pedido na Justiça “o fim do cercamento dos caminhos naturais e tradicionais, mas acha pouco diante das construções irregulares”, afirma o representante do COMBAZE (2014). Os integrantes do fórum pretendem levar sempre novos elementos ao Ministério Público com a perspectiva de que as mansões, chácaras e condomínios que ocupam áreas de preservação sejam demolidos.

Schneider e Tartaruga (2004) ressaltam que a crise do Estado-Nação refere-se a sua incapacidade de regular e interferir na economia privada, especialmente, a partir da ampliação da capacidade da economia capitalista de ajustar, em escala planetária, a interdependência entre as condições de tempo e espaço no processo global de produção de mercadorias. Nesse contexto, o Estado adquire o status de um dos agentes fomentadores do desenvolvimento, sobretudo no que se refere ao ordenamento político dos territórios, de modo que a efetivação das dinâmicas do desenvolvimento se deve às sinergias dos atores sociais.

Esta é a essência do que se convencionou chamar de desenvolvimento local. Sob uma perspectiva histórica, observa-se que, no Brasil, os estudos enfocando o local ganhou destaque durante a formulação da Constituição Federal de 1988. Nesse período iniciaram reflexões sobre descentralização de políticas públicas, poder da localidade, necessidade de integração de projetos sociais e econômicos que beneficiem a maioria da população, e também, a construção de um projeto político que promova o desenvolvimento humano.

É conformidade a idéia de que o desenvolvimento local é realizado em escala humana, e atribui-se a ele a competência de reafirmar os potenciais e identidades locais frente à globalização, entretanto, a comunidade não pode resolver os problemas sozinhos, é importante a participação do poder público. Portanto, deve-se pensá-lo como um processo de superação de problemas sociais, onde a sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima, tendo o homem como sujeito e beneficiário das

ações. Segundo Martín (1999,) os indivíduos devem participar e não só serem beneficiados pelo desenvolvimento. Isto implica pensar na questão da responsabilidade social, onde a busca por qualidade de vida e bem-estar parte do “protagonismo real e verdadeiro de cada pessoa”.

Os impactos da globalização nas dinâmicas do desenvolvimento local tem sido um dos fatores que minaram o poder político centralizado do Estado-Nação, incitando políticas de desenvolvimento regionalizadas que trazem, em seu bojo, a ideia de homogeneização sociocultural, econômica e espacial. Assim sendo, paradoxalmente o desenvolvimento local vem de encontro a essa premissa globalizada de constante homogeneização dos territórios, reafirmando as potencialidades locais.

Assim, observa-se que a localidade uma vez dotada de potencialidades que lhe imprimam uma dinâmica própria, é passível de ser revestida de uma política específica de desenvolvimento. O território, nessa perspectiva, representando um conjunto de territorialidades desde um grupo que lhe confia corpo, é tomado como um critério organizativo nas perspectivas territoriais do desenvolvimento. Portanto,

O espaço-território desempenha a função de uma variável explicativa no desenvolvimento porque o espaço cessa de ser um suporte aparente e torna-se um elemento de organização produtiva que vai influir nas estratégias dos atores individuais e das firmas (PECQUEUR, 1996, p. 38).

Pecqueur (1989) aponta que do ponto de vista material e produtivo, os territórios assumem o caráter de sistemas produtivos locais que territorializam o lugar em que transcorre uma pluralidade de formas de justificação da ação humana (cooperação, concorrência, disputa, entre outras).

Assim, o território passou a ser compreendido como a nova unidade de referência e mediação das ações do Estado e o enfoque no desenvolvimento territorial torna-se, um modo de ação que valoriza os atributos políticos e culturais das comunidades e dos atores sociais ali existentes. Schneider e Tartaruga (2004), ressaltam que governança local e participação social tornam-se, neste sentido, atributos do desenvolvimento territorial.

Os empreendimentos incorporam-se aos territórios reforçando os sentimentos de solidariedade e de pertença dos indivíduos, provocando nestes territórios em questão novas territorialidades, carregadas de uma perspectiva funcional que se embasam na organização dos agentes locais em prol da geração de renda e consequente desenvolvimento local, que vem sempre impregnado de marcas do vivido e aspectos culturais dos moradores.

Esse desenvolvimento pode ser fomentado pelo Estado ou oriundo de iniciativas dos atores residentes nas localidades. Em ambos os casos, tem-se a evidência de processos de desterritorializações ou reterritorializações, de modo que os recursos do espaço (como os recursos naturais e locacionais) são aproveitados coletivamente pelas forças conjuntas dos atores do território, dando uma nova dinâmica de desenvolvimento para a localidade, neste caso mais integrativo.

As principais vias de trânsito, como a Avenida Melício Machado, a Rodovia dos Náufragos e a Rodovia José Sarney, resultam de aterramentos de áreas embrejadas, o que contribui para agravar os problemas de escoamento de águas pluviais da área. Além do que, elas permitem o acesso a outras vias de trânsito, que se mostram muito perigosas, especialmente, em períodos chuvosos. Outro fator agravante é a presença de animais na área que causa dificuldades para a circulação de veículos.

Recentemente, foi Aberta à circulação a Ponte Joel Silveira, recém-construída, ligando Aracaju ao município de Itaporanga D'Ajuda, o que intensificou o tráfego na área. Conforme Fonseca e Gonzaga Júnior (2010) com essa ponte a valorização do solo da área aumentou, mas os problemas de infraestrutura vigentes tornaram-se maiores.

Esta é também uma das preocupações do Combaze expressa para todos por meio de Carta Aberta ao Futuro Governador de Sergipe (2014), “que seja realizado ações que inibam os graves acidentes nas rodovias garantido maior segurança para os nativos da região bem como a toda sociedade, bem como, a melhoria da iluminação pública na rodovia”.

A sociedade (e/ou grupo) constrói e reproduz a sua identidade através do apego ao seu passado, mitológico, histórico e, simbólico-religioso. Santos (1994) afirma que historicamente as sociedades são resultado de processos (mitológicos e históricos) de (con) textualização e de (des/re) contextualização de identidades culturais. Também

para Rodrigues (2007, 2012), todo o universo simbólico, implica em mobilizações específicas da memória coletiva e de suas transmissões e reproduções sociais, como um modo de (re) construção social da realidade, inserido em um sistema de referências ao qual os atores sociais recorrem, espontaneamente, para refletir o universo (contexto social, cultural e identitário) no qual vivem.

5.3 Multiterritorialidades na Zona de Expansão de Aracaju

Sobre as multiterritorialidade Rogério Haesbaert (2009) aborda tentando esclarecer as diferenças que o território pode ser tratado priorizando sua dimensão mais ampla que inclui a natureza, a economia, à política, a social e a cultural. Para se contrapor a um caráter restritivo de território, apresenta uma outra visão, denominada pelo autor (Idem, 2009) de multiterritorial ou integradora que, justamente, busca agregar essas diferentes dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais, com os aspectos naturais.

Quando esse debate é aplicado em referência às chamadas políticas de ordenamento ou desenvolvimento territorial, duas características precisam ser consideradas: seu caráter político que envolve os macro-poderes institucionalizados e os micro-poderes simbólicos e vivenciados no cotidiano. Isto porque, na sua abordagem envolve o caráter integrador do Estado/Município enquanto gestor do território, como os indivíduos e grupos sociais, em suas múltiplas extensões simbólico-culturais e em suas atividades produtivas.

Nessa perspectiva integradora o conceito de território define-se não apenas pelas relações sociais e culturais, mas, também, pelo contexto histórico em que está inserido. De tal modo, reforça-se a noção dinâmica de território, fruto das modificações que as relações sociais, culturais, produtivas e logo espaciais vão obtendo em suas trajetórias. Na sociedade contemporânea, a imagem de território não se ajusta mais a de uma área contínua e definitiva.

No movimento da coletividade, são muitos os exemplos de territórios construídos no espaço e, pela sua oscilação, vão criando territórios-redes descontínuos e sobrepostos.

Haesbaert (2009) aponta que além da variação histórica, há que se considerar a variação geográfica. Em certas circunstâncias, o território é construído mais no sentido de uma área-abrigo e fonte de recursos, no plano predominantemente local. Em outras situações, ele interessa enquanto articulador de conexões de caráter global. Em virtude disso, o autor (Idem, 2009) defende que o território possui múltiplas dimensões e também múltiplas escalas, descontínuas.

Múltiplas territorialidades desenvolvidas na Zona de Expansão Urbana de Aracaju podem ser percebidas com a ação privada da construção civil, com suas obras de condomínios, ou mesmo de outros setores econômicos que já se faziam constituídos há décadas como a cocoicultura, plantações de subsistência, agropecuária e até a sinalização do surgimento de uma agricultura urbana voltada para o cultivo de plantas ornamentais e medicinais.

O comércio incipiente que se forma num contexto de atendimento aos moradores das localidades tradicionais também está evidente, entretanto, ao longo da Av. Melício Machado já se observa um comércio com a presença de estabelecimentos maiores, a exemplo de supermercado, lojas de materiais de construção, posto de gasolina, farmácias, padaria, sorveterias, haras, armazéns, entre outros.

Do ponto de vista simbólico-cultural, a presença do turismo e do lazer que se integra a paisagem acopla-se aos traços tradicionais das características dessas localidades constituídas de agricultores e pescadores que também desenvolvem seus rituais festivos populares e religiosos.

Contribuições importantes de Sack (1986, p. 219) para o debate sobre o território dizem respeito a dois aspectos: a flexibilidade e a abrangência deste conceito. Isto porque, segundo o autor, o conceito presta-se a análises em diferentes escalas e normas de conduta e de convívio cultural e político.

Portanto,

A territorialidade, como um componente do poder, não é somente um meio de criação e manutenção da ordem, mas é um instrumento para criar e manter muito do contexto geográfico através do qual nós experienciamos o mundo e damos a ele significado (SACK, 1986, p. 219).

As territorialidades que representam um conceito originário da geografia política que foi incorporado pelas demais ciências sociais nas análises do território, podem ser definidas como a síntese das relações sociais que dão corpo e conferem função ao território. Numa abordagem inicial, pode-se dizer que as territorialidades são a “razão de ser” dos territórios, conferindo-lhe existência, seja material ou imaterial. A territorialidade é um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios diferenciados, considerados distintos e exclusivos, por seus ocupantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sergipe, enquanto um Estado da Federação brasileira, em pleno século XXI, ainda contem conflitos de limites intermunicipais, com destaque para aqueles existentes entre os municípios de Aracaju e São Cristóvão, assim como, entre Pacatuba e Pirambu e outros casos de menor relevância. Do ponto de vista geopolítico, tal situação representa um interesse que se reporta para apropriação dos recursos naturais e econômicos existentes no território.

A expectativa da existência de reservas minerais também se caracteriza como uma das razões da recuperação do território por São Cristóvão. As recentes descobertas de recursos minerais (Pré-Sal) no litoral sergipano acentuam a expectativa dessa ocorrência na área em conflito.

Atualmente, a Zona de Expansão se constitui no principal vetor de crescimento urbano de Aracaju, sendo alvo de diversos projetos de políticas públicas e de empreendimentos privados. Aracaju transformou parte de sua zona rural em Zona de Expansão Urbana, a partir da década de 1980, respaldada pela Lei Nº 873/1982, de Delimitação dos Bairros. A hegemonia da atual capital sergipana proporciona ao município a condição de manutenção do território, definindo formas de uso e ocupação do solo.

Aracaju vem dotando de infraestrutura a Zona de Expansão Urbana, exercendo poder e controle o que a consolida como território municipal. Enquanto isso, por longos anos, o município de São Cristóvão assistiu passivamente, o avanço de Aracaju sobre sua área, indicando, de fato, descaso e fragilidade político-administrativa.

Aracaju avança sobre áreas limítrofes, mesmo de forma precária proporcionando serviços e infraestrutura, o que estabelece no seio da população um sentimento de pertença. Assim, os conflitos espaciais característicos da demarcação, posse e dos limites territoriais se estabeleceram na região da Grande Aracaju, demandando relações de domínio e de territorialidades, suscitando processos jurídicos entre São Cristóvão e Aracaju.

O espaço geográfico resulta das relações ocorridas sejam elas políticas, culturais e econômicas. O espaço geográfico é concebido a partir da ação do homem modificando a natureza e elas evoluíram como contíguo de obras constituídas na superfície terrestre,

no qual os elementos físicos e sociais são importantes. Assim, o espaço é entendido como ambiente vivido em correlação com a prática cotidiana que os sujeitos desempenham funções decisivas na estruturação da totalidade do sistema. Portanto, o estudo do espaço é inseparável da reprodução da força de trabalho, dos modos de organização de vida, sua produção e distribuição na sociedade. Isto porque, o espaço geográfico reflete as relações sociais desenvolvidas pelo homem nas suas jornadas de trabalho ao longo dos tempos.

O exame da gestão espacial evidencia que a geografia o estuda analisando a relação dos grupos humanos com o meio físico e social. A força que movimenta estas relações está impregnada pela ação humana, logo constituída de interesses que geram conflitos diversificados. A atuação do homem no território e suas contradições ocasionam implicações que, ao longo do tempo, se estabelecem na própria produção espacial.

Portanto, as disposições do espaço abrangem a representação das localizações, relações e interações processadas de forma dinâmica no conjunto de uma unidade, porém entre os elementos que a instituem. Nessa perspectiva, a avaliação sobre a ocupação, o uso e parcelamento da terra demonstraram que a Zona de Expansão Urbana de Aracaju tem sido utilizada enquanto reserva de valor do capital, sendo objeto de especulação socioeconômica (imobiliária), a partir da territorialização das empresas da construção civil inseridas na área.

O território é uma representação de uma superfície terrestre em que o Estado-Nação domina nas dimensões, econômicas, políticas e culturais. Nessa perspectiva, as dinâmicas das instituições e dos sujeitos são essenciais para a organização, construídas a partir das relações estabelecidas ao longo do tempo. Assim, o território é um organismo instituído pelos sujeitos sociais, que se utilizam dos recursos naturais e do espaço concreto para manutenção da produtividade e diversidade dos grupos sociais inseridos no contexto pesquisado.

Historicamente, estudiosos da categoria território o retratam a partir de três enfoques: político, cultural e econômico. Na dimensão política o território é visto como um espaço controlado, a partir do poder do Estado. Isto porque, o território representa o alicerce geográfico no qual se localizam os recursos naturais que são à base de sustentação da sociedade.

Na dimensão cultural, o território é visto como produto da identidade de um grupo social que realiza ações no espaço concreto. A ocupação territorial gera raízes simbólicas, na qual o território significa o espaço das experiências vividas pelos sujeitos nas relações destes com o espaço, sendo permeadas por simbolismos conferidos aos lugares, apropriados pelas técnicas que garantem identidade e pertencimento.

Dessa maneira, o que ocorreu na região da Grande Aracaju, ao longo dos anos, entre Aracaju e São Cristóvão foi uma representação construída pela estrutura estatal, contraditória com as práticas e concepções do espaço - fragmentado; porque tecnicamente homogeneizado - facilitando a interação de espaços e momentos - porém fragmentado porque apropriado em parcela. Nesse sentido, o uso da geopolítica para análise do fenômeno estudado se justifica, enquanto instrumento da estratégia e da prática do Estado, em concordância com os objetivos regionais e locais voltados para integração do território.

A população residente nas localidades tradicionais da Zona de Expansão (Robalo, Gameleira, São José Mosqueiro, Areia Branca e Matapuã), assim como, no bairro Santa Maria, é favorável que essas áreas permaneçam com o município de Aracaju, haja vista que ocorre uma identidade cultural e um sentimento de pertencimento com o município que lhes proporciona o atendimento a serviços públicos, mesmo com as carências e dificuldades enfrentadas.

Todas as relações da população são estabelecidas com Aracaju. Além do que, mesmo o IBGE e a Justiça Eleitoral computam a população como pertencente a Aracaju, haja vista que participa do processo de votação e respondem as pesquisas dos Censos na capital sergipana. Portanto, os sujeitos históricos fazedores e integrantes dessas localidades entendem que essa disputa é uma questão política e econômica que precisa ser resolvida, sendo demonstrado que as relações são aracajuanas e, portanto, como diz o adágio popular, tem orgulho de ser aracajuano.

Para os representantes da dimensão econômica, o território é arquitetado como o apoio espacial onde estão dispostas formas, componentes e atos construídos por agentes determinados, conforme o modo de produção vigente nas sociedades. A questão espacial das relações sociais sobre o território, visto como manancial de recursos, incorporado as relações capital-trabalho e classes sociais, o pontuam enquanto produto da divisão territorial.

Contudo, as abordagens contemporâneas de especialistas da área apontam a vigência de um novo paradigma que condensa essas três concepções e ampliam suas perspectivas formando uma combinação de conhecimento integrado. Assim, na atualidade surgiu uma nova discussão caracterizada como multiterritorialidades.

Embora seja mais habitual o uso da geopolítica para análises de conflitos no âmbito internacional, é possível aplicar o conceito para verificação das relações interestaduais e intermunicipais. Quando se pensa na geopolítica contemporânea, pode-se analisar a postura do Estado na atualidade e da sua participação mínima na operacionalização das ações no território pesquisado. Nestes casos, a análise que se emite é a condição de Estado Mínimo de atuação nas localidades. Esta é a postura do Estado Neoliberal que o reporta a papéis minoritários, para que a iniciativa privada possa realizar seus empreendimentos sem grandes dificuldades, consolidando o capital.

No caso da Zona de Expansão foi verificado esse perfil do Estado mínimo de comprometimento, na perspectiva de abnegações ínfimas e serviços pequenos realizados enquanto políticas públicas. Assim, seu empenho com o bem estar da população local, que necessita de serviços básicos para sua sobrevivência é insuficiente e ineficiente, gerando insatisfação da população.

Uma série de irregularidades foi constatada quanto aos despejos de destroços e resíduos sólidos lançados em terrenos abandonados (do Estado ou de particulares), aterramento de lagoas, esgotos correndo a céu aberto, ruas sem pavimentação, transportes e postos de saúde insuficientes, entre outras questões mal resolvidas para um real desenvolvimento urbano e uma qualidade de vida desejável.

Quanto às intervenções das políticas públicas do Governo Municipal, Estadual e da União com metas de desenvolvimento urbano na área, reporta-se para a noção de geopolítica contemporânea que considera o Estado como instituição que media relações com frações influentes do alto poder aquisitivo, que não se preocupa com a população vulnerável e beneficia representantes econômicos e políticos.

No caso da apropriação dos royalties pelo município de Aracaju enquanto recurso natural, os atuais gestores se apropriam desses recursos de grande significância na conjuntura nacional e internacional. A geopolítica contemporânea explica que ao se utilizar dos recursos dos territórios ocorre o fortalecimento da supremacia econômica,

gerando, a partir daí conflitos, tal qual ocorre com as relações existentes entre Aracaju e São Cristóvão, sendo esta uma das principais questões que permeiam o problema.

A dotação de infraestrutura ainda mesmo que insuficiente, acoplada a arrecadação de impostos e do recebimento dos repasses dos royalties da Petrobrás demonstram a superioridade administrativa, social e econômica de Aracaju sobre o território. Entretanto, é importante reconhecer que o volume de recursos exigido para a dotação de infraestrutura e prestação de serviços tem um custo bem mais elevado do que os valores arrecadados.

Os cuidados com o meio ambiente também deixam muito a desejar, apesar da intervenção do Ministério Público (Estadual e Federal) e até mesmo do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, existem muitas Áreas de Proteção Ambiental em risco na Zona de Expansão. A ocupação irregular das margens dos rios Vaza Barris e Santa Maria demonstra uma grande fragilidade administrativa em decorrência da dubiedade de pertencimento entre Aracaju e São Cristóvão, facilitando a ocupação indevida das margens dos rios e limitando o acesso à “paisagem notável” local.

A análise sobre os conflitos espaciais característicos da demarcação e posse dos limites territoriais na Zona de Expansão Urbana de Aracaju revelou que essa área é historicamente pleiteada. Tal situação remete a interesses diversos e multidiversificados como, a ocupação e uso do solo, formação territorial, demarcação da fronteira, exploração de recursos, cobrança tributária, especulação imobiliária, desenvolvimento comercial, turístico e urbanístico, assim como a execução de políticas públicas.

Na atualidade o território disputado por Aracaju/SE e São Cristóvão, representa uma das áreas cujos interesses remetem tanto a esfera pública quanto à privada, sendo esta última representada pelos principalmente pelos proprietários de terras e pelo mercado imobiliário.

Com a anexação do Território da Zona de Expansão Urbana, o setor público municipal aracajuano teve possibilidade de alargamento do seu território (base física), assim como, da arrecadação de tributos e taxas, organização de loteamentos, aumento na cota de recebimento dos royalties, do Fundo de Participação dos Municípios e no número de vereadores na Câmara Municipal. Em contrapartida, o município tem

implementado serviços de infraestrutura e administrativos, mesmo com uma oferta precária e insuficiente.

Por longos anos, o município de São Cristóvão assistiu passivamente essa ocupação sem que desenvolvesse ações de retomada da área, havendo mesmo aquiescência por parte de gestores. O poder municipal sancristovense permitiu, através de acordos tácitos, a apropriação da área pela atual capital sergipana.

Entretanto, de alguns anos para cá, começou a recorrer na Justiça pela retomada e posse do território, para poder usufruir das vantagens de ser o proprietário da área. Por outro lado, pela localização da Zona de Expansão Urbana, distante da sede administrativa de São Cristóvão, é fator limitante para o gerenciamento da área por parte deste município, tendo em vista, as carências apresentadas por outras áreas locais situadas distantes da sede municipal, tendo como exemplo a Grande Rosa Elze.

O município de São Cristóvão atravessa momentos muito difíceis nas suas administrações, tendo em vista as limitações econômicas. Mesmo que seja o berço da sergipanidade, o município vive estagnado, com sua população aumentando a dependência da capital e assistindo a uma devassa político-administrativa atrás da outra. Aracaju, para alcançar seu objetivo, de ampliar seu território e impulsionar o desenvolvimento urbano, acreditou e investiu.

Contudo, essa ampliação, para o sul, voltada para o espaço de São Cristóvão gerou descontentamentos, na atualidade. Entretanto, ao longo dos anos, pactos foram firmados pelas duas Prefeituras em algumas conjunturas e São Cristóvão comprometeu-se a praticamente entregar parte do seu território da Zona de Expansão em benefícios de serviços instalados na sede da antiga capital, a exemplo do abastecimento de água e do fornecimento de energia elétrica, conforme demonstrado através da pesquisa oral e documental.

A preponderância da capital sergipana, em função de suas condições econômicas, político e sociais e, sobretudo, pelo pertencimento da população, a torna, de fato, merecedora da posse do território. Além disso, não se pode negar a hegemonia da capital sobre os demais municípios.

Caberá ao Supremo Tribunal Federal (STF) a decisão desse litígio diretamente, ou a indicação de realização de plebiscito para verificar a quem caberá parte do

território da Zona de Expansão Urbana de Aracaju. Caso seja realizado, através do voto, certamente, Aracaju sairá vitorioso, tanto pela sua atuação na área, quanto, principalmente, pelas limitações que o município de São Cristóvão vem apresentando nos últimos anos.

Esse fenômeno da vida política sergipana que envolve disputas acirradas pelo poder e pelos recursos econômicos, e cujos desdobramentos e implicações remetem a questões cruciais que desembocam no dorso da população e indica a existência de multiterritorialidades de dimensões amplas e complexas e com peculiaridades e significâncias especialmente para as comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. **Território e territorialidade**. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org.). *Territórios em Movimento: Cultura e Identidade como Estratégia de Inserção Competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Damará; Brasília: SEBRAE, 2004.

ALBUQUERQUE, E. S. de. **A (Geo) Política da defesa brasileira**. 2010. *Revista de Geopolítica*. V. 01. N. 01. 46-59.

ALBUQUERQUE, E. S. de. **Geopolítica contemporânea no mundo**. *Revista da ANPEGE*, v. 7, N. 1, número especial, p. 229-236, São Paulo, out. 2011. Disponível em: www.anpege.org.br. Acesso em: 27 de junho de 2013.

ALBUQUERQUE, E. S. de. **Uma breve história da Geopolítica**. Rio de Janeiro: GENEGRI, 2011, 98p.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **O lugar do Brasil no cenário geopolítico mundial contemporâneo**. *Revista da Anpege*, São Paulo, V. 7, N. 1, número especial, out. 2011. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/viewFile/158/RAE19>. Acesso em 12 de abril de 2012.

ALMEIDA, B. J. M. et al. **Avifauna dos remanescentes das restingas ao longo da Zona de Expansão Urbana de Aracaju, Sergipe**. 10 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.scienciaplana.org.br/index.php/sp/article/view/1113/629>. Acesso em: 22 de março 2013.

ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de; RIBEIRO, Adauto de Souza. **Tradição versus sustentabilidade: os aterros dos ecossistemas de manguezais aracajuanos – SE (1855-2005)**. In: *Encontro de Pós-Graduação*, 2, 2006, São Cristóvão. Resumos de trabalhos completos. São Cristóvão, Se: UFS/POSGRAP, 2006. 1CD-ROOM.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Atividades produtivas**. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Org.). *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju, Se: UFS/BANESE, 1991.

ANDRADE, A. C. S.; OLIVEIRA, L. S. **Dinâmica da paisagem da Zona de Expansão de Aracaju/SE**. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 49100-000, São Cristóvão Se, Brasil. Programa de Pós-Graduação em Geologia e Análise de Bacias, Universidade Federal de Sergipe, 49100-000, São Cristóvão Se, Brasil. 25 de setembro de 2012. *Scientia Plena*, vol. 8, n. 9 2012. Disponível em: <http://www.scienciaplana.org.br/ojs/index.php/sp/article/view/1083/579>. Acesso em: 27 de junho de 2013.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Formação territorial e econômica do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Imperialismo e fragmentação do espaço**. São Paulo, Contexto, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local**. In: SANTOS, Milton (Et al). Território: Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

ANTP - Associação Nacional de Transporte Público. **Década da segurança viária, 2011 a 2020**. Brasília: ANTP, 2011.

ANUÁRIO Estatístico. **Prefeitura Municipal de Aracaju, Se: SEPLAN**, 2005.

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. **Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia**. Ambiente & Sociedade. Campinas, SP, V. X, n. 1. p. 137-150, jan.-jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a09.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2014.

ARACAJU. **Aspectos geográficos**. Disponível em <http://www.aracaju.se.gov.br/cidade/aspectos.asp>. Acesso em: 20 de novembro de 2013.

ARACAJU. **Bairro Santo Antônio**. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Santo_Ant%C3%B4nio_\(Aracaju\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Santo_Ant%C3%B4nio_(Aracaju)). Acesso em: 22 de julho de 2013.

ARACAJU. **Cidade do Caju. Cidade de todos. Capital Nordestina da Qualidade de Vida**. Prefeitura Município de Aracaju, Se. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Aracaju>. Acesso em: 20 de novembro de 2013.

ARACAJU. **Machado reúne-se com técnicos do IBGE que garantem que mais de 75% da Zona de Expansão pertence à Aracaju**. Portal de Notícias da Prefeitura Municipal de Aracaju, Se. 19.11.2013. Disponível em: <http://www.aracaju.se.gov.br/index.p...a&codigo=56922>. Acesso em: 12 de março de 2014.

ARACAJU. **Mapa municipal oficial**. Prefeitura Municipal de Aracaju, Se. Arquivado do original em 24/11/2011. Disponível em: <http://aracaju.segov.br>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2013.

ARACAJU. **Memória de Aracaju**. Aracaju, Se: J. Andrade, 1987. 37p.

ARACAJU. **Petrobrás anuncia novo poço de petróleo em Sergipe**. 27 de outubro de 2010. Disponível em: <http://www.aracaju.se.gov.br/index.phpact=leitura&codigo=43592>. Acesso em: 13 de março de 2014.

ARACAJU. **PMA orienta grupo estrangeiro interessado em investir na capital**. 22/01/2009. <http://www.aracaju.se.gov.br/financas/index.phpact=leitura&codigo=36857>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

ARACAJU. **Postos de Saúde da Zona de Expansão**. 2014. Prefeitura Municipal de Aracaju. Disponível em: www.aracaju.se.gov.br. Acesso em: 21 de fevereiro de 2010.

ARACAJU. Prefeitura Municipal de Aracaju. **Unidades de ensino da Rede Pública do Bairro Santa Maria**. Disponível em: www.aracaju.se.gov.br. Acesso em: 21 de fevereiro de 2010.

ARACAJU. **Procuradoria Geral Município**. 2009. Disponível em: www.aracaju.se.gov.br. Acesso em: 21 de fevereiro de 2010.

ARACAJU/PGE. **Histórico sobre o Litigio AracajuxSão Cristóvão**. Aracaju: PMA/PGE, 2009.

ARACAJU. **Relatório da Seplan sobre o Bairro Santa Maria**. Prefeitura Municipal de Aracaju: Seplan, 2004.

ARACAJU. **Relatório da Seploc sobre o Bairro Santa Maria**. Prefeitura Municipal de Aracaju: Seploc, 2014.

ARACAJU. **Santa Maria**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Maria_%28Aracaju%29. Acesso em: 2 de outubro de 2013.

ARACAJU. **Sergipe tem aumento de 7,1% no repasse de royalties em 2014. Ao todo, o repasse para os municípios atingiu R\$166 milhões. Japaratuba, Aracaju e Carmópolis foram os que mais arrecadaram**. Disponível em: <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2015/01/sergipe-tem-aumento-de-71-no-repasse-de-royalties-em-2014.html>. Acesso: 14 de março de 2014.

ARACAJU/SÃO CRISTOVÃO. **Ação contra plebiscito**. ADIN do Diretório municipal do PMDB. 26/03/2013. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/clauidionunes/ler.asp?id=142149>. Acesso em: 12 de março de 2014.

ARAÚJO, Hélio Mário de. **Encostas no Ambiente Urbano de Aracaju, Se**. In: ARAÚJO. (Org.). O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju. Departamento de Geografia da UFS, 2006.

ARAÚJO, Hélio Mário de. et al. **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju**. São Cristóvão: Edufs, 2006.

AZEVEDO, Kátia. **Moradores prometem fechar rodovias hoje**. 15/11/2013. Disponível em: http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=8616. Acesso em: 29 de julho de 2014.

AZEVEDO, Katia. **Terrenos ameaçam Áreas de preservação da Zona de Expansão**. Disponível em: http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=7490. Acesso em: 12 de março de 2014.

BARREIRA, I. A. F. **Usos da cidade: conflitos simbólicos e torno da memória e imagem de um bairro**. In: Revista Análise Social, vol. XLII (182), 2007. p. 163-180.

BECKER, Bertha Koiffman et al. **A Geografia e o resgate da Geopolítica**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano: 50, n. especial, t. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

BECKER, Bertha Koiffman et al. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECKER, Bertha Koiffman et al. **Tecnologia e gestão do território**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1988.

BECKER, Bertha Koiffman; EGLER, Claudio A. Gonçalves. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 5. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

BECKER, Bertha Koiffman; EGLER, Claudio A. Gonçalves. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997.

BENKO, G. **Mundialização da economia, metropolização do mundo**. *Revista de Departamento de Geografia*, N. 15, p. 45-54, 2002.

BENKO, G., LIPIETZ, A. (eds.). **Les Régions qui gagnent. Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique**. Paris, PUF, 1992.

BLASCO, Elies Furió. **Turismo y territorio: interrelación entre la función y el territorio a partir del enfoque de enlaces**. 997 f. Tesis (Doctorado em Ciencias Económicas). València: Facultat d'Economia, Universitat de València, 1994.

BÓGUS, L. M. M. **Segregações urbanas**. In: FORTUNA, C; LEITE, R. P. (Org.) *Plural de Cidades: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009.p. 115-126.

BORGES FILHOS, M. **Um pouco de Geopolítica**. 9 de julho 2009. Disponível em: fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_exatas/05-SANTOS_BOVO.pdf. Acesso em: 21 de maio de 2012.

BOVO, Marcos Clair; SANTOS, Danilo. **Análise do debate teórico em geopolítica e geografia política nos períodos das guerras mundiais: breves considerações sobre os conceitos de território, estado e poder**. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_exatas/05-SANTOS_BOVO.pdf. Acesso em: 21 de maio de 2012.

BRAGA, Rhalf Magalhães. **O espaço geográfico: um esforço de defini-lo**. São Paulo: Geosp, 2007. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp22/Artigo_Rhalf.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2012.

BRAGA; Rhalf Magalhães. **O espaço geográfico: um esforço de definição**. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp22/Artigo_Rhalf.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2012.

BRASIL. **Caderno cidades habitação**: Política Nacional de habitação. Brasília: Ministério das Cidades, 2006.

BRASIL. **Direitos Humanos a Moradia e Terra Urbana**. Plataforma DHESCA, Brasil, 2008. Disponível em: www.dhescabrasil.org.br. Acesso em: 23 agosto. 2014.

BRASIL. Ministério das cidades. **Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável: Princípios e Diretrizes**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2013.

BRASIL. **Questões atuais da organização do Território.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigilância De Violências E Acidentes Em Serviços Sentinelas - VIVA.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRUNET, Roger. **Composition des modèles dans l'analyse spatiale. L' Espace dans L'analyse spatiale.** L' Espace Geographique, N. 04, 1980, p. 253-265

BRUNET, Roger. **Le déchiffrement du monde.** Paris: Anthropos, 1990.

CABRAL, Vinicius. **Um pouco de Geopolítica.** 9 de julho 2009. Acesso em: 11 de maio de 2012.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. In: **Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo.** Trad. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: 34/Edusp,2000.

CAMPOS, A. C. **A construção da cidade segregada: o papel do estado na urbanização de Aracaju.** In: ARAUJO, H. M.; VILAR, J. W. C.; WANDERLEY, L.L.; SOUZA, R.M. (org.). O Ambiente Urbano: Visões geográficas de Aracaju. Aracaju: EDUFS, 2006. p. 223-246.

CAMPOS, Antônio Carlos. **O estado e o urbano: os programas de construção de conjuntos habitacionais em Aracaju.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, v.1, p.199-222, 2005.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. **Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na geografia.** In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005.** São Paulo: Unesp, 2008.

CANO, Wilson. **Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1979/95.** Economia e Sociedade, N.8, 1997.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-70.** São Paulo: Global/UNICAMP, 1985.

CANO, Wilson. **Novas determinações sobre a questão regional e urbana após 1980.** Texto de Discussão N. 193, IE/UNICAMP, julho de 2011.

CANO, Wilson. **Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana no Brasil.** Texto de Discussão N.177. Campinas, SP: IE/UNICAMP, maio de 2010.

CARDOSO, Amâncio. **Cidade de palha: Aracaju 1855-1895.** Revista de Aracaju. Aracaju, N. 10, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço urbano.** São Paulo: Hucitec, 1994.

CARVALHO JÚNIOR, Pedro Humberto Bruno de. **IPTU no Brasil: progressividade, arrecadação e aspectos extrafiscais**. Brasília, dezembro de 2006. Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur) do Ipea. Governo Federal: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Ministro. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 14 de março de 2014.

CARVALHO, Marcos Bernardino. **Geografia e complexidade**. 1999. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=245034>. Acesso em: 22 de novembro.

CARVALHO, Marcos Bernardino. **Geografia e história, tradições e modernidade: fundamentos da geopolítica contemporânea**. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. X, núm. 218 (23), 1 de agosto de 2006.

CARVALHO, V.C.; RIZZO, Hidely G. **A Zona Costeira Brasileira: subsídios para uma avaliação ambiental**. Brasília: MMA/SMA, 1996.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. A sociedade em rede. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Iná Elias de. **Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.) 2. ed. Explorações Geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CASTRO, Iná Elias de. **Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA. Rio de Janeiro: Moderna, 2009.

CASTRO, Josué. **Geopolítica Fome: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951. p. 416.

CASTRO, Josué. **O dilema brasileiro? Pão ou aço**. Rio de Janeiro: Antares, Achiamé, 1946.

CASTRO, Juliani Ervilha B. de; SENA FILHO, Nelson de. **Geopolítica e pluralidade epistemológica**. Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente. Londrina, 2005. Disponível em: <http://geografiahumanista.files.wordpress.com/2009/11/nelsongeopolitica1.pdf>. Acesso em: 22 de novembro de 2012.

CAVALCANTI, Lena de Souza. **Sistematização do Conceito de Território**. 2009. Disponível em: <https://www.google.com.br/search? =territorio&client=firefox-a&rls=org.mozilla:pt-BR>. Acesso em: 12 de agosto de 2014.

CERCA DE 40% das obras na Zona de Expansão foram executadas. Jornal do Dia, Aracaju-SE. 20/10/2013. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/cerca-de-40-das-obras-na-zona-de-expansao-foram-executadas-jornal-do-dia-sergipe-se-home>. Acesso em: 5 de março de 2013.

CHAVES, Rubens. **Aracaju: para onde vai? Aracaju: (s.n.), 2002**. Lisboa: Presença; Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1976. (Biblioteca de Ciências Humanas).

CICOLLELA, P. (et al). **Integración latino-americana y territorio**. 4. ed. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras - UBA, CEUR, 1999.

CINFORM. **História dos Municípios Sergipanos**. Aracaju: Cinform, 2002. IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 1978.

CLAVAL, Paul. **A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia**. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.) Elementos de epistemologia da geografia contemporânea. Curitiba: Editora da UFPA, 2002. p.11-43.

COELHO, M. C. N. **Impactos ambientais em áreas urbanas: teoria, conceitos e métodos de pesquisa**. In: GUERRA, A. T.; CUNHA, S. B. (Org.). Impactos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 19-46.

CONAMA. **Resolução Estadual Nº 06/2008 da Adema**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

CONAMA. **Resolução Federal Nº 237/1997**. Adema e questões ambientais da Zona de Expansão. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente. 2008.

CORDEIRO, Graça Indias et al. **Entrevista com Heitor Frúgoli Jr.** In: Decifrando a cidade: sociabilidade e espaços públicos em São Paulo e Lisboa. Revista do Centro de Rede de Investigação em Antropologia. V.17. 2013. Disponível em : <http://etnografica.revues.org/2624ADEMA>. Acesso em: 12 de janeiro de 2014. p. 185-204

CORREA, R. L. **A rede urbana**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

CORREIA, Roberto Lobato. **O espaço geográfico: algumas considerações**. In: SANTOS, Milton (Org.). Novos Rumos da Geografia Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1982.

CORREIA, Roberto Lobato. **Territorialidade e corporação: um exemplo**. In: SANTOS, Milton. (Et al). Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1997.

CORREIA, Miraci dos Santos; FONSECA, Vania; SOARES, Ana Célia Goes Melo. **Políticas públicas e direitos humanos: impactos provocados pela ocupação irregular na zona de expansão de Aracaju, Estado, Sergipe**. Interfaces Científicas - Humanas e Sociais • Aracaju • V.1 • N.2 • p. 81-87 • fev. 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/humanas/article/view/311/210>. Acesso em: 2 de janeiro de 2014.

COSTA, Wanderley M. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Hucitec, 1996.

COSTA, Wanderley M. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1992. 374 p.

COSTA, Wanderley M. **Teoria geopolítica e poder nas relações internacionais**. 2008. Disponível em: <http://geografiaegeopolitica.blogspot.com.br/p/bibliografia-indicada->

geopolitica.html. Acesso em: 22 de agosto de 2012. (Org.). Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. Niterói, RJ: Editora da EDUFF, 1998.

COSTA, Wanderley Moreira da. **Concepções de território para entender a desterritorialização.** In: SANTOS, M. (et al). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 5. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

COY, M. **Gated communities and urban fragmentation in Latin America: the brazilian experience.** GeoJournal, 2006.

CRUZ, Marta Vieira. **Brasil nacional-desenvolvimentista (1946-1964).** 2008. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Marta_Vieira_Cruz_artigo.pdf. Acesso em: 12 de março de 2013.

DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe República: 1889-2000.** Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2004.

DENATRAN - Departamento Nacional de Transito. **Manual de procedimento do Sistema Nacional de Estatísticas de Acidentes de Trânsito – SINT.** Brasília: Denatran, 2000.

DESO mantém diálogo com comunidade sobre obra de esgotamento na Zona de Expansão. **Em novembro, duas reuniões foram realizadas: uma no dia 13 e outra na manhã desta quarta-feira, 20. 21/11/2013.** Cidades. Jornal da Cidade. Net. Disponível em: <http://www.jornaldacidade.net/noticia-leitura/deso-mantem-dialogo-com-comunidade-sobre-obra-de-egotamento-na-zona-de-expansao.html>. Acesso em: 05 de março de 2014.

DETRAN - Departamento Nacional de Trânsito. **Relatório de veículos licenciados por município em 2012.** Sergipe: DETRAN, 2012.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **O subsistema urbano-regional de Aracaju.** Recife: SUDENE, 1987.

DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

EGLER, Claudio Antônio Gonçalves. **As escalas da economia: uma introdução à dimensão territorial da crise.** Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: FIBGE, n. 53, 1991.

EGLER, Claudio Antônio Gonçalves. **Crise e dinâmica das estruturas produtivas.** In: CASTRO, Iná E. de; CORRÊA, R. L; GOMES, Paulo C. da Costa. (Orgs.) Brasil: questões atuais da reorganização do território. 2. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

EGLER, Claudio Antônio Gonçalves. **Mercosul: um território em construção?** Ciência e Cultura. V. 58, n. 01. Disponível em: www.scielo.org. Acesso em: 5 de maio de 20012.

EGLER, Claudio Antônio Gonçalves. **Reflexões sobre espaço e periodização: origens da indústria no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: COPPE, UFRJ, 1979.

EVANGELISTA, Hélio de Araújo. **Geopolítica**. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/Geopol%C3%ADtica.htm>. Acesso em: 22 de novembro de 2012.

FARIA, Rosa. **Sergipe, Passo a Passo pela sua História**. Aracaju: PMA, Fundação Cultural, Científica e Educacional, 1977.

FERRO, S. R. O. P. B. ; FONSECA, V. Transporte público urbano: condições dos terminais de integração na região metropolitana de Aracaju. **Interfaces Científicas - Direito**, v. 1, n. 2, p. 9-17, 2013.

FERRO, S. R. O. P. B. ; MELO, C. M.; FONSECA, V. Quality of public transportation in Aracaju. **Scientia Plena**, v. 8, n. 3, p. 1-5, 2012.

FONSECA, T. e Bezerra, R. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences Maringá, v. 36, n. 2, p. 137-146, July-Dec., 2014.

FONSECA, Vânia, Verônica (el al). **Expansão Urbana, Direito Ambiental e Violência em Aracaju, Se**. 2010. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/humanas/article/view/115>. Acesso em: 12 de agosto de 2014.

FONSECA, Vânia. SOARES, A. C. G. M.; CORREIA, M. S. Políticas Públicas e Direitos Humanos: Impactos Provocados pela Ocupação Irregular na Zona de Expansão de Aracaju, estado de Sergipe. Interfaces científicas humanas e sociais, v. 01, n. 02, p. 81-87, 2013.

FONSECA, Vania; GONZAGA JÚNIOR, Antonio Fernando Cabral. **Mapeamento socioambiental dos bairros de Aracaju**. Relatório de pesquisa. Aracaju: ITP/UNIT/CNPq, 2010.

FONSECA, Vânia ; GONZAGA JÚNIOR, Antônio Fernando Cabral. **Mapeamento Socioambiental dos bairros de Aracaju**. Relatório de pesquisa. Aracaju, Se: ITP/UNIT/CNPq, 2010.

FONSECA, Vania ; SOARES, A. C. G. M.; CORREIA, M. S. **Políticas públicas e direitos humanos: impactos provocados pela ocupação irregular na zona de expansão de Aracaju, Estado de Sergipe**. Interfaces Científicas Humanas e Sociais, v. 01, n. 02, p. 81-87, 2013.

FONSECA, Vânia ; SOARES, A. C. G. M.; MADI, R. R. **Environment and dengue in districts of Aracaju**. ScientiaPlena, v. 8, n. 3, p. 1-7, 2012.

FONSECA, Vania (el al). **Crescimento urbano e mobilidade em Aracaju: 2009 a 2012**. Universidade Estadual de Maringá, Brasil, Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 36, n. 2, p. 137-146, July-Dec., 2014, pp. 137-146. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307332697002>. Acesso em: 23 de agosto de 2013.

FONTES, José Silvério Leite. **A evolução de Aracaju**. In: Formação do povo sergipano. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 2004.

FONSECA, Vânia; SOARES, A. C. G. M.; MADI, R. R. **Environment and dengue in districts of Aracaju**.ScientiaPlena, v. 8, n. 3, p. 1-7, 2012.

FONTES, José Silvério Leite. **A evolução de Aracaju**. In: Formação do povo sergipano. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 2004.

FORTES NETO, Bonifácio. **Evolução da paisagem humana da cidade do Aracaju**. Aracaju: Regina, 1955.

FRANÇA, S. L. A.; REZENDE, V. F. **Urbanização dispersa da Zona de Expansão Urbana de Aracaju/SE: materialização de conflitos socioambientais**. *Revista Vitas*, v. 2, n. 3, p. 9-10, 2012.

FRANÇA, S. L. A.; REZENDE, V. F.. **A Zona de Expansão Urbana de Aracaju: dispersão urbana e condomínios fechados**. Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Belo Horizonte, MG, 2011.

FRANÇA, Sarah Lúcia Alves; Rezende, Vera. **Urbanização dispersa da Zona de Expansão Urbana de Aracaju/SE: materialização de conflitos socioambientais**. *Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade*. ISSN 2238-1627, Nº 3, junho de 2012. Disponível em: <http://www.uff.br/revistavitas/Urbanizacao.Dispersa.da.Zona.de.Expansao.Urbanidade.Aracaju.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2013.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Aracaju: estado e metropolização**. Aracaju: o 'tabuleiro de xadrez' que avança como centro econômico e administrativo. 06/03/2009. Disponível em: <http://www.aracaju.se.gov.br/154anos/index.php?act=leitura&codigo=7>. Acesso em: 20 de junho de 2013.

FRANÇA, Vera Lucia Alves. **Aracaju: estado e metropolização**. Rio Claro: UNESP, 1997 (Tese de Doutorado).

FRANÇA, Vera Lucia Alves. **Aracaju: estado e metropolização**. São Cristóvão: Ed. UFS, Fundação Oviêdo Teixeira, 1999.

FRANÇA. Vera Lúcia Alves. **Diagnóstico da cidade de Aracaju/SE**. Aracaju: SEPLOG/PMA, 2014.

FREITAS, Elisa Pinheiro de. **Ordenamento territorial e a produção dos biocombustíveis: reflexões sobre o caso brasileiro**. *Revista Geográfica de América Central* Número Especial Egal, Costa Rica. II Semestre 2013, p. 1-26.

FRÚGOLI JR., Heitor; ROLNIK, Raquel. **Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências**. *Cadernos Metrópole* n. 6, pp. 43-66, 2º sem. 2001. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/9268/6874>. Acesso em: 12 de janeiro de 2015.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. v. 5. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura -Contraponto, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. SEADE, v. 14, n. 2, 2000, p. 03-11.

GAZETA DE SERGIPE. **Administradores financeiros do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) aguardaram resposta do BNH**. Aracaju, Se, 04 de maio de 1979, Ano XXII, Nº 6190, p. 03.

GAZETA DE SERGIPE. **Governo do Estado determinou uma nova linha de atuação para a edificação de conjuntos habitacionais em Sergipe.** Aracaju, Se, Gazeta de Sergipe, em 27 de março de 1980, Ano XXIII, Nº 6.375, p. 01.

GAZETA DE SERGIPE. **Presidente da Companhia de Habitação Popular de Sergipe (COHAB-SE) comunicou conjunto residencial na Terra Dura.** Aracaju, Se, 05 de maio de 1979, Ano XXII, Nº 6190, p. 02.

GEORGE, Pierre. **A ação do homem.** São Paulo: Difel, 1968.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Associativismo civil, conselhos de gestão na saúde e as cidades brasileiras.** V. 3. Brasília, DF: Unicamp/CNPq, Ministério da Saúde, 2003.

GOHN, Maria da Glória. País avançou em educação e longevidade, mas PIB per capita recuou, diz relatório do PNUD sobre o Índice de Desenvolvimento Humano. **Disponível em:** <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=448>. **Acesso em:** 22 de Abril de 2014.

GOHN, Maria da Glória. Renda cai e Brasil continua em 63º no IDH. **Disponível em:** <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=448>. **Acesso em:** 22 de Agosto de 2014.

GOMES, Paulo C. da Costa. (Orgs.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território.** 2. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

GUIA RÁPIDO. **São Cristóvão.** Disponível em: <http://www.titogarcez.com/2012/10/ola-caros-leitores-para-inaugurar-o.html>. **Acesso em:** 23 de setembro de 2013.

GUIMARÃES NETO, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

GUIMARÃES NETO, Samuel Pinheiro. **Desafios e dilemas dos grandes países periféricos: Brasil e Índia.** Revista Brasileira de Política Internacional. vol.41, no.1 Brasília; Jan./June 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100006. **Acesso em:** 12 de abril de 2014.

HAESBAERT, Rogério da Costa, (Org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo.** Niterói, RJ: Editora da EDUFF, 1998.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério da Costa; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização: espaço, tempo e crítica.** Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas. 2007, nº 2 (4), vol. 1. Disponível em: http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf. **Acesso em:** 21.07.2011.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização.** In: SANTOS, M. (et al). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 20 a 26 março de 2005, USP.

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HANNERZ, Z. M. **Fluxos, fronteiras, híbridos: dinâmicas urbanas das fronteiras.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível: nau.ufsc.br/files/20101997/Hannerz_Fluxos-fronteiras-hibridos.pdf de PC DA Antropologia - Artigos relacionados. Acesso em: 12 de agosto de 2014.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da Geografia.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1978.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 10 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

HARVEY, David. **Los limites del capitalismo y la teoría marxista.** México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Loyola, 2005.

HAUSHOFER, K, **De la géopolitique: Géopolitiques et stratégies.** Paris, Fayard. 1986.

HISTÓRIA E ARQUITETURA. Disponível em: <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2012/02/historia-e-arquitetura-sao-destaques-de-sao-cristovao-em-sergipe.html>. Acesso em 12 de janeiro de 2013.

HUNT, E. K; SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico.** 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aracaju.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=280030&r=1> > Acesso em: 20 de setembro de 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico do Brasil 2010.** Rio de Janeiro: IBGE/ANPT, 2012.

IBGE. **Área territorial oficial.** Resolução da Presidência do IBGE de nº 5. R.PR-5/02. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=280030&r=1>>. IBGE. 10 de outubro de 2002. Acesso em: 5 dezembro de 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=se>. IBGE, 29 de novembro de 2010. Acesso em: 11 de dezembro de 2012.

IBGE. **Divisão territorial do Brasil e limites territoriais.** Rio de Janeiro: IBGE, 1 de julho de 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=280030&r=1>>. Acesso em: 11 de outubro de 2012.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

IBGE. Enciclopédia dos municípios sergipanos. Aracaju, Se: IBGE, 2011.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2006-2013.** IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=se>. IBGE_Pop_2010. Acesso em: 28 fev. 2015.

IBGE. **Empresas, 2013.** IBGE, Cadastro das Empresas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=se>. IBGE_Pop_2010. Acesso em: 28 fev. 2015.

INFONET. **Royalties: PMA deixa de arrecadar R\$ 5 milhões.** Prefeitura anuncia contingenciamento generalizado para custeio. 06 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/economia/ler.asp?id=148918>. Acesso em: 14 de março de 2014.

ITAPORANGA DAJUDA. **Marco de resistência.** Disponível em: http://www.achetudoeregiao.com.br/SE/Itaporanga_d_ajuda/historia.htm. Acesso em 12 de janeiro de 2013.

JERONYMO FILHO, Miguel. **Definição de geopolítica: a geopolítica e as relações internacionais.** Geomundo, 2 de julho de 2012. Disponível em: <http://geopoliticoatoclando.blogspot.com.br/2010/04/definicao-de-geopolitica.html>. Acesso em: 12 de agosto de 2012.

JESUS, André Costa. **Conflitos territoriais entre município no sistema jurídico brasileiro: um estudo de caso do conflito territorial entre os municípios Aracaju e São Cristóvão no Estado de Sergipe.** Aracaju, Faculdade Pio Décimo. Curso de Direito. 2012. (Monografia Curso Bacharelado em Direito).

JUNGLAS, I.; WATSON, R. **U-commerce: a conceptual extension of e-commerce and m-commerce.** Proceedings of the International Conference on Information Systems, Seattle, WA, USA, 24, December 2003.

JUSBRASIL. **MPF/SE propõe ação para solucionar problemas na Zona de Expansão de Aracaju.** Ministério Público Federal. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/3310379/zona-de-expansao-de-aracaju>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2014.

JUSBRASIL. **Realizada mais uma audiência na Ação Civil Pública que trata sobre a problemática da Zona de Expansão de Aracaju.** Justiça Federal do Estado de Sergipe. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/3310379/zona-de-expansao-de-aracaju>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2014.

KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo.** Tradução de Valério Rohden e Antônio Marques. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1993.

KANT, Immanuel. **Géographie. Traduction de Michèle Cohen-Halimi, Max Marcuzzi et Valérie Seroussi.** Paris: Aubier, 1999

KING, M. J.; SOOLE, D.; GHAFOURIAN, A. **Legal pedestrian crossing at signalized intersections: incident and relative risk.** Accident Analising and Prevention, v. 41, n. 3, p. 485-490, 2009.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **"Régions françaises".** *Revue de Paris*, n° 6, 1910, p. 821-849.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **"Les pays de France", *réforme sociale*,** vol. 48, n° 8, 1904, p. 333-344.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **A biographical sketch by Jason hilkovitch & Max Fulkerson.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Paul_Vidal_de_La_Blache 2013. Acesso em: 17 de julho de 2003.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **As características próprias da Geografia.** In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). São Paulo: Difel, 1982.

LA BLACHE, Paul Vidal de. ***Tableau de la géographie de la France.*** Paris, Hachette, 1903.

LA BLANCHE, Paul Vidal de. **Des divisions fondamentales du sol français.** *Bulletin littéraire*, vol. 2, 1888, p. 1-17.

LACOSTE, Yves. **Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra.** Campinas, SP: Papirus, 1997.

LE BERRE, M. **Territoires. Encyclopédie de Géographie.** Paris: Econômica, 1995. p. 601-622.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano.** Barcelona: Península, 1970.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace.** Paris: Anthropos, 1974.

LENINE, V. I. O imperialismo: fase superior do capitalismo. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEPETIT, Bernard. **Das capitais às praças centrais.** Mobilidade e centralidade no pensamento econômico francês. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti. (Org.) Cidades Capitais do Século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferências de modelos. São Paulo: Editora da USP, 2001.

LIMA, Flávio Henrique M. **O poder público municipal à frente da obrigação constitucional de criação do sistema de controle interno**. 08/02/2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=se>. Acesso em: 25 de janeiro de 2012.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres**. Problemas da industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1987.

LOCATEL, Celso Donizete; SANTANA FILHO, Laercio Souza; SANTANA, Gleise Campos Pinto. **Agricultura urbana na zona de expansão de Aracaju**. 2010. <http://www.google.com.br/url?AGRICULTURA.URBANA.ZONA.EXPANSAO.pdf>. Acesso em: 22 de março de 2014.

LOUREIRO, Kátia A. S. **A trajetória urbana de Aracaju, em tempo de interferir**. Aracaju: Instituto de Economia e Pesquisas (INEP), 1983.

MACHADO, E. V. Aracaju: **Paisagens e fetiches. Abordagens acerca do processo de seu crescimento urbano recente**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC, Santa Catarina, 1989.

MACHADO, Lia Osório. **Limites, fronteiras e redes**. In: STROHAECKER, T. M.; DAMIANI, A.; SCHAFFER, N. O.; BAUTH, N.; DUTRA, V. S. (Orgs.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 41-49.

MAGNO, Tânia Elias. (Org.) Josué de Castro. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes p. 839p. (Coleção Memórias do Saber). 839 p.

MAGNOLI, Demétrio. **O que é geopolítica**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MAHAN, Alfred Thayer. **The influence of sca-power upon history**. New York, Will and Wang, 1957.

Mann, T. A montanha mágica. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 9

MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2.ed. São Paulo: Alfa-omega, 1982.

MARTINS, F. Distinção entre fronteira e limite. Rios de Janeiro, Porto Alegre: AGB, 1998.

MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do outro humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 143

MARX, Karl. *El Capital*. 3 tomos. **México: fundo de cultura econômica, 1946**. Tomo I, p. 18. In: IANNI, Octavio. *Dialética e capitalismo – ensaio sobre o pensamento de Marx*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 11.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. Rio de Janeiro: Abril Cultura, 1998.

MATOS, Elmer Nascimento. **Dinâmica econômica, processo de urbanização e mercado de trabalho: o caso de Aracaju (1970-2005)**. Trabalho apresentado no XVII

Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG, Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010. Disponível em: http://abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_13/abep2010_2420.pdf. Acesso em: 4 de fevereiro de 2013.

MATOS, Elmer Nascimento. **Política de desenvolvimento regional, guerra fiscal e as mudanças na estrutura industrial no Estado de Sergipe: em busca de um novo paradigma**. Projeto de Pesquisa, Aracaju, setembro de 2001.

MATTOS, Carlos de Meira. **A geopolítica brasileira: predecessores e geopolíticos**. Centro de Estudos de Políticas e Estratégias Nacionais. 2011. Disponível em: <http://www.cepen.org/pdfs/art07.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2012.

MATTOS, Carlos de Meira. **A geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e trópicos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

MATTOS, Regina Célia de Jesus. **Representações sobre meio ambiente dos alunos do 5º ano de duas escolas da Zona de Expansão de Aracaju-SE**. Disponível em: <http://200.17.141.66/esea/index.php/BR/list/15-representacoes-sobre-meio-ambiente-dos-alunos-do-5-ano-de-duas-escolas-da-zona-de-expansao-de-aracaju-se>. Acesso em: 5 de março de 2014.

MAX, W. Fronteira espaço tácito. São Paulo: Bom Tempo, 1997.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.

MELO E SOUZA, R.; OLIVEIRA, A. C. A. **Risco ambiental nos sistemas dunares de Aracaju**. In: Araújo, H. M. de; Vilar, J. W. C.; Wanderley, L. L.; Melo e Souza, R. O ambiente urbano: Visões geográficas de Aracaju. 1ª ed. São Cristóvão, SR: Editora da UFS, 2006.

MELO E SOUZA, Rosemeri; SILVA, Maria do Socorro Ferreira da. **Territórios protegidos e arenas de conflito nas unidades de conservação de uso sustentável em Sergipe, Brasil**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 20 de julio de 2013, vol. XVII, nº 445. Disponível em: <http://ub.es/geocrit/sn/sn-445.htm>. Acesso em: 14 de março de 2014.

MELO, Ricardo Lacerda. **Economia sergipana contemporânea**. Disponível em: http://www.f5news.com.br/9392_ricardo-lacerda-de-melo-lanca-livro-economia-sergipana-contemporanea.html. Acesso em: 22 de agosto de 2013.

MENEZES, C. R. C.; VASCONCELOS, J. F. **O Estado de Sergipe: da urbanização à formação metropolitana**. Revista Espaço Acadêmico, v. 6. n. 121, p. 144-151, 2011.

MENEZES, Ulpiano T. BEZERRA de. **Prefácio: cidade capital, hoje?** In. SALGUEIRO, Heliana Angotti. (Org.) Cidades Capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferências de modelos. São Paulo: Ed. da USP, 2001.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente:** doutrina, prática, jurisprudência, glossário. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. Processo n. 2009.8500002637/9. Aracaju: MPE, 2009.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica do Brasil: algumas considerações.** Campinas, SP, N. 102, fev. 2002, p.1-30. Disponível em: <http://geodados.pg.utfpr.edu.br/busca/detalhe.php?id=34220>. Acesso em: 22 de outubro de 2012.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia pequena história crítica.** 2012. Disponível em: <http://www.slideshare.net/gidecelle/geografia-pequena-historia-critica-antonio-carlos-robert-moraes>. Acesso em: 22 de novembro de 2013.

MOREIRA, André. Jornal da Cidade, Aracaju, Se. 9 de novembro de 2013. Disponível em: <http://sergipeemfotos.com.br/zona-de-expansao-em-aracaju.html>. Acesso em: 12 de março de 2014.

Moreira, Ruy (Org.). **Geografia: teoria e crítica.** In: Introdução: o saber geográfico: para que/quem serve? Petrópolis, Vozes, 1982.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia serve para desvendar máscaras sociais (ou para repensar a geografia).** São Paulo, Território Livre, N. 1, 1979.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis.** São Paulo: Contexto, 2012.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro.** 3 volumes. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREIRA, Ruy. **Repensando a geografia.** In: SANTOS, Milton (Org.). Novos Rumos da Geografia Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1982.

MORIN, Edgard. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MOURA, Diogo Villela Garcia. **A influência das mudanças geopolíticas internacionais sobre a política externa brasileira nos governos FHC e Lula.** 3º Encontro Nacional Abril. 2011. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas da Universidade Federal de Pernambuco - PPGCP-UFPE. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100069&script=sci_arttext. Acesso em: 12 de janeiro de 2015.

MURADÁS, JONES; NEVES, Gervásio Rodrigo. **A Geopolítica e a formação territorial do sul do Brasil.** 2008. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia (Tese De Doutorado).

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Construindo Aracaju**. Jornal Cinform. Aracaju, n. 1207, 29 de maio a 04 de junho de 2006, p. 03. (Caderno de Cultura e Variedades).

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Engenharia, água e esgoto**. Jornal Cinform. Aracaju, n. 1204, 08 a 04 de maio a 04 de junho de 2006b, p. 04. (Caderno de Cultura e Variedades).

NERY, Juliana C. **Registros: as residências modernistas em Aracaju nas décadas de 50 e 60**. In: V Seminário DOCOMOMO Brasil. São Carlos: CD-ROM do v. Seminário DOCOMOMO Brasil, 2003.

NOGUEIRA, Adriana Dantas. **Análise Sintático-espacial das Transformações urbanas de Aracaju (1855 a 2003)**. Universidade Federal da Bahia, 2004. (Tese Doutorado em Arquitetura e Urbanismo).

OBRAS, PENSAMENTO E REFLEXÕES DE BERTHA BECKER. Sobre a geopolítica e a ciência na Amazônia: entrevista com Bertha Koiffmann Becker. Fonte: Cadernos de História da Ciência, Instituto Butantã, vol. IV (2) jul-dez 2008. Etiquetas: Entrevistas. Disponível em: <http://berthabecker.blogspot.com.br/2012/11/sobre-geopolitica-e-ciencia-na-amazonia.html>. Acesso em: 22 de outubro de 2012.

OLIVA, Terezinha A. de. **Aracaju na história de Sergipe**. Revista de Aracaju, n.9, 2002.

OLIVEIRA, Edjane. **Garibalde apresenta projeto para atualização das divisas intermunicipais de SE**. Agência Alese. 21/11/2013. Disponível em: <http://www.agenciaalese.se.gov.br/agenciaalese/interna>. Acesso de: 2 de outubro de 2013.

PAGÈS, M. (Et al.). **O poder das organizações**. São Paulo: Atlas, 1987.

PALU JÚNIOR, Ari; LONGO, Orlando. **Relatório final**. IV Seminário Internacional de Planejamento e gestão ambiental. Escola de Engenharia UFF: URBENVIRON, Niterói, RJ, 18 a 21 de outubro de 2010. p. 33.

PASSOLD, Jacson **Estudo mostra que royalties de Petrobrás melhoram**. 29 de outubro de 2008. Disponível em: <http://recid.redelivre.org.br/2008/10/29/estudo-mostra-que-royalties-de-petr-nmelhoram-renda>. Acesso em 14 de março de 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. **Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/178.pdf> Acesso em: 11/09/2005.

PETROBRÁS. **Planilha contabiliza perdas em repasse dos royalties em relação à 2014**. Aracaju, 14 de março de. 2015. Disponível em: <http://www.intelog.net/site/default./artigo/Titulo/Planilha.contabiliza.perdas.repasse.royalties2014>. Acesso em 14 de março de 2015.

PINHEIRO, Edmar Dias Cacho. **Gestão pública municipal: políticas de mobilidade urbana na cidade de Aracaju**. ADP – Administração Pública. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.enangrad.org.br/anais2013/artigos.pdf>. Acesso em: 22 de março de 2013.

PONTES, Wallace Tarcísio. **Serra dos Aymorés, disputa desde os primeiros colonizadores.** São Paulo: Ediusp, 2007.

PORTO, Fernando Figueiredo. **A cidade do Aracaju: 1855-1865: ensaio de evolução urbana.** Aracaju: Livraria Regina Ltda, 1945. (Coleção Estudos Sergipanos, v II). p. 62

PORTO, Fernando Figueiredo. **Alguns nomes antigos do Aracaju.** Aracaju, Se: J. Andrade, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Territoriality - A Reflection of the Discrepancies Between the Organization of Space and Individual Liberty, International Political.** Science Review, vol. 5, No. 2, 139-146, 1984.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática. 1993.

RAMOS, Ricardo. et al. **Teoria do espaço vital de Ratzel.** 2009. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/artigo-sobre-ratzel-ucg>. Acesso em: 22 de setembro de 2012.

RANKING DECRESCENTE do IDH-M dos municípios do Brasil. **Atlas do Desenvolvimento Humano.** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2010. Acesso em: 09 de agosto de 2013.

RASSI NETO, Elias; BÓGUS, Cláudia Maria (org.). **Saúde nos grandes aglomerados urbanos: uma visão integrada.** 2003. Série Técnica: Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde. V. 3. Brasília, DF: Organização Mundial da Saúde (OMS). Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), Ministério da Saúde, 2013.

RATZEL, F. **El territorio, la sociedad y el Estado.** In: MENDOZA, Josefina Gómez, JIMÉNEZ, Julio Muñoz; CANTERO, Nicolás Ortega. *El Pensamiento Geográfico.* Madrid: Alianza, 1982.

RATZEL, F. **Géographie politique.** Paris: Economica, 1988.

RATZEL, Friedrich. **Geografia do homem (Antropogeografia).** In: MORAES, A. C. R. (Org.). *Ratzel.* São Paulo: Ática, 1990.

REBORATTI, C. **A fronteira binacional (Brasil) e Uruguai),** 2002. Disponível em: www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/download/.../15. Acesso em: 12 de setembro de 2013.

REBORATTI, C. **A fronteira como zona de transição.** São Paulo, 1987. Disponível em: www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/download/.../15. Acesso em: 12 de setembro de 2013.

REBORATTI, C. **Limite e fronteira. Geografia. A diferença entre os conceitos de limite e fronteira é de necessária compreensão, pois um termo refere-se a algo estático e o outro, a algo dinâmico.** Disponível em: <http://www.brasilecola.com/geografia/limite-fronteira.htm>. Acesso em: 12 de Setembro de 2014.

REBORATTI, C. **El espacio rural em América Latina: procesos, actores, territorios**. In: CASO, M. V.; GONÇALVES, R. (org.) Geografia: nuevos temas, nuevas preguntas – um temário para su enseñanza. Buenos Aires: Biblos, 2007. p.97-124.

REZENDE, Maria José de. **Geopolítica da fome: uma obra esclarecedora das nuances básicas de um debate político sobre as populações pobres no mundo**. In: MAGNO, T. E. Josué de Castro. Rio de Janeiro, Fundação Miguel de Cervantes, 2012. p. 839. 497-519p.

RIBEIRO, Neuza Maria Góis. **Transformações do espaço urbano: o caso de Aracaju**. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1989.

RÍO, G. J. **Os Limites e fronteiras do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://turma51escolaestadualbrasil.blogspot.com.br/2013/04/os-limites-e-fronteiras-do-rio-grande.html>stadualbrasil.Blogspot.Com/16 de abril de 2013. Para começar a estudar os vizinhos do *Rio Grande* do Sul é preciso compreender, primeiro o que é um *limite* e uma *fronteira*. Acesso em: 12 de setembro de 2013.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V.; CAVALCANTI, A. P. B. **Geocologia das Paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental**. Fortaleza, CE: Editora UFC, 2004.

RODRIGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Brasília: Civilização Brasileira, 2009.

ROSS, Jurandyr. **Geografia do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 73, N. 1. Mar. 1983, p. 55-74.

SAHLINS, M. **O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica**. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, vol. 3, 1997.

SANTANA FILHO, Laércio Souza. **Outra face da produção do espaço em Aracaju/Se: o desenvolvimento da agricultura urbana, seus impasses e contradições**. 2010. Disponível em: http://bdtd.ufs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=430. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

SANTANA, Cássia. **PMA recorre para não perder Zona de Expansão TRF entende que região pertence ao município de São Cristóvão**. Notícias. 30/10/2013. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/politica/ler.asp?id=150935>. Acesso em: 2 de outubro de 2013.

SANTANA, Danilo Felix de. **Geografia do comércio de Aracaju**. Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3. Disponível em: <http://3A%2F%2Fwww.agb.org.br>. Acesso em: 5 de maio de 2013.

SANTOS, Adelci Figueiredo; ANDRADE, José Augusto. **Mapa Topográfico da Província de Sergipe Del Rei**. In: Caracterização e Delimitação do Semiárido. Aracaju/Se: CNPQ/UFS 1992.

SANTOS, C. **A paisagem sanitária de Porto Velho**. Rio de Janeiro: UFRJ. 1992. Dissertação. (Mestrado em Geografia)

SANTOS, C. **A territorialidade e a sustentabilidade ou a ecologia do espaço político**. In: Sociedade & Natureza, Uberlândia: UFU, ano 9, n. 17, p. 41-56. 1997.

SANTOS, C. **O Conceito de extenso**. In: SANTOS, Milton & SOUZA, Maria Adélia de (Orgs.). A construção do espaço. São Paulo: Nobel. 1986. p. 25-31.

SANTOS, C. **O fato geográfico**. In: Sociedade&Natureza. Rio de Janeiro: AGB-Rio. 1986. p. 104-19.

SANTOS, Gleise Campos Pinto. **O camponês na lógica capitalista: dependências e estratégias de reprodução no município de Itabaiana/SE**. Disponível em: http://bdtd.ufs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=638. Acesso em: 25 de agosto de 2014.

SANTOS, José Firmo Dias. **Mansões devem ser demolidas em Aracaju**. Mansões devem ser demolidas em Aracaju. Disponível em: [//www.sitedobetao.com.br/2013/09/mansoes-devem-ser-demolidas-em-aracaju.html](http://www.sitedobetao.com.br/2013/09/mansoes-devem-ser-demolidas-em-aracaju.html). Acesso em: 14 de março de 2014.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Priscila Pereira; VILAR, José Wellington Carvalho. **Planejamento territorial turístico do litoral sergipano**. Revista Geonordeste, Edição Especial, V.3, N.4, p. 1194-1206, 2012. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFS. Universidade Federal de Sergipe (UFS); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFS). Eixo Temático: Geoecologia das Paisagens, Bacias Hidrográficas, Planejamento Ambiental e Territorial. <http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/pdf>. Acesso em: 5 de maio de 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: Diferentes Abordagens. Mato Grosso do Sul: Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SÁVIO, M. A. C. **A modernidade sobre rodas**. Tecnologia automotiva, cultura e sociedade. São Paulo: Educ, 2003.

SEBRÃO SOBRINHO. **Laudas da história do Aracaju**. Aracaju, Se: Prefeitura Municipal, 1955.

SEPLAG. Limite Municipal entre Aracaju e São Cristóvão. Aracaju: SEPLAG, 2013.

SEPLOG. Mapa do Município de Aracaju, 2013. Aracaju: SEPLOG, 2015.

SERGIPE. **Constituição do Estado de Sergipe**. Aracaju, Se: Assembleia Legislativa de Sergipe, 2008.

SERGIPE. **Governo do Estado. Aracaju e seus monumentos: sesquicentenário da capital Aracaju 1855–2005**. Aracaju, Se: Triunfo, 2005.

SERGIPE. **Lei N° 554 de 06 de fevereiro de 1954**. Fixa a Divisão Administrativa e Judiciária do Estado, que vigorará de 1° de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958. Assembleia Legislativa de Sergipe, Aracaju, SE. Disponível em: http://www.al.se.gov.br/Detalhe_Lei_Imprimir.asp?NumeroLei=5642. Acesso em: 15/07/2014.

SERGIPE. **Lei N° 554 de 6 de fevereiro de 1954: fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado que vigorará de 1° de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958**. Aracaju, Se: Imprensa Oficial, 1954.

SERGIPE. **Lei N° 635 de 30 de setembro de 1913. Da nova organização aos municípios do Estado**. Aracaju, Se: Typ do Estado de Sergipe, 1913.

SERGIPE. **SEPLANTEC**. Aracaju, Se: SEPLANTEC/SUPES, 1997/2000.

SERPA, Henrique Giotto. **Código de direito tributário**. Hipóteses de não incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana. Art. 32, § 2º CTN. TELEJURIS, Curitiba, 04 de abril de 2009.

SEVCENKO, Nikolau. **Introdução: prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso**. In: SEVCENKO, Nikolau. (Org.). República: da Belle Époque a era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da Vida Privada no Brasil; 3).

SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe (1820-1920)**. Aracaju: Governo do Estado, 1920.

SILVA, C. L.; SOUZA-LIMA, J. E. **Políticas públicas e indicadores de desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Carla Holanda da. **Território: uma combinação de enfoques – material, simbólico e espaço de ação social**. Maio 2009. Revista Geografar www.ser.ufpr.br/geografar Curitiba, v.4, n.1, p.98-115, jan. /jun. 2009. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geografar/article/view/14430/9698>. Acesso em: 22 de agosto de 2013.

SILVA, Gicélia Mendes da. **Territórios do Petróleo**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

SILVA, José Calazans Brandão da. **Aracaju e outros temas sergipanos**. Aracaju: FUNDEC, 1992.

SILVA, Rodrigo Kuhn. **A evolução do conceito de espaço geográfico**. Mestrado em Geografia (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil. 2012. Disponível em: <http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/5199.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2012.

SILVA, Saulo Henrique Souza. **Aracaju: entre a evolução urbanística e a diversidade arquitetônica**. 18/03/2009. Disponível em: <http://www.ufs.br/conteudo/aracaju-entre-evolu-urban-stica-diversidade-arquitet-nica-2989.html>. Acesso em: 4 de fevereiro de 2013.

SMTT- Superintendência Municipal de Transportes. **Primeiro educar para depois fiscalizar**. Aracaju: SMTT, 2013.

SOARES, Ana Celia Goes Melo. **Doenças de notificação compulsória: saúde e ambiente na zona de expansão urbana de Aracaju**. Universidade Tiradentes. Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente Aracaju. 2012. Disponível em: <http://psa.unit.br/wp-content/uploads/2013/pdf>. Acesso em: 5 de maio de 2013.

SOARES, José Jonnas Lacerda de. **Diário da Justiça. 2013. Portal do Poder Judiciário do Estado**. Disponível: [www: tjma.jus.br/app/webroot/files/diariojustica/2005/doj20050809.pdf](http://www.tjma.jus.br/app/webroot/files/diariojustica/2005/doj20050809.pdf)

SODRÉ, Nelson Werneck. **A geopolítica**. In: Introdução à geografia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

SOJA, Edward W. **Geografia pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SORRE, Max. **El hombre em La tierra**. 3. ed. Barcelona: Labor, 1967.

SOUZA, Cíntia Kelly. **Queda no preço do petróleo explica a redução no repasse. Redução de royalties faz cidades cortarem gastos**. Redação Correio. 07 de fevereiro de 2009. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/reducao-de-royalties-faz-cidades-cortarem-gastos>. Acesso em: 13 de março de 2014.

SOUZA, S. A. S. **Processo de urbanização de Aracaju: um desafio à geografia e à sustentabilidade**. In: Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, 5. 2011, Aracaju. **Anais**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2011. p. 11-12.

SOUZA, Sandra Andréa Silva. **Processo de urbanização de Aracaju: um desafio a Geografia e a sustentabilidade**. Pesquisa Fora do Contexto Educacional. <http://www.educonufs.com.br/vcoloquio/cdcoloquio/cdroom/eixo%2012/.pdf>. Acesso em: 18 de agosto de 2014.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná**. In: RIBAS, A. D.;

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e Desenvolvimento: Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Espaço geográfico uno e múltiplo**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. n. 93, 15 de julio de 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>. Acesso em 22 de maio de 2012.

TELES, Manuel dos P. de Oliveira. **Aracaju, Se: Suas origens. Seu provável futuro**. Aracaju, Se, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, ano 1, n.2, 2008.

TUAN, Y-Fu. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980.

ULLMAN, E. L. **Regional development and the geography of concentration**. *Papers and Proceedings of the Regional Science Association*, vol. 4, p. 179-198, 1958. Disponível em: [10.1111/j.1435-5597.1958.tb01629.xhttp://espacoeconomia.revues.org/94](http://www.10.1111/j.1435-5597.1958.tb01629.xhttp://espacoeconomia.revues.org/94). Acesso em: 12 de agosto de 1913.

VASCONCELLOS, E. A. **A cidade, o transporte e o trânsito**. São Paulo: Prolivros, 2011.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte urbano, espaço e equidade: análise das políticas públicas**. São Paulo: Annablume, 2001.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. **Josué de Castro e a Geografia da fome no Brasil**. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n11/27.pdf>. Acesso em: 22 de outubro de 2012.

VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.

VILAR, J.W.C. **A Zona de Expansão de Aracaju: Contribuição ao Estudo da Urbanização Litorânea de Sergipe**. In: VILAR, J.W.C.; ARAÚJO, H.M. **Território, Meio Ambiente e Turismo no Litoral Sergipano**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2010.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, Csaba; SHIFFER, Sueli Ramos. (Orgs). **O processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da EDUSP, 1999.

VILLACORTE, Habacuque. **AL promove debate sobre litígio entre municípios**. 21/11/2013. Agência Alese, Aracaju, Se. Disponível em: http://www.agenciaalese.se.gov.br/agenciaalese/interna.wsp?tmp_page=interna&tmp_codigo=7477&tmp_secao=2&tmp_topico=Not%EDcias. Acesso em: 29 de julho de 2014.

VILLACORTE, Habacuque. **AL promove debate sobre litígio entre municípios**. 21/11/2013. Agência Alese, Aracaju, Se. Disponível em: http://www.agenciaalese.se.gov.br/agenciaalese/interna.wsp?tmp_page=interna&tmp_codigo=7477&tmp_secao=2&tmp_topico=Not%EDcias. Acesso em: 29 de julho de 2014.

VILLACORTE, Habacuque. **Angélica Guimarães vê “brecha” na Constituição que pode resolver impasse da Zona de Expansão**. Agência ALESE, Aracaju, Se.

21/11/2013. Disponível em:
http://www.agenciaalese.se.gov.br/agenciaalese/interna.wsp?tmp_page=interna&tmp_codigo=7476&tmp_secao=2&tmp_topico=noticias. Acesso em: 2 de outubro de 2013.

VILLACORTE, Habacuque. **Venâncio propõe um novo município na Zona de Expansão**. Agência de Notícias da Assembléia Legislativa de Sergipe - ALESE. 13/11/2013. Disponível em:
http://www.agenciaalese.se.gov.br/agenciaalese/interna.wsp?tmp_page=interna&tmp_codigo=7442&tmp_secao=2&tmp_topico=noticias. Acesso em: 29 de julho de 2014.

VILLACORTE, Habacuque. **Venâncio propõe um novo município na Zona de Expansão**. Agência de Notícias da Assembléia Legislativa de Sergipe Diretoria de Imprensa e Divulgação - Agência ALESE, Aracaju, Se. 13/11/2013. Disponível em:
http://www.agenciaalese.se.gov.br/agenciaalese/interna.wsp?tmp_page=interna&tmp_codigo=7442&tmp_secao=2&tmp_topico=noticias. Acesso em 14 de março de 2014.

WANDERLEY, L. L.; GONÇALVES, H. A. **Paisagens da zona de expansão de Aracaju: natureza e atores sociais na produção do espaço geográfico**. In: Cadernos de pesquisa e extensão: desafios críticos. FASE, V. 1 (2005). B. J. M. Almeida, et al, Scientia Plena, 8, 129902, 2012.

WANDERLEY, Lílían de Lins; WANDERLEY, Moacyr de Lins. **A ocupação e a preservação das dunas litorâneas na zona de expansão de Aracaju Sergipe-Brasil: bases legais e realidade urbano-ambiental**. II Congresso sobre Planejamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa. IX Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário. II Congresso do Quaternário dos Países de Língua Ibéricas. 2013. Disponível em:
http://www.abequa.org.br/trabalhos/dinamica_costeira_296.pdf. Acesso em: 12 de março de 2014.

WANDERLEY, Lílían de Lins ; WANDERLEY, Moacyr de Lins. **Gestão Ambiental e Urbanização: o Zoneamento Ecológico-econômico da Zona de Expansão de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe-Brasil**. II congresso sobre planejamento e gestão das zonas costeiras dos países de expressão portuguesa. IX congresso da associação brasileira de estudos do quaternário. II congresso do quaternário dos países de língua ibéricas. 2013.disponível em:
http://www.abequa.org.br/trabalhos/gerenciamento_105.pdf. Acesso em: 12 de março de 2014.

WANDERLEY, Lilian de Lins; GONÇALVES, Hortência de Abreu. **A contribuição de Francisco Monteiro de Almeida à história dos limites territoriais de Sergipe-Brasil**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 44 2014. p. 147.

WATSON, M. W. **Vector autoregressions and cointegration**. In: R. F. Engle & D. L. McFadden (Eds.). *Handbook of econometrics* (Vol. 4, Chap. 47, pp. 2843-2915). Amsterdam: Elsevier, 1994

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Editora UNB, 2004.

WOOLDRIDGE, S. W; GORDON EAST, W. **Espírito e propósitos da Geografia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

WYNNE, João Pires. **História de Sergipe (1575-1930)**. Rio de Janeiro. Pongetti. S. D.V.1, 1996.

ZAMBRANO, C. Obras Completas. Seis tomos. Argentina, Edición Jesús Moreno. Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, 2011.

ZAMBRANO, C. **Territórios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural**. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, 21(1), 9-49, jan-jul. 2001.

APÊNDICES

I. QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DA ZONA DE EXPANSÃO URBANA DE ARACAJU

Nome Completo:

Endereço Residencial:

Endereço Profissional:

Instituição de Vínculamento sobre a Questão:

1º Os moradores dos povoados Robalo, São José, Areia Branca, Gameleira e Mosqueiro, que compõem a Zona de Expansão, estão comprometidos sobre o litígio jurídico que envolve o limite entre Aracaju e São Cristóvão, em função da(s):

- () Demarcação dos limites territoriais e geográficos.
- () Dos serviços de infraestrutura realizados na área pela prefeitura de Aracaju.
- () Noção pertencimento à Aracaju.
- () Relações de poder articuladas entre os dois municípios.

2º Quais os interesses que norteiam os conflitos existentes entre os dois municípios?

- () usufruto dos serviços de infraestrutura ofertados por Aracaju a população.
- () Acabar com situações constrangedoras entre os dois municípios.
- () Participação do processo eleitoral em Aracaju.
- () Elaboração dos mapas da área com uma versão definitiva, indicando o município ao qual a população está vincula.

3º Como os conflitos pela demarcação territorial afetam os moradores das comunidades da Zona de Expansão?

- () Problemas de uso de serviços médicos e com pagamento de impostos.

() Problemas com título eleitoral e com pagamento de impostos.

() Sem problemas com pagamento de impostos.

() Sem problemas com a indenização de imóveis e uso de serviços médicos.

4º Quais os conflitos espaciais presentes na disputa pelas áreas limítrofes entre São Cristóvão e Aracaju considerando às relações de poder e de territorialidade?

() Confisco de terras.

() Melhoria na qualidade de vida com serviços de infraestrutura.

() Dificuldade em obtenção de escrituras de terras.

() Oferece as escrituras de terras sem problemas.

6º Quais estratégias a Prefeitura de Aracaju realiza para promover a integração com São Cristóvão?

() Construção de redes de esgotos e de pavimentação de estradas.

() Mobilizações por meio de serviços sociais de saúde e educação.

() Mobilizações com base no Plano Diretor de Aracaju.

() Oscilações de serviços urbanos.

7º Quais as políticas públicas desenvolvidas na Zona de Expansão para a melhoria das condições de vida da população?

() Construções de conjuntos habitacionais.

() Realizações de serviços de saneamento básico.

() Construções de serviços de infraestrutura.

8º Quais as benfeitorias que a Prefeitura de Aracaju já promoveu na Zona de Expansão para a melhoria da população?

() Construções de serviços de infraestrutura – rede de esgotos, pavimentação de ruas, canalização da água e eletricidade.

☐ Construções de conjuntos habitacionais a preços populares.

☐ Apenas serviços de rede de esgotos.

☐ Apenas serviços de abertura de ruas.

9º As relações de poder que envolvem a disputa entre os municípios de Aracaju e São Cristóvão são efetivadas por meio da:

☐ Sem conquista territorial e soberania estatal.

☐ Ampliação territorial da região da Grande Aracaju.

☐ Sem absorção da soberania estatal e a conquista territorial.

☐ Com geopolítica, soberania estatal e a conquista territorial.

10º As dificuldades que a população enfrenta em função das disputas territoriais são uma questão de:

☐ política

☐ cultural

☐ social

☐ econômica

II. ROTEIROS DE ENTREVISTAS

a) ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTORES, PROCURADORES, JUIZES, ASSESSORES, POLÍTICOS E HISTORIADORES DE SÃO CRISTÓVÃO

I. Perfil:

Nome Completo:

Formação:

Endereço Residencial:

Endereço Profissional:

Instituição de Vinculamento sobre a Questão:

I. Questões:

1º Ao longo da vida do município de São Cristóvão já ocorreram outros litígios com a prefeitura de Aracaju em decorrência do território municipal?

2º Como se efetivam as relações de poder que envolvem a disputa entre os municípios conflitantes, no que tange a soberania estatal e a conquista territorial?

3º Quais as diversidades de interesses que norteiam os conflitos espaciais a partir de cada um dos municípios envolvidos e da população?

4º Quais as comunidades inseridas no litígio jurídico que envolve a disputa de terras na Zona de Expansão Urbana de Aracaju?

5º Como a Prefeitura de São Cristóvão pretende administrar a comunidade, para ir resolvendo os inúmeros problemas da área?

6º A ação do Ministério Público, assim como, a legislação vigente tem contribuído para resolver os conflitos sócio-espaciais nas áreas disputadas?

7º O Plano Diretor de São Cristóvão apresenta estratégias para promover a integração com o município vizinho a fim de desenvolver políticas públicas para a melhoria das condições de vida da população da área?

8º As disputas territoriais entre São Cristóvão e Aracaju se constituem numa questão que envolve as relações de poder e de soberania municipal?

9º A Prefeitura de São Cristóvão, já de algum tempo, teria aberto mão daquele território, porque não teria condições de atender aos reclamos populares de preparar a área para o seu desenvolvimento?

10º Será que agora - depois de anunciar um plano de contenção de despesas - terá condições de aparelhar a Zona de Expansão de tudo que ela realmente precisa?

11º Como o município de São Cristóvão será beneficiado com a incorporação de parte da Zona de Expansão?

12º Quais as obras públicas de infraestrutura realizadas pela Prefeitura de São Cristóvão na metade atualidade (anos 90 e 2000)?

13º As obras para implantação da rede de energia elétrica realizadas pela Prefeitura de São Cristóvão foram custeadas pela Prefeitura de Aracaju?

14º As obras para instalação da rede pública de água foram desenvolvidas em São Cristóvão por meio de benefícios que a Prefeitura de Aracaju realizou?

15º Acordos administrativos e políticos para instalação de serviços e obras de infraestrutura foram realizados em São Cristóvão por meio da Prefeitura de Aracaju?

16º Muitos convênios administrativos e políticos para instalação de infraestrutura foram realizados em São Cristóvão, mas foram financiados pela Prefeitura de Aracaju em benefício de que?

b) ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DA FAZE

Nome Completo:

Endereço Residencial:

Endereço Profissional:

Instituição de Vinculamento sobre a Questão:

I. Questões

1º Quais os interesses da criação da Frente Ampla em Defesa da Zona de Expansão para Aracaju (FAZE) e quais as categorias sociais que a integram?

2º Como está a agenda de ações que a Frente Ampla em Defesa da Zona de Expansão para Aracaju (FAZE) pretende implementar para reivindicar que o território da Zona de Expansão de Aracaju retorne a capital, após a decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região incorporar o território a São Cristóvão?

3º Qual o envolvimento da FAZE na disputa judicial entre Aracaju e São Cristóvão pela incorporação da Zona de Expansão novamente para Aracaju?

4º Qual o posicionamento da população expressa pelos representantes da FAZE que habita a Zona de Expansão Urbana de Aracaju após a última decisão judicial do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e que integra a área para São Cristóvão?

5º Qual a argumentação da última deliberação judicial do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, situado em Recife, para retornar as terras da chamada Zona de Expansão de Aracaju para São Cristóvão?

6º Que estratégias a FAZE vai utilizar para esclarecer a população sobre os reflexos dessa mudança?

7º A ação do Ministério Público assim como a legislação vigente tem contribuído para resolver os conflitos sócio-espaciais nas áreas disputadas?

8º O Plano Diretor de Aracaju apresenta estratégias para promover a integração com o município vizinho a fim de desenvolver políticas públicas para a melhoria das condições de vida da população da área?

9º As disputas territoriais entre São Cristóvão e Aracaju se constituem numa questão que envolve relações de poder e soberania?

10º Quais os interesses que norteiam os conflitos existentes entre os dois municípios e como eles afetam a população?

12º As dificuldades que a população enfrenta em função das disputas territoriais, é uma questão política ou social?

c) ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DO COMBAZE

I. Perfil:

Nome Completo:

Endereço Residencial:

Endereço Profissional:

Instituição de Vínculamento sobre a Questão:

II. Questões:

1º O Conselho das Associações de Moradores dos Bairros Aeroporto e Zona de Expansão Aracaju (Combaze) vem acompanhando as notificações da Deso sobre os transtornos causados a população local com as obras para instalação de rede de esgotos sanitários pela empresa Heca Construtora?

2º O Combaze vem verificando se as questões de segurança, as de meio ambiente e as sanitárias estão sendo respeitadas pela Deso e pela empresa Heca Construtora (que realiza os serviços de esgotamento sanitário) para conclusão das obras - que garantirá a cerca de 30 mil habitantes da área mais qualidade de vida?

3º Nesse momento em que a Prefeitura de Aracaju está recorrendo da decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região que incorpora a Zona de Expansão à São Cristóvão - a união de todos os representantes em prol da defesa e continuidade da Zona de Expansão Urbana de Aracaju para a capital sergipana é importante?

4º Nesse momento em que a Prefeitura de Aracaju está recorrendo da decisão judicial do Tribunal Regional Federal da 5ª Região que incorpora a Zona de Expansão à São Cristóvão a vontade do povo deverá ser soberana, ou seja, levada em conta, haja vista a conjuntura sociocultural e histórica dos moradores daquela área?

5º Por decisão do Ministério Público os empreendimentos imobiliários estão suspensos na Zona de Expansão. Só estão sendo implantados os que já estavam licenciados?

6º Como verificar a formação de territórios e a conseqüente existência de formação de novos grupos sociais na área de conflito?

7º A ação do Ministério Público, assim como, a legislação vigente tem contribuído para resolver os conflitos sócio-espaciais na área disputada?

8º As disputas territoriais entre São Cristóvão e Aracaju se constituem numa questão que envolve relações de poder e soberania?

9º O Plano Diretor de Aracaju apresenta estratégias para promover a integração com o município vizinho a fim de desenvolver políticas públicas para a melhoria das condições de vida da população da área?

10º Quais os interesses que norteiam os conflitos existentes entre os dois municípios e como eles afetam a população?

11º As dificuldades que a população enfrenta em função das disputas territoriais, é uma questão política ou social?

d) ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTORES, PROCURADORES E ADVOGADOS

I. Perfil:

Nome Completo:

Endereço Residencial:

Endereço Profissional:

Instituição de Vínculamento sobre a Questão:

II. Questões:

1º As disputas territoriais entre São Cristóvão e Aracaju se constituem numa questão geopolítica, tendo em vista que diz respeito à soberania municipal e as relações de poder?

2º Que estratégias estão sendo desenvolvidas pela Prefeitura de Aracaju junto à comunidade e a outras instituições para a continuidade da área junto ao município de Aracaju - dirigida aos técnicos e dirigentes da PMA?

3º Quais os argumentos do Procurador Geral do Município de Aracaju, o advogado Carlos Pina Júnior, sobre a inexistência de riscos da Zona de Expansão pertencer a São Cristóvão?

4º Quais os recursos (argumentos) que a Prefeitura da capital apresentou para recorrer da decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região de Recife que integra a Zona de Expansão Urbana de Aracaju para São Cristóvão?

5º Desde quando os licenciamentos na Zona de Expansão foram suspensos? Quais os termos do Tac que suspende as construções?

6º A Prefeitura tem acompanhado, através de fiscalização para evitar o surgimento de construções irregulares na área? Com que frequência?

7º Que medidas têm sido tomadas pela prefeitura de Aracaju para evitar os problemas das inundações na Zona de Expansão?

8º De quem será o custo estimado para organização da consulta pública e qual o montante envolvido?

9º Anteriormente em Sergipe já ocorreram outros plebiscitos dessa natureza – demarcação territorial? Onde?

10º Para a realização da consulta plebiscitária, o TRE/SE encaminhou ainda este ano ao TSE ofício, com objetivo de consultar sobre a possibilidade de realização de plebiscito fora do período eleitoral, em decorrência de não haver legislação federal regulamentando o tema?

11º As dificuldades que a população enfrenta em função das disputas territoriais, é uma questão política ou social?

d) ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AMBIENTALISTAS

I. Perfil:

Nome Completo:

Endereço Residencial:

Endereço Profissional:

Instituição de Vínculamento sobre a Questão:

II. Questões:

1º Como a Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema), o Ibama, a Emurb e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente se posicionam e orientam a população e construtoras sobre a ocupação e uso do solo na região da Zona de Expansão Urbana de Aracaju, com vistas manter uma compatibilização entre a urbanização e as restrições ambientais necessárias para preservação do meio ambiente na região?

2º Qual o posicionamento da Adema, do Ibama, da Emurb e da Secretaria Municipal do Meio Ambiente quanto a deliberação das licenças para construções na Zona de Expansão? Vocês acompanham e fiscalizam as deliberações delas?

3º Quais os interesses que norteiam os conflitos existentes entre os dois municípios e como eles afetam a população?

4º Sobre o problema dos despejos de entulhos nas áreas de preservação, que estão causando a destruição das lagoas e de manguezais, como a Adema, o Ibama, a Emurb e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente se posicionam e orientam a população e construtoras?

5º Que estratégias o MP de Sergipe utiliza para o acompanhamento e fiscalização do cumprimento das determinações dos Termos de Ajustes de Condutas Termo de Ajustamentos de Conduta (TACS)?

6º Como avaliar o papel do MP e da legislação vigente na elucidação dos conflitos existentes na área?

7º Como analisar os conflitos espaciais presentes na Grande Aracaju nas áreas limítrofes entre São Cristóvão e Aracaju considerando às relações de poder e de territorialidade?

8º O MP através da Promotoria de Justiça Especializada do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Histórico e Cultural, e os demais órgãos que atuam na questão ambiental, vem verificando se as questões de segurança, as de meio ambiente e as sanitárias estão sendo respeitadas pelas empresas de construção civil e pela população?

9º Existem dificuldades de localização dos responsáveis pelos aterramentos de inúmeras lagoas na Zona de Expansão de Aracaju? Quais os riscos ambientais que esses aterramentos podem gerar?

10º O Plano Diretor de Aracaju apresenta estratégias para promover a integração com o município vizinho a fim de desenvolver políticas públicas para a melhoria das condições de vida da população da área?

11º As dificuldades que a população enfrenta em função das disputas territoriais, é uma questão política ou social?

e) ROTEIRO DE ENTREVISTA COM POLÍTICOS - DEPUTADOS, VEREADORES E VICE-PREFEITOS

I. Perfil:

Nome Completo:

Endereço Residencial:

Endereço Profissional:

Instituição de Vínculo sobre a Questão:

II. Questões:

1º Após a decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, publicada em 19 de agosto, o município de Aracaju interpôs recurso extraordinário, que fora protocolado em 12 de setembro deste ano. Já ocorreu uma interposição do recurso? O processo segue o seu trâmite aguardando ou já houve algum desfecho da relação processual?

2º Legalmente de quem é a responsabilidade sobre a possibilidade de realização de um plebiscito, sobre a definição dos limites territoriais e geográficos entre Aracaju e São Cristóvão?

3º Na sua opinião qual dos dois municípios envolvidos na disputa pela incorporação dos territórios da Zona de Expansão dispõe de um aparato para dar à localidade o desenvolvimento que ela precisa e merece?

4º. A integração da área a São Cristóvão atrapalhará o desenvolvimento de Aracaju já que o município perderá cerca de 40% da sua extensão territorial, além dos recursos investidos na Zona de Expansão que poderiam ser usados em outras comunidades?

5º Como ocorrerá a transição entre os Governos sobre a posse do território da Zona de Expansão Urbana de Aracaju?

6º A Assembleia Legislativa de Sergipe pretende realizar um debate com os deputados e representantes da comunidade sobre o assunto?

7º Existe por parte da Prefeitura de Aracaju a intenção de realização de plebiscito?

8º Quais obras de saneamento e de serviços de implantação de redes estão sendo executadas na Zona de Expansão de Aracaju?

9º Quais as estratégias para amenizar os transtornos causados à população em função da dimensão dessas obras?

10º A arrecadação tributária da Zona de Expansão que passará a ser cobrada por São Cristóvão prejudicará a saúde financeira de Aracaju?

11º Como a Prefeitura da capital sergipana irá se posicionar quanto às benfeitorias já realizadas na localidade?

12º Quais as providências que a Procuradoria Geral do Município (PGM) de Aracaju deve adotar para recorrer da decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) que dispõe sobre o reconhecimento da Zona de Expansão Urbana de Aracaju como parte do município de São Cristóvão?

13º Quais as dificuldades que a população enfrenta em função das disputas territoriais. Essa é uma questão política ou social?

g) ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DO IBGE

I. Perfil:

Nome Completo:

Formação:

Endereço Residencial:

Endereço Profissional:

Instituição de Vinculamento sobre a Questão:

II. Questões:

1º Qual o último mapa elaborado pelo IBGE sobre a fronteira entre Aracaju e São Cristóvão?

2º Em Sergipe existem outros conflitos territoriais semelhantes ao que vigora entre Aracaju e São Cristóvão?

3º Depois da última deliberação judicial (2013) o IBGE já foi contactado pela Prefeitura de São Cristóvão para fazer a correção dos mapas geográficos e populacionais da localidade?

4º Ao longo da vida dos municípios de Aracaju e São Cristóvão já ocorreram outros litígios em decorrência da demarcação do território municipal?

5º Como se efetivam as relações de poder que envolvem a disputa entre os municípios conflitantes, no que tange a soberania estatal e a conquista territorial?

6º Quais as diversidades de interesses que norteiam os conflitos espaciais a partir de cada um dos municípios envolvidos e da população?

7º Quais as comunidades inseridas no litígio jurídico que envolve a disputa de terras na Zona de Expansão Urbana de Aracaju?

8º Como o município de São Cristóvão será beneficiado com a incorporação de parte da Zona de Expansão?

9º A ação do Ministério Público, assim como, a legislação vigente tem contribuído para resolver os conflitos socioespaciais nas áreas disputadas?

10º As disputas territoriais entre São Cristóvão e Aracaju se constituem numa questão que envolve as relações de poder e de soberania municipal?

11º As dificuldades que a população enfrenta em função das disputas territoriais, é uma questão política ou social.

h) ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TÉCNICOS DA EMURB E SECRETARIA DE FINANÇAS DE ARACAJU/SE

I. Perfil:

Nome Completo:

Formação:

Endereço Residencial:

Endereço Profissional:

Instituição de Vinculamento sobre a Questão:

II. Questões:

1º. Quais as estratégias e procedimentos adotados pela Emurb para solucionar questões sócio-espaciais após as últimas deliberações judiciais da Zona de Expansão de Aracaju?

2º Após diversas denúncias sobre problemas de drenagem, aterramento e esgotamento sanitário na região e de restos de materiais de construção despejados na Zona de Expansão, quais as ações judiciais movidas junto ao Ministério Público Federal e/ou Estadual que envolve sua empresa?

3º Quais as obras de saneamento e de serviços de implantação de redes estão sendo executadas hoje na Zona de Expansão de Aracaju por sua empresa? Quais os valores investidos nos recursos?

4º Quais as estratégias para amenizar os transtornos causados á população em função da dimensão dessas obras? Os recursos envolvidos nos serviços realizados são da ordem municipal, estadual ou da União?

5º Quais as comunidades inseridas no litígio jurídico que envolve a disputa de terras na Zona de Expansão Urbana de Aracaju?

6º A ação do Ministério Público, assim como, a legislação vigente tem contribuído para resolver os conflitos sócio-espaciais nas áreas disputadas?

7º As construções realizadas na região representam estratégias para promover a integração entre os municípios enquanto políticas públicas que irão melhorar as condições de vida da população?

8º As disputas territoriais entre São Cristóvão e Aracaju se constituem numa questão que envolve relações de poder?

9º As dificuldades que a população enfrenta em função das disputas territoriais, é uma questão política ou social

10º Ao longo das três últimas décadas quais e quantas obras e serviços de infraestrutura foram realizados na Zona de Expansão favorecendo os moradores?

III. ATIVIDADE DE PESQUISA DE CAMPO: HISTORIA ORAL

I – PERFIL DO ENTREVISTADO:

Nome completo:

Endereço:

Naturalidade:

Data de nascimento:

Profissão:

II – QUESTÕES:

1º Quando São Cristóvão começou implantar os serviços?

2º Quanto à instalação de água encanada na cidade alta em São Cristóvão, você se recorda em qual década do século XX começou a ser implantada?

3º Quanto à instalação da rede de energia elétrica na cidade alta em São Cristóvão, você se recorda em qual década do século XX começou a ser implantada?

4º Sobre a realização dos serviços de calçamento de ruas, na cidade alta, em São Cristóvão, você se recorda em qual década do século XX eles começaram a ser implantados?

5º Você se recorda qual o prefeito de São Cristóvão que começou a urbanizar o município?

6º Quais as principais obras do prefeito Antônio Bastos e qual período da sua gestão, respectivamente?

7º Quais as principais obras do prefeito Hélio Amado e qual período da sua gestão?

8º Quais as principais obras do prefeito Deoclécio Vieira e qual período da sua gestão?

9º Quais as principais obras do prefeito Pedro Montalvão Amado e qual período da sua gestão?

10º Quais as principais obras do prefeito Lourival Batista e qual período da sua gestão?

11º Quais as principais obras do prefeito Elísio Carmelo e qual período da sua gestão, respectivamente?

12º Quais as principais obras públicas realizadas no início do século XX em São Cristóvão?

13º Quais as obras públicas realizadas pela Prefeitura de São Cristóvão na metade do século XX (anos 50, 60, 70 e 80)?

III. LISTA DE ENTREVISTADOS

Especialistas do IBGE (2)
Assessores de deputado estadual (2)
Assessores de vereadores da Câmara Municipal de Aracaju (2)
Assessor da Câmara Municipal de São Cristóvão (2)
Atual Vice-prefeito da Cidade de Aracaju (1)
Assessor de Imprensa do Vice-prefeito de Aracaju (2)
Técnicos do Ibama, Adema, Deso e Petrobrás (6)
Técnicos da Secretaria de Finanças do Município de Aracaju (2)
Técnicos da Secretaria Mun. de Planejamento e Orçamento Estratégico (2)
Secretário Municipal de Finanças de Aracaju (1)
Técnico da Secretaria de Finanças de São Cristóvão (3)
Diretora Presidente da Emurb (1)
Especialista em Urbanização da Emurb (2)
Fiscais de Obras da Emurb (2)
Promotores Públicos (2 - Aracaju e 1- São Cristóvão)
Juiz da Comarca de São Cristóvão (1)
Assessor do Fórum da Comarca de São Cristóvão (2)
Ex-Prefeito da Cidade de São Cristóvão (1)
Líder de Partido Político de São Cristóvão (1)
Pesquisa Oral (05 Pessoas)